

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MÔNICA MOURÃO PEREIRA

## A ESQUERDA BEM INFORMADA

A estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos

Niterói, RJ  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MÔNICA MOURÃO PEREIRA

A ESQUERDA BEM INFORMADA

A estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Comunicação  
da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito para obtenção do  
Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. AFONSO DE ALBUQUERQUE

Niterói, RJ  
2009

MÔNICA MOURÃO PEREIRA

A ESQUERDA BEM INFORMADA  
A estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Comunicação  
da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito para obtenção do  
Título de Mestre em Comunicação.

26 de junho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. AFONSO DE ALBUQUERQUE – Orientador  
UFF

---

Prof. Dr. FERNANDO ANTÔNIO RESENDE  
UFF

---

Prof. Dr. PAULO ROBERTO FIGUEIRA LEAL  
UFJF

---

Prof. Dr. MARCO ANTONIO ROXO DA SILVA  
UFRJ

Niterói, RJ  
2009

## **Agradecimentos**

Não posso fazer esses agradecimentos sem, de algum modo, contar minha trajetória nos últimos anos, porque dela fazem parte todas as pessoas que merecem minha gratidão. E não são poucas.

O mestrado começa bem antes da matrícula e do início das aulas. Vem desde o convencimento da família e de sua generosidade em lidar com a ausência e, mesmo com a saudade e a preocupação, apoiar a mudança. Vem do orientador da monografia de graduação, sempre disponível para incentivar e ajudar a desatar os tantos nós que vamos amarrando no processo de escolha de qual caminho seguir. Vem dos amigos que fazem toda a vida ficar mais fácil e mais prazerosa. E, dentre esses, especialmente daqueles que participaram mais intensamente desse processo. Aquele que virou orientador de projeto de pesquisa, dando todas as dicas, emprestando livros, lendo e relendo o que eu escrevia; o primeiro a saber da aprovação, a telefonar de longe para me dar a boa notícia. Aquele que foi pesquisador no meu lugar, transpondo a distância que eu não podia percorrer no momento. Aquele que me ofereceu sua casa, sua companhia, seu bom humor, seus talentos como imitador e sua voz de pai de mestranda. Aquele que fez questão de esperar minha chegada. Aqueles que trabalhavam comigo no período de seleção e, além da confiança, quebraram todos os galhos possíveis para as ausências necessárias.

Depois, o apoio imprescindível da tia que conseguiu o primeiro lugar para morar, do amigo que buscou no aeroporto, da família que permitiu dividir seu espaço comigo, da outra família que me fez companhia e ajudou na mudança. Os parentes que redescobrimos e se mostraram extremamente generosos, aquela que abriu todas as portas, a confiança fundamental de uma desconhecida. A companhia dos amigos cearenses, principalmente a preocupação daquele que sempre mantinha contato, para perguntar se estava tudo bem, e se interessava verdadeiramente pela resposta. Todas essas pessoas foram essenciais para que eu me estabelecesse na nova cidade.

E uma nova cidade se faz também com novos amigos. Todos essenciais para que o mestrado fosse uma experiência bem além da academia. Muito obrigada pela companhia, sensibilidade e amizade. Pelos pernoites, os almoços de domingo, os sambas, pelo pão. Por me ensinarem a apreciar uma bela cidade. Por todas aquelas ajudas providenciais que vocês sempre se prestaram a fazer. Espero que se reconheçam nestas linhas. Agradeço também aos amigos de Fortaleza, presentes na distância,

presentes nas visitas, presentes nas ligações e nas canções. À minha família, especialmente às tias, pela ajuda na nova casa, pelas comidinhas de mãe e pelos mimos sempre bem-vindos. E à família com quem compartilhei o Rio de Janeiro, a poucos quarteirões. Foi um privilégio estarmos tão juntos nesse período.

A todos os que colaboraram na mudança, na desmudança e no retorno e que tiveram de conviver de perto com o aperreio e o mau humor desses períodos. E também aos que fizeram essa volta mais leve e alegre: a gente soube fazer o nosso carnaval.

Aos meus anfitriões e a todos que colaboram nas viagens para a pesquisa, principalmente à minha prima querida e seu apê quentinho e à república mais aconchegante do país.

Gostaria de agradecer à Capes, sem a qual esse trabalho não se realizaria.

Aos professores do PPGCOM da UFF, principalmente os que fizeram parte da minha banca de qualificação, pela inestimável colaboração.

Aos funcionários da UFF, do Arquivo Público do Rio de Janeiro, da Amorj (UFRJ), da Biblioteca Nacional e do AEL (Unicamp), pela dedicação com que realizam seu trabalho.

Aos que concederam entrevistas para essa pesquisa, pela atenção e confiança.

Aos colegas da UFF, pela convivência e pelas importantes trocas. Agradeço especialmente àquela que me ajuda desde antes de entrar no mestrado e continua me aturando até hoje; e àquela que, num gesto de grande generosidade, compartilhou um pouco da sua pesquisa comigo.

Aos colegas de congressos e outros encontros, pela companhia e colaboração.

Aos meus alunos-cobaia, pela paciência e atenção.

À banca de defesa, pela presteza com que se dispôs a participar desse momento.

Ao co-orientador, pelas conversas, bibliografia, disponibilidade e boas doses de ânimo.

A todos os que colaboraram mais diretamente para que essa pesquisa se concretizasse na dissertação que está pronta agora. Pelos livros emprestados, pela tradução e pelo tratamento de imagens. Meu sem tamanho muito obrigada às grandes amigas que me salvaram no momento mais crucial. Por imprimir, xerocar, entregar, correr, dispor do seu tempo por mim. O melhor é saber que vocês fariam ainda mais.

Um agradecimento especial, e nominal, a Afonso de Albuquerque. Pela orientação, paciência, incentivo, competência e generosidade. Por ter me convencido a mudar alguns caminhos e por lidar com a distância e a teimosia. Muito obrigada.

## Resumo

Este trabalho analisa as estratégias comunicativas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em dois momentos distintos: a década de 1970, quando vigorava a ditadura militar brasileira<sup>1</sup>, o partido estava na clandestinidade e possuía apenas um veículo de comunicação; o contexto histórico-político atual, com a inserção do partido na internet através de diferentes meios e com a manutenção de seu primeiro órgão de imprensa.

Inicialmente, procuramos elaborar um panorama da trajetória do PCdoB, de modo a situar o leitor acerca da organização de que estamos tratando: um partido formado a partir da divergência com o primeiro partido comunista do país, que se reivindica herdeiro e continuador histórico desse primeiro partido. Além disso, trata-se de uma organização que apresenta características e dilemas semelhantes a outros partidos comunistas, mas que sobreviveu à crise do socialismo real, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Atualmente, faz parte da coalizão que chegou ao governo federal e ocupa cargos importantes nesse governo.

Num segundo momento, trabalhamos com o jornal *A Classe Operária*, considerado órgão central do partido a partir de um modelo de comunicação desenvolvido por Vladimir Ilitch Lênin. O período pesquisado vai de 1975 a 1979, quando o periódico tinha circulação restrita entre os militantes do partido. Posteriormente, analisamos os veículos atuais do PCdoB: o portal *Vermelho*, o site *Partido Vivo* e o jornal *Classe Operária* em sua fase atual, voltado para trabalhadores e distribuído gratuitamente por militantes do partido.

A partir de uma análise comparativa entre esses veículos, levando em conta o modelo de jornalismo centrado na “objetividade” e o modelo leninista, inferimos sobre as mudanças de estratégia comunicativa do partido, as permanências e a função política de seus veículos. Nosso olhar se volta para as redes de comunicação formada em torno dos veículos do PCdoB. Para desvendá-la, utilizamos os próprios textos produzidos pelos meios, considerando que eles trazem em si o contexto em que estão inseridos e também o público imaginado pelos autores. Também nos valem de depoimentos orais de pessoas que são do partido atualmente ou que já fizeram parte dele.

Palavras-chave: comunicação, política, Partido Comunista do Brasil.

---

<sup>1</sup> Não ignoramos a participação e o apoio de civis no regime ditatorial, mas utilizamos o termo “ditadura militar” por considerarmos que esse setor da sociedade tomou a frente no processo.

## Abstract

This work analyses the communication strategies of the Communist Party of Brazil in two different moments: the 1970's decade, when under the Brazilian military dictatorship, the party was illegal and had only one communication vehicle; the present historic and politic context, with the party insertion on internet through different means and with its first press organ maintenance.

Firstly, we tried to elaborate a broad overview of the history of the Communist Party of Brazil, intending to inform the reader about the organization we are talking about: a party founded from the divergence with the first communist party of this country, which claims to be this first party heir and continuation. Besides, it is an organization that presents characteristics and dilemmas similar to other communist parties, but this one survived the real socialism crisis, when the Sovietic Union collapsed. Nowadays, the Communist Party of Brazil is part of the alliance that forms the federal government and has gained important posts in this government.

At a second moment, we worked with the journal *A Classe Operária*, considered to be the party main media vehicle, in a communication model developed by Vladimir Ilitch Lênin. The researched period is from 1975 to 1979, when the journal had restrict circulation among the party militants. Thirdly, we analyzed the current party vehicles: the *Vermelho* website, the *Partido Vivo* website and the journal *A Classe Operária* in its current phase.

Through a comparative analyses between these vehicles, considering a journalism model based on "objectivity" and the Leninist model, we reflect about the party's communication strategies, the maintenances and the political function of its mediatic vehicles. We looked at the communication webs formed around the party communication media. To unmask it, we use the texts produced by these media, considering that they bring with them the context in which they are inserted and the imagined public. We also utilize oral testimony from people who are from the party or who have been part of it.

Keywords: communication, politics, Communist Party of Brazil.

## Índice

Introdução.....	p.09
01. O Partido .....	p.17
1.1. “Proletários de todos os países, uni-vos!”: formação do partido.....	p. 17
1.2 Guerrilha do Araguaia.....	p.31
1.3. Chacina da Lapa e Avaliação da Guerrilha do Araguaia.....	p. 35
1.4. Mudam as regras do jogo: PCdoB durante a redemocratização e o governo Lula.....	p. 39
02. As estratégias de comunicação do Partido Comunista do Brasil na década de 1970.....	p. 49
2.1. Diferentes estratégias de comunicação.....	p.52
2.2. <i>A Classe Operária</i> : órgão central do Partido Comunista do Brasil....	p. 64
2.3. <i>A Classe Operária</i> numa perspectiva comparada.....	p. 68
2.4. Redes de comunicação e ritual n’ <i>A Classe Operária</i> .....	p. 73
03. Os atuais meios de comunicação do Partido Comunista do Brasil.....	p.89
3.1. <i>Vermelho</i> : a esquerda bem informada.....	p.96
3.2 <i>Partido Vivo</i> : o site do PCdoB.....	p.112
3.3. Nova fase: <i>Classe Operária</i> na web.....	p. 123
Conclusão .....	p.134
Referências Bibliográficas .....	p.138
Documentos do Partido Comunista do Brasil.....	p.142
Jornais e outros periódicos.....	p. 142
Referências das ilustrações.....	p.143
Entrevistas.....	p. 144
ANEXOS.....	p. 145

## Introdução

“Partido Comunista de princípios, revolucionário, de feições modernas”<sup>2</sup>. De princípios revolucionários, mas com feições modernas. Essa é a síntese dos atuais meios de comunicação do partido. Eles se remetem aos princípios marxistas-leninistas, seguindo as reflexões elaboradas por Vladimir Ilitch Lênin acerca da Imprensa Popular ou Imprensa Social-Democrata, nome dado por ele para o sistema de imprensa de um partido comunista. Por outro lado, estão inseridos na internet e procuram apresentar “feições modernas”. Essas são, em linhas gerais, as características dos atuais meios de comunicação do partido na internet. Nem sempre aparecem de maneira simples como apresentamos aqui, o que veremos ao longo deste trabalho. Mas o que nos chama atenção é: como as estratégias comunicativas do PCdoB se adaptaram às mudanças político-históricas sofridas pelo partido?

Na década de 1970, o único jornal de circulação nacional do PCdoB era *A Classe Operária* – apenas em 1979, foi criada a *Tribuna da Luta Operária*, existindo até 1988. Além d’*A Classe*, a estratégia comunicativa do partido era infiltrar-se em periódicos da chamada imprensa alternativa. O PCdoB exerceu forte influência nos jornais *Opinião e Movimento*. Além disso, a ligação com partidos comunistas de outros países revelava-se também no âmbito da comunicação. Nos anos 1970, textos elaborados pelo partido podiam ser ouvidos na Rádio Pequim – pelo menos até o rompimento do PCdoB com o PC chinês, na segunda metade da década – e na Rádio Tirana, da Albânia. Esse país viria a ser aliado do PCdoB até a fase de abertura, tendo sediado a VII Conferência Nacional do partido, em 1978.

Atualmente, o PCdoB dispõe de um site (*Partido Vivo*), um portal (*Vermelho*), uma *newsletter*, um jornal (*Classe Operária* em versão impressa e eletrônica), uma revista (*Princípios*) e uma editora (*Anita Garibaldi*), além de publicações de organizações que estão sob orientação do partido, como a União da Juventude Socialista (UJS). A internet tem se mostrado uma das principais ferramentas de comunicação do PCdoB, sendo o portal *Vermelho* premiado pelo iBEST como melhor página brasileira de política por duas vezes, em 2004 e em 2007. O prêmio – e a valorização dele pelo partido, que o divulga em sua página – é um indício da importância que o PCdoB dá à comunicação.

---

<sup>2</sup> Expressão cunhada no 9º Congresso do partido (Sorrentino, 2004, p. 36).

Gostaríamos de frisar que não podemos falar do PCdoB como uma unidade, e as disputas internas do partido são fundamentais no estabelecimento das estratégias comunicativas. Além disso, quando falamos do PCdoB, referimo-nos a um partido que guarda semelhanças com partidos comunistas de outros países, visto que muitos deles sofreram forte influência do Partido Bolchevique e da III Internacional ou *Comintern*. Contudo, diferente de muitos partidos comunistas que deixaram de existir com a crise do socialismo real, o PCdoB se adaptou à nova conjuntura e chegou a ter um dirigente na presidência da Câmara dos Deputados: Aldo Rebelo, no primeiro mandato do governo Lula.

Sem conhecer bem o partido, a compreensão de suas estratégias de comunicação fica prejudicada. Uma dessas estratégias analisadas nesse trabalho é a desenvolvida pelo PCdoB na segunda metade de década de 1970. Nesse momento, o partido dispunha do jornal *A Classe Operária*, ora mensal, ora bimensal. Esse jornal foi fundado em 1925 pelo PCB, passando para o PCdoB com a cisão que ocorreu em 1962. Ele circula ainda hoje, com uma versão digital hospedada no site do partido, e já passou por diversas reformulações. No período estudado, era elaborado quase exclusivamente pelos dirigentes do PCdoB e circulava entre os militantes, sendo voltado para um público restrito.

Além disso, como já citado, o PCdoB procurou infiltrar-se em jornais da imprensa alternativa. Essas duas estratégias fazem parte da concepção política do partido naquele momento. Ao mesmo tempo em que precisava falar para um público restrito, reforçando certa conduta dos militantes, o partido ambicionava organizar em torno de si uma frente de oposição à ditadura militar. Desse modo, as estratégias comunicativas estavam fortemente imbricadas com a concepção política do partido, o que torna imprescindível nos determos sobre sua formação, suas matrizes, suas influências teóricas e suas disputas internas.

Uma das justificativas para a escolha de trabalhar com o jornal *A Classe Operária* de 1975 a 1979, período em que jornal e partido eram clandestinos, é que esse era o órgão central do Partido Comunista do Brasil. Trata-se de uma referência ao “modelo” leninista de comunicação<sup>3</sup> e, portanto, ligado a essa matriz político-teórica. Lênin, na verdade, não criou um modelo de comunicação, mas elaborou uma série de

---

<sup>3</sup> Lênin não usa os termos “modelo” nem “comunicação”; essas são expressões adotadas por nós, numa tentativa de interpretar e atualizar o pensamento leninista. Em seus textos, ele se referia à imprensa, propaganda e agitação.

idéias, em textos esparsos, sobre como deveria ser o sistema de imprensa de um partido comunista. Para ele, deveria haver um tipo de veículo voltado para cada camada do proletariado, de acordo com seu grau de consciência política. Para a vanguarda do proletariado, deveria ser elaborado o órgão central do partido.

O período escolhido se fundamenta também por uma questão de acesso às edições do jornal. Nenhum arquivo público do Brasil possui a coleção completa d'*A Classe Operária* da primeira metade dos anos 1970, um indicativo da repressão sofrida pelo partido devido ao desenrolar da Guerrilha do Araguaia, de abril de 1972 a janeiro de 1975. Para chegar a esses dados, foram consultados o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o Centro de Documentação e Memória, da Unesp; o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e a Biblioteca Nacional.

Antes da leitura d'*A Classe Operária*, a expectativa era de encontrar um jornal formado por notícias, como gênero discursivo próprio do jornalismo baseado no modelo norte-americano. Essa expectativa foi frustrada logo no primeiro contato com o material. O que *A Classe Operária* publica são resoluções, textos educativos, análises, apelos à ação e comemorações. Essa verificação nos fez elaborar o seguinte questionamento: qual o papel comunicativo de um jornal que não traz notícias e é voltado para um grupo restrito, características contrárias ao que se entende por meios de comunicação? A partir dessa questão, trabalhamos com a perspectiva cultural da comunicação, com a idéia de comunicação como tornar comum, como compartilhar de visões de mundo, não apenas transmissão de mensagens.

Isso significa que consideramos que um dos objetivos da comunicação, talvez mais importante do que a transmissão de informações, é tornar comum certa visão de mundo entre os leitores, espectadores ou ouvintes de determinado veículo (Carey, 1989). Com um olhar voltado para a rede de comunicação formada pelo jornal *A Classe Operária*, pretendemos observar quem o escrevia, a partir de que influências e para quem o periódico era voltado (Darnton, 1998). Para isso, além dos vestígios encontrados nos próprios textos, iremos nos valer das entrevistas realizadas com antigos militantes do partido e dirigentes atuais.

Sendo nosso objeto de estudo a comunicação partidária, esse trabalho se debruça também sobre os principais meios de comunicação atuais do PCdoB: o portal *Vermelho* e o site *Partido Vivo*, além do jornal *Classe Operária* em presente fase. O portal, que

tem como slogan “A esquerda bem informada”, apresenta-se como uma tentativa do partido de conquistar a supremacia entre as esquerdas na área de comunicação. O *Vermelho* veicula notícias sobre diferentes temas, utilizando as editorias “Mídia”, “América Latina” e “Cultura”, por exemplo, assim como os sites de jornais comerciais também organizam seus textos. Desse modo, o portal *Vermelho* busca agregar todos os que se consideram de esquerda, interpretando para seus leitores acontecimentos de diversos âmbitos.

Dentro do portal, mas também com um endereço independente, existe o site *Partido Vivo*. Ali, o que é publicado parece ser de interesse apenas dos filiados e militantes do partido, já que todos os textos se relacionam a ele. É nesse site que encontramos links referentes à identidade e à memória do partido, como “O que é ser comunista”, “PCdoB 85 anos” e “Guerrilha do Araguaia”. Junto a esses espaços de suporte de memória, convivem outros de mobilização da militância, publicação de notícias e de informes sobre o partido.

Tanto através do portal *Vermelho* como do site *Partido Vivo* é possível ter acesso ao jornal *Classe Operária* em sua sétima fase, em formato PDF. O jornal, que desde abril de 2008 entrou nessa nova fase, é feito prioritariamente para ser impresso e distribuído de forma gratuita, pelos militantes do PCdoB, a trabalhadores. Mostra-se, assim, uma estratégia diferente daquele d’*A Classe Operária* dos anos 1970, voltado para os militantes do partido.

Quando analisamos os veículos de comunicação do PCdoB, a fim de evidenciar as características desse tipo de jornalismo, trazemos conosco a idéia de Paul Ricoeur (1994) de que o mundo e o leitor estão, de certa forma, contidos no texto. Isso significa que podem ser encontrados, na narrativa, vestígios que apontam para o contexto em que ela foi tecida e também indícios do público para o qual ela se dirige. É com esse olhar que abordaremos os textos analisados nesse trabalho, o que não exclui o acionamento de informações extra-narrativas, como o conhecimento que temos do período histórico tratado. É assim que a leitura dos textos nos permite construir as redes de comunicação formadas em torno dos meios de comunicação do PCdoB.

O olhar para a narrativa pressupõe uma preocupação com a linguagem utilizada. O jornalismo partidário – e mais: jornalismo comunista – aciona os mesmos recursos narrativos utilizados em outros discursos jornalísticos? Não interessa apenas o conteúdo dos textos, mas os modos de dizer desses textos, sua organização espacial e sua função comunicativa.

Pretendemos agora fazer algumas considerações de ordem metodológica. Acreditamos que a trajetória do partido deve ser estudada e problematizada para que sua política de comunicação seja compreendida. Falar dessa trajetória nos faz lidar com o passado, o que nos traz o problema de como acessar esse passado. Beatriz Sarlo (2007), em suas reflexões sobre o tempo passado, faz-nos uma série de provocações. Uma delas diz respeito ao que ela chama de guinada subjetiva, a supervalorização de depoimentos orais de protagonistas e testemunhas dos acontecimentos. Na tentativa de pôr a memória em evidência e, a partir dela, fazer reivindicações políticas, os relatos feitos a pesquisadores, as biografias e autobiografias têm ganhado relevo como porta de acesso ao passado, desde as tentativas reconstituídoas das décadas de 1960 e 1970. Contudo, esses relatos também não merecem a “desconfiança” do pesquisador? Por que eles seriam mais “verdadeiros” do que os documentos escritos? Beatriz Sarlo (2007) defende que eles também são interpretáveis, o que não lhes tira a legitimidade e a relevância política.

No nosso trabalho, a concepção de narrativa de Paul Ricoeur (1994) está permanentemente em nosso horizonte. Segundo ele, a narrativa nos permite operacionalizar múltiplas temporalidades, e nela estão contidos tanto a pré-compreensão do mundo quanto o leitor imaginado. Desse modo, podemos aferir o contexto de uma narrativa a partir dela mesma, sem precisar recorrer a outras fontes. O que queremos deixar claro é que acreditamos que a narrativa contém vestígios do mundo de onde ela veio, ao mesmo tempo em que elabora ou reelabora esse mundo para o leitor. Contudo, se podemos fazer uso de outras fontes, não devemos nos limitar às narrativas escritas. Ao mesmo tempo, se temos documentos escritos, não precisamos nos guiar apenas pelos depoimentos orais.

Nesse difícil trabalho de acesso ao passado, procuramos nos valer de diferentes tipos de fontes. Sabemos que essa diversidade não torna nosso relato isento, e gostaríamos de colocar isso em destaque. Lembramos ainda, provocados por Beatriz Sarlo, que o presente também é mediado, assim como qualquer “realidade”. Portanto, mesmo que, muitas vezes, não coloquemos fontes e informações em confronto, não queremos dizer que nosso relato constitui uma unicidade verdadeira.

Interpretamos as fontes ao nosso modo, sempre subjetivo. Para ser honestos com o leitor, o que podemos fazer é deixar em evidência a incapacidade de relatar com neutralidade a trajetória do PCdoB e explicitar que tipos de fontes utilizamos. Assim, começamos agora a falar do nosso primeiro capítulo, quando é apresentado um

panorama da trajetória do partido, desde a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, até o PCdoB nos dias de hoje<sup>4</sup>. Trata-se de uma compilação dos momentos que consideramos mais relevantes para compreender o partido e, então, já se inicia nossa seleção.

Nosso foco na primeira fase do partido, antes do rompimento que deu origem ao PCdoB em 1962, foi a tradição política a que o PCB se remetia e que, acreditamos, manteve-se no PCdoB. Para essa parte, utilizamos livros e artigos de historiadores e sociólogos. Um trabalho que foi nosso guia nesse primeiro momento, da historiadora Dulce Pandolfi (1995), tem uma peculiaridade: conta a história do PCB a partir da memória do próprio PCB, através de documentos do partido e depoimentos de militantes. Achamos essa fonte interessante, pois concordamos com a autora quando ela afirma que um partido também é o que ele pensa e diz de si mesmo.

Nossa diversidade de fontes se amplia quando tratamos do período de divergências que levaram à criação do PCdoB. Aqui, usamos também documentos do partido e uma biografia, do dirigente comunista Pedro Pomar, escrita por seu filho, Wladimir Pomar. Pedro e Wladimir fizeram parte, em 1976, do episódio conhecido como Chacina ou Massacre da Lapa, ação do Exército que matou e prendeu dirigentes do PCdoB. Pedro Pomar foi assassinado ainda na casa onde acontecia uma reunião do Comitê Central e da Comissão Executiva do partido; Wladimir foi preso, expulso do PCdoB e, depois, passou a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT). As outras biografias que utilizamos são do dirigente João Amazonas, escrita por Augusto Buonicore, historiador que colabora com o portal *Vermelho*; e da militante Elza Monnerat, escrito pela bióloga Verônica Bercht. Ambos foram lançados pela editora Anita Garibaldi, do PCdoB.

Quando tratamos da Guerrilha do Araguaia, nossas principais referências são livros-reportagem. Para nos referirmos à repercussão da guerrilha atualmente, recorreremos também a textos jornalísticos, já que muitos aspectos dessa história são bastante recentes, como a busca pela identificação de corpos de guerrilheiros e as tentativas de indenizar a população do Araguaia. Em relação à Chacina da Lapa, nossa principal fonte é o livro “Massacre da Lapa”, de Pedro Estêvam da Rocha Pomar, filho

---

<sup>4</sup> O nome do partido criado em 1922 era Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. Com sua divisão, em 1962, a “nova” organização manteve esse nome, mas com a sigla PCdoB, para diferenciá-lo do agora Partido Comunista Brasileiro (que continuaria sendo PCB). Para facilitar a compreensão do texto, utilizaremos os nomes e as siglas adotados pelos partidos após 1962 – mesmo quando nos referirmos a um período anterior a este.

de Wladimir Pomar. Ele esmiuçou esse acontecimento através de documentos e de entrevistas.

Quanto à história mais recente do PCdoB temos dois tipos de fonte: textos do partido (documentos e artigos de Walter Sorrentino, secretário de organização do PCdoB) e artigos do historiador Jean Rodrigues Sales. Os textos de Sales aparecem ao longo desse capítulo como nossa única referência de um historiador que pesquisa o PCdoB, e não sua matriz, o PCB.

Em relação às fontes orais, entrevistamos quatro pessoas que acreditamos poderem esclarecer alguns aspectos dos meios de comunicação do PCdoB. Esse tema, assim como a história do partido, também tem sido objeto de poucos estudos. Nossa principal fonte é o livro “Jornal A Classe Operária”, do jornalista e militante do partido Apolinário Rebelo, editado pela Anita Garibaldi. Assim, traços da atividade ilegal de comunicação do PCdoB, durante a década de 1970, e informações e concepções sobre a política de comunicação mais recente do partido, como o portal *Vermelho* e o site *Partido Vivo*, não poderiam ser contemplados através de bibliografia.

Dessa forma, recorreremos aos depoimentos orais, dos quais utilizamos trechos nos capítulos 02 e 03 e reproduzimos, na íntegra, como anexo desta dissertação. Nossos entrevistados foram: Carlos Azevedo, jornalista que atuou nos anos 1970 como colaborador do jornal *A Classe Operária* e que hoje não é mais filiado ao partido, mas participa da revista *Retrato do Brasil*, apoiada pelo PCdoB; Wladimir Pomar, filho de Pedro Pomar; Altamiro Borges, atual secretário de comunicação do partido; e Bernardo Joffily, editor do portal *Vermelho* e jornalista do PCdoB enviado para a Albânia, onde atuou na Rádio Tirana, de 1975 a 1979.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro trata da trajetória do partido, de 1922 até os anos 2000. Na elaboração desse panorama do PCdoB, interessam-nos particularmente os anos de sua formação, a Guerrilha do Araguaia, a Chacina da Lapa e sua atuação da democratização até a conquista do governo federal em aliança com o Partido dos Trabalhadores.

O segundo capítulo discute as estratégias comunicativas do PCdoB nos anos 1970, com uma análise do jornal *A Classe Operária* de 1975 a 1979. Consultamos as coleções do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); da Biblioteca Nacional; e do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tivemos acesso a cerca de 50 edições.

Partimos do pressuposto de que, por mais que *A Classe* se baseasse no sistema de imprensa leninista, esse sistema não é suficiente para compreender nosso objeto. Por isso, lançamos mão dos conceitos de circuito comunicacional – ou rede de comunicação – e de comunicação como ritual para compreender esse fenômeno.

O Capítulo 02 também procura explicar qual a função de um sistema de imprensa de um partido comunista, a partir da perspectiva de Lênin. Essa discussão será fundamental para compararmos os meios de comunicação atuais com essa matriz leninista, para vermos assim em que moldes se dá a atualização desses princípios.

No Capítulo 03, debruçamo-nos sobre o portal *Vermelho*, o site *Partido Vivo* e o jornal *Classe Operária*. Selecionamos uma semana de análise para o *Vermelho* e a mesma semana para o *Partido Vivo*, de 16 a 22 de novembro de 2008. Durante esse período, acessamos os dois endereços diariamente e salvamos todas as atualizações. Já o *Classe Operária*, por ser mensal, exigiu um período mais longo de análise: de abril de 2008, quando foi lançado o primeiro número da atual fase, até dezembro de 2008.

O terceiro capítulo busca entender como esses meios lidam com a tecnologia da internet, o que oferecem de diferente em relação às estratégias dos anos 1970 e em que medida se inserem ou se distanciam da perspectiva leninista. Pensando em relação a redes de comunicação, veremos para quem o portal, o site e o jornal são voltados e quais os objetivos do partido com eles.

Em comparação com a linguagem utilizada por *A Classe Operária* nos anos 1970, veremos se os meios atuais utilizam recursos próprios da narrativa jornalística, acionando o que chamamos de rituais de objetividade: instrumentos para dar uma aura de isenção aos textos, como citações entre aspas e ausência de adjetivação. Esses rituais não estavam presentes n'*A Classe*. Se os encontramos hoje, que significado eles têm? Os textos atuais do PCdoB perdem sua função política caso acionem esses recursos? Distanciam-se do “modelo” leninista?

Devemos, então, nesse trabalho, discutir as permanências e rupturas das estratégias comunicativas do PCdoB, tendo em vista o jornalismo informativo de inspiração norte-americana e as concepções leninistas de comunicação. Trata-se do único partido político atual que é anterior ao regime militar. Sua tradição comunista aliada à atuação no governo federal desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, faz dessa organização um exemplo peculiar de adaptação às conjunturas políticas, o que confere especial relevância ao estudo de seus meios de comunicação.

## Capítulo 01 – O partido

Por tratar-se de um trabalho sobre estratégias comunicativas de um partido político, consideramos necessárias algumas páginas que possibilitem que se conheça como esse partido surgiu, a que tradições se remete, quais ele renega e quais suas concepções políticas e suas análises de diferentes momentos históricos. O panorama se inicia em 1922, quando foi formado o PCB, do qual o PCdoB se considera herdeiro, e vai até sua atuação democrática pós-regime militar.

O capítulo se detém especialmente em quatro fases ou acontecimentos: a formação (1922) e “reorganização” do partido (1962); a Guerrilha do Araguaia (1972-1975); a Chacina da Lapa (1976) e da redemocratização (1985) até hoje. Através desses momentos-chave, pretendemos mostrar que, sempre que falamos de PCdoB, não estamos nos referindo a uma unidade: o partido é permeado de disputas internas que, muitas vezes, demoram a vir a público. Compreender essas divergências é fundamental para analisarmos as diferentes estratégias comunicativas do partido.

A trajetória do PCdoB também nos ajuda a não perder de vista que se trata de um partido comunista, com muitas semelhanças em relação à estrutura interna – e mesmo às crises políticas que levam a cisões – com outros partidos comunistas e, especialmente, com sua matriz, o PCB.

### 1.1. “Proletários de todos os países, uni-vos!”: formação do partido

Eles eram poucos e nem puderam cantar muito alto a Internacional naquela casa de Niterói em 1922. Mas cantaram e fundaram o partido.

Eles eram apenas nove. O jornalista Astrojildo, o contador Cordeiro, o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o vassoureiro Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa, o ferroviário Hermogênio e ainda o barbeiro Nequete, que citava Lênin a três por dois.

Em todo o país eles não eram mais de setenta. Sabiam pouco de marxismo mas tinham sede de justiça e estavam dispostos a lutar por ela. Faz sessenta anos que isto aconteceu. O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente, nem mesmo do Brasil. Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Do poeta Ferreira Gullar, em março de 1982.

Em todas as citações deste trabalho, preservamos a grafia e a pontuações originais, sem utilizar a expressão “sic”.

O texto do poeta Ferreira Gullar, em comemoração aos 60 anos do Partido Comunista do Brasil – depois, Partido Comunista Brasileiro –, narra a fundação do PC como um fato heróico e digno de homenagem. Além dessa construção enaltecadora do partido, o poema nos fornece indícios das influências que levaram à sua criação.

Cantar baixinho o hino da Internacional, por exemplo, mostra que a atividade dos comunistas no Brasil estava ligada à III Internacional ou *Comintern*, organização formada por comunistas de diversos países, sob direção do Partido Bolchevique que, em 1918, mudou de nome para Partido Comunista. O hino não ser cantado em voz alta é um indicativo da clandestinidade que viria se abater sobre o partido quatro meses após a sua fundação e o acompanharia pela maior parte de sua trajetória, pelo menos até o fim da ditadura militar.

Em 1922, não havia nenhuma organização comunista no país e a maioria dos integrantes do PC do Brasil vinha do anarco-sindicalismo. A criação do partido deu-se num contexto internacional de forte influência da Revolução Russa de 1917, não apenas através de sua participação na III Internacional, mas também da inspiração suscitada pelos bolcheviques. Dentre eles, sobressaía-se a figura de Vladimir Ilitch Lênin, citado no poema de Gullar como uma das referências teóricas dos comunistas brasileiros.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, depois conhecida como I Internacional, foi fundada sob a liderança de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1864, e dissolvida em 1876. O objetivo seria organizar a classe operária para conquistar o poder político do Estado. Os anarquistas, liderados por Bakunin, foram fortes opositores a essa idéia, já que eram contrários à organização partidária, por considerarem que a derrubada da ordem burguesa deveria ser fruto da ação direta e autônoma do proletariado. As controvérsias levaram à dissolução da organização, recriada em 1889 sob o nome de II Internacional. A visão predominante da II Internacional era de que a revolução não precisava ter caráter insurrecional, mas aconteceria através de reformas. Liderava a organização o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) (Pandolfi, 1995, p. 52-53).

Com a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914, a conquista do poder via atuação parlamentar passou a ser questionada. Especialmente na Rússia, a concepção de que se vivia um momento insurrecional ganhou força através de manifestos de Lênin. Com a vitória da Revolução Russa, o primeiro caso concreto de conquista do poder por um partido operário, o comunismo internacional passou a se basear nesse exemplo. A III Internacional foi fundada em Moscou em 1919 (Idem, Ibidem, p. 55).

De acordo com Angelo Panebianco (2005), enquanto a II Internacional era “um quadro de referência internacional” para os partidos que a compunham, a relação entre as organizações da III Internacional era completamente diferente. Segundo ele, os comunistas soviéticos exerciam total controle, eram capazes “de se impor aos diferentes partidos a ponto de dominá-los e dirigir o seu desenvolvimento organizativo”. A partir desse domínio soviético, surge a “bolchevização”, processo através do qual partidos de outros países aceitam as 21 condições de Lênin para modelar-se com base no Partido Bolchevique<sup>6</sup> (Panebianco, 2005, p. 144).

Segundo a *Comintern*, “os novos partidos [comunistas] deveriam desconfiar da legalidade burguesa e unir a atividade legal à ação clandestina. A formação de frações no interior da organização não era permitida. Pregava-se a unidade de ação e de pensamento. Através do chamado centralismo democrático, a minoria deveria se submeter às decisões da maioria” (Pandolfi, op. cit., p. 58). Isso significa que, uma vez aprovado um posicionamento nas instâncias decisórias do partido, os congressos e conferências, ele deveria ser obedecido por todos, independentemente de discordâncias individuais. Além disso, o *Comintern* “exigia de seus filiados disciplina férrea. As suas decisões deveriam ter força de lei” (Idem, *Ibidem*).

Essas concepções estavam fortemente imbricadas na fundação do PCB e também viriam a acompanhar o partido ao longo de sua trajetória. Na reunião que criou o partido, estava presente um representante do Birô Sul Americano da Internacional Comunista, e foram aprovadas as 21 condições de Lênin para que um partido fosse admitido pela Internacional Comunista. Quando foi criado, o partido tinha o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, o que mostra a subordinação aos preceitos da III Internacional (Idem, *Ibidem*, p. 23).

Logo após a fundação, no mesmo ano de 1922, foi enviado um delegado ao IV Congresso da Internacional, para que o PCB fosse reconhecido por essa organização. A necessidade de aceitação pela Internacional reflete-se na tentativa de seguir seus preceitos, o que deveria dar respaldo ao pequeno partido, formado por nove delegados que representavam 73 filiados. A aceitação não aconteceu de imediato, pelo fato de o partido ter sido considerado uma organização anarquista. Em janeiro de 1924, o

---

6 A preocupação com a bolchevização aparece nas páginas do jornal *A Classe Operária*, do PCdoB, em matérias como “No 100º aniversário de nascimento de Stálin – teses para a bolchevização do partido”, de junho de 1979, e “Importância e atualidade de uma justa política de quadros”, de novembro de 1977, que trata dos princípios bolcheviques dessa política.

secretário geral Astrojildo Pereira foi a Moscou e conseguiu a filiação à Internacional (Idem, *Ibidem*, p. 72).

Além do centralismo democrático e da disciplina partidária, outra característica do *Comintern* que se aplica ao PCB é a noção de que o partido comunista deve ser a vanguarda do proletariado; apenas através do partido os operários poderiam passar de um nível de luta sindical para a luta política. Esse pensamento, criado e divulgado por Lênin, também viria a influenciar o PCB/PCdoB por grande parte de sua história.

Um dilema também importante para a compreensão do partido o acompanha desde os primeiros anos após sua criação. Trata-se da oscilação entre afirmar-se enquanto organização de massas ou de classe, comum a diversos partidos comunistas. Em 1927, por exemplo, o PCB decidiu que deveria participar do processo eleitoral, mesmo estando na ilegalidade<sup>7</sup> ou semilegalidade, devido à lei repressiva chamada de Lei Celerada. Assim, lançou a proposta de organizar uma frente única proletária – o Bloco Operário e Camponês (BOC) – para a campanha eleitoral que se seguia ao fim do mandato do presidente Arthur Bernardes, com o Bloco constituindo a organização de frente do partido.

Os comunistas conseguiram dois lugares na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, intensificaram sua atuação junto aos operários e criaram a Juventude Comunista (Chilcote, 1982, p. 64). Em 1930, contudo, o BOC foi criticado pela Internacional Comunista por se afastar do objetivo final dos comunistas: a revolução (Pandolfi, 1995, p. 88). Quatro anos depois, a primeira Conferência Nacional do PCB indicou a adoção de uma política antifascista e, no mesmo ano, Luis Carlos Prestes filiou-se ao partido no exílio, na União Soviética.

Em 1935, Prestes, que entrou para o PCB depois de liderar a Coluna Prestes<sup>8</sup>, voltou ao país com uma equipe da Internacional e dirigentes do partido. Naquele momento, a organização julgava que o Brasil – ao contrário de outras nações – era um país onde a insurreição seria a tática apropriada. Nesse ano, foi organizada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), responsável pelas insurreições de quartéis, em novembro de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, num movimento conhecido como Intentona Comunista (Chilcote, *op. cit.*, p. 76-77). O termo “intentona”, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), não foi adotado de imediato para se referir ao levante, mas incorporado

---

<sup>7</sup> O partido foi legalizado em 1º de janeiro de 1927, com o fim do estado de sítio, mas essa fase só durou por oito meses.

<sup>8</sup> Movimento político-militar que percorreu o Brasil entre 1925 e 1927, ligado ao tenentismo, que demonstrava insatisfação com a República Velha.

posteriormente como parte de estratégias anticomunistas, já que o termo significaria intento louco, motim insensato. Para o autor, o episódio teve uma importância marcante para o imaginário anticomunista, mas também representou efetivamente uma demonstração de força dos comunistas (Motta, 2002, p. 76). Ele analisa o acontecimento da seguinte forma:

O programa defendido pelos revolucionários não era exatamente bolchevique, embora estivesse de acordo com a estratégia emanada do Komintern. Baseava-se no tripé antiimperialismo, antifascismo e antilatifundismo, o que explica a participação de elementos não-comunistas no levante, outro indicador de que a realidade era mais complexa do que a versão anticomunista faz crer. Mas é inegável que a ação foi dirigida pelo PCB, o que implicaria provavelmente um governo hegemônico pelos comunistas no caso de vitória. Inquestionável também foi a presença do “dedo de Moscou”, participação que a abertura recente dos arquivos soviéticos veio comprovar (Waack, 1993), mesmo que a discussão sobre o grau de subordinação dos comunistas brasileiros aos líderes estrangeiros ainda esteja aberta (Idem, *Ibidem*, p. 78).

Derrotado, o partido ainda se prepararia para as eleições de 1938. Porém, elas foram interrompidas com a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, por Getúlio Vargas. Vale destacar que a instalação da ditadura estadonovista sucedeu uma campanha anticomunista que se desenrolou em setembro do mesmo ano e que culminou na “descoberta” do Plano Cohen. O documento, com a assinatura apócrifa “Cohen”, foi atribuído aos comunistas e tratava de uma trama para a tomada do poder. Graças a ele e ao suposto “perigo vermelho”, o governo teve poder de convencimento sobre o Congresso para decretar Estado de Guerra e, em seguida, instalar o Estado Novo (Motta, 2002, p. 217).

A partir daí, os comunistas foram perseguidos e presos, e o partido praticamente desapareceu. Começou a ser reorganizado, em 1943, por dois grupos de comunistas, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro, chamado de Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). O partido conseguiu reunir seus militantes clandestinamente na II Conferência Nacional do PCB, a Conferência da Mantiqueira, quando Prestes foi eleito secretário-geral e decidiu-se apoiar Getúlio Vargas na guerra contra o nazismo. No plano internacional, a União Soviética combatia o nazismo de Adolf Hitler, derrotando as tropas alemãs em 1942 (Chilcote, 1982, p. 89; “O partido – instrumento fundamental da transformação revolucionária”, 1997, sem página).

Em 1945, os comunistas brasileiros foram anistiados, Prestes saiu da cadeia e o partido foi legalizado. Desse ano até 1947, o PCB viveu uma importante fase em sua história. Buscou ampliar sua inserção na sociedade, sem pregação de luta armada, com participação em sindicatos e eleições e uma rede legal de periódicos. Nesse período, o partido chegou a eleger 14 deputados e um senador. Mesmo depois de cassado, elegeu vereadores no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Fortaleza e no Recife, dentre outras cidades, através de diferentes legendas. A fase do “partido amplo” coincidia com a estratégia da União Soviética de coexistência pacífica com o mundo capitalista e com a tese de União Nacional do PCB, que apoiava Getúlio Vargas. O partido recomendava a eleição de uma Assembléia Constituinte e o adiamento das eleições presidenciais (Chilcote, op. cit., p. 95, 97).

Esse movimento de ampliação do partido e inserção nas massas foi interrompido pela revogação do registro do PCB pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1947, seguido de cassação de seus parlamentares no ano seguinte. Com a Guerra Fria em curso, a perseguição aos comunistas tornou a se intensificar, e eles voltaram a assumir, no Brasil, uma posição de defesa da luta armada. Esse posicionamento foi expresso através do Manifesto de Agosto, documento do partido datado de 1950. Contudo, o contexto não permitia ações concretas para a realização da luta armada.

Nesse mesmo ano, realizaram-se eleições e Getúlio Vargas foi eleito democraticamente, através de um processo no qual o PCB se absteve, instruindo seus integrantes a votarem em branco. Nesse momento, o partido não fazia mais parte dos apoiadores de Vargas, que se elegeu com o respaldo das tradicionais oligarquias rurais, através do PSD, e dos centros urbanos, através do PTB (Chilcote, op. cit., p. 106). O partido, nesse período, fazia duras críticas a Vargas, só revendo suas posições após o suicídio do presidente, em 1954, devido à comoção popular e por considerar que estava assumindo uma postura à direita (Pandolfi, 1995, p. 175-176).

Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o presidente da URSS, Nikita Krushev, divulgou um relatório<sup>9</sup> no qual denunciava crimes de Stálin e conclamava o fim do culto à personalidade. Além disso, Krushev considerou que, para alcançar o socialismo, a luta armada não era necessária. O PCB publicou informações sobre a denúncia soviética contra Stalin em março de 1956, mas

---

<sup>9</sup> O Relatório Secreto ou Relatório Krushev, como ficou conhecido, criticava, mas apontava qualidades de Stalin e justificava seus atos por serem em defesa da classe operária (Falcão, 2006, p. 01).

apenas em outubro o Comitê Central permitiu o debate interno (Chilcote, 1982, p. 117-118). Em novembro de 1956, Prestes escreveu uma carta ao Comitê Central do PCB:

São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo (In Pandolfi, 1995, p. 177).

O processo de desestalinização iniciado com o relatório de Krushev fez uma parcela da militância do PCB se manifestar pela democracia partidária. O debate na imprensa foi suspenso por determinação do Comitê Central enquanto este não divulgasse seu posicionamento, o que aconteceu cerca de dois meses depois do início das manifestações de múltiplos pontos de vista dos militantes acerca do relatório Krushev. A resposta veio através de uma carta de Luis Carlos Prestes, afirmando o apoio à União Soviética, a necessidade de união do partido e a inadmissão de “ataques contra a teoria do proletariado” (Falcão, 2006, p. 04).

O documento que viria a respaldar a nova fase partidária seria a Declaração de Março, de 1958, que previa a luta legal, através de eleições e por pressão pacífica das massas (Chilcote, 1982, p. 123). Esse documento expressa a repercussão nacional do XX Congresso do PCUS, estopim da divisão que levaria à criação do PCdoB. A ala liderada por Prestes, que considerava que a tática política adequada, no Brasil, era efetivar aliança com a burguesia e com o presidente João Goulart, saiu vitoriosa no V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960.

A direção do PCB decidiu convocar uma conferência para resolver divergências sobre as eleições (Idem, Ibidem, p. 124). No entanto, acabou também por implantar modificações no estatuto do partido, mudando o nome para Partido Comunista Brasileiro (já que “do Brasil” significaria que a organização seria, na verdade, um braço do comunismo internacional no país); a “ditadura do proletariado” foi um objetivo retirado do estatuto; não haveria mais nenhuma referência ao marxismo-leninismo. Essas medidas eram necessárias para a legalização do partido, através de concessão de registro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Carta dos 100, 1962; Pandolfi, 1995, p. 179; Jean Rodrigues Salles, 2001, p. 19).

Alguns autores defendem que esse processo de ruptura dentro do PCB não foi de mero acatamento da linha da União Soviética. A mudança de tática política do PCUS não teria determinado a mudança no PCB, mas fortalecido sua ala liberal (Reis Filho,

1990, p. 37). Os insatisfeitos com as mudanças realizadas pela direção do partido através de uma conferência – quando seria necessário um congresso para que elas fossem efetivadas – escreveram um documento chamado de Carta dos 100.

A carta, que cerca de cem militantes e dirigentes partidários encaminharam ao Comitê Central, posicionava-se contra aquelas medidas, mas este não era o centro de suas divergências. Eles exigiam a convocação de um congresso, de acordo com as normas estatutárias, para que todo o partido tivesse o direito de discutir as mudanças propostas. E, ao contrário do que conta a historiografia oficial, entre esses cem militantes estavam quadros que haviam concordado com as teses para o V Congresso, outros que continuavam totalmente fiéis ao PCUS, vários que ainda acreditavam piamente que Prestes não compactuava com as medidas do Secretariado, alguns já totalmente descrentes do mito prestista, vários que ainda reputavam Stálin como o maior guia que os povos haviam tido, uns que colocavam a unidade do partido acima de tudo e outros que gostariam de romper antes de serem expulsos (Pomar, 2003, p. 250).

O trecho acima é um extrato da biografia de Pedro Pomar, escrita pelo filho dele, Wladimir Pomar. Segundo Pomar, a Carta dos 100 reuniu uma diversidade de militantes e dirigentes que foram individualmente sendo chamados pelo partido para retirar sua assinatura. Os que decidiram manter o posicionamento foram expulsos e, “como a conferência mudou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro”, “sentiram-se à vontade para reorganizar o velho Partido Comunista do Brasil e se apresentar como herdeiros de suas tradições revolucionárias e de seus compromissos de classe” (Idem, *Ibidem*, p. 250).

Essa versão se assemelha à do historiador Daniel Aarão Reis Filho (1990). Segundo ele, os signatários da Carta dos 100 foram considerados pelo partido como formadores de fração, o que era proibido pelo estatuto. Assim, foram sendo expulsos, mas não admitiram a legalidade do ato e convocaram uma Conferência Extraordinária, subvertendo a lógica da expulsão através da idéia de que eles estavam reconstituindo o partido, o autêntico partido comunista (Reis Filho, *op. cit.*, p. 37).

A auto-afirmação como verdadeiro partido marxista-leninista é marcante no Manifesto-Programa de fundação do PCdoB, escrito em 1962. No documento, os comunistas fizeram questão de estabelecer que seu pressuposto teórico era o marxismo-leninismo, já que essa ausência nos novos estatuto e programa do PCB foi uma das razões que os fez romper com o partido, como deixaram claro na Carta dos 100.

A modificação do nome, para os signatários da Carta, também tinha grande significado simbólico. Seria aceitar a acusação dos opositores de que o partido não era independente, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética, quando a aproximação com esse partido se dava, segundo eles, por questões político-ideológicas. Além disso, acreditavam que a mudança no programa e no estatuto formava outro partido, que “nada tem a ver com o verdadeiro Partido Comunista”. Eles consideravam que a luta política “não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições”, e era isso o que achavam que estava sendo feito para tornar o partido legalizado (Carta dos 100, 1962).

Já “os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro” (Idem, *Ibidem*). Os militantes declararam entender a vontade dos dirigentes do PCB de trazer de volta o partido à legalidade e coadunar com ela. Entretanto, achavam grave que isso se fizesse escondendo os princípios partidários, até porque eles não poderiam ser recolocados no estatuto e no programa após a legalização – modificação não permitida pelo TSE. O problema essencial da falta dos princípios partidários em seus documentos fundadores estaria na dificuldade de educar os militantes e conquistar novos adeptos, que estariam interessados no marxismo-leninismo a partir do sucesso do socialismo científico em alguns países.

A divisão do PCB se justifica também pela lógica partidária de centralismo democrático, herança do *Comintern*. Esse princípio explica a demora da efetivação da divisão que formou o PCdoB. Um exemplo da obediência ao centralismo pode ser encontrado na atitude de dois dos dirigentes do PCB que depois vieram a formar o PCdoB. Em reunião do Comitê Central (CC), em 1958, João Amazonas e Maurício Grabois foram os únicos a votar contra a Declaração de Março, que se tornou o documento-base do partido no período.

Vencido nesse embate interno, João Amazonas acatou a decisão do CC, não transmitindo nem aos militantes de sua base que tinha posição divergente daquela do partido. Afinal, era preciso esperar a realização do congresso para explicitar suas discordâncias (Buonicore, 2006, p. 17). Grabois também permaneceu no PCB até a divisão de oficializar. O princípio do centralismo democrático colabora para que se compreendam as cisões que se sucederam no partido comunista desde a década de 1960

até as divisões no PCdoB<sup>10</sup>. A intolerância da organização a frações divergentes em suas fileiras levava à saída ou expulsão dos que não se alinhavam às decisões.

Essas separações marcavam divergências em certos pontos da política do partido, mas os dissidentes acabavam por guardar semelhanças com a matriz. No caso do PCdoB, podemos afirmar que sua discordância com o PCB dizia respeito à tática, mas não à estratégia política. Isso significa que ambos tinham a mesma análise acerca da situação brasileira, mas divergiam quanto ao método para alcançar o socialismo no país. Essa análise era basicamente a de que o Brasil ainda não tinha seu capitalismo plenamente desenvolvido e, por isso, a revolução deveria acontecer em duas etapas: uma para derrotar as forças conservadoras e outra para instalar o socialismo. Nessa primeira etapa, o papel da burguesia nacional seria fundamental, já que ela apresentaria, como característica necessária à revolução, um caráter antifeudal e antiimperialista, necessário para o fim do atraso e o pleno desenvolvimento nacional.

Tais concepções advêm da noção de que o Brasil seria um país dual, no sentido de que seu desenvolvimento não se dava de forma mais ou menos uniforme. Conviveriam, no país, dois estágios de capitalismo: o mais desenvolvido conviveria com resquícios feudais. A visão dualista se deveu à historiografia nacional e ao movimento comunista internacional. O programa aprovado pelo VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 1928, afirmava que os países latino-americanos estavam em “transição do feudalismo para o capitalismo” (Dória, 1998, p. 207).

O PCdoB carregava toda essa herança conceitual. E, embora sua tática tenha se estabelecido como a de luta armada, isso não era claro no momento de reorganização do partido. Esse pode ser um indicativo de que, nesta ocasião, ele absorvera diversas correntes de pensamento.

Nessas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas,

---

<sup>10</sup> Foram formados a partir de divisões no PCB: o PCdoB, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Dissidência Comunista da Guanabara (depois Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Do PCdoB, surgiu a Ala Vermelha (em 1966, por não saber que já haviam se iniciado as preparações para a Guerrilha do Araguaia e considerar muito demorado o processo de instalação da luta armada) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) (Araujo, 2000).

divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta – a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo (Manifesto-Programa, 1962, sem página, grifo nosso).

Assim, embora afirme claramente que o caminho pacífico seria inviável, o partido não descarta outras formas de luta, apontando inclusive a necessidade de participação nas eleições. Mesmo após o golpe de 1964, quando o PCdoB elabora o documento “O golpe de 1964 e seus ensinamentos”<sup>11</sup>, a afirmação do caminho da luta armada convive com a criação de uma frente ampla.

Entretanto, nesse documento é colocada mais ênfase sobre a inviabilidade do caminho pacífico, até mesmo como forma de mostrar que o PCdoB sempre estivera correto em sua análise da situação política brasileira, ao contrário de sua matriz, o PCB. No breve período do governo de João Goulart, o PCB apostava nas reformas e na participação na administração pública. O documento do PCdoB exime o partido de qualquer responsabilidade da derrota das esquerdas pelo golpe militar, acusando a avaliação errônea do PCB e também se colocando como um partido pequeno que não tinha ainda condições de mobilizar as massas.

Os acontecimentos de março-abril vieram demonstrar o quanto era ilusória a orientação do caminho pacífico. É inegável que o movimento democrático e antiimperialista dispunha de bastante força. Contava com os sindicatos, com as organizações estudantis, possuía apoio no campo e regular influência nas corporações militares. Contudo, não foi capaz de organizar a luta para enfrentar os golpistas. Imbuído de uma concepção pacífica, revelou completa falta de iniciativa para defender os interesses do povo. Hoje, quando as liberdades foram anuladas e sucedem-se as mais odiosas perseguições, não é difícil compreender o quanto foi criminosa a linha da transição pacífica. Os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais indagam por que não se resistiu ao golpe quando se tinha tão fortes posições. Os responsáveis principais são os que pregavam aquela orientação. Tivesse prevalecido a linha revolucionária, outro teria sido o curso dos acontecimentos (O golpe de 1964 e seus ensinamentos, 1964, sem página).

O documento apontava o “menosprezo pelo movimento camponês” como uma das causas do “retrocesso do 1º de abril”: o partido já atentava para a questão agrária,

---

<sup>11</sup> O documento faz parte de um movimento realizado pelas esquerdas do país de avaliação do golpe que instalou o regime militar, na tentativa de compreender os erros que levaram à sua vitória.

que depois viria a ganhar relevância fundamental na escolha de sua tática de luta armada. As populações camponesas foram consideradas “potencialmente uma grande força revolucionária”. O partido já esboçava a opção pela guerra popular prolongada: “Se bem dirigidas, as lutas no interior podem não só subsistir, como ampliar-se e transformar-se em choques de grandes proporções” (Idem, *Ibidem*). Em 1964, porém, essa tática não estava ainda plenamente elaborada.

Até chegar à escolha da guerra popular prolongada, o partido discutiu diversas outras formas de luta, influenciado pelas revoluções e movimentos de libertação nacional que estouraram em diferentes lugares do mundo em fins dos anos 1950 e início dos 1960, como a revolução cubana – que impressionava especialmente por ter acontecido em continente americano e com tanta proximidade dos Estados Unidos.

Segundo Wladimir Pomar, o Partido Comunista de Cuba teria exercido mais influência sobre o PCdoB, num primeiro momento, do que o Partido Comunista da China. Traços dessa influência são as publicações feitas pelo PCdoB de obras de Fidel Castro e Che Guevara, além da visita a Cuba por dirigentes do partido, como Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois (Pomar, 2003, p. 254-255).

Nas discussões sobre que tática de luta usar no Brasil, foi decidido que o foquismo<sup>12</sup> não seria adequado. O exemplo da revolução chinesa, de guerra popular no campo, começou a ser utilizado, com a diferença de que o PCdoB considerava essencial o apoio das cidades, por avaliar que o Brasil já tinha grande desenvolvimento urbano, apesar de apresentar resquícios feudais. A idéia de luta armada seria a de guerra popular prolongada, na qual os militantes teriam amplo apoio da população, que se integraria à luta, espalhando-se por outros lugares do país a partir da propaganda do estopim do conflito<sup>13</sup>. Essas idéias estão expostas no documento do partido intitulado “Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil”, de 1969.

Assim, o PCdoB deixou de lado a influência cubana e aliou-se aos partidos comunistas da China e da Albânia, em busca de reconhecimento internacional. Depois de viagem a esses dois países, em 1963, o PCdoB elaborou o documento “Resposta a Krushev”, em referência ao relatório de Nikita Krushev apresentado no XX

---

<sup>12</sup> Tática de luta armada através da qual são criados vários focos, formados por grupos não muito grandes e sem a necessidade de orientação de um partido político. Um exemplo foi a Revolução Cubana, em que um grupo de vanguarda conseguiu tomar o poder em 1958.

<sup>13</sup> Ao longo da preparação e desenvolvimento da Guerrilha do Araguaia, no entanto, surgem divergências internas no partido acerca da execução, na prática, desse pensamento. Cf. item 1.3.

Congresso do PCUS. Esse foi o marco do rompimento dos dois partidos<sup>14</sup>. Além dessas visitas, os PCs da Albânia e da China receberam representantes do PCdoB que lhes informaram do início da Guerrilha do Araguaia e, depois, de seu insucesso militar. A China inclusive treinou militantes do PCdoB para a preparação da guerrilha, mas, anos depois, os dois partidos romperam.

Em 1978, o PCdoB publicou no jornal *A Classe Operária* texto intitulado “Breve histórico das divergências com o Partido Comunista da China”. Nessa matéria, explica que as divergências com o PC Chinês eram antigas, datando de 1963. Mas o PCdoB acreditava que a China apresentava alguns equívocos pontuais, “simples desvios da linha geral, corrigíveis a curto e a médio prazo” (*A Classe Operária*, nº 132, dez 78). A matéria justifica ainda a demora em avaliar as posições do PC chinês como erros globais ao caráter fechado do regime da China, o que fazia com que se soubesse tardiamente de seus posicionamentos.

O texto cita uma série de discordâncias entre os dois PCs. A principal razão das divergências, e que perpassa todas as demais, era que o PCdoB considerava o Partido Comunista da China revisionista e anti-marxista-leninista, por tomar atitudes nacionalistas, contrariando o princípio do internacionalismo proletário, e ainda por criar novos conceitos que seriam uma revisão do marxismo-leninismo. Mao Tse Tung pretendia que suas teses fossem uma nova etapa da doutrina da classe operária, utilizando para elas a nomenclatura marxismo-leninismo-pensamento Mao Tsetung ou marxismo-leninismo-maoísmo.

O PCdoB manifestou posição contrária a essa idéia, já que considerava o maoísmo anti-marxista-leninista: além de privilegiar o nacionalismo em detrimento do internacionalismo proletário, segundo o PCdoB, a China apoiava mais de um partido comunista num mesmo país, quando Marx e Lênin afirmavam que deveria haver apenas um partido da vanguarda do proletariado<sup>15</sup>. O PCdoB se referia aqui ao apoio de Mao Tse Tung à Ação Popular (AP), que ele acreditava poder cumprir o papel de um partido de novo tipo para desencadear a guerra popular.

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que a negação da influência da União Soviética se dava apenas a partir de Nikita Krushev haver assumido a presidência daquele país. O PCdoB continuava reverenciando a Revolução Russa (ou Revolução de 1918) e Josef Stalin. Inclusive, os aniversários de ambos são comemorados pelo jornal *A Classe Operária* nos anos 1970.

<sup>15</sup> O PC da China recebeu, em 1963, além da visita do PCdoB, uma comitiva do PCB, e estava disposto a apoiar também esse partido. Foi o próprio PCB que não aceitou ter relações com o PC chinês por esse reconhecer também o PCdoB. A idéia de que só deveria haver um partido marxista-leninista num mesmo país era compartilhada pelo Partido do Trabalho da Albânia, que preferiu reconhecer a legitimidade do PCdoB.

A AP, inicialmente católica e inspirada no socialismo humanista, surgiu entre 1962 e 1963, numa série de reuniões. Em 1968, passou a adotar o marxismo-leninismo como sua doutrina, voltada especialmente para o maoísmo e, entre 1972 e 1973, parte de seus militantes aderiu ao PCdoB<sup>16</sup>. Quando isso aconteceu, a organização já se chamava Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Entretanto, não aconteceu uma fusão de organizações: a APML continuou a existir de modo independente (Ciambarella, 2007, p. 101; 123). Posteriormente, o PCdoB avaliou de forma bastante positiva a adesão de integrantes da AP ao partido, considerando que se tratou de “reforço político e orgânico para o partido” (Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular, 1983, sem página).

Com relação à luta contra o revisionismo, o próprio PCdoB afirmava ser sua tradição, lembrando que também os soviéticos foram acusados por eles de revisionistas. O partido acabou se afastando da China e se aproximando da Albânia. O socialismo albanês surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando o país resistiu ao fascismo italiano. A partir de 1944, a Albânia passou a ser governada por Enver Hodja, que estabeleceu uma ditadura socialista personalista, aos moldes do stalinismo. Interessante observar que o governo albanês também rompeu com a China em 1978, devido à revisão do maoísmo feita por Deng Xiaoping.

Ao que parece, 1976 foi um ano chave para compreender o afastamento do PCdoB da China e sua aproximação com a Albânia. Data do fim desse ano a visita de uma delegação do PC do Brasil à China.

Estranhou-nos o ataque desabrido ao PTA [Partido do Trabalho da Albânia] e ao seu dirigente máximo, o camarada Enver Hodja. Por que os atacavam? Não eram fundamentadas e sinceras suas posições revolucionárias? A par do ataque ao PTA, a direção chinesa concentrou sua hostilidade na Declaração Conjunta dos Partidos marxistas-leninistas da América Latina, de novembro de 1976. Via nesse documento, claro e irrefutável, um ataque à linha do PCCh e queria-nos obrigar a renunciar à Declaração. Rechassamos essa exigência e reafirmamos nossa adesão a esse documento e nossa amizade com o PTA bem como o desejo de continuar mantendo boas relações com o PCCh. Nas entrevistas com os dirigentes chineses expusemos de maneira sistemática uma série de divergências teóricas e políticas com a orientação chinesa, que não obteve resposta. Vendo

---

<sup>16</sup> Outras fontes consideram que a incorporação de integrantes da AP ao PCdoB aconteceu em 1974 (Pomar, 2006; Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular, 1983).

que nos mantínhamos firmes nas posições de princípios, os chineses, em particular Keng Piao, membro do Birô Político, desbragaram-se em verdadeiros insultos ao PTA e também ao PC do Brasil, repelidos com dignidade pela nossa delegação (*A Classe Operária*, nº 132, dez 78, p. 19).

A estreiteza da relação com a Albânia transparece, por exemplo, na escolha desse país para a realização da VII Conferência do PCdoB, que não poderia ainda acontecer no Brasil devido à ditadura militar. Além disso, durante os anos 1970, o jornal *A Classe Operária* publicou em todas as suas edições uma chamada para que os leitores sintonizassem a Rádio Tirana, na Albânia. Foi essa rádio que divulgou a Guerrilha do Araguaia, inclusive com leituras de textos que não tinham como circular no Brasil devido à repressão. Algumas edições d'*A Classe* também anunciavam a Rádio Pequim. Isso deixou de acontecer a partir do entendimento de que a China não apoiou a guerrilha, negando-se a divulgá-la em sua rádio, segundo o PCdoB.

Acreditamos que o contexto político internacional seja importante para compreender a aproximação e o rompimento do PCdoB com o PC chinês. As relações entre a China e a União Soviética, que já não eram tão boas devido à disputa de poder entre as duas potências do comunismo, agravaram-se com o governo de Krushev, que estabeleceu a “convivência pacífica” com os países capitalistas. Por defender a ortodoxia comunista, a China distanciou-se da URSS. Nesse momento, seu único aliado ideológico passou a ser a Albânia, também ortodoxa. O PCdoB, desde sua criação e também a partir de sua “reorganização”, busca a referência e o respaldo de outros países. Assim, em 1962, quando o PCB se dividiu, o PCdoB procurou o apoio da China e da Albânia, ambas contrárias à política soviética de Krushev.

Durante a década de 1970, a China começou a se aproximar dos Estados Unidos e, depois da morte de Mao em 1976, assumiu o poder Deng Xiaoping, que passou a abrir o regime do país para o capitalismo. Assim, deixou de ser uma referência para o PCdoB, que praticamente limitou sua relação internacional à Albânia.

## **1.2. Guerrilha do Araguaia**

Nos anos 1960 e 1970, aconteciam revoluções de libertação nacional, como a cubana (1959), a de independência da Argélia (1962), a guerra antiimperialista no Vietnã, e movimentos de protesto e mobilização política, como Maio de 1968, na França. O socialismo da União Soviética era questionado, sendo seu modelo contestado

pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia, em 1968, em episódio conhecido como Primavera de Praga.

A Guerrilha do Araguaia se insere nesse contexto, em que pegar em armas para fazer a revolução apresentava-se como um caminho possível para a conquista de poder. A região escolhida pelo PCdoB foi o baixo Araguaia, entre o sul do Pará e o norte de Goiás – atual estado de Tocantins. Era uma área de confluência de três bases militares, o que o PCdoB acreditava que atrapalharia a repressão. Além disso, a região era conflituosa, com disputas pela terra entre grileiros e posseiros. O partido pretendia capitalizar esses conflitos para a luta guerrilheira (Portela, 1979, p. 33).

Considera-se que a guerrilha foi empreendida de abril de 1972 a janeiro de 1975<sup>17</sup>, com o objetivo não só de derrubar a ditadura militar, mas de instaurar um novo regime. A luta se desenvolveu em três campanhas militares e mobilizou para o combate Exército, Marinha e Aeronáutica, num total de cerca de 10 mil homens. O partido começou a enviar militantes para a região do Araguaia em 1966. Aos poucos, eles foram chegando e procurando viver como os demais moradores do Araguaia, mas organizados em três destacamentos militares e fazendo treinamento na selva às escondidas. Em geral, considera-se que houve cerca de 60 (Idem, *Ibidem*, p. 36) ou 70 guerrilheiros (Dória et. al., 1978, p. 12). Também há divergências com relação à quantidade de militares acionados no combate à guerrilha e, nesse caso, a discrepância é maior: seriam cerca de 20 mil soldados – segundo processos na Justiça Militar – ou de 10 mil, de acordo com alguns militares (Idem, *Ibidem*, p. 12). Mas há fontes que apontam um número bem menor: quatro mil (Stuart, 2006, p. 149)<sup>18</sup>.

Como o PCdoB pretendia realizar uma guerra popular, precisava fazer um trabalho de conquista da população, para que ela colaborasse com as forças guerrilheiras quando estas fossem descobertas pelo governo. Por isso, os militantes do PCdoB procuravam viver como pessoas simples e prestativas. Os médicos e enfermeiras ajudavam os doentes e faziam partos. Os comerciantes dividiam, por exemplo, o macarrão em dois pacotes, para tornar o preço mais acessível. E todos participavam dos

---

<sup>17</sup> O partido considera que o fim da guerrilha só aconteceu em janeiro de 1975, enquanto outras fontes apontam o ano de 1974. Apenas um dos textos pesquisados afirma ter uma informação oficial, de um coronel do Batalhão de Infantaria da Selva, de que “as operações antiguerrilheiras foram oficialmente encerradas em janeiro de 75” (Dória et. al., 1978, p. 19). Mas todas as fontes pesquisadas estão de acordo quanto a considerar que, em 1974, a guerrilha não era mais um movimento organizado, mas estava dispersa e acuada.

<sup>18</sup> Praticamente todos os números relacionados à Guerrilha do Araguaia são divergentes. Portanto, o leitor deve considerar sempre que outras fontes podem indicar números diferentes dos que apontamos nesse trabalho.

terecôs – ritual religioso local – e das festas organizadas pela comunidade (Portela, 1979, p. 38-39; Bercht, 2002, p. 108). Esse comportamento fazia parte da “técnica de aliciamento das massas”. No entanto, antes de ela se completar, e quando ainda eram esperados mais combatentes do PCdoB, os militantes foram descobertos pelas Forças Armadas.

Era 12 de abril de 1972. A partir daí, desenrolou-se a luta. Os guerrilheiros internaram-se na mata, que era bastante conhecida deles, mas não do Exército, que, nesse primeiro momento, utilizou recrutas despreparados. Na época, os militares da região estavam acostumados a exercer atividades assistencialistas para os moradores da mata, não ao combate armado. Para compensar a falta de preparo, os militares passaram a recrutar – alguns à força, outros em troca de dinheiro ou de terra – índios e moradores da região, conhecidos como “bate-paus”, para guiá-los na mata. Alguns desses bate-paus já eram mal vistos pela população por serem “capangas” dos grandes donos de terra do lugar. Outros foram presos e torturados para servir aos militares. (Portela, op. cit., 58). Os que foram recompensados pelo trabalho receberam terras nas Estradas Operacionais abertas para reprimir a guerrilha, as OP-1, OP-2 e OP-3 (Dória et. al., op. cit., p. 12).

Ao final da primeira campanha, haviam sido presos seis guerrilheiros. As forças armadas se retiraram da região em julho de 1972 para voltar em setembro, com um efetivo maior e melhor treinado. A segunda campanha foi até outubro. Os oficiais começaram a fazer propaganda contrária aos guerrilheiros, dizendo à população que eles a haviam enganado. É desse período também o desenvolvimento da Ação Cívico Social (Aciso), chamada de Operação Carajás, espécie de encenação de luta feita pelas Forças Armadas com distribuição de revólveres de brinquedo para a população e organização de uma festa para comemorar uma suposta vitória sobre os comunistas. A partir desse período, a presença das Forças Armadas na região tornou-se constante (Studart, 2006, p. 150-151).

A segunda campanha durou apenas 12 dias de combate efetivo. Nove guerrilheiros foram mortos ou desapareceram depois de presos (Idem, Ibidem, p. 142). Com o fim dessa campanha, aconteceu o que seria um ano de trégua nos combates. Na verdade, os militares estavam treinando agentes para se infiltrarem na região, descobrindo a rede de apoiadores da guerrilha (Carvalho, 2004, p. 120). Era a chamada Operação Sucuri, que infiltrou 35 militares na região, treinados para se passarem por moradores (Studart, 2006, p. 171).

Por outro lado, os militantes do PCdoB voltaram-se para atividades mais políticas, já que o apoio que tinha até o momento de parte dos moradores acontecia mais por simpatia do que por engajamento político. Criaram a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), fizeram uma investida contra um posto policial e realizaram “justiçamentos” – assassinato de pistoleiros que colaboravam com os militares. Os assassinatos eram decididos pelo Tribunal Revolucionário e talvez não tenham se restringido a esse período (Studart, 2006, p. 197-200).

Cerca de 150 moradores que poderiam ser colaboradores da guerrilha foram presos pelas Forças Armadas, sendo submetidos a torturas. Assim, a terceira campanha teve início, em outubro de 1973, com os militares bem informados, trabalhando com tropas melhor treinadas e descaracterizadas<sup>19</sup> (Idem, *Ibidem*, p. 217). Durou até janeiro de 1975. Em 1973, a comissão militar da guerrilha decidiu juntar os três destacamentos sob o seu comando. No natal desse ano, cerca de 25 pessoas, incluindo a comissão, estavam no acampamento do destacamento A. Ele foi cercado pelo Exército, que utilizou também helicópteros e um avião. Não se sabe quantos foram mortos nem presos, mas provavelmente a comissão militar que dirigia a guerrilha foi desbaratada nesse momento (Portela, *op. cit.*, 85).

O destino dos corpos de quase todos os guerrilheiros ainda é desconhecido; são considerados desaparecidos políticos. Embora algumas ossadas tenham sido localizadas, até agora só foi reconhecido o corpo de Maria Lúcia Petit da Silva, em 1991. Pelo que consta, os militares procuraram apagar quaisquer vestígios que pudessem levar à descoberta dos mortos.

A “operação limpeza” teria consistido no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os locais. Helicópteros iam a esses pontos e o pessoal especializado fazia o serviço de desenterrar os restos e colocá-los em sacos plásticos. Os sacos eram então transportados pelos helicópteros para a Serra das Andorinhas, para serem queimados juntamente com os pneus.

O coronel Pedro Lobo afirma que foi testemunha de tudo isso e que pilotou um dos helicópteros que transportaram os corpos. Ele diz que viveu muito tempo como se continuasse sentindo o odor forte que exalava dessa operação macabra (Miranda; Tibúrcio, 1999, p. 196).

---

<sup>19</sup> Tropas descaracterizadas não utilizam a farda militar, para dificultar a identificação delas pelos inimigos.

Logo após o fim do conflito, houve uma tentativa de controlar a entrada e saída de pessoas da região. Em 1977, mudou-se para a estrada Operacional Nº 3 (OP-3) – onde foram distribuídos lotes de terra aos colaboradores da guerrilha – o Dr. Curió. Esse era o pseudônimo do major Sebastião Rodrigues de Moura, que morava no quartel. (Portela, op. cit., p. 98). Curió combateu na Guerrilha do Araguaia e depois se tornou político influente na região, sendo fundador e prefeito da cidade de Curionópolis.

Ainda hoje, não foram abertos os arquivos da guerrilha. Em dezembro de 2004, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região decidiu pela abertura, mas o governo Lula – do qual o PCdoB faz parte – recorreu. Atualmente, a decisão depende do Supremo Tribunal Federal (STF) (Guerrilha do Araguaia, 2005, p. 39).

Familiares de militantes do PCdoB desaparecidos na guerrilha receberam indenização e atestado de óbito no qual a *causa mortis* não está especificada. Os moradores da região, contudo, ainda estão sendo entrevistados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que pretende descobrir quem colaborou com as Forças Armadas em troca de recompensas e quem foi realmente cooptado, para então encaminhar as devidas indenizações (Carta Capital, 2008, p. 10).

### **1.3. Chacina da Lapa e Avaliação da Guerrilha do Araguaia**

A Guerrilha do Araguaia foi acompanhada por repressão nas cidades aos integrantes do PCdoB que faziam parte da rede de suporte ao movimento. Já em 1973, foram assassinados três integrantes do PCdoB que faziam a ligação entre a região do Araguaia e o sudeste do Brasil: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli e Lincoln Bicalho Roque. Eles faziam parte da logística da guerrilha, e seu assassinato a deixou isolada do partido (Portela, op. cit., p. 72).

A operação repressiva não findou com a Guerrilha do Araguaia. Depois que ela foi derrotada, partido continuou visado pelos militares, o que culminou no episódio conhecido como Chacina ou Massacre da Lapa. Uma equipe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército cercou a casa na Rua Pio XI onde aconteceu, nos dias 14 e 15 de dezembro, uma reunião do Comitê Central e da Executiva do PCdoB. Seguindo o carro que buscava os comunistas na casa, os militares foram prendendo as duplas que eram retiradas. Foram presos sete dirigentes do partido, sendo que um deles, João Baptista

Franco Drummond, morreu ao tentar escapar da cadeia, o que foi creditado pelo regime como morte por atropelamento na tentativa de não ser preso (Pomar, 2006, p. 20, 21).

Na manhã de 16 de dezembro de 1976, foram assassinados Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Estava na casa, além deles, Maria Trindade, militante do partido que sobreviveu ao tiroteio, sendo presa em seguida. De acordo com a versão da polícia, os tiros foram em legítima defesa, já que Arroyo e Pomar estariam armados e teriam resistido. Contudo, testemunhas afirmam que não havia armas no local; elas foram colocadas lá para incriminar os comunistas (Pomar, 2006, p. 19).

Nesse período, o país era governado por Ernesto Geisel, que prometia distensão gradual. O general Dilermando Gomes Monteiro tinha assumido o comando do II Exército em substituição a Ednardo D'Ávila. Este fora retirado desse cargo justamente por conta da repercussão das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI do II Exército. Isso leva a crer que a Chacina da Lapa não foi um “excesso” das Forças Armadas, e sim uma operação organizada para eliminar certos opositores ao regime. Já que a abertura estava em vias de acontecer, que sobrevivesse apenas a chamada “oposição responsável”, formada principalmente pelo MDB. Vale observar também que não há indícios de que Dilermando ou Geisel desconhecem a operação (Pomar, 2006, p. 29, 30).

A Chacina da Lapa teve importante repercussão política no partido. Quatro dirigentes capturados no episódio foram destituídos por decisão da VII Conferência Nacional, em 1979, sendo que três ainda estavam presos: Haroldo Lima, Aldo Arantes e Vladimir Pomar. Eles escreveram cartas de protesto à falta de espaço para defesa. Nessa época, alguns comitês regionais pressionaram o Comitê Central (CC) para que ele convocasse o congresso, que é a instância máxima do partido.

Com a negativa do CC de aceitar o pedido dos comitês de convocação do congresso, os comitês regionais de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pará e Paraná promoveram uma Reunião Nacional de Consultas e convocaram o 6º Congresso (Extraordinário) do PCdoB. Seu balanço apontou que as punições ocorridas desde a VII Conferência haviam dissolvido três comitês regionais e excluído mais da metade dos membros do antigo CC remanescentes da Chacina da Lapa. As divergências e punições resultaram em mais cisões no partido. Uma parte dos dissidentes formou, mais tarde, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que durou poucos anos, enquanto outros passaram a atuar no Partido dos Trabalhadores (PT) (Pomar, 2006, p. 156, 157).

Essa reunião na Lapa foi uma tentativa de avaliação da Guerrilha do Araguaia, já que o partido não tinha ainda se posicionado desde a derrota no sul do Pará. Na época, havia duas principais interpretações divergentes: uma, encabeçada por Ângelo Arroyo, que fora um dos chefes militares da guerrilha, de que ela tinha apenas retrocedido e ainda seria possível retomar a luta armada. A outra, liderada por Pedro Pomar, indicava que a experiência, embora admirável, culminou numa derrota por motivos estratégicos e não deveria ser reavivada. Com a morte dos dois e o desmantelamento do partido, essa avaliação foi interrompida e predominou a idéia de que a guerrilha foi vitoriosa, idéia levada adiante por João Amazonas, dirigente que não foi morto no episódio da Lapa porque estava num encontro político na Albânia<sup>20</sup>.

A interpretação de Arroyo de que a guerrilha foi vitoriosa acabou prevalecendo no partido. Essa interpretação foi publicada em 1976, através do documento “Gloriosa jornada de luta”.

As Forças Guerrilheiras do Araguaia, organizadas com o braço armado das massas, realizaram múltiplas ações contra os contingentes do governo, desde o simples fustigamento até emboscadas e assaltos a postos militares, causando-lhes baixas. Justicaram pistoleiros e bate-paus. Os que combatiam também trabalhavam nas roças e os que lavravam a terra ajudavam de diferentes formas aos que enfrentavam o inimigo. Os guerrilheiros inauguraram, no Brasil, o sistema de luta na selva, recolhendo fecunda experiência. Desse modo, num período de mais de dois anos, a resistência armada conseguiu subsistir organizadamente aos ataques furiosos do Exército, baseando-se nas próprias forças e com o apoio e a simpatia de mais de 90% da população (Arroyo in Pomar, 1980, p. 147).

Essa concepção, embora não fosse unânime, nem esse documento tivesse sido eleito como o que traduzia o pensamento do partido naquele momento, acabou prevalecendo. Antes mesmo da reunião na Lapa, ela já vinha sendo publicada no jornal do PCdoB, *A Classe Operária*, como no texto abaixo, intitulado “Invencível bandeira de luta”, de abril de 1976:

A bandeira que levantaram continua no alto. Mesmo que temporariamente a guerrilha haja retrocedido, os ideais que encerra estão bem vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo o país, dos patriotas e democratas que não se sujeitam ao regime opressor e sanguinário dos generais vende-pátria.

---

<sup>20</sup> Pedro Pomar é que fora designado para a viagem à Albânia, porém ficou no país porque sua esposa estava doente (Pomar, 2006, p. 137).

A heróica resistência dos moradores do sul do Pará é um chamamento vigoroso às populações abandonadas e perseguidas do interior brasileiro, às massas populares que sofrem as cidades, para se erguerem na luta decidida contra os opressores e traidores da nação (A Classe Operária, nº 105, abr 76).

As discordâncias a essa visão só vieram à tona com a publicação da chamada *Carta de Pomar* no jornal *Movimento*, com o qual o partido já havia colaborado. Em 1979, pecedebistas dissidentes conseguiram fazer chegar ao jornal o documento de Pomar. Embora reconheça a importância da guerrilha, o texto não deixa dúvidas de que a considera derrotada.

Entretanto, é preciso enfrentar a dura realidade. A luta iniciada a 12 de abril de 1972, com todo o heroísmo que conhecemos, e que se manteve organizada até fins de 1973 ou princípio de 1974, deixou praticamente de existir como tal a partir desse período. A terceira campanha do inimigo, de princípios de outubro de 1973, conseguiu em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros, dizimar a maior parte dos combatentes e até mesmo atingir e dismantelar a Comissão Militar. A direção do Partido nas cidades perdeu o contato com os camaradas do sul do Pará e atualmente não sabe quantos deles sobreviveram, ou se sobreviveram.

O camarada J. [Arroyo] reconheceu que a guerrilha sofreu uma derrota, mas temporária. Supõe, ao que parece, possível retomar a luta iniciada em abril de 1972, se bem que não esclareça se com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros, novos. Julgo que o camarada J. não tem razão. Se examinarmos a derrota do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo Partido e justificados pelo camarada J., a derrota do Araguaia não pode ser considerada temporária. Que objetivos eram esses? Primeiro, conflagrar a área; segundo, libertá-la; terceiro, convertê-la, com o tempo, numa sólida base de apoio. Portanto, não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu uma derrota completa, e não temporária (Pomar, 2006, p. 139-140).

Essa análise dos acontecimentos nunca ganhou publicidade nos meios de comunicação do PCdoB. Em 1983, Haroldo Lima e Renato Rabelo escreveram o documento intitulado “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária” e aprovado no 6º Congresso do partido. Através desse documento, fazem algumas críticas à Guerrilha do Araguaia e também a defendem de outras que consideram críticas errôneas. Dentre as lições da guerrilha, são apontadas: conseguiu apoio de massas suficiente para sobreviver por três anos; despertou os camponeses para a idéia da luta

organizada como meio de se defender e conquistar seus direitos; situou a resistência popular no campo num terreno favorável; elaborou uma plataforma política e de reivindicações concretas para a luta; mostrou a coerência revolucionária, marxista-leninista, do PC do Brasil.

O documento também assumiu que a guerrilha cometeu alguns erros, que seria os seguintes: a tática guerrilheira permaneceu no geral estável durante o período da luta; a área guerrilheira não foi ampliada, não se criaram novos destacamentos; não prevaleceram os métodos da defensiva ativa; o apoio logístico não foi bem preparado e não houve trabalho na periferia da área; as forças guerrilheiras se concentraram e o comando ficou excessivamente centralizado.

Contudo, outras críticas, “feitas de boa ou de má fé” são refutadas: “foquismo”; “maoísmo”; “blanquismo”<sup>21</sup>; o trabalho político prévio; a luta armada em fase de descenso; as condições para resistir. Citamos extensamente esse documento para mostrar que, embora critique a Guerrilha do Araguaia, nenhuma das críticas diz respeito à sua estratégia, e sim à tática militar que se desenrolou ao longo da luta. Também podemos perceber que não são citadas de onde vêm as críticas consideradas errôneas nem existe menção a divergências em relação à avaliação da Guerrilha do Araguaia dentro do próprio PCdoB, mesmo num documento já de 1983.

#### **1.4. Mudam as regras do jogo: PCdoB durante a redemocratização e o governo Lula**

Em 1979, o PCdoB realizou sua VII Conferência na Albânia, país com quem manteve estreitas relações durante a década de 1970. Apesar do início da abertura democrática no Brasil, o partido ainda não tinha condições de realizar seu encontro no país, precisando recorrer ao exterior. As orientações decididas pelo PCdoB na VII Conferência foram: abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrárias, anistia geral e irrestrita e convocação, por um governo provisório e democrático, de uma constituinte livremente eleita.

Para conseguir tais propósitos, o partido acreditava que o caminho correto seria realizar uma ampla união contra a ditadura. Essa união se daria através do engajamento no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), decisão tomada em 1983, no VI

---

<sup>21</sup> Movimento que aconteceu na França durante o século XIX e era a favor da República e, posteriormente, do comunismo. A crítica à guerrilha como um movimento blanquista significa dizer que o partido preparou a luta armada sem esperar que a forma de luta a ser empregada fosse definida pelas massas.

Congresso. Também foi deliberado o apoio ao Colégio Eleitoral, à Nova República e ao governo Sarney (Sales, 2008, p. 508).

O partido avaliou positivamente a vitória de Tancredo Neves, já que pusera fim ao regime militar e acontecia num momento de mobilização popular. A política desenvolvida pelo PCdoB era de frente ampla e conquista das “massas”. Apoiou o governo Sarney, por acreditar que ele representava avanços para as liberdades democráticas, como a legalização de todos os partidos políticos (inclusive o PCdoB); a admissão do direito de greve; o respeito ao Congresso Nacional e aos direitos humanos. Além disso, Sarney era a favor da convocação da Constituinte. Por tudo isso, o partido acreditava que fazer oposição sistemática ao seu governo seria entrar no jogo da direita e reconhecia apenas pontos negativos em sua atuação.

O partido via o fim do bipartidarismo como uma manobra da ditadura para enfraquecer a oposição. Por isso, fez duras críticas às organizações que surgiram e acreditava que a unidade deveria ser desenvolvida em torno do MDB – que se tornou PMDB (Sales, 2007, p. 354). Assim, o PT foi um dos principais alvos de crítica do PCdoB, merecendo um artigo escrito por João Amazonas e publicado pela revista *Princípios*, do PCdoB, nos anos 1980.

O dirigente afirma que o PT, como principal representante da social-democracia no Brasil, tem como objetivo principal desviar o proletariado de sua luta revolucionária, impedir a sua unidade e dificultar o avanço na formação de sua consciência de classe: “tenta fazer sombra ao PC do Brasil, cuja autenticidade é negada pela cúpula dirigente desse agrupamento pretensamente proletário”. Ainda em 1981, de forma ríspida, o PCdoB afirma que o PT “surge com a reorganização partidária promovida pela ditadura, que veta de forma categórica a legalização do Partido Comunista do Brasil e de outras forças de esquerda, admitindo, porém, a criação de um partido daquele tipo” e que seria “significativo o fato de que, na época, havia empresários e gente do governo querendo criar um partido de trabalhadores” (Sales, 2007, p. 355).

A recusa do PT em participar da votação no Colégio Eleitoral depois da derrota da Emenda Dante de Oliveira, que previa a volta das eleições diretas, e o anúncio por parte desse partido de que faria oposição ao governo Tancredo Neves e José Sarney foram repreendidos pelo PCdoB. Para os comunistas, esse posicionamento se contrapunha à democracia e favorecia a direita.

Embora considerasse importante a campanha pelas diretas, o PCdoB engajou-se nela tardiamente, pois apostava que o país vivia uma crise política e institucional que

não permitiria ao governo Figueiredo se completar. Propunha a formação de um governo provisório, a partir da derrubada da ditadura pela mobilização popular.

Com a intensificação da campanha, mudou de posicionamento, apontando-a como “a forma concreta, prática, imediata de pôr fim ao governo dos militares” (PCdoB in Sales, 2007, p. 358). Depois da derrota da Emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril de 1984, o PCdoB continuou apostando na mobilização para as eleições indiretas prevista para 15 de janeiro de 1985. Considerou que, mesmo sem a aprovação da emenda, o governo saiu enfraquecido do episódio.

O PCdoB chegou a eleger um deputado federal, um prefeito e alguns vereadores através da legenda do MDB, de 1976 a 1984. Mas só passou a atuar regularmente nas eleições a partir de sua legalização, concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1985, lançando candidatos inscritos na própria legenda. Na eleição para a Assembléia Constituinte de 1986, elegeu cinco deputados no Rio de Janeiro, na Bahia, em Goiás e Alagoas, além de deputados estaduais (Sales, 2008, p. 509). Em 1987, o partido abandonou o chamado “apoio crítico” ao governo Sarney, por considerar que ele havia passado completamente para uma posição conservadora.

O governo atual é uma expressão desse conservadorismo obstinado e também um produto da crise estrutural que se aprofunda. José Sarney chegou ao poder acidentalmente. Sem apoio político próprio escorase, desde o início, nos militares aos quais serviu durante a época ditatorial. A princípio viu-se forçado a cumprir, pelo menos em parte, a plataforma de Tancredo Neves. Convocou a Assembléia Constituinte, facilitou a legalização dos partidos clandestinos, pôs termo às intervenções nos sindicatos. Chegou mesmo a decretar a moratória da dívida externa. Dizia-se governo de transição democrática. Esse procedimento, aparentemente liberal, durou pouco. Não custou muito a evidenciar-se que a Nova República, por ele dirigida, não cumpriria os objetivos proclamados. Investiu contra os movimentos populares, as greves e as lutas camponesas. Descarregou o peso das dificuldades oriundas da inflação sobre as costas dos trabalhadores e do funcionalismo público. Neste último período, Sarney inseriu-se completamente nos planos da reação e do imperialismo (O Brasil numa encruzilhada história, 1988, sem página).

O documento citado acima foi aprovado no VII Congresso do partido, realizado em 1988, em São Paulo. Nessa ocasião, o partido reafirmou a oposição a Sarney e reviu as críticas ao PT. O Partido dos Trabalhadores continuou sendo considerado pelo PCdoB como representante da social-democracia. No entanto, passou a apontar que

seria um erro atacar o PT em bloco: a idéia era atuar em conjunto com esse partido, porém sem aderir à orientação petista.

Seria erro tático, no entanto, atacar em bloco o PT. Nele militam homens e mulheres progressistas, contingentes consideráveis de proletários dispostos a defender seus interesses e que se mostram subjetivamente a favor do socialismo. Não são poucos os que propugnam a unidade de ação concreta com o Partido Comunista do Brasil. Naquele partido também atuam rancorosos inimigos da unidade da classe operária e das massas populares, furiosos anticomunistas.

Em tais condições tem toda oportunidade a política de frente única para ações comuns que visem ao combate decidido às forças reacionárias de direita, que incentivem a resistência de classe à exploração capitalista. Frente única que não pode ser a simples adesão dos comunistas às organizações "aparelhadas" pelo PT. Nem a abdicação de nossa orientação independente e da atuação de nossas lideranças. Os comunistas quando atuam em organizações de massas dirigidas pelo PT não aderem, nem se acomodam à orientação petista, criticam firmemente o divisionismo, a colaboração de classes e defendem a unidade classista do proletariado e a união independente das amplas massas populares (O Brasil numa encruzilhada história, 1988, sem página).

As divergências com o PT se davam também no sindicalismo. O PCdoB acusava o Partido dos Trabalhadores de romper com a frente única, através da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para os comunistas, “PT e a CUT querem a unidade petista dos trabalhadores e não a unidade classista do proletariado. Em outras frentes de luta – estudantil, popular, etc – o PT recusou a frente única. Esse exclusivismo redundava em divisionismo” (Idem, *Ibidem*)<sup>22</sup>. Apesar das divergências entre os dois partidos, o PCdoB, seguindo sua tática de Frente Única, decidiu reorientar sua política e aproximar-se do PT, participando da coligação que apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989.

O partido só viria a mudar realmente sua linha em 1992. No Informe político ao VIII Congresso, o PCdoB reafirma-se como um partido marxista-leninista, nega a possibilidade de chegar-se ao socialismo pela via democrática e faz um balanço dos acontecimentos no Leste europeu, admitindo, pela primeira vez, falhas de Stálin. Esse

---

<sup>22</sup> As críticas ao PT também se estendiam a outros partidos, como o PDT e o PCB, considerados “reformistas”, enquanto o PCdoB seria “consequentemente revolucionário” (O Brasil numa encruzilhada histórica, 1988, sem página).

foi o primeiro congresso a não colocar a foto de Stálin entre as faixas com imagens de dirigentes comunistas, como Lênin, Marx e Engels (Sales, 2008, p. 516).

Stálin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS.

Não foi ele quem deixou cair a bandeira revolucionária. Enquanto dirigiu o Partido e o Estado os ideais da Revolução de 1917 sempre estiveram em lugar de destaque. Sobre os seus ombros, depois da morte de Lênin, recaía boa parte da tarefa histórica de dirigir a construção da nova vida.

[...]

É necessário reconhecer esse papel de Stálin. Não se faz História, ignorando fatos reais. Tanto mais que ele comandou com êxito a construção do socialismo na URSS, primeira grande experiência de transformação radical da sociedade humana.

Mas, Stálin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduzia à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda (Informe político ao 8º Congresso, 1992, sem página).

Isso se deu num contexto de fim do socialismo real não apenas na União Soviética, que o PCdoB considerava “revisionista” desde sua formação. Segundo Jean Rodrigues Sales (2008), o PCdoB não se considerava ameaçado pela crise do mundo comunista, e sim afirmava que os acontecimentos que se sucediam na Europa demonstravam a correção de sua análise, feita desde 1963<sup>23</sup>.

Por essa ótica, as reformas em curso não passariam de uma “nova versão e nova ofensiva do revisionismo soviético contra o movimento revolucionário”, “revisionismo” criticado pelo PCdoB desde a década de 1960. A principal diferença entre os períodos de Khrutchev e Gorbachev, de acordo com o partido, era a transformação do “revisionismo envergonhado, que procurava passar o contrabando burguês disfarçadamente, a revisionismo sem máscara, que adere abertamente ao capitalismo — eis a trajetória dos renegados soviéticos agora adeptos da PERESTROIKA”<sup>24</sup> (Sales, 2008, p. 510).

Com a abertura dos debates sobre o Relatório Krushev, alguns militantes se posicionaram em relação a Stálin e também à atuação do partido e de seus dirigentes. O

---

<sup>24</sup> As citações entre aspas são retiradas de “Informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988”.

trecho reproduzido abaixo faz parte desse processo de autocrítica e foi publicado, em 1991, n' *A Classe Operária*.

Impedir a publicação na Classe operária de um artigo que além de condenar duramente Gorbatchev e sua política, também criticava os burocratas golpistas. Encaminhar de forma autoritária e arrogante uma política que, mais tarde, foi comprovada pela vida, como se fez no 7º Congresso. Impor aos Comitês Regionais candidatos, coligações e os próprios dirigentes regionais. Tratar qualquer companheiro que saia do partido como inimigo de classe ... Colocar na geladeira camaradas que assumem uma postura acentuadamente crítica em relação a erros do partido e posições da direção central, taxando-os de estar em crise ideológica... Mudar repentinamente de posição sem a necessária e clara autocrítica, como fizemos, por exemplo, em relação à China e a Mao Tsé-tung, que, de genial intérprete criador do marxismo-leninismo, passou a jamais ter sido marxista. Acreditar na infalibilidade da direção e, particularmente, no camarada Amazonas. Tentar restringir ou intimidar o debate que agora se trava, acusando os camaradas que ousam polemizar de estarem inoculados pelo vírus do revisionismo e da social-democracia. Esses são alguns exemplos concretos do stalinismo que ainda cultivamos e cultuamos (In Sales, 2008, p. 514).

Para Jean Rodrigues Sales, o VIII Congresso foi o momento de o partido acertar o compasso em relação à tradição comunista, corporificada em Marx, Lênin e Stálin. As mudanças implementadas a partir desse congresso permitiram “ao PCdoB rever uma série de aspectos de suas propostas e práticas políticas, sem que isso significasse o abandono do marxismo-leninismo e da perspectiva socialista de sociedade” (Sales, 2008, p. 524).

As novas perspectivas do PCdoB não significaram deixar de lado a atuação de frente ampla nos movimentos populares, vista como necessária devido ao desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil. A luta pelo socialismo estaria vinculada às reivindicações de caráter democrático e nacional. O posicionamento internacional do partido também foi revisto, com reaproximação com os antigos oponentes partidos comunistas de Cuba, China, Vietnã e Coréia do Norte (Sales, 2007b, p. 177-178).

Com a crise mundial do socialismo real, muitos partidos comunistas deixaram de existir. O próprio PCB dissolveu-se, em 1992, tornando-se o Partido Popular Socialista (PPS). O PCdoB conseguiu se adaptar à nova realidade. Nos anos 1990, teve

importante participação no movimento sindical e, especialmente, no estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>25</sup>.

O PCdoB manteve sua aliança com o PT nas eleições de 1994, 1998 e 2002, fazendo parte da coligação que chegou à presidência da República e conseguiu a reeleição, em 2006. Segundo dados do próprio partido, de maio de 2007, o PCdoB tem dez prefeitos, 23 vice-prefeitos, um senador, 13 deputados federais, 14 deputados estaduais e 457 vereadores, em todas as regiões do Brasil. No primeiro mandato de Lula, um dos dirigentes do PCdoB, Aldo Rebelo, ocupou a presidência da Câmara dos Deputados, o que representa exemplo único no país de um comunista a ocupar tal cargo (Sales, 2008, p. 508).

A partir da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PCdoB considera que se inicia uma nova fase na história do partido. Para o PCdoB, é necessário apoiar e fazer parte do governo Lula porque esse seria o primeiro passo para conquistar seu objetivo estratégico: “O caminho para se aproximar do objetivo estratégico – transição ao socialismo – passa necessariamente, nas condições contemporâneas, pela derrota da orientação neoliberal” (Um novo tempo para o Partido — buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, 2003, sem página).

O trecho citado faz parte do documento aprovado pelo Comitê Central do PCdoB para a IX Conferência Nacional do partido. Nele, o PCdoB assume não ser uma força hegemônica dentro do governo e indica que o esforço do partido deve se concentrar em levar o governo a efetivar avanços progressistas:

O governo recém-instalado reflete em seu seio, expressando a realidade de um período de começo de transição, a convivência entre a velha e a nova situação e luta entre a continuidade neoliberal – já estruturada e definida por poderosos interesses ainda dominantes, apesar de pesado desgaste –, e a mudança democrática e progressista – a ser delineada concretamente e aplicada pelas forças vitoriosas. Por isso, o governo ainda vive neste início uma feição contraditória: tem marca democrática e reafirma o compromisso da mudança, mas ao mesmo tempo, é levado a manter ainda compromissos com a política econômica conservadora anterior. A tática do Partido deve levar em conta os avanços e recuos que a originalidade da situação

---

<sup>25</sup> O PCdoB herda a capacidade de influência na UNE da Ação Popular (AP). Essa organização, formada a princípio entre a juventude católica, esteve à frente de sucessivas diretorias da UNE. Com o ingresso de seus integrantes ao PCdoB, nos anos 1970, fundadores da AP, como Aldo Arantes e Haroldo Lima, chegaram a fazer parte do Comitê Central do PCdoB, sendo bastante viável a idéia de que o partido acabou incorporando práticas da AP. Os nomes de todos os presidentes da UNE podem ser encontrados através do seguinte endereço: [http://www.une.org.br/home3/une\\_on-line/m\\_4161.html](http://www.une.org.br/home3/une_on-line/m_4161.html).

comporta e a necessária perspicácia e agilidade para que em cada momento se descubra o elo de desenlace da situação (Idem, *Ibidem*).

Além da preocupação em combater o neoliberalismo e conduzir o governo a posições à esquerda, outra questão importante para o partido nos anos 2000 é sua própria estrutura. Em 2004, o PCdoB publicou um livro com uma série de artigos assinados por Walter Sorrentino, secretário nacional de organização do PCdoB. Um dos temas principais são os Planos de Estruturação Partidária (PEPs), que refletem basicamente as seguintes preocupações: como vincular a militância do PCdoB aos anseios da população e como manter os quadros no nível ideológico desejado pelo partido com a ampliação do número de militantes<sup>26</sup>?

No primeiro caso, o PCdoB afirma que “campanhas políticas próprias são instrumentos e meios para alcançar amplas massas e vincar identidade política e de massa para o Partido” (Sorrentino, 2004, p. 31).

Está aí um bom mote para as entidades sob nossa direção política, como UJS, CSC, UBM e UNEGRO<sup>27</sup>: orientá-las para o esforço da batalha eleitoral em ligação com suas próprias bandeiras permanentes, ligando tudo isso ao fortalecimento do Partido com novos lutadores, provindos da luta concreta, no seio das batalhas concretas (Idem, *Ibidem*, p. 31).

Através dessas entidades, o PCdoB pretende aproximar-se dos movimentos sociais. Também tem importante papel na ligação do partido com as massas as chamadas Organizações de Base (OBs). O partido indica que todos os militantes devem fazer parte de OBs em seus locais de trabalho, estudo ou moradia. Mas essa é apenas uma das atitudes que o PCdoB exige de seus filiados. Além de militar, eles devem contribuir (financeiramente com o partido), divulgar e estudar, atividades que o PCdoB considera essenciais e que estão publicadas na seção do site Partido Vivo intitulada “O que é ser comunista”.

Apesar dessa série de recomendações, a conduta dos militantes do PCdoB nos anos 2000 não segue exigências tão rígidas como acontecia nos anos anteriores. O

---

<sup>26</sup> O PCdoB afirma que, em 2001, tinha 35 mil militantes (Sorrentino, 2004, p. 23).

<sup>27</sup> Nos anos 1980, foram criadas organizações que funcionam sob direção política e ideológica do PCdoB: União de Negros pela Igualdade (Unegro), Corrente Sindical Classista (CSC) e União Brasileira de Mulheres (UBM), em 1988; e União da Juventude Socialista (UJS), em 1984.

partido afirma que os anos de clandestinidade fizeram com que se estabelecessem duros padrões para seus filiados, que não seriam mais necessários no atual contexto<sup>28</sup>.

A luta pelo socialismo necessita de uma organização política de vanguarda, capaz de arregimentar corações e mentes das classes sociais mais avançadas em torno de um projeto político de um novo poder. A única básica e constitutiva dessa organização é o militante.

Sustentar tal perspectiva designa o que se entende pelo caráter de militante comunista e é parte da resistência a opor aos epígonos do pós-modernismo, bem como aos reacionários e conservadores de toda espécie e de todos os tempos. Militância comunista significa hoje, essencialmente, enriquecer a participação social e política de cidadãos e cidadãs, articulando sua vida social com o programa e a política dos comunistas e com o compromisso organizado nas fileiras do Partido. é nele, e por intermédio dele, que se realiza coletivamente essa elaboração e articulação. Por isso, é preciso desaprisionar tal visão militante de estereótipos idealizados, próprios de determinados períodos ou experiências histórico-concretas. Ficou evidente, a partir da constatação da degeneração dos PCs que chegaram a dirigir Estados socialistas, que muitos erros foram cometidos, afetando a perspectiva militante de toda uma geração, esta que convive com os anos de crise. Um “modelo” de partido foi disseminado, definindo um tipo de militante determinado (Sorrentino, 2004, p. 90).

Assim, o PCdoB procura se renovar, porém preservando concepções do passado. A necessidade história de um partido político de vanguarda que possa liderar o caminho ao socialismo continua na perspectiva do PCdoB, mostrando que sua ideologia se mantém marxista-leninista. Se, nos primeiros anos após sua formação (tanto em 1922, quanto em 1962), o partido procurava sempre ancorar-se em referências no exterior, hoje a relação com os PCs de outros países pode ser mais independente, mas continua presente. Em novembro de 2008, por exemplo, o partido foi sede do 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários. O centralismo democrático continua sendo uma importante diretriz partidária, e o PCdoB não permite a formação de tendências e frações, como acontece, por exemplo, no Partido dos Trabalhadores. Desse modo, durante o desenvolvimento dos próximos capítulos, não devemos perder de vista que estamos tratando de um partido no qual características comuns a outros partidos comunistas (experiência com a clandestinidade, marxismo-leninismo, centralismo democrático, internacionalismo proletário) convivem com aspectos como a participação

---

<sup>28</sup> Apesar da rigidez menor, o partido ainda tem forte preocupação com a formação da militância, havendo inclusive uma Escola Nacional do PCdoB, voltada a formar quadros do partido.

no governo federal e em governos locais e a numerosa militância, com menos condições de se dedicar exclusivamente ao partido.

## Capítulo 02 – As estratégias de comunicação do Partido Comunista do Brasil na década de 1970

O principal veículo de comunicação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), durante a década de 1970, era o jornal *A Classe Operária*, órgão central da organização. Durante quase toda a década, esse foi o único veículo próprio do partido<sup>29</sup> e será nosso foco no presente capítulo. Contudo, o PCdoB utilizou outras estratégias de comunicação, como a infiltração em jornais da imprensa alternativa e o envio de material para ser divulgado pelas rádios Pequim e Tirana. Os partidos comunistas estavam no poder nesses dois países – China e Albânia – e com eles o PCdoB mantinha relações de solidariedade<sup>30</sup>. Vamos discorrer brevemente sobre essas estratégias no primeiro item desse capítulo. Também nessa parte, abordaremos a influência do modelo de jornalismo desenvolvido por Vladimir Ilitch Lênin. Em seguida, na segunda parte, vamos nos deter sobre o órgão central *A Classe Operária*, com um sucinto histórico de sua existência desde 1925, quando foi criado pelo PCB, até os anos 1970.

No terceiro e último item concentra-se a discussão teórica sobre jornalismo e sua relação com *A Classe Operária* dos anos 1970. Para isso, lançaremos mão de estudos comparados de jornalismo e de estudos que situam essa prática historicamente. Vamos nos basear, especialmente, nas idéias de comunicação como ritual e de redes de comunicação, o que nos permite dar relevância à formação do público do jornal *A Classe Operária*. Em nossa pesquisa, consultamos as coleções do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); da Biblioteca Nacional; do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Da primeira metade da década de 1970, não existe quase nenhum material disponível sobre *A Classe Operária* nos arquivos públicos do país. Assim, optamos por estudar edições de 1975 a 1979, totalizando cerca de 50 edições de *A Classe Operária*.

Durante esse período, o jornal era principalmente mensal, embora sejam encontradas edições bimensais. Além da periodicidade, o formato também varia: alguns números são do tamanho de uma A4 inteira, grampeados no canto superior esquerdo ou

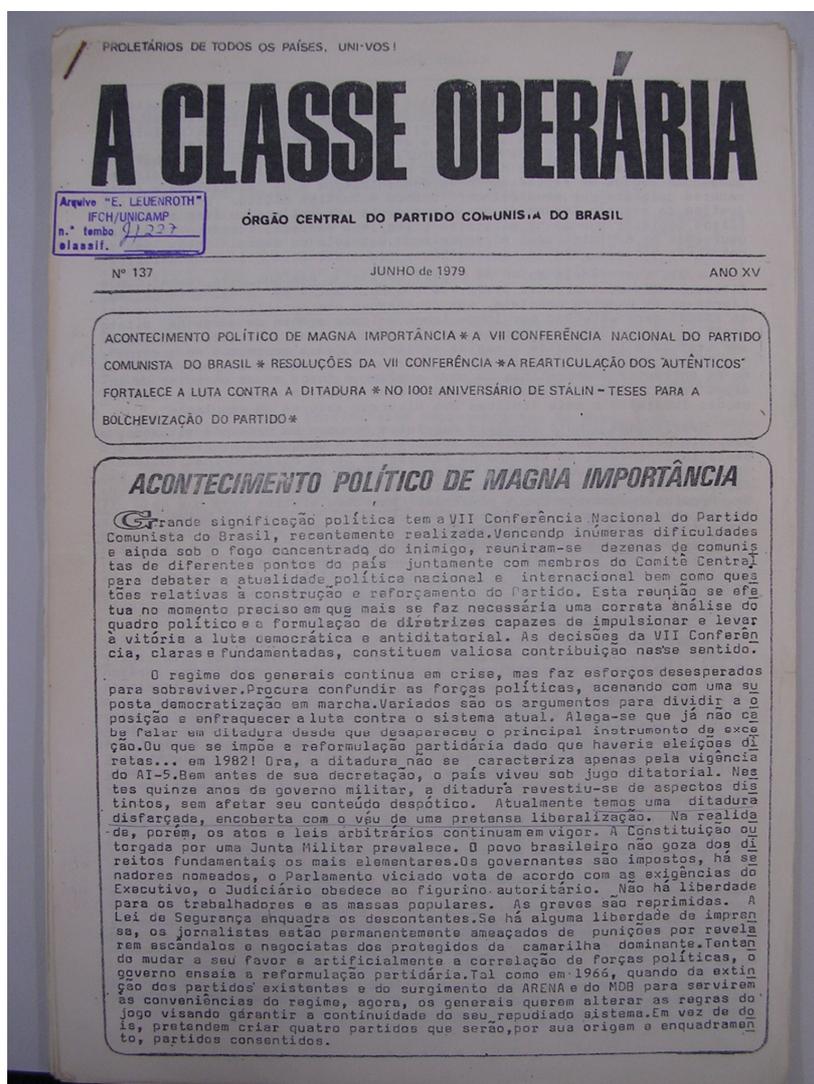
---

<sup>29</sup> Em 1979, foi criada a *Tribuna da Luta Operária*, que existiu até 1988. Além disso, durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), foram elaborados os Comunicados das Forças Guerrilheiras do Araguaia (Forga), pelos próprios guerrilheiros, e um grupo do partido na Guanabara (hoje, Estado do Rio de Janeiro), elaborou, em 1974, o jornal *O Araguaia*, de apoio à guerrilha.

<sup>30</sup> A relação com a China foi rompida na segunda metade da década. Cf. capítulo 01.

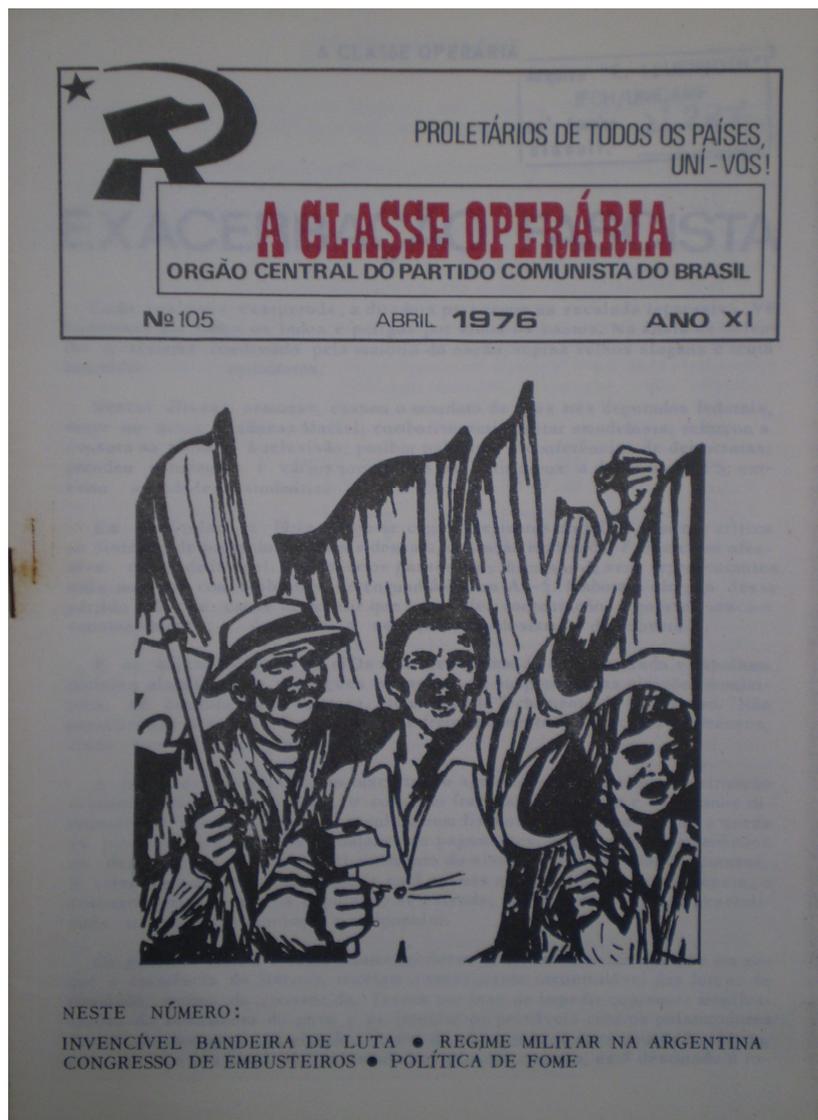
nas dobraduras; outros têm as folhas A4 deitadas dobradas ao meio, com os grampos na dobradura, lembrando um formato de livro. Os jornais nesse formato menor quase sempre apresentam ilustrações na capa e, algumas vezes, também ilustrações internas, que lembram xilogravuras. Em menor número, são usadas fotografias. As edições em formato maior não apresentam nenhuma foto ou ilustração e, muitas vezes, os textos continuam várias páginas depois ou mesmo antes de seu início, o que não acontece nos jornais em formato de livro. Nenhum deles é colorido; as cores aparecem apenas no cabeçalho, que pode ser vermelho (a maioria) ou verde.

Figura 01:



Capa do jornal *A Classe Operária*, nº 137, junho de 1979.

Figura 02:



Capa do jornal *A Classe Operária*, nº 105, abril de 1976.

Nenhum dos tipos de formato que encontramos apresenta divisões dos textos em editoriais ou em relação aos tipos de texto: se artigo, notícia, coluna ou editorial. Segundo Barnhurst e Nerone (2001), a organização espacial de jornais constrói um mapa social para os leitores. A forma d'*A Classe Operária* torna mais livre a leitura, porque não fornece uma clara organização do mundo a partir de sua diagramação e, assim, permite que essa organização seja criada pelos próprios leitores. Sua primeira página apresenta os títulos dos textos que serão encontrados naquele número, porém sem uma ordem de importância. O que a organização espacial d'*A Classe* informava era que priorizava o conteúdo.

Barnhurst e Nerone (2001) consideram que os jornais começaram a se organizar de maneira a construir um mapa social a partir da modernidade. Nos anos 1970, no Brasil, os jornais já apresentavam uma diagramação moderna. A década de 1950 teria sido um marco nesse aspecto, com a realização de reformas gráficas por jornais de grande circulação.

Com as reformas, as capas dos jornais assumiram um padrão visual bastante diferente do das páginas internas. Passaram a ser compostas de chamadas, pequenos resumos da notícia, feitos a partir do *lead* e *sublead*<sup>31</sup>. Antes, em quase todos os jornais, as matérias principais começavam na primeira página, mas eram interrompidas quando o espaço acabava (às vezes, no meio da frase) para continuar nas páginas internas. Fato que tornava o visual do jornal bastante confuso, além de trazer um grande incômodo ao leitor (Ribeiro, 2007, p. 268).

Observamos no jornal *A Classe Operária* dos anos 1970 características dos jornais comerciais anteriores a 1950. No entanto, no início dos anos 1960, antes do golpe de 1964, o jornal apresentava características mais modernas, com diferentes tipos de seções demarcadas tanto pelo conteúdo quanto espacialmente. Acreditamos que a organização arcaica do jornal e sua falta de padronização, com circulação de diferentes formatos de uma mesma edição, mostram a dificuldade de produção do jornal que, no período pesquisado, era feito clandestinamente.

## **2.1. Diferentes estratégias de comunicação**

O jornalismo do PCdoB é resultado de um conjunto de reflexões e práticas que se estruturam em torno do leninismo. Vladimir Ilitch Lênin pensou o jornalismo como um instrumento político, e suas reflexões acerca dessa questão foram elaboradas no período da pré-revolução russa e também durante os anos de conquista do poder, na Rússia, pelos bolcheviques (fim da década de 1890 a 1917). Lênin foi líder da revolução e também seu teórico. Sua produção faz parte de debates realizados acerca desse processo de conquista de poder, em que ele buscava interpretar os acontecimentos do momento. Suas considerações sobre o jornalismo podem ser encontradas em diferentes

---

<sup>31</sup> *Lead* (ou lide) é o primeiro parágrafo das notícias, que normalmente responde às perguntas o que, quem, onde, quando, como e por que. *Sublead* é o segundo parágrafo do texto jornalístico, resultante do desdobramento do *lead*.

textos, não havendo um específico sobre o assunto, o que mostra o quanto essa atividade era, para ele, parte da luta revolucionária.

Nossas principais fontes sobre o tema são os textos de Lênin na publicação “Acerca de la prensa” e o livro “Lenine e a Imprensa”, de Madeleine Worontzoff (1977), que teve o trabalho de compilar e interpretar, a partir das obras completas de Lênin, suas idéias sobre a imprensa. Também utilizamos textos de Lênin acessados através do portal *Vermelho*, que reproduz artigos sem citar, na maioria das vezes, de que edição se trata nem quais as páginas correspondentes na versão impressa. Porém, em alguns casos, precisamos nos valer desses textos, que trazem trechos importantes para a compreensão das idéias leninistas sobre a imprensa. O leitor pode estranhar porque algumas vezes citamos um mesmo artigo de Lênin a partir do livro “Acerca de la prensa” e também do portal *Vermelho*. Isso se deve ao fato de o livro não reproduzir os artigos na íntegra e suprimir algumas notas a que só tivemos acesso através dos textos publicados no portal.

Para Lênin, todo tipo de jornalismo é ideológico. O que ele chamava de imprensa burguesa trazia embutida a ideologia burguesa, embora não de maneira assumida. Esse tipo de imprensa apresentava uma aura de objetividade e neutralidade, escondendo seu recorte de classe social. No caso da imprensa operária, ela seria assumidamente parte da ideologia proletária. Podemos resumir essa idéia através do trecho abaixo, do texto “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”:

Na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras (Lênin, “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”).

Desse modo, estamos tratando aqui de um tipo de jornalismo diferente daquele que chamamos de “informativo”. Lênin se referia a uma estratégia da luta revolucionária, e essa estratégia seria múltipla, formada por diversas frentes, sendo que cada uma deveria ser carregada com tintas mais fortes ou mais sutis a depender do momento político.

Dois dos aspectos da estratégia revolucionária através da imprensa seriam a propaganda e a agitação. No trecho abaixo, do texto “Que fazer?”, publicado originalmente no jornal *Iskra*, em 1902, Lênin define e distingue essas funções:

...Um propagandista que trata, por exemplo, do problema do desemprego, deve explicar a natureza capitalista das crises, mostrar a causa que as faz inevitáveis na sociedade atual, expor a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista, etc. Em uma palavra, deve comunicar “muitas idéias”, tantas, que todas elas em conjunto poderão ser assimiladas no ato apenas por (relativamente) poucas pessoas. Por outro lado, o agitador, ao falar do mesmo problema tomará um exemplo, o mais destacado e mais conhecido do seu auditório – vejamos o caso de uma família de desempregados morta de inanição, o aumento da miséria, etc – e, aproveitando esse caso conhecido por todos e cada um, orientará todos seus esforços a inculcar na “massa” *uma só idéia*: a idéia de quão absurda é essa contradição entre o incremento da riqueza e o aumento da miséria; tratará de *despertar* na massa o descontentamento e a indignação contra esta flagrante injustiça, deixando ao propagandista a explicação completa desta contradição. Por isso, o propagandista atua principalmente por meio da palavra *impressa*, enquanto o agitador o faz de *viva voz*. Ao propagandista se exigem qualidades diferentes do agitador... (Lênin, 1980, p. 63, com grifo no original, tradução livre).

A propaganda seria, então, uma explicação mais profunda do acontecimento, mostrando todas as questões que o envolvem; enquanto a agitação escolheria, dentre os aspectos do mesmo acontecimento, aquele que mais se relaciona com a realidade das massas, possibilitando que elas o identifiquem concretamente e, assim, sintam-se estimuladas a partirem para a ação. Esse incitamento à ação se daria através de palavras de ordem elaboradas para traduzir a “tarefa da hora” do movimento. Embora Lênin considere que a agitação seria feita essencialmente de forma oral, acreditamos que os jornais da Imprensa Social-Democrata também cumpriam esse papel, mas talvez de forma menos direta do que ele explanou.

Mas esses não seriam os únicos papéis da Imprensa Social-Democrata. No artigo “Por onde começar?”, de 1901, Lênin afirma que o jornal não é apenas um propagandista e um agitador, e sim um organizador coletivo. Isso significa que, em determinado momento, o jornal poderia ser um meio de estruturação partidária, e Lênin propõe a criação de um único jornal para toda a Rússia.

A missão do jornal não se limita, no entanto, a difundir idéias, a educar politicamente e a conquistar aliados políticos. O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Neste último sentido, se pode compará-lo com os andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção, que marcam seus contornos, facilitam as relações entre os diferentes construtores, ajudam-nos a distribuir a tarefa e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado. Com a ajuda do jornal, e em ligação com ele, vai se formando por si mesma uma organização permanente, que se ocupe não apenas do

trabalho local, mas também do trabalho geral regular; que habitue os seus membros a seguir atentamente os acontecimentos políticos, a apreciar seu significado e sua influência sobre os diferentes setores da população, a conceber os meios mais adequados para que o partido revolucionário influencie esses acontecimentos. A tarefa de assegurar um fornecimento normal de informações ao jornal e uma difusão normal do mesmo obriga já a criar uma rede de agentes locais do partido único, de agentes que mantenham entre si relações intensas, que conheçam o estado geral das coisas, que se acostumem a cumprir sistematicamente funções parciais de um trabalho realizado em toda a Rússia e que provem sua força na organização de diferentes ações revolucionárias. Essa rede de agentes será precisamente a armação da organização que precisamos (Lênin, 1980, p. 54-55, tradução livre).

Publicado no ano seguinte, o texto “Que fazer?” rebate algumas críticas feitas à idéia de organizar o partido em torno do jornal, que fora exposta em “Por onde começar?”. Nesse trecho, Lênin dialoga com L. Nadiezhdin, que publicou um texto em que admite a importância de um jornal para o movimento social-democrata, mas não concorda que esse deve ser o primeiro passo do movimento, defendendo que o indispensável seria formar fortes organizações políticas locais.

Se não se educam fortes organizações políticas locais, de nada valerá o melhor jornal central para toda a Rússia. Completamente justo. Mas se trata precisamente de que *não existe outro meio de educar* fortes organizações políticas que não seja um jornal central para toda a Rússia. Escapou ao autor a declaração mais importante que o *Iskra* fez *antes* de passar a expor seu “plano”: a declaração de que era necessário “exortar a formar uma organização revolucionária capaz de unir todas as forças e de dirigir o movimento *não apenas nominalmente*, e sim em realidade, quer dizer, capaz de estar sempre *disposta a apoiar todo protesto e toda explosão*, aproveitando-os para multiplicar e reforçar os efetivos que serão utilizados no combate decisivo” (Lênin, 1980, p. 87, tradução livre).

Lênin lembra que o momento é de buscar soluções práticas. Assim, o jornal seria, para ele, essa solução: um único jornal “apoiado nos múltiplos fios invisíveis duma vasta organização”, seria bem menos vulnerável do que colocar em circulação diversos jornais clandestinos (Worontzoff, 1977, p. 35). Mais uma vez, cabe lembrar que Lênin participava de debates teóricos e apresentava elaborações teóricas a partir das demandas práticas e concretas do movimento. Ou seja, fortalecer o partido através do jornal era válido para a Rússia, naquele momento em que os social-democratas estavam na clandestinidade. Por isso, também, seus redatores deveriam estar no exterior. Ele

acreditava ainda que o jornal corrigiria um pouco o excesso de centralismo do partido num momento de ilegalidade.

A redação deveria estar no exterior por uma questão de segurança, mas a impressão e difusão do partido são atividades que essencialmente necessitam estar no país, segundo Lênin. Isso porque ele considerava que as estruturas de difusão criadas pelo jornal acabariam se tornando estruturas do próprio partido. O jornal teria ainda a vantagem de formar quadros para o partido, visto que as atividades de organização e propaganda fariam com que se desenvolvessem chefes políticos (Worontzoff, 1977). Lênin resume da seguinte maneira a função do jornal como organizador coletivo:

As idéias fundamentais que o *Iskra* tratava de colocar na base da organização do partido se reduzem, no fundo, às duas seguintes. A primeira idéia é a de que o centralismo determinava, em princípio, o modo de resolver o acúmulo de problemas particulares e de detalhes no terreno da organização. A segunda, que se referia à função especial do órgão ideológico dirigente, um jornal, levava em conta o que necessitava, de um modo peculiar e temporário, precisamente o movimento social-democrata russo frente a um regime de escravidão política, com a condição de criar no exterior uma base inicial de operações para a ofensiva revolucionária (Lênin, 1980, p. 114, tradução livre).

Assim, Lênin definia três funções para a Imprensa Social-Democrata: 1) organizadora coletiva; 2) propagandista; 3) agitadora. Suas reflexões também dizem respeito ao público do sistema de imprensa, o proletariado. Ao pensar sobre ele, Lênin afirma que “o partido deve saber estabelecer relações de organização que *assegurem um certo nível* de consciência e elevem sistematicamente este nível” (Lênin, Um passo em frente, dois passos atrás, com grifo no original). Ele reconhece que o proletariado não é uma massa homogênea, embora todos os operários possam atuar como teóricos, a depender dos incentivos do partido para que seu nível seja elevado.

Em outras palavras, [os operários] não participam [como teóricos do socialismo] senão na medida em que conseguem adquirir os conhecimentos mais ou menos perfeitos de sua época, e fazê-los progredir. E para que os operários o consigam com maior frequência, é preciso esforçar-se o mais possível para elevar o nível da consciência dos operários em geral; é preciso que não se limitem ao quadro artificialmente restrito da “literatura para operários”, mas que saibam assimilar cada vez melhor a literatura para todos. Seria mesmo mais exato dizer, em lugar de “se limitem”, não sejam limitadas, porque os próprios operários lêem e desejariam ler tudo o que se escreve também para os intelectuais: somente alguns intelectuais (deploráveis) pensam que é suficiente falar “aos

operários” da vida da fábrica e repisar aquilo que eles já sabem há muito tempo (Lênin, 1979, p. 34).

Desse modo, o jornal comunista, ao fazer agitação e propaganda, deveria fazê-lo tendo sempre em vista elevar o nível de consciência de classe do proletariado. Mas, ao mesmo tempo, Lênin preocupava-se com que os jornais fossem escritos de modo que a serem compreendidos pelos operários. Em 1899, no artigo “Um movimento retrógrado da social-democracia russa”, ele distingue três graus de consciência do proletariado e, para cada um, determinado tipo de publicação:

1) O órgão central estaria voltado para os operários avançados, menos numerosos e que formam a vanguarda do proletariado:

O jornal que queira ser o órgão de todos os social-democratas russos deve estar ao nível de todos os operários avançados; não deve rebaixar seu nível artificialmente, ao contrário, deve elevá-lo sem cessar e seguir com atenção todos os problemas táticos, políticos e teóricos da social-democracia mundial (Lênin, 1980, p. 30, tradução livre).

2) O jornal popular seria a publicação com foco nos operários médios, aqueles que aspiram ao socialismo, mas se limitam a questões locais. Assim, o jornal popular deveria politizar os acontecimentos locais, permitindo que os operários médios fizessem a ligação entre eles e o socialismo.

O operário médio não compreenderá alguns artigos do jornal que seja órgão do partido, não terá uma idéia completa de algum problema teórico ou prático complicado. [...] Absorvidos pela atividade prática *local*, interessados sobretudo pela crônica do movimento operário e pelos problemas imediatos da agitação, esses trabalhadores devem vincular a cada um de seus atos a idéia de todo o movimento operário russo, de sua tarefa histórica, do objetivo final do socialismo. O jornal cujos leitores são principalmente trabalhadores médios deve vincular sem falta o socialismo e a luta política a cada problema local e estreito (Lênin, 1980, p. 30, com grifo no original, tradução livre).

3) Os manifestos, brochuras populares e agitação oral seriam ideais para as camadas inferiores do proletariado, aquelas que ainda não se envolveram nem em questões locais ligadas à luta econômica entre patrões e empregados.

Por último, depois do setor médio, segue a massa dos setores inferiores do proletariado. É muito possível que o jornal socialista

seja inacessível para eles total ou quase totalmente. [...] Disso se deduz unicamente que para influenciar tais setores é preciso utilizar outros meios de agitação e propaganda: folhetos escritos em linguagem mais popular, agitação oral e – o que é principal – folhetos dedicados a fatos locais (Lênin, 1980, p. 30, tradução livre).

Portanto, não podemos mais falar das funções do jornal, e sim de um sistema de imprensa, que deve servir ao mesmo tempo para a agitação e a propaganda, além de ter capilaridade suficiente para atuar como organizador coletivo. Esse sistema é chamado de Imprensa Social-Democrata ou Imprensa Popular.

Esse sistema deveria ser permanentemente abastecido de textos dos operários de diferentes lugares do país, através de correspondências aos jornais. Cada militante deveria considerar os jornais do partido como seus próprios, e as cartas poderiam ser artigos sobre a vida cotidiana, extratos de obras especializadas que não se encontravam na Rússia ou reações pessoais às palavras de ordem. A linguagem deveria ser a de uma correspondência entre “camaradas” (Worontzoff, 1977, p. 57-58).

Lênin não deixou claro se o sistema de imprensa socialista deveria ser todo voltado para as massas ou se haveria alguma publicação restrita para os filiados ou militantes. Pela sua preocupação em elaborar um jornal ilegal no exterior nos períodos de clandestinidade, de modo a escapar da repressão e atingir todo o país, acreditamos que seu foco estava na imprensa de massas. Também podemos depreender essa característica a partir da divisão do sistema de imprensa em três tipos principais (órgão central, jornal popular e manifestos): sua divisão se justifica por se tratar de públicos diferentes, mas não há indícios de que a circulação de um desses meios seria restrita.

Worontzoff (1977) afirma que Lênin considerava o jornal “o lugar privilegiado aonde se elabora coletivamente a linha do partido” (Worontzoff, 1977, p. 51). Especialmente nos momentos de preparação de congressos, não deveria existir boletim interno, e Lênin incentivava que as polêmicas fossem públicas (Idem, Ibidem, p. 52). A menção a um boletim interno, embora com a ressalva de que ele não deveria ser utilizado durante preparações de congressos, dá margem a pensarmos que, em outros momentos, havia publicações restritas para militantes do Partido Bolchevique<sup>32</sup>. Como Lênin não possui nenhuma obra específica sobre a imprensa, não podemos afirmar com certeza se ele considerou que era necessário um jornal restrito para militantes em algum período. À exceção dessa citação sobre boletim interno, todos os outros extratos de sua

---

<sup>32</sup> Na verdade, Partido Operário Social-Democrata Russo, do qual os bolcheviques formavam uma corrente liderada por Lênin.

obra que se referem à imprensa socialista nos levam a crer que seu foco era a imprensa de massas e, se ela não se efetivava, isso se devia mais a um problema conjuntural de clandestinidade do que a um objetivo estratégico do partido.

Segundo Worontzoff (1977), nos anos 1912-1914, esse sistema ganhou vida na Rússia. Existiam: um órgão central ilegal elaborado no exterior (O Social-Democrata); um jornal operário com grande difusão (O Pravda), ora legal, ora ilegal, a depender das condições nacionais; órgãos legais regionais; uma revista teórica legal; material de agitação, como manifestos e brochuras, às vezes legal, outras vezes ilegal (Worontzoff, 1977, p. 69).

Dentre as diversas características da Imprensa Popular, duas puderam ser encontradas na prática, no Brasil, entre 1945 e 1947. Esse sistema, chamado exatamente de “Imprensa Popular” apresentava a capilaridade pensada por Lênin e também a elaboração de diferentes veículos, com funções diversas. A “Imprensa Popular”, nome dado à rede de jornais e revistas legais do PCB nesse período, desenvolveu-se enquanto o partido estava na legalidade. O PCB chegou a coordenar pelo menos oito jornais diários, nas principais capitais do país, uma agência de notícias, tipografias, livrarias e editoras, além do órgão central (Serra, 2007, p. 2).

Durante esses anos, o PCB procurou desenvolver uma imprensa de massas, que atingisse amplos setores da população. Além da preocupação em fazer propaganda e agitação e utilizar o jornal como organizador coletivo, os próprios dirigentes – como Luis Carlos Prestes – faziam publicar, em informes ou mesmo no órgão central, orientações que visavam a melhorar a imprensa comunista, tornando seus produtos mais atraentes (Serra, op. cit., p. 03).

Enquanto esse constituiu um breve período de legalidade da imprensa partidária comunista no Brasil, nosso foco recai sobre um momento de clandestinidade, posterior à divisão do PCB. As condições não permitiam ao PCB manter uma imprensa de massas. Acreditamos, porém, que não só o contexto político impedia a ampliação do público leitor d’*A Classe Operária*. Estar voltado para um grupo restrito fazia parte da própria estratégia do partido de fortalecer sua militância e está de acordo com a idéia de que os militantes comunistas formavam a vanguarda da oposição à ditadura militar, sendo os organizadores e condutores das lutas do proletariado. Essa idéia é reflexo de concepções leninistas acerca do partido comunista.

A tarefa imediata da vanguarda consciente do movimento operário internacional, isto é, dos partidos, grupos e tendências comunistas, consiste em saber atrair as amplas massas (hoje, em sua maior parte, ainda adormecidas, apáticas, rotineiras, inertes) para essa sua nova posição, ou, melhor dizendo, em saber dirigir não só seu próprio partido, como também essas massas no período de sua aproximação, de seu deslocamento para essa nova posição (Lênin, “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”)<sup>33</sup>.

Se *A Classe Operária* era o porta-voz dessa noção vanguardista, o partido não se furtava de buscar também comunicar-se com um público – um pouco – mais amplo. Essa tentativa se consolidava através de outra estratégia comunicativa, em alguns aspectos semelhantes à do PCB: a chamada “infiltração” comunista em periódicos não-partidários. Enquanto militantes do PCB trabalharam em jornais da grande mídia, sendo importantes no processo de modernização pelo qual passou a imprensa brasileira nos anos 1950 (Albuquerque; Silva, 2007), o PCdoB colaborou secretamente com jornais da chamada imprensa alternativa.

Bernardo Kucinski (1991) aponta dois que teriam sofrido forte influência do PCdoB: *Opinião e Movimento*. *Opinião* surgiu em outubro de 1972, criado pelo empresário Fernando Gasparian, que contratou como diretor o jornalista Raimundo Pereira. Antes disso, porém, a Ação Popular (AP)<sup>34</sup>, que já havia se integrado ao PCdoB, desejava fazer um jornal legal e amplo que pudesse lutar pela anistia. Para levar adiante essa idéia, havia começado a estabelecer contato com Raimundo Pereira. A criação do *Opinião* foi assim uma oportunidade que cada um deles – partido e Raimundo Pereira – vislumbrou para fazer daquele periódico o “seu” jornal.

As concepções acerca do *Opinião* eram divergentes. Pereira queria fazer um jornal de jornalistas, chegando a propor participação nas ações a Gasparian. Este, por sua vez, desejava fazer um jornal que contribuísse para formar a opinião de seus leitores, dando voz a intelectuais exilados e demitidos de universidades e centros de pesquisa por serem contrários à ditadura militar. Já o PCdoB, em 1970 e 1971, considerava-se em condições de ser a força dirigente da revolução brasileira. Mas estava ciente de que, para consegui-lo, precisaria crescer qualitativa e quantitativamente, o que pretendia fazer através de um jornal legal. Assim, o surgimento do *Opinião* foi visto

---

<sup>33</sup> Essa concepção de que o partido comunista deve ser a vanguarda do proletariado é um desenvolvimento do pensamento de Marx e Engels, que afirmam no Manifesto Comunista: “De um lado, portanto, os comunistas constituem, praticamente, a fração mais resoluta e mais avançada dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais” (Marx; Engels, 2003, p. 38).

<sup>34</sup> Cf. Capítulo 01.

como uma oportunidade para colocar esse plano em prática, e o jornal recebeu a colaboração do partido, através do contato de Carlos Azevedo, jornalista e militante do PCdoB, com Raimundo Pereira (Kucinski, 1991, p. 255).

Para Azevedo, essa colaboração era natural, já que ele era jornalista e o partido tinha interesse em passar certas informações para a imprensa. Assim, apesar de discutir o que enviava para os jornais com seu dirigente, Azevedo é contrário à idéia de que seguia uma “diretiva” do partido<sup>35</sup>. Segundo ele, eram enviados textos também para a imprensa comercial, e alguns acabavam pautando matérias em jornais estrangeiros e repercutindo no Brasil.

Evidente que a gente, o partido, tinha interesse em manter contato, informar os jornais, passar para eles as informações que tinha, receber as informações que havia dos jornais também, que podiam mandar para a gente, etc. Então, era uma, vamos dizer assim, era uma coisa natural, né? A palavra “diretiva” fica uma coisa muito impositiva, não era nesse sentido (Carlos Azevedo, 27 de outubro de 2008).

Quando Pereira saiu do *Opinião* devido a divergências com Gasparian, organizou uma campanha para criar um jornal de jornalistas: o *Movimento*, fundado em 1975. A atuação desse jornal, de acordo com Kucinski (1991), condizia com a idéia do partido de formar uma frente ampla contra a ditadura: sua formação só foi possível graças ao apoio financeiro de diferentes setores, como jornalistas, deputados de oposição e pessoas que fizeram parte da geração estudantil de 1964-1968. Quando o Movimento foi criado, o PCdoB já tinha perdido importantes dirigentes e dezenas de militantes na Guerrilha do Araguaia, mas a organização ainda tinha importância na oposição à ditadura, mesmo na clandestinidade (Kucinski, op. cit., p. 292, 293).

Mas nem sempre os jornais divulgavam o que era de interesse do PCdoB. Com a crise pela qual passou após a Chacina da Lapa, o partido ficou isolado. Assim, o que se acreditava ser uma ingerência do partido no jornal era, na verdade, um trabalho individual. Duarte Pacheco, colaborador do *Movimento*, fora bastante próximo ao PCdoB, havia sido da AP, e era considerado por alguns a voz do partido, embora nunca tivesse se filiado a ele. Ele escrevia o caderno *Ensaio Populares*, veiculado no *Movimento*, e assinado por Raimundo Pereira. Apenas sabiam da verdadeira autoria os

---

<sup>35</sup> Carlos Azevedo afirma que esse contato se deu até a Chacina da Lapa. Depois, ele ficou isolado do partido, mas continuou atuando no envio de material para a imprensa e para outros países (Em entrevista à autora em 27 de outubro de 2008).

poucos que conheciam o estilo de Pacheco, mas, em geral, a desconfiança era de que aquele era um caderno feito sob comando do PCdoB (Kucinski, op. cit., p. 295).

Em 1979, o *Movimento* publicou, através do *Ensaio Populares*, um documento de Pedro Pomar que fazia uma crítica contundente à Guerrilha do Araguaia. Essa crítica acabou sendo abafada dentro do partido. Os debates sobre a guerrilha não tinham ainda se desenvolvido completamente quando o que restava do Comitê Central foi desbaratado na Chacina da Lapa. Depois disso, o que foi discutido nessa reunião foi desconsiderado, e a versão da Guerrilha do Araguaia que foi divulgada n'*A Classe* – e ficou para a história do partido – foi a concepção de uma parcela da organização que ganhou força após 1976<sup>36</sup>. Apenas nesse momento ficou claro que não havia mais ingerência do PCdoB sobre o jornal (Kucinski, op. cit., p. 340-341).

No caso da influência do PCdoB sobre jornais da imprensa alternativa, na busca por atingir um público mais amplo e conquistar uma posição de liderança dentro das esquerdas, não podemos perder de vista dois aspectos desse tipo de periódico. Um deles é que sua circulação também era restrita, embora maior que a do jornal *A Classe Operária*, então ilegal. O segundo é a censura que sofreram durante quase todo o período de funcionamento. Tanto *Opinião* quanto *Movimento* passaram por censura prévia que, depois de ser feita por um censor dentro da redação, transferiu-se para Brasília. Todo o material tinha que ser enviado do Rio de Janeiro para lá, com os custos de envio bancados pelos jornais (Smith, 2000, p. 119).

Feita essa ressalva, voltamos à questão da influência do PCdoB sobre os jornais *Opinião* e *Movimento*: ela não conseguia atingir um público tão amplo, e sim pessoas que já eram simpatizantes das idéias da esquerda, visto que só o ato de comprar tais jornais poderia ser uma atitude perigosa no contexto do regime de exceção; os jornais não publicavam exatamente o que era decidido nas reuniões de pauta e produzido nas redações e pelos colaboradores, já que sofriam censura prévia; nem tudo o que poderia ser interpretado como ingerência do PCdoB nos jornais era realmente uma política institucional do partido, mas, num período de desagregação, uma pessoa específica, como no caso de Duarte Pacheco, chegou a escrever para o jornal sem mais nenhum contato com o PCdoB.

Outra estratégia do partido que não utilizava veículos próprios era a divulgação de textos através das ondas das rádios Tirana, na Albânia, e Pequim, na China. Esses

---

<sup>36</sup> Cf. Capítulo 01.

eram os dois países comunistas com os quais o PCdoB mantinha contato. Com as dificuldades de produção e distribuição d'*A Classe Operária* devido à clandestinidade, textos que eram produzidos para esse jornal eram enviados para as rádios dos países amigos.

Nesse período mais difícil, o jornal era mandado pela direção para a Albânia, era lido na Rádio Tirana, era gravado por militantes pelo país fora e era impresso em vários lugares. É por isso que você encontra exemplares de diferentes tipos. O cara em São Paulo imprimia aqui; aí na Bahia, outro pessoal; no Nordeste, outro pessoal, entendeu? Então era uma maneira, à medida que a Rádio Tirana divulgava, nós gravávamos, eu gravei mesmo muitas coisas, isso aqui são artigos da Classe Operária que eu gravava, então são matérias da Classe Operária. Tá aqui, ó [mostra sua pasta com papéis e jornais]: “‘Evolução na luta contra a ditadura’, artigo, Classe Operária, 122, de fevereiro de 78”. Então o quê que eu fazia? Eu ouvia a rádio Tirana, gravava, tirava do gravador na máquina de escrever em muitas cópias, aí punha no correio, mandava para outras pessoas e para algumas pessoas que imprimiam. Inclusive eu tava dizendo outro dia conversando com o Walter Sorrentino (conhece o Walter Sorrentino? Ele é secretário de organização do PCdoB hoje, pertence ao birô político). Ele disse: eu não sabia, recebia essas páginas, e a gente imprimia e distribuía sem saber que era de você. Então essa é que era a forma de fazer, porque era clandestino, então por isso que você encontra formatos diferentes (Carlos Azevedo, 27 de outubro de 2008).

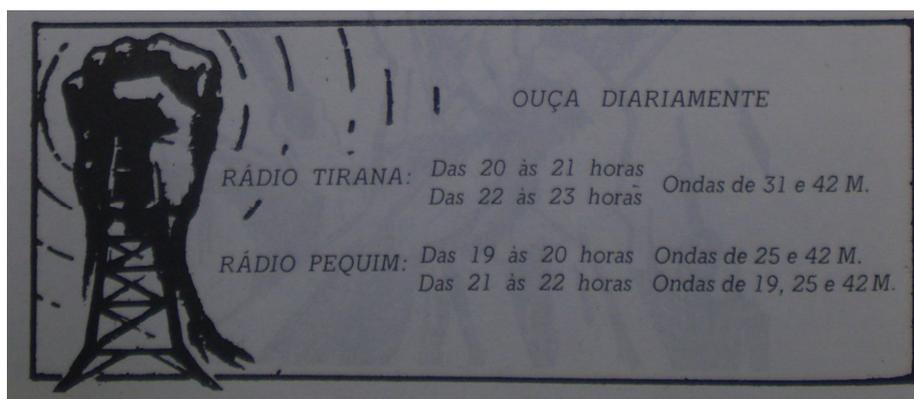
Bernardo Joffily, atualmente editor do portal *Vermelho*, esteve na Albânia durante cinco anos, de 1974 a 1979, e realizou uma função complementar à de Azevedo nessa rede comunicativa clandestina. Ele explica como era o seu trabalho e o de outros brasileiros do PCdoB que estiveram na Albânia socialista:

Então, a Albânia, socialista na época, tinha uma programação em línguas estrangeiras, em 16 línguas estrangeiras, e para o Brasil tinha uma programação de uma hora. Normalmente éramos quatro brasileiros, dois casais de jornalistas, jornalistas nem sempre com diploma, mas com função jornalística. [...] Teve várias gerações, começou antes de mim, acho que em 68, parece, foi a primeira transmissão em Português, e foi até 1990. Então foram várias, deve ter tido umas duas dúzias de casais aí do PCdoB que foram lá. Eu e a minha mulher, Olívia Rangel, trabalhamos lá de 74 até 79. [...] Então, uma parte [da programação brasileira da Rádio Tirana] falava da Albânia, uma parte eram notícias internacionais, um noticiário variado e tal, e uma parte eram notícias e comentários sobre o Brasil, que eram escritos por nós lá na Rádio Tirana, e nós traduzíamos também, nós locutávamos, o conteúdo do jornal *A Classe Operária*. Praticamente... Praticamente não, integralmente todo o conteúdo e era talvez o principal modo de os brasileiros receberem o jornal, porque a

circulação de um jornal de papel nas condições da ditadura era muito difícil (Bernardo Joffily, 24 de novembro de 2008).

Por outro lado, *A Classe* trazia em suas edições um quadro com os seguintes dizeres: “Todos os dias, em Português” ou “Ouça diariamente” e as informações de horário e frequência das rádios. Depois de ter rompido com a China, os quadros passaram a ter informações apenas da rádio Tirana<sup>37</sup>.

Figura 03:



*A Classe Operária*, nº 109, 05 de setembro de 1976, p. 18.

## 2.2. *A Classe Operária*: órgão central do Partido Comunista do Brasil

Antes da fundação do partido, em 1922, o grupo de comunistas que o formou já editava uma revista, chamada de *Movimento Comunista*, que surgiu em janeiro de 1921. Com a criação do PCB, ela continuou a ser publicada, desta vez sob a direção dele. Em 1923, contudo, a Agência de Propaganda para a América do Sul da Internacional Comunista determinou o fechamento da revista e a criação de um jornal operário de massas<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Uma das razões do rompimento seria, inclusive, a falta de apoio da China na divulgação da Guerrilha do Araguaia.

<sup>38</sup> A Internacional Comunista não aceitara imediatamente a filiação do PCB, sob alegação de que a organização brasileira tinha muitos pequeno-burgueses. A Agência de Propaganda para a América do Sul manteve contato com o partido para ajustá-lo à linha da Internacional. (Rebelo, 2003, p. 38-39).

Figura 04:



Capa da revista Movimento Comunista, 1º de maio de 1923 (In: Cadernos AEL 2, 1995, p. 21).

Esse seria o perfil d'*A Classe Operária* quando de seu lançamento, no comício em comemoração ao Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 1925, na Praça Mauá, Rio de Janeiro. O jornal era legal, mas havia uma rede ilegal de comitês, responsável por sua distribuição em fábricas e oficinas (Rebelo, 2003, p. 40). A preocupação em constituir uma rede de distribuição entre os operários e de realizar o lançamento d'*A Classe* numa manifestação de trabalhadores demonstra a forte influência leninista sobre o jornal.

Mas nem sempre o jornal *A Classe Operária* foi o órgão central do partido. Ele deixou de circular em 1953, sendo substituído pelo *A Voz Operária* em 1958 e, depois, em 1959, pelo *Novos Rumos* (Rebelo, op. cit., p. 52). Foi esse jornal que publicou o novo programa e nome do PCB, em 1961, marcando a cisão que seria oficializada no ano seguinte.

Quando o partido se dividiu em 1962, com os dissidentes criando o PCdoB, *A Classe Operária* passou a ser porta-voz desse partido. O jornal circulou legalmente de 1962 até março de 1964, sendo fechado pelo golpe militar. Durante esse período, *A Classe* exibia um expediente que informava quem eram o diretor responsável, o redator-chefe e o gerente do jornal: Maurício Grabois, Pedro Pomar e José Robaldo Delgado,

respectivamente. Os dois primeiros eram integrantes do Comitê Central do PCdoB e haviam sido também dirigentes do PCB. Esse fato mostra a estreita vinculação entre jornal e direção do partido.

A retomada do jornal que tinha sido o primeiro órgão central do PCB, mas parou de ser produzido por esse partido, tem grande significado simbólico no momento de criação do PCdoB, em 1962. O PCdoB não considera que o partido foi formado em 1962, e sim que foi reorganizado, reivindicando ser a continuidade do PCB, ser o verdadeiro Partido Comunista do Brasil. Nesse processo de formação e reafirmação identitária, a apropriação de símbolos do antigo partido fez-se necessária, e *A Classe Operária* constituía um deles.

“A CLASSE OPERÁRIA”, no entanto, sempre encontrou meios e formas de levar a orientação do Partido a seus militantes e aos setores avançados do proletariado e do povo. As forças reacionárias e fascistas jamais conseguiram silenciá-las em definitivo. Também os revisionistas<sup>39</sup> tentaram fazê-lo, por manobras escusas, mas falharam. É que, em sua renegação dos objetivos revolucionários, os revisionistas, chefiados por Prestes, pretenderam logo depois de 1957, acabar com a tradição combativa da imprensa do Partido. Sentiam particular repugnância por tudo quanto cheirasse a proletário, dizendo que a palavra traduzia sectarismo. Chegaram então a abandonar o nome de “Voz Operária” que, em certo período, substituíra “A CLASSE OPERÁRIA”. A esta, davam-na como inexistente para todo o sempre. De modo que, quando a viram voltar à circulação, em 1962, ficaram furiosos, trataram de ignorá-la (A Classe Operária, nº 97, maio de 1975, p. 09).

Também graficamente o PCdoB procurou se remeter à imprensa pecebista, dos tempos em que esse partido, de acordo com a visão do PCdoB, ainda não havia se convertido ao “revisionismo”. Podemos observar várias semelhanças entre as capas do jornal *A Classe Operária* (figura 02) e da revista *Movimento Comunista* (figura 04), reproduzidos neste trabalho: ambas apresentam o desenho da foice e do martelo; os dizeres “Proletários de todos os países, uni-vos”, na parte superior da página; e ilustrações que remetem à luta e à liberdade.

Durante o breve período de legalidade da fase inicial do PCdoB, de 1962 a 1964, *A Classe* publicava uma coluna intitulada “Os mestres do marxismo”, um quadro chamado “O povo ajuda *A Classe*”, correspondências dos leitores e chamamentos para os operários tornarem-se colaboradores do jornal. O caráter pedagógico do jornal era

---

<sup>39</sup> Referência ao PCB.

marcante na coluna “Mestres do marxismo”, eminentemente teórica. As correspondências e a listagem das pessoas que colaboravam financeiramente com o jornal (“O povo ajuda *A Classe*”) refletem a preocupação em formar uma rede de colaboradores<sup>40</sup>.

Com o golpe de 1964, o partido e o jornal entram mais uma vez num período de clandestinidade, o que muda radicalmente as condições de produção d’*A Classe*. A última edição legal do jornal data de março de 1964, quando deixa de circular para retornar no ano seguinte, clandestinamente, permanecendo assim até o fim da ditadura militar, em 1985. As edições do período de clandestinidade não apresentam mais o expediente do jornal (Rebelo, op. cit., p. 63).

Dessa maneira, ao analisarmos textos publicados n’*A Classe Operária* no período da ditadura, é fundamental levar em consideração as condições de clandestinidade da época, que impediam uma capilaridade na redação do jornal, ficando sua elaboração a cargo dos dirigentes do partido. Contudo, havia divergências internas entre os integrantes do Comitê Central e da Comissão Executiva.

Na realidade, havia um descompasso entre a Comissão Executiva e o Comitê Central. E o descompasso piorava, porque quem tomava o conjunto das decisões era a Comissão Executiva, e não o Comitê Central. [...] Quem tinha mais integrantes era o Comitê Central. A rigor, do ponto de vista teórico, a Comissão Executiva deveria ser subordinada ao Comitê Central e aplicar as decisões do Comitê Central. Nesse período, ocorre o contrário. O Comitê Central se reunia apenas para chancelar um pouco o que era decidido na Comissão Executiva e quem mandava, quem tomava as decisões, quem fazia as grandes discussões e, às vezes, como tinha muita coisa que era segredo e de segurança, nem todas as informações eram passadas para o Comitê Central. Então essa era uma situação muito anômala também explicada pela situação de clandestinidade (Wladimir Pomar, 07 de outubro de 2008).

É nesse contexto que era feito o jornal *A Classe Operária*. O governo Médici havia decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), marco do recrudescimento da repressão da ditadura militar. Durante seu governo e o de Geisel, foi dizimada a Guerrilha do Araguaia e perseguidos os militantes do PCdoB nas cidades, culminando com a Chacina da Lapa.

---

<sup>40</sup> Características observadas pela autora em pesquisa ao acervo do AEL, na Unicamp, das edições d’*A Classe Operária* de 1962 a 1964.

Assim, durante o período de mais dura clandestinidade, o PCdoB recorreu a países do exterior para a divulgação d'*A Classe Operária*, seja através de sua leitura pelas ondas das rádios Tirana e Pequim, seja enviando exemplares para entidades democráticas de países da Europa. O isolamento decorrente da clandestinidade e a tática política de realizar a luta armada levaram o jornal a tornar-se centralizado em seus dirigentes e sem uma rede de colaboradores fortalecida. Suas informações chegavam apenas a um grupo restrito de filiados e militantes.

### **2.3. *A Classe Operária* numa perspectiva comparada**

Ao entrar em contato com o jornal *A Classe Operária* dos anos 1970, surpreendemo-nos por encontrar um material radicalmente diferente do que se convencionou chamar de “jornalismo”. Por isso, acreditamos que trabalhar esse jornal sob uma perspectiva comparada facilita que as características d'*A Classe* se sobressaiam, por contraste com outros modelos de jornalismo.

As características que nos acostumamos a atribuir ao jornalismo vêm do que se convencionou chamar de modelo norte-americano de jornalismo, que influenciou a prática em outros países, e seria uma invenção do século XIX, a partir de um momento peculiar de desenvolvimento econômico e tecnológico (Schudson, 1978)<sup>41</sup>. Embora tenha se espalhado pelo mundo, esse modelo não foi assimilado completamente; serviu de referência e sofreu adaptações.

No Brasil, a década de 1950 ficou marcada por ter sofrido influência do jornalismo norte-americano. Os anos 1950 são considerados ícone da mudança de um jornalismo abertamente opinativo e influenciado pela política e pela literatura por outro tipo, calcado em informações objetivas. Essa mudança não se deu de forma absoluta, desenvolveu-se através de avanços e recuos (Ribeiro, 2007) que levaram o jornalismo brasileiro a se tornar de um tipo diverso daqueles que o influenciaram (Albuquerque, 2008).

Mas um jornalismo que se engaja explicitamente nas questões de seu tempo e não as apresenta como dados irrefutáveis era produzido no Brasil – e em outras partes do mundo – especialmente antes da influência norte-americana levar à criação de uma

---

<sup>41</sup> O próprio Schudson afirma que não houve um momento mágico no qual surge a objetividade nos Estados Unidos e depois se espalha pelo mundo (Schudson, 2001). Além disso, nem sempre o jornalismo dos Estados Unidos teve a objetividade como um paradigma (Ryfe, 2006).

nova prática. Chalaby (1998) trata do desenvolvimento do jornalismo nos países anglo-americanos e na França, colocando esse último como retardatário em relação à evolução da profissão nos Estados Unidos e na Inglaterra. Enquanto os franceses estariam vinculados à política e à literatura, escrevendo com base em suas próprias opiniões, nos países anglo-americanos teriam surgido um estilo de texto telegráfico e novas práticas discursivas, como a reportagem e a entrevista.

Em um estudo comparado de jornalismo, Hallin e Mancini (2004) propõem três modelos: o Modelo Liberal, que prevaleceria na Grã-Bretanha, Irlanda e América do Norte; o Modelo Democrático e Corporativista, que prevaleceria na Europa Setentrional; e o Modelo Pluralista Polarizado, que prevaleceria nos países mediterrâneos da Europa Meridional. Eles lembram que não se pode perder de vista que tais modelos são tipos ideais. As características que os definem são inter-relacionadas, resultam de um desenvolvimento histórico e, dentro de cada país, os sistemas midiáticos em certos aspectos se aproximam e se afastam desses padrões.

Pode-se perceber uma valorização do Modelo Liberal, como se os demais modelos fossem inferiores a esse, casos em que o jornalismo ainda não teria atingido seu desenvolvimento pleno. Contudo, diferente de Chalaby, Hallin e Mancini consideram que práticas diversas são também “jornalismo”. Por outro lado, Chalaby e Schudson, embora situem historicamente o jornalismo, consideram que essa prática é apenas o que surgiu a partir do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, desconsiderando as demais como não pertencentes ao gênero, enquanto Hallin e Mancini as situam como menos desenvolvidas.

Chalaby, por exemplo, designa jornalismo um modelo informativo em oposição ao publicismo, que, segundo ele, seria a tradição seguida pelos jornalistas franceses que escreviam para propagar doutrinas políticas e defender os interesses de um determinado grupo político. O autor também situa como publicismo a prática dos jornais ingleses dos anos 1830, por afirmar que não se poderia ainda chamá-la de jornalismo ou de jornalismo de partido, já que o jornalismo seria uma invenção posterior a esse período.

Concordamos que *A Classe Operária* dos anos 1970 é um exemplo de publicismo, no sentido de que se dirige para determinado grupo e em nome dele com caráter explicitamente político. Contudo, não consideramos que tais características tornem essa prática inferior ao jornalismo nem que o jornalismo não possa também

desenvolver tais funções<sup>42</sup>. Ao invés de situar as práticas jornalísticas diversas da anglo-americana<sup>43</sup> como publicismo ou jornalismo ainda não desenvolvido, a leitura que fazemos dos autores que situam historicamente essa atividade é que ela não segue um modelo universal. Das diferenças entre o jornalismo em diversos lugares do mundo, apreendemos que casos em que a prática escapa ao padrão de um jornalismo baseado em notícias pretensamente neutras e objetivas – com o espaço para opinião marcadamente separado da parte informativa – não devem ser considerados como fora da área jornalística, mas compreendidos como outra prática.

*A Classe Operária* dos anos 1970 não dividia seus textos entre seções opinativas e informativas. Da amostra analisada, apenas uma edição trazia, na capa, a referência de que alguns textos eram “artigos”. Porém, dentro do jornal, não havia nenhuma espécie de marcação separando essas páginas, nem tampouco os demais textos apresentavam características de textos noticiosos. Essas e outras características d’*A Classe* são comuns a outros veículos da chamada imprensa operária, como observa Maria Nazareth Ferreira:

Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários frente aos outros. Por exemplo, mesmo em se tratando de uma publicação periódica, o tratamento da notícia tem caráter processual, recuperando e analisando os fatos. Grande parte do espaço era ocupado por textos e conferências, isto é, não se dava somente uma notícia sobre um bom texto ou conferência, mas se reproduzia na íntegra o seu conteúdo. Nota-se, desse modo, do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação em ocupar todo o espaço. A utilização de charges na primeira página, reproduzindo visualmente o editorial, é uma demonstração do quanto estavam empenhados em vender a imagem conscientizadora do jornal. Além desses elementos, nas primeiras páginas podem ser encontrados manifestos e convocações para assembléias operárias (Ferreira, 1988, p. 20, 21).

As observações de Ferreira são válidas para *A Classe Operária* não somente por coincidência entre os princípios das organizações operárias e do PCdoB, um partido comunista que, afinal, também se assume como representante do proletariado. Segundo a autora, a imprensa operária sofria influência leninista e, depois da fundação do PCB,

---

<sup>42</sup> Lembramos que Lênin, que forneceu inspiração teórica para *A Classe Operária*, considerava-se um publicista, em texto de 1902: “E nossa missão de publicistas sociais-democratas consiste em aprofundar, estender e intensificar as denúncias políticas e a agitação política” (Lênin, 1980, p. 66, tradução livre).

<sup>43</sup> Classificação que carrega um excesso de generalidade, visto que existem diferenças substanciais no jornalismo dos dois países e mesmo dentro de cada um deles.

em 1922, passou a ser principalmente partidária<sup>44</sup> (Ferreira, op. cit., p. 31-32). Interessante observar que também em outros lugares do mundo encontramos uma imprensa semelhante à produzida pelo PCdoB nos anos 1970. Um exemplo são os jornais ilegais da classe trabalhadora inglesa dos anos 1830, os *unstamped*. Eles tinham a função de propagar a ideologia política do grupo que o produzia de maneira explícita, e também buscavam elevar a consciência dos seus leitores (Chalaby, 1998).

No caso d'*A Classe Operária* trata-se de jornalismo de partido; portanto, toma-se claramente um posicionamento. Além de ser o veículo de um partido, *A Classe Operária* é o veículo de um partido comunista e marxista-leninista. Lênin creditava ao jornalismo um papel fundamental no processo revolucionário, seja para elevar o grau de conscientização do operariado, para organizar o partido ou para conclamar os leitores à ação.

Todas essas possibilidades que Lênin atribuía ao jornalismo demarcam uma oposição em relação ao que o autor chama de “imprensa burguesa”. De acordo com Lênin, a imprensa comunista seria impregnada de ideologia, o que também aconteceria com a grande imprensa. Segundo ele, a diferença seria que a grande imprensa apresentasse como portadora de uma neutralidade objetiva, quando traria embutida a ideologia burguesa. Por outro lado, a imprensa leninista seria abertamente proletária.

Essa tomada de posição, no caso d'*A Classe Operária* nos anos 1970, reflete-se na linguagem utilizada pelo jornal.

De uma hora para outra, o diabo virou ermitão. Até há pouco, Geisel ostentava soberana arrogância quanto à execução de seus planos políticos. Não admitia nada além de um gradualismo lento e de aceitação incondicional. Agora o homem toma ares de democrata. Suspendeu a censura discriminatória que por tanto tempo impôs a determinados órgãos de imprensa, revogou uma pena de banimento, anunciou o próximo retorno do habeas-corpus. Alardeia o envio de seu projeto de reformas ao Congresso e insinua a possibilidade de adotar novas medidas pretensamente distensórias nos meses vindouros (*A Classe Operária*, nº 127, jun 1978, p. 03, grifo nosso).

Segundo Zelizer (1992), os jornalistas seriam autoridades culturais<sup>45</sup>, e tal autoridade se manifestaria através da capacidade desses profissionais se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da “vida real”. Respalda a autoridade recursos tecnológicos, narrativos e institucionais.

---

<sup>44</sup> Antes de 1922, as principais organizações operárias do Brasil eram anarco-sindicalistas.

<sup>45</sup> No Brasil, diferentes dos Estados Unidos, essa autoridade é respaldada também legalmente.

No caso dos recursos narrativos, podemos falar de “rituais de objetividade”. Embora a objetividade seja algo que não se consegue atingir, faz parte de certo fazer jornalístico acionar o que Tuchman (1996) chamou de “rituais de objetividade”. São estratégias usadas pelos jornalistas na tentativa de buscar uma objetividade nunca alcançada. Entre tais rituais, podemos destacar o uso da aspas para marcar citações e a ausência de adjetivos ou sua utilização respaldada por uma informação suplementar, mecanismos para que o texto pareça isento de subjetividade. Em todos os tipos de jornais, encontramos textos que não correspondem a esse modelo de jornalismo, embora ele seja considerado uma referência do modo discursivo jornalístico. Vamos nos referir a essa prática como “jornalismo canônico”.

Ao contrário do que acontece no jornalismo canônico, *A Classe Operária* não utiliza tais ferramentas. No caso da matéria que citamos acima, intitulada “Desmascarar as manobras ‘reformistas’ de Geisel”, o jornal não apresenta citações para dar respaldo às afirmações que são feitas e o próprio título da matéria, com o verbo no infinitivo, demonstra uma tomada de posicionamento que se distancia da isenção. Com adjetivos, verbos e expressões que demonstram ironia, o texto claramente se situa numa postura de desconfiança em relação às medidas anunciadas por Ernesto Geisel.

Outras vezes, embora as citações fossem utilizadas, elas são precedidas ou seguidas de termos que demonstram claramente uma tomada de posição. A matéria “Cresce movimento de protestos contra violências da ditadura” trata de diferentes movimentos da sociedade civil que denunciam as prisões e torturas do regime. Não tem uma marcação temporal clara; refere-se a acontecimentos dos “últimos meses”. Esse é o texto que mais utiliza citações, três no total: do brigadeiro Oliveira Sampaio (STM), do major Válter Ribeiro e do general Potiguara:

“Simultaneamente com a onda repressiva, oficiais das Forças Armadas desmandam-se em declarações furibundas. O general Potiguara, comandante do IV Exército, babando ódio, afirmou que seus iguais não estariam dispostos a esquecer ‘os perturbadores da ordem, autênticos criminosos que nada mais desejam do que entravar o processo do nosso (isto é, deles, militares-NR) desenvolvimento’” (A Classe Operária, nº 100, set 1975, p. 04, grifo nosso).

Como se percebe, a citação não foi usada para dar ao texto uma aura de isenção.

No caso d’*A Classe Operária*, além da autoridade jornalística, os textos nos mostram que o próprio partido também era um porta-voz legitimado dos eventos da

“vida real” (Zelizer, 1992). A autoridade cultural, interpretativa, seria reforçada por uma instância que está fora da esfera midiática, o partido. O acionamento desse tipo de legitimidade só se torna possível porque o jornal estava voltado para o restrito público de filiados e militantes do PCdoB, leitores que já coadunavam com a visão de mundo d’*A Classe*. O jornal descartava recursos narrativos próprios da autoridade jornalística, o que já havia sido apontado anos antes como um problema.

Ainda falamos uma linguagem pouco acessível às massas. Usamos em certos casos, as frases feitas e decoradas que constituem a gíria partidária. Este linguajar é uma manifestação sectária, uma vez que sendo incompreensível para o povo dele nos isola. No trabalho de imprensa, temos a assinalar inúmeras debilidades. Os jornais da imprensa popular avançam lentamente no esclarecimento e educação política do povo (Grabois, 1954, sem página).

A fala de Maurício Grabois, um dos dirigentes do partido, morto na Guerrilha do Araguaia, situa-se num contexto em que o PCB organizou seu 3º Congresso, ainda antes da cisão. Nesse congresso, foi aprovado um programa que deveria ser fartamente distribuído. As características da linguagem da imprensa comunista apontadas por Grabois coincidem com as que observamos n’*A Classe Operária* na década de 1970. Contudo, acreditamos que nesse período, não era o principal papel da comunicação do partido uma ampla difusão, como veremos a seguir.

Assim, procuramos mostrar aqui que *A Classe Operária* não é um exemplo do jornalismo informativo, que chamamos aqui de jornalismo canônico. Mesmo sem exercer função informativa, acreditamos que se trata de jornalismo, porém um jornalismo de outro tipo e que desempenha outros papéis. É desses papéis que vamos tratar na próxima parte do capítulo: a formação de redes comunicativas através da comunicação como ritual.

#### **2.4. Redes de comunicação e ritual n’*A Classe Operária***

O processo de comunicação sempre envolveu discussão e sociabilidade, segundo Robert Darnton, e não é uma simples questão de mensagens transmitidas numa difusão linear para receptores passivos; mas sim um processo de trabalho e assimilação das informações em grupos, o que implica a criação de uma consciência coletiva ou opinião pública (Darnton, 1998).

As considerações de Darnton sobre processos de comunicação apresentam vários elementos que servirão de ponto de partida para nossa discussão sobre o jornalismo d'*A Classe Operária*. Pensar a comunicação como um processo que envolve sociabilidade dá relevância à formação de redes comunicativas, ao público, possibilitando que se compreenda o jornal como instrumento que reforça e amplifica sentimentos ou ideais coletivos. Abordar a comunicação dessa maneira implica escapar de um modelo transmissional e trabalhar com a comunicação como ritual.

A partir da pesquisa de Robert Darnton (1998) sobre os livros proibidos na França pré-revolucionária, pode-se pensar na formação do público, na interação entre diferentes meios de comunicação e na criação de redes comunicativas. Essas redes seriam cheias de imbricamentos entre quem produz, quem lê, onde isso acontece, as influências dos leitores sobre os autores e dos chamados *bruits publiques* – ou seja, os rumores. Além de evitar um pensamento de transmissão linear de informações, pressupõem-se leitores ativos e a formação de um grupo social somente possível através da comunicação. Esse grupo, que congrega pessoas de diferentes ocupações e classes sociais, seria o público, unido através das discussões em torno de histórias publicadas – e ditas – acerca do rei e de sua corte: uma nova formação social desenvolvida no século XVIII (Darnton, 1998).

Antes disso, contudo, as populações já procuravam reportar, umas às outras, acontecimentos que diziam respeito às comunidades, como desastres naturais, guerras, sucessos e fracassos no esforço para sobrevivência econômica, trivialidades e fofocas (Carey, 2007). De acordo com Carey, isso sempre aconteceu e constitui atividade essencial para a sobrevivência de agrupamentos humanos. As maneiras de comunicar é que mudaram – ou surgiram novas, que convivem com outras mais antigas, como parábolas e lendas.

A necessidade de comunicação estaria então vinculada à formação e manutenção dos grupos sociais. Uma das raízes etimológicas da palavra “comunicação” a interpreta como “tornar comum” ou “comungar”. Pensando dessa maneira, observamos que as pessoas lêem jornal não apenas para ficar bem informadas. Um dos objetivos, mesmo que não explícito, é compartilhar um mesmo mundo. Ler jornal seria assim uma maneira de ter relações sociais com uma quantidade de pessoas impossível de ser reunida num espaço público qualquer. Os jornais representariam crenças compartilhadas, colaborando para a ordenação e a coerência da “realidade” (Carey, 1989).

Ao abordar os rituais midiáticos, Cottle (2006) afirma que eles são casos excepcionais que periodicamente irrompem na rotina midiática<sup>46</sup>. Contudo, defendemos que *A Classe Operária* estava constantemente produzindo rituais midiáticos. Segundo Cottle, rituais midiáticos podem ser dependentes ou dirigidos por autoridades sociais e instituições de fora da esfera midiática. Porém, para ele, apenas reportar rituais ou cerimônias de fora não contaria como ritual midiático. Para se encaixar nessa situação, a mídia precisa fazer algo mais do que simplesmente reportar rituais; precisa estar performativamente desempenhando um papel, quer dizer, fazendo algo acima e além de reportar ou representar – invocando e sustentando solidariedades públicas baseadas em idéias e sentimentos coletivos sobre como a sociedade deveria ser.

O jornal *A Classe Operária* dos anos 1970 atuava performativamente construindo idéias e sentimentos coletivos, reportando rituais comunistas e também produzindo rituais através de sua rede de comunicação. Significa que os textos d'*A Classe* se encaixam na idéia de que “dizer é fazer”: a publicação de seus textos visava à adoção de certas atitudes (Austin, 1975). Acreditamos que esse era o principal papel desempenhado pelo periódico, mas não o único. Seria uma espécie de guarda-chuva que abrigaria outras funções mais específicas, todas relacionadas à comunicação como ritual.

Observando os textos do jornal de 1975 a 1979, procuramos identificar que funções mais específicas seriam essas exercidas por *A Classe*. Assim, criamos cinco categorias: 1) *resolução*; 2) *disciplina partidária*; 3) *análise*; 4) *apelo à ação*; 5) *comemoração*. Na maioria das vezes, essas categorias se entrelaçam, embora possamos afirmar que determinado tipo é predominante num texto.

Organizamos essas categorias partindo das mais próximas do partido como agente decisório. Nesse sentido, trabalhamos primeiro com as *resoluções*, que seriam publicações de documentos do partido, que definem os parâmetros de conduta do partido e se referem uma coletividade. Em seguida, abordamos a *disciplina partidária*: são textos que apresentam forte caráter educativo, com o objetivo de definir parâmetros de conduta para o militante. Falam ao militante de modo individual, porém utilizando casos exemplares, modelos que devem ser seguidos; ficariam assim no limiar entre indivíduo e coletivo.

---

<sup>46</sup> Ele agrupou esses casos na seguinte tipologia: pânico, eventos midiáticos de celebração, eventos midiáticos de conflito, desastres midiáticos, escândalos midiáticos e crises públicas midiáticas.

Em terceiro lugar, vamos nos voltar para a *análise*, direcionada para a reflexão do militante acerca dos temas que o partido considera importantes para o momento; visa a que o militante compreenda os fatos a partir da visão de mundo do partido. Normalmente junto à análise, encontramos o *apelo à ação*: textos que culminam em palavras que devem levar a certa atitude do militante. Por último, tratamos da *comemoração*, entendida como ritual de memória e construção de projeto para o futuro. Essa é a categoria que mais se distancia das demais, já que podemos situá-la na superestrutura, do ponto de vista gramsciano do termo. Contudo, não esquecendo que os aspectos subjetivos também têm grande importância para as condições estruturais, a *comemoração* costuma vincular-se a acontecimentos exemplares, servindo, assim, também para educar e, subliminarmente, propor determinadas atitudes ao militante.

Abordaremos agora cada uma das categorias. As *resoluções* são documentos que ditam a diretriz política do partido para aquele momento. São aprovados – consensualmente ou não – ao final de encontros: reuniões, congressos e conferências. Esses documentos costumavam ser publicados n’*A Classe Operária*, solidificando seu papel ritual enquanto meio de imputar aos militantes a hierarquia partidária e a conduta desejada.

Os documentos são quase sempre assinados pelo Comitê Central<sup>47</sup>. Um exemplo é o “Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”, que se dirige a “Brasileiros! Patriotas e Democratas!” (*A Classe Operária*, nº 102, nov 1975, p. 03). O CC assina o manifesto, que data de outubro, embora o jornal seja de novembro.

O povo brasileiro jamais se curvou aos tiranos e vende-pátria. Quando esmagado pela violência repressiva, sempre encontrou meios de se levantar e sacudir o jugo da opressão. Agora há-de se pôr de pé para varrer com o regime fascista antes que o Brasil se converta numa semicolônia e os brasileiros se tornem simples vassallos dos monopolistas estrangeiros. Unido será mais forte que os generais assassinos e traidores!

Ergâmo-nos [sic] em defesa do monopólio estatal – O PETRÓLEO É NOSSO.

Exijamos os direitos do povo – LIBERDADE, ANISTIA, CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA!

E acima de tudo – AÇÃO COMUM PARA DERRUBAR A DITADURA MILITAR-FASCISTA! (*A Classe Operária*, nº 102, nov 1975, p. 03).

---

<sup>47</sup> O PCdoB também publica documentos de partidos comunistas de outros países. Em geral, cartas de solidariedade, como, por exemplo, quando o PC do Brasil perdeu dirigentes na Chacina da Lapa.

A publicação de documentos do PCdoB no jornal *A Classe Operária* tem um significado especial. É só através dessa publicação que a linha política decidida pelo Comitê Central (ou pela Comissão Executiva) pode ser aplicada. Tornar as resoluções do partido de conhecimento dos militantes é fundamental para que elas atinjam sua função e possam ser efetivamente aplicadas. Consideramos que essas resoluções são “sentenças performativas”. Queremos afirmar que textos desse tipo não apenas dizem alguma coisa, mas sim que a sentença implica o desempenho de uma ação (Austin, 1975), como no exemplo abaixo:

As decisões adotadas pela VII Conferência – já ratificadas pelo Comitê Central – precisam ser levadas ao conjunto do Partido, discutidas e assimiladas por todos os comunistas, a fim de que se transformem na linha comum de atuação partidária. Elas podem e devem ser enriquecidas com as contribuições de cada militante de modo a concretizar em cada organismo as tarefas ali indicadas. É imperioso organizar a luta pela aplicação das decisões da VII Conferência, o que significa pôr em prática de maneira criadora o conteúdo dessas resoluções e fazê-las chegar às grandes massas trabalhadoras e populares (*A Classe Operária*, nº 137, jun 79, p. 13).

O parágrafo acima é um dos últimos do texto intitulado “A VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil”, que apresenta as análises e decisões desse encontro. Tais decisões só tomarão forma se “discutidas e assimiladas por todos os comunistas”, ou seja, nesse caso, é preciso dizer – e publicar – para que se faça o que foi dito (Idem, *Ibidem*, p. 13).

A segunda categoria de que tratamos é a *disciplina partidária*, infligida através do caráter educativo dos textos. Mesmo que de modo sutil, esse caráter está presente em quase todas as matérias d’*A Classe Operária*. Matérias comemorativas, por exemplo, utilizam fatos memoráveis para que sirvam de exemplo de conduta à militância. Textos que analisam a situação política buscam convencer o militante da necessidade de que tome atitudes adequadas ao contexto, assim como os de incitamento à ação. As resoluções do partido, publicadas sob a forma de documentos, também visam a moldar as ações do militante.

Enquanto as resoluções dizem respeito a parâmetros de conduta do partido de modo coletivo, os textos que reforçam a disciplina partidária se referem ao militante de forma individual, porém se reportando a casos exemplares. Embora às vezes se reportem a ações, o objetivo principal não é mudar, e sim manter: sustentar uma imagem do comunista como aquele disposto aos maiores sacrifícios pela defesa de seu

ideal de desencadear a revolução para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Evidentemente, todos os militantes do partido já sabiam que era essa a conduta que se esperava deles. O papel do jornal era então reforçar essa idéia, mantendo coeso seu restrito público leitor, o que podemos facilmente perceber como uma perspectiva ritual da comunicação.

Entretanto, mesmo o objetivo sendo de que determinada visão de mundo permanecesse, não se pode considerar que a perspectiva ritual d'*A Classe Operária* objetivava a manutenção de um consenso social. Os rituais midiáticos não são necessariamente consensuais ou hegemônicos; sua função varia a depender de cada caso (Cottle, 2006). Em relação à *Classe*, podemos considerar que construía rituais transformadores, se tomarmos a sociedade brasileira como referência, no contexto da ditadura militar. Contudo, pensando a respeito da estrutura do partido, sua função era consensual: as disputas internas não transpareciam no jornal; através de suas páginas, a organização partidária demonstrava formar um consenso, que deveria ser reportado aos militantes/leitores, fortalecido e reforçado através da comunicação.

Num período de severa repressão contra os comunistas, reforçar as práticas esperadas dos militantes ganhava ainda mais relevância: era preciso unir todos os que, na visão do partido, estavam se sacrificando naquele momento por um mesmo ideal. Através da leitura do jornal, os militantes fortaleciam suas convicções, ao saber que estavam em relação com outros que compactuavam as mesmas idéias.

Sob essa perspectiva, podemos considerar que um dos papéis do jornal *A Classe Operária* nesse contexto era reforçar os ritos políticos comunistas. Considerando que não cabe apenas à religião constituir expressões de sacralidade, os ritos são assim apropriados também no âmbito secular, interessando a essa pesquisa especialmente sua apropriação política.

Segundo Rivière (1989), os ritos seculares de caráter político têm as seguintes funções: de legitimação política; de afirmação de uma hierarquia de poderes, valores e prioridades; de orientação moral; de troca intensiva, ao mesmo tempo lúdica e mobilizadora (Rivière, 1989, p. 180). Assim, podemos compreender o jornal *A Classe Operária* também – mas não apenas – como meio de reforço dos ritos políticos comunistas. Na verdade, entrar para um partido comunista já significa inserir-se numa série de ritos.

A entrada para o Partido [soviético] supõe a adoção de uma visão de mundo totalizante com uma esperança escatológica de triunfo do proletariado. Os clérigos (aliás o aparelho) têm o seu seminário de teologia (a escola de quadros) e quando se tornam permanentes e bem materialistas, devotam-se, sem mais questionar a matéria, ao ministério da palavra. Indicam o lugar da verdade e mantêm a retidão ideológica entre seus camaradas (Rivière, op. cit., p. 97).

Desse modo, não é de se surpreender que o caráter educativo esteja presente em praticamente todos os textos publicados no jornal *A Classe Operária*. Em relação ao contexto, é importante lembrar que com a “queda” (prisão ou morte) de muitos quadros, surgiam cada vez mais dirigentes jovens e com pouca experiência. A instabilidade que a repressão causava aos comunistas tornava ainda mais necessário o reforço de seus ritos, buscando unificar o grupo em torno de certos ideais. As qualidades esperadas de um militante seriam alimentadas pelo jornal, como se pode observar na matéria “Heróico e abnegado militante”, homenagem a Armando Teixeira Frutuoso, militante assassinado pela ditadura:

A confiança nas massas e o incomensurável ódio a seus opressores, a inesgotável vontade de luta e a honestidade revolucionária, o alto sentido de responsabilidade, o espírito de camaradagem e de solidariedade comunista – eis entre outras as qualidades que, sob a orientação do Partido, ele adquiriu e desenvolveu (*A Classe Operária*, nº 102, nov 1975, p. 06, grifo nosso).

O trecho acima resume bem a concepção do partido acerca do modelo de militante. Suas virtudes e sua atitude heróica não são apenas características pessoais, e sim qualidades desenvolvidas sob a orientação do partido, sem o qual as características positivas do militante não teriam valor. Só a partir da orientação do partido, as qualidades tornam-se casos exemplares, passando do âmbito individual para o coletivo.

Ainda como expressão de sacralidade secular, *A Classe Operária* revigorava a noção de sacrifício exigida dos militantes. Eles deveriam firmar-se na defesa da causa comunista mesmo sob pena de terem de pagar com a própria vida, tornando-se, assim, heróis e mártires.

O comportamento de Luís Medeiros serve de exemplo ao povo em geral, à juventude e, em especial, aos comunistas. É o modo correto de proceder de todo aquele que subordina seus interesses individuais aos objetivos maiores da revolução e que, se cai nas mãos do regime terrorista, defende a causa e não sua pessoa, mesmo ante as piores atrocidades físicas e morais perpetuadas pelos bandidos fascistas, não

se compromete a luta nem a organização a que pertence, pejeja por manter-se vivo, morre se preciso for, mas jamais e em nenhuma hipótese sucumbe moralmente. É na linha desses exemplos dignificantes que se vai salientando a grandeza da luta em curso no Brasil de hoje e que se vão forjando os grandes nomes do povo, seus mártires e heróis os quais, desde já, devem ser exaltados e tomados como modelo (A Classe Operária, nº 108, jul 1976, p. 11-12).

Percebemos claramente, no trecho acima, a transformação do militante de um indivíduo para um modelo coletivo de conduta. Luís Medeiros agiu de maneira heróica, como todo comunista deveria fazer. Nesse mesmo texto, o jornal enaltece a honra do militante e insulta os militares que o torturaram:

Ao final [da sessão de tortura], a seus pés, como vermes malditos, exaustos de tanto torturar, ficaram aqueles monstros imbecilizados, derrotados na tentativa de atingir um objetivo muito acima de suas forças – a honra de um verdadeiro revolucionário (Idem, *Ibidem*, p. 11).

Assim, o jornal cumpre a função de comunicação como ritual, solidifica os ritos políticos dos comunistas e ainda dá um exemplo de conduta para os militantes. Compreendemos os simbolismos desses ritos como necessários para reforçar certas características exigidas dos militantes pelo partido, como lealdade e disciplina. Não podemos, contudo, considerar o partido como uma organização unânime, sendo esses simbolismos acionados por aqueles que detinham o poder dentro da organização no momento e servindo para a manutenção da hierarquia partidária. A comunicação é considerada aqui não apenas um instrumento de manutenção dos ritos políticos, mas ela própria um ritual, que consiste no compartilhamento de valores e visões de mundo através do jornal.

Nossa terceira categoria é a *análise*. Nesse caso, cabe retomar alguns conceitos leninistas acerca da imprensa. Ao falar da propaganda como uma das funções do sistema de imprensa social-democrata, Lênin afirma que ela consiste na análise profunda de todas as causas de determinado problema, procurando levar o máximo de idéias a um número restrito de militantes – já que nem todos seriam capazes de compreendê-las. Acreditamos que a análise corresponde ao que Lênin chamava de propaganda. Desse modo, *A Classe Operária* cumpria um importante papel do órgão central de um partido comunista: analisava os acontecimentos de acordo com um nível elevado, voltado para a vanguarda que seriam os militantes do partido.

Em geral, análise e apelo à ação caminham juntos. O texto “Os inimigos do povo devem ser derrotados”, por exemplo, já traz em seu próprio título que se trata de uma agitação. Entretanto, embora realmente cumpra esse papel, de maneira sutil, o texto quase inteiro é uma análise da situação do país frente ao resultado das eleições.

O resultado das eleições de 15 de novembro, nesse sentido, é um dado importante. Assinala o repúdio generalizado ao regime nefasto dos generais. Mas não é o único. A condenação da ditadura abrange um campo mais vasto. Expressa-se nos protestos contras as “reformas” reacionárias de Geisel, contra a lei fascista de segurança nacional, contra a repressão e a tortura de presos (A Classe Operária, dez 1978, nº 132, p. 03).

Após construir todo o argumento, a matéria termina com um parágrafo de apenas uma frase: “Somente a luta firme e cada vez mais firme contra o regime tirânico poderá transformar em realidade as mais sentidas e profundas aspirações do nosso povo” (Idem, Ibidem, p. 05). Assim, praticamente todos os textos de análise culminam num *apelo à ação*, que também corresponde a uma das funções da comunicação comunista, segundo Lênin: a agitação.

Para ele, a agitação se daria principalmente através de folhetos e discursos orais, voltada para os proletários com mais baixo nível de consciência de classe. Seria a semente lançada em terra fértil a ser cultivada pelos militantes do partido. Contudo, acreditamos que mesmo o órgão central do Partido Comunista do Brasil recorria à agitação, porém de maneira diferente daquela preconizada por Lênin. O apelo à ação seria a conclusão de análises de conjuntura, como mostra o exemplo abaixo:

Daí a necessidade dos comunistas passarem a dar maior ênfase à propaganda da alternativa revolucionária para a crise brasileira, a começar pela ampla divulgação da Mensagem à Nação<sup>48</sup> lançada pelo Comitê Central. Esta é uma tarefa de todo o Partido, a ser cumprida no bojo da luta, sem se cair no doutrinário. A revolução é um acontecimento do radicalismo mais extremo, mas também da mais extrema amplitude. É obra das massas de milhões, que só se lançarão à ação revolucionária quando estiverem convencidas de que isso é indispensável, convencidas por sua própria experiência e por uma propaganda viva, livre de chavões e irrefutável.

Cabe a nós, militantes do P.C. do Brasil, o dever imperioso de ajudar as massas a fazerem sua experiência e simultaneamente despertar sua consciência revolucionária. Somente assim estaremos aproveitando a fase de transição que atravessamos de maneira e ir formando o

---

<sup>48</sup> Refere-se ao documento Manifesto à Nação, publicado na mesma edição d’*A Classe Operária*.

exército político capaz de conduzir a causa popular à vitória (A Classe Operária, nº 134, fev/mar 1979, p. 11).

No caso, o texto procura convencer o leitor de que a realidade política brasileira está mudando, a partir do governo de João Baptista de Figueiredo. Depois de pontuar elementos que mostrariam essa mudança, conclui com um incitamento à ação voltado para os militantes do partido, que teriam a função de divulgar o documento que refletia a visão política do PCdoB no momento e aglutinar as massas em torno do projeto revolucionário.

Outros textos já trazem em seu título um apelo à ação, como “Avançar na luta contra a ditadura”. Ainda assim, o texto não se reduz a palavras de ordem, mas constrói uma série de argumentos para, ao final, deixar claro para o militante o que ele deve fazer:

Ou se trata de aceitar as reformas da grande burguesia e do imperialismo que desembocarão numa “democracia relativa” com indelével sobrevivências da ditadura. Ou se ousa vencer e se faz avançar a luta de massas, em todos os níveis e sob todas as formas. Buscando, na atual etapa, ampliar ao máximo as conquistas democráticas pela vida de uma Constituinte livremente eleita. E com a certeza de que se algo mudou foi, sem dúvida, a correlação subjetiva entre as forças sociais em choque, alargando tremendamente as fileiras da frente democrática e exaurindo o campo da ditadura. O que resta agora é saber transformar esse acúmulo subjetivo de forças em ação independente de massas (A Classe Operária, nº 123, fev 1978, p. 23).

O texto apresenta duas opções ao militante, mas ele pode entender claramente qual delas é a correta: unir-se às massas e batalhar pela Constituinte. Essa era uma das bandeiras do partido na segunda metade da década de 1970, junto à liberdade e anistia para os presos e exilados políticos.

A quinta e última categoria de que tratamos é a *comemoração*. Relembrar aniversários de acontecimentos importantes para a história comunista ou de lutas populares é tarefa constante exercida pelas matérias d’*A Classe Operária*. Aniversários da Guerrilha do Araguaia, do PC do Brasil<sup>49</sup>, da Revolução Socialista de Outubro<sup>50</sup>, da Declaração Conjunta dos Partidos Marxistas-Leninistas da América Latina, da morte de

---

<sup>49</sup> O jornal refere-se assim ao partido, não utilizando a sigla PCdoB.

<sup>50</sup> Revolução Russa, que pôs fim ao czarismo.

dirigentes do partido, do Manifesto do Partido Comunista, da libertação da Albânia e do nascimento de Stálin são temas presentes nas edições d'*A Classe*.

Neste mês de abril comemora-se o 5º aniversário da resistência armada do Araguaia, acontecimento de extraordinária significação na vida do país. Desfraldando a bandeira da liberdade e dos direitos do povo, moradores do sul do Pará enfrentaram o banditismo de poderosas forças da reação e, com sua bravura e seu sangue, escreveram uma das mais belas páginas da história das lutas populares do Brasil. Não temeram sacrifícios, jamais vacilaram nos propósitos que os animavam. Indicaram, com seu exemplo, o caminho da libertação nacional e social, o caminho da guerra popular (A Classe Operária, mar/abr 77, nº 114, p. 06, grifo nosso).

Ao comemorar a Guerrilha do Araguaia, o trecho acima, do texto “Marco relevante das lutas populares”, refere-se ao passado. Mas, ao mesmo tempo, projeta-se para o futuro, afirmando que o acontecimento em questão ficará na história (Ricoeur, 1994). Depois da rememoração, a idéia final do texto é de que a Guerrilha do Araguaia é um episódio a ser preservado por todos os militantes, além de servir de inspiração e exemplo a eles. Essa estrutura se mantém nos demais textos comemorativos, que são ainda utilizados – como quase todos os demais – para criticar a ditadura militar.

Consideramos que toda memória é manipulada, no sentido de que ela só tem materialidade a partir do momento em que é narrada, e narrar é sempre uma seleção. Iluminamos alguns aspectos e obscurecemos os demais. Além disso, o tempo só se torna tempo humano quando é narrado (Idem, Ibidem). É desse modo que os textos comemorativos d'*A Classe Operária* constroem determinada memória acerca dos acontecimentos exemplares da trajetória do partido; realizam um enquadramento do passado na perspectiva de apontar para o futuro também sob o ângulo desejado.

Assim, *A Classe Operária*, atuando como ritual comunicativo, fazendo os leitores compartilharem certa visão de mundo, também exerce o papel de construtora da memória coletiva do grupo formado por esses leitores, militantes do partido. Segundo Halbwachs, a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2006, p. 102). Essa memória coletiva, entretanto, não é única: existem tantas quantos foram os grupos humanos.

A partir desse pensamento de Halbwachs, podemos refletir sobre o papel do jornal *A Classe Operária* de tecelão da memória dos militantes do PCdoB. Esse papel é

fundamental para manter a coesão partidária, já que a memória é um elo que une grupos sociais. Contudo, Halbwachs também afirma que a memória coletiva varia a partir do ponto de vista dos componentes dos grupos. Assim, ele não insere claramente a questão da dominação, mas abre caminho para que outros autores discorram sobre isso.

Para Michael Pollak (1989), por exemplo, nem todas as memórias coletivas de uma sociedade coexistem pacificamente, integrando-se sem dificuldades à memória nacional, que ele chama de enquadramento. As memórias de perseguidos políticos – e suas redes familiares e de amizade, por exemplo – costumam constituir memórias subterrâneas. Em desacordo com a memória nacional, os grupos portadores de memórias subterrâneas, em geral, silenciam até que mude o contexto político-social que os impede de manter uma posição diferente da memória enquadramento.

No caso dos comunistas, durante os anos 1970, o reforço de determinado viés memorável era essencial para manter viva essa memória subterrânea, até que o fim do estado de exceção permitisse que ela aflorasse. Porém, a questão da dominação também está presente dentro desse grupo, não apenas na relação entre ele e o restante da sociedade. É assim que comemorar acontecimentos do passado do partido – a escolha de que acontecimentos e como eles devem ser lembrados – colabora para que a visão de mundo de determinado setor dentro do partido prevaleça, momentaneamente ou enquanto outro projeto memorável não for reivindicado ou não parecer mais legítimo do que o vigente.

Como vimos no Capítulo 01, a Guerrilha do Araguaia foi um acontecimento alvo de disputas internas no PCdoB. No entanto, a construção de sua memória se deu de modo a considerar o acontecimento exemplar e abafar críticas que abalasses essa visão. Por isso, utilizamos novamente o exemplo de um texto sobre a guerrilha, intitulado “Invencível bandeira de luta”:

12 de abril assinala mais um aniversário do início da resistência armada do sul do Pará. Em 1972, nessa data, tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar de Goiás e do Pará, numa vasta operação, atacaram moradores da região do Araguaia. Estes, que desde há muito vinham lutando contra os grileiros e a violência policial, não se deixaram atemorizar. Organizaram-se em grupos armados para defender suas vidas, enfrentaram corajosamente a ditadura. Com seu denodo escreveram uma das mais belas páginas das lutas populares do Brasil.

[...]

A bandeira que levantaram continua no alto. Mesmo que temporariamente a guerrilha haja retrocedido, os ideais que encerra

estão bem vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo o país, dos patriotas e democratas que não se sujeitam ao regime opressor e sanguinário dos generais vende-pátria. A heróica resistência dos moradores do sul do Pará é um chamamento vigoroso às populações abandonadas e perseguidas do interior brasileiro, às massas populares que sofrem nas cidades, para se erguerem na luta decidida contra os opressores e traidores da nação (A Classe Operária, nº 105, abr 76, p. 04, 05).

O texto se refere ao acontecimento como um episódio glorioso, que exigiu coragem de seus protagonistas e que marca a população que o vivenciou. O que aconteceu no passado influencia assim o futuro, pois “a bandeira que levantaram continua no alto” (Idem, Ibidem). As comemorações assinalam, assim, consensos temporários, utilizados para reforçar a linha de certo grupo de dirigentes partidários, tocando os militantes a partir do heroísmo dos atos praticados pelos seus companheiros no passado.

Analizadas as cinco categorias que criamos para abordar as funções desempenhadas pelo jornal *A Classe Operária* através da comunicação como ritual, vamos procurar, nos textos do jornal, vestígios<sup>51</sup> que nos permitam desvendar as redes de comunicação formada em torno d'*A Classe*.

*A Classe Operária* dos anos 1970 era um jornal voltado para os filiados e militantes do partido. Em texto de maio de 1975, o próprio jornal explica a mudança na circulação de suas edições de um período anterior ao regime militar para depois dele, quando cai na clandestinidade.

No período da legalidade – março de 1962 a março de 1964 –, A Classe Operária contou com a colaboração ativa de inúmeros “CLASSOP’s<sup>52</sup>”. Era vendida nas bancas dos jornaleiros em todo país. Mas era vendida também em comandos.

Atualmente, sob o regime terrorista dos generais, não se pode aplicar os mesmos métodos daquele período. Mas o CLASSOP continua sendo indispensável. Ele precisa estudar as formas mais variadas e adequadas à distribuição com segurança do jornal.

Entre outros meios, o CLASSOP deve se preocupar constantemente em selecionar nomes e endereços de pessoas que lhe pareçam úteis receber o jornal. Esses nomes e endereços podem e devem variar, ou repetir-se, mas multiplicar-se sempre.

É uma ação propagandística de grande valia, que não deve ser subestimada, uma forma concreta de lutar contra a ditadura. Naturalmente, os cuidados são necessários para defender o militante e

---

<sup>51</sup> O termo “restos” ou “vestígios” é utilizado por Paul Ricoeur (1994) para falar daquilo que aparece no texto do mundo pré-texto e pós-texto.

<sup>52</sup> Militantes responsáveis por distribuir o jornal *A Classe Operária*.

a organização partidária de golpes da repressão (A Classe Operária in Rebelo, op. cit., p. 62-63).

Apesar da mudança, uma permanência: embora fosse vendido em bancas até março de 1964, o jornal sempre circulou através das instâncias partidárias – os “comandos”. Mesmo quando não explicita seu público-leitor, o jornal apresenta vestígios, nos textos publicados, que permitem deduzir a quem ele se dirige. Em “Os tempos são outros”, o autor se refere aos militantes do PCdoB como “nós”: “Cabe a nós, militantes do P.C. do Brasil, o dever imperioso de ajudar as massas” (A Classe Operária, nº 134, fev/mar 1979, p. 11). Além dessa citação mais direta, podemos deduzir que, quando os textos reforçam a necessidade de luta e o combate ao “espontaneísmo”<sup>53</sup>, é aos militantes do partido que eles se dirigem. Por isso, é forte o caráter educativo das matérias.

Além do caráter educativo dos textos, uma importante pista para desvendar quem era o público leitor d’*A Classe* é observar os manifestos e cartas publicados pelo jornal. Em “Manifesto à Nação”, *A Classe Operária* discorre sobre a necessidade de uma frente ampla contra a ditadura militar. Dirige-se aos leitores como “trabalhadores”, “democratas”, “patriotas”, “brasileiros” e “trabalhadores das cidades e do campo” (Idem, Ibidem, p. 03, 04, 06).

Embora talvez apenas os militantes tivessem acesso ao jornal, a idéia era de que eles deviam conquistar todos os brasileiros patriotas, democratas e trabalhadores em torno do projeto político do PCdoB: formar uma frente ampla contra a ditadura, sob o comando do partido. Esse propósito, já presente em edições de anos anteriores, ganhou força com a possibilidade mais concreta de abertura política: João Baptista de Figueiredo estava no poder e havia tomado posse comprometendo-se a reimplantar o estado de direito.

O início de abertura reflete-se em outros aspectos do jornal. Apesar de nenhuma edição da época publicar o expediente, a partir de 1978, encontramos alguns artigos assinados. N. de Assis, Oto Daniel, José Maurício, José Celso, Vitor, Guilherme Alves, José Júlio, Maria José, Marta de Oliveira, G. Fontes, Décio de Almeida, Ana de Matos e Rita Morais são os autores que publicam textos assinados n’*A Classe*. Embora talvez esses nomes tenham feito algum sentido para os leitores quando foram publicados, eles não permitem que desvendemos hoje a identidade dos articulistas. Mas, em julho de

---

<sup>53</sup> Termo bastante utilizado para criticar as demais organizações de esquerda.

1979, *A Classe* publica o texto “Verdadeiro programa do marxismo-leninismo”, sobre livro de Enver Hodja, assinado por João Amazonas. A publicação do nome de um dos principais dirigentes do partido é uma indicação de que se iniciava a abertura política.

Pelo teor do que era publicado, percebe-se também que o jornal era escrito por uma parcela da direção do partido ou por pessoas bastante próximas a ela. Influenciavam a escolha do que era publicado a situação dos países socialistas, especialmente dos aliados China – apenas a princípio – e Albânia. O PCdoB procurava deixar claro seu posicionamento dentro do campo da esquerda, e essa ligação internacional servia muitas vezes a esse propósito.

A leitura de textos desses partidos comunistas e o envio de textos do PCdoB para eles ficam evidente no jornal. Além dos quadros com informações sobre as rádios Tirana e Pequim, *A Classe Operária* chegou a publicar trecho de um editorial assinado pelo Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia. Também veiculava cartas de solidariedade desses dois países e de outros partidos comunistas.

Algumas edições traziam falas de autoridades. Nesses casos, fica subentendido – uma autoridade não daria entrevista para um jornal clandestino – ou expresso claramente que se tratava de uma frase retirada de jornais comerciais. Isso mostra que a leitura desse outro tipo de jornalismo também fazia parte da rede de comunicação em que se inseria *A Classe Operária*, por mais que seu uso fosse diferente do feito pelos demais leitores: o objetivo era retirar informações a partir das quais o jornal pudesse construir seu discurso contra a ditadura militar e a favor do fortalecimento da luta da oposição.

*A Classe Operária* também publica trechos de textos de Lênin e Stálin ou interpretações de idéias dos dois. Assim, também faziam parte da rede de comunicação do jornal, formando as influências daqueles que o escreviam e as referências que eles gostariam de compartilhar com os leitores, numa tentativa de educação da militância. Depois de o jornal publicado, sua circulação se dava da cúpula do partido aos dirigentes regionais, destes aos militantes e daí aos simpatizantes. Embora pareça linear, devemos lembrar que se trata de uma rede. Então, a conduta dos militantes, o fato de conquistarem mais ou menos simpatizantes, tudo isso somado ao cenário político internacional e nacional, que chegavam aos responsáveis pela *Classe* através de textos de partidos comunistas estrangeiros e de jornais comerciais, formam a rede de comunicação do órgão central do PCdoB. Rede essa que o jornal reforçava em seus

textos, cumprindo uma função essencialmente ritual, muito mais do que de mera transmissão de informações.

Mesmo com a forte possibilidade de abertura, o circuito comunicativo do jornal ainda se restringia principalmente aos militantes do partido. As diversas mensagens recebidas ou enviadas a partidos comunistas de outros países e reproduzidas nas páginas d'*A Classe* só podiam ser voltadas para aqueles que faziam parte da estrutura do PCdoB. A quem mais poderia interessar o recebimento de uma mensagem do PC da Colômbia elogiando a conduta do PCdoB e propondo aproximação entre eles? E o envio de uma carta de apoio ao congresso das mulheres comunistas da Albânia? Assim, mesmo quando fala de frente ampla de oposição à ditadura, não podemos perder de vista que o partido considerava-se a vanguarda que levaria à frente essa luta, empreendida por seus militantes, a quem são voltados todos os textos que, no fundo, tem o mesmo papel: unir a militância sob um mesmo ponto de vista e levá-la a agir de acordo com a estratégia política do partido.

### Capítulo 03 – Os atuais meios de comunicação do Partido Comunista do Brasil

Enquanto, durante quase toda a década de 1970, o único veículo de comunicação próprio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era o jornal *A Classe Operária*, atualmente o partido trabalha com uma estratégia mais complexa. O jornal se mantém, produzido com o objetivo principal de ser impresso. Contudo, pode também ser encontrado na internet, através do portal *Vermelho* e do site *Partido Vivo*, dois veículos também próprios do partido, ambos com endereços independentes e também com links de um para o outro.

Esse conjunto de meios de comunicação partidários<sup>54</sup> reflete algumas mudanças do partido de 1970 para cá. O PCdoB passou da produção de um jornal impresso e de restrita circulação a um portal na internet vencedor na categoria de melhor página de política, segundo o prêmio iBEST, em 2004 e em 2007. Essa transformação se evidencia em diversos âmbitos. Em primeiro lugar, o partido saiu da condição de clandestinidade para tornar-se uma organização legal e com forte participação na política democrática, fazendo parte, atualmente, da base aliada do governo federal, como um dos partidos que apoiou o Partido dos Trabalhadores (PT) em todas as campanhas presidenciais, desde 1989.

O contexto político mudou radicalmente e, assim, também os objetivos do partido e o que ele pretende com a comunicação. Nos anos 1970, devido à clandestinidade e à fragmentação do partido pela ditadura, o importante era fazer um jornal voltado para os militantes, reforçando sua formação e as diretrizes políticas da organização. Atualmente, o PCdoB desenvolve a estratégia de atingir um público mais abrangente através de seus próprios meios de comunicação, o que pressupõe ampliar os temas abordados por esses meios e não utilizar uma linguagem militante.

*A Classe Operária* na década de 1970 e o portal *Vermelho* hoje seriam assim estratégias radicalmente distintas. Mas essa transformação não foi uma ruptura repentina: no período de abertura do regime militar, para abranger os setores progressistas da população – não apenas os militantes do partido – e assim funcionar como ferramenta da política da Frente Única contra a ditadura, foi lançado o jornal *Tribuna da Luta Operária*. O jornal circulou pela primeira vez em outubro de 1979, e

---

<sup>54</sup> O PCdoB tem ainda a revista *Princípios*, a editora Anita Garibaldi e publicações de organizações que funcionam sob direção política e ideológica do partido, como a União de Negros pela Igualdade (Unegro) e a União da Juventude Socialista (UJS). Vamos trabalhar com os dois veículos produzidos para serem veiculados pela internet e com o mais antigo do partido e que ainda hoje se mantém, *Classe Operária*.

era vendido por militantes do PCdoB em fábricas, sindicatos e universidades<sup>55</sup>. Marcante devido à sua inserção na sociedade civil, o *Tribuna da Luta Operária* parece realmente ter cumprido seu papel político no período de abertura, tendo deixado de circular em 1988, três anos depois do fim do regime militar no Brasil.

Assim, não ignoramos que a mudança de estratégia comunicativa do PCdoB foi gradual. Contudo, optamos por trabalhar com dois períodos de grande contraste: a mais dura clandestinidade e a intensa participação no regime democrático.

Expostos esses pontos e a forte influência do contexto político nos meios de comunicação partidários, partimos para um segundo aspecto da mudança de estratégia comunicativa do PCdoB: a tecnologia utilizada – e disponível na época e nas condições de ilegalidade – é outra. Isso oferece diferentes possibilidades e, com elas, nova abrangência de público.

Somadas, essas questões desembocam na discussão de um terceiro aspecto: os circuitos comunicativos criados pelos meios de comunicação do PCdoB. Essa diferença fica evidente se compararmos *A Classe* clandestina ao *Vermelho*. Mas também se faz presente, às vezes de maneira sutil, entre os atuais meios de comunicação do partido: o portal *Vermelho*, o site *Partido Vivo* e *Classe Operária*, em sua fase atual.

Por ser um portal voltado a um público amplo, o *Vermelho* é a porta de entrada para os demais meios de comunicação do partido. Trata-se de um espaço com forte caráter jornalístico, no sentido “informativo” do termo, e que coaduna com uma visão geral e agregadora de esquerda – não fechada aos princípios partidários do PCdoB, embora estes tenham destaque em relação às demais correntes. A parte central do portal é formada por notícias. Assim como nos jornais *standard*, elas são separadas em dois espaços: na parte superior, as notícias em destaque, com trechos das matérias e fotos. Na inferior, o portal apresenta divisões por editoria.

---

<sup>55</sup> A criação de outro jornal para cumprir o papel de aglutinador da sociedade civil no período de abertura é mais um indício de que era estratégico que *A Classe Operária* fosse voltada apenas para reforçar a política do PCdoB entre seus militantes. Sua circulação restrita não se devia somente à clandestinidade, embora seu papel estivesse intrinsecamente ligado ao contexto político.

Figura 05:



VERMELHO  
PORTAL [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)

10º ENCONTRO INTERNACIONAL DE  
PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS  
Brasil, São Paulo, de



retrato

---

Inicial | Editorial | PCdoB | Colunistas | Marxismo+Brasil | Fale Conosco | Galeria de Imagens |

Brasil, domingo, 16 de novembro de 2008

---



Conteúdo atualizado há:  
24 horas  
48 horas  
7 dias  
15 dias  
+ de 15 dias

Brasucas

**VERMELHO ONLINE 17h55 - Sindicato britânico propõe decálogo para combater a crise**



**Orlando define prioridades**  
**Entrevista a Zé Dirceu**  
**Orlando Silva ratifica: esporte é um direito social**

Ministro do Esporte diz que o objetivo principal de sua Pasta é firmar o esporte como um direito social em todo o país. Ele fala também da Copa do Mundo de futebol de 2014 e das chances de o RJ sediar as Olimpíadas de 2016.

**Economia**  
**G20 decide lançar pacote contra crise financeira global**

Os líderes do G20 concordaram em tomar uma ação rápida, incluindo medidas de estímulo fiscal, caso necessário, para estabilizar os mercados financeiros e restaurar o crescimento da economia global. Eles também deram suporte a ideia de dar mais voz aos mercados emergentes no comando financeiro global, segundo o comunicado divulgado neste sábado, em Washington.

**Mídia**  
**O anticomunismo das cavernas de um jornalista da "Folha"**

Com "seu habitual rolô de mediocre e oco", Josias de Souza dispara críticas a respeito do 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários. O jornalista Osvaldo Bertolino, em seu blog, responde à altura.

**Trabalhadores**  
**Lula convocará centrais para discutir medidas contra a crise**

De Washington, onde participou com outros chefes de Estado da reunião do G20, presidente diz que participação dos trabalhadores será importante para que o governo crie alternativas à crise.

**EDITORIAL**  
G-20 no lugar do G-8?

**HOJE**  
1904: Barricada da Gamboa cai; fim da Revolta da Vacina (Rio)

**COLUNAS**

- Osvaldo Bertolino**  
Lula, Obama e o preconceito do professor Gaudêncio Torquato
- Sérgio Barroso**  
Obama e o "novo" New Deal
- Eduardo Borim**  
O desafio
- Venício A. de Lima**  
Mídia, agenda pública e audiência qualificada
- João Guilherme Vargas Netto**  
Entrevista exclusiva sobre a crise

---

**CONTRIBUA COM O VERMELHO**

**DESTAQUES**

Cadastre-se e receba notícias do Vermelho por e-mail.

Nome  AC

E-mail

**PARTIDO VIVO**



[www.pcdo.org.br](http://www.pcdo.org.br)

- Três deputados do PCdoB concorrem ao prêmio Congresso em Foco
- Rádio Vermelho - Renato Rabelo comenta a crise econômica

**A Crise do Capitalismo**



---

**Brasil** Síntese

- PPS-PSDB: "Fusão para quê?", questiona Zé Dirceu
- Crimes contra a Previdência levam 358 acusados à cadeia

**América Latina** Síntese

- Conselho Mundial da Paz se une à luta do povo colombiano
- Bolívia: Evo anuncia plano de erradicação da pobreza extrema

**Economia** Síntese

- Luiz Gonzaga Belluzzo: A queda das moedas emergentes
- Mantega comemora "perfeita sintonia" do G20 em Washington

**Mundo** Síntese

- Gabinete do Iraque aprova saída de tropas dos EUA para 2011
- Sindicato britânico propõe decálogo para combater a crise

---

**Movimentos** Síntese

- A Bienal e o auxílio luxuoso do movimento estudantil
- Ato de solidariedade no Rio lança livro sobre a Bolívia

**Geral** Síntese

- Número de turistas em Cuba bate recorde em 2008
- Holanda: "Coffee-shops" do país estão sob risco de fechar

**Mídia** Síntese

- Eugênio Buccì: A publicidade como porta-voz do poder
- Argemiro Ferreira: Bush, o racismo e um tabu na mídia

**Cultura** Síntese

- CLPL quer português como umas das línguas oficiais da ONU
- Cuba exibirá filme de Soderbergh sobre "Che" Guevara

---

**Todas as últimas**

**Busca por palavras chaves**

**Especiais**

- Eleições 2008**  
Tudo sobre as eleições 2008
- Petróleo pré-sal**  
O que fazer com o megacampo?
- Rádio Vermelho**  
Ouça aqui as entrevistas da Rádio Vermelho
- Bloqueio de Cuba**  
Série de matérias sobre o bloqueio cubano
- Prosa @ Poesia**  
Espaço para prosas, crônicas e poesias

**mais especiais**

Selecione um especial

---

**Marxismo + Brasil**

Biblioteca Marxista  
Inst. Mauricio Grabois  
Cadernos de Formação  
Linha do Tempo

Manifesto Vermelho  
Logotipo  
Quem Somos  
Editora Anita Garibaldi

Publicações  
A Classe Operária  
Revista Princípios  
Outras páginas (links)

English Texts  
Textos Español

**Classe**



**Princípios**



REVISTA TÉCNICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Arquivos anteriores a 4 de Abril de 2006

**ENQUETE**  
**O que esperar do governo de Barack Obama?**

Uma gestão de mudanças e progressos

Uns poucos gestos democráticos e nada mais

Um governo "mais do mesmo", na linha imperialista do sistema

Não dá para esperar nada, diante da crise financeira

Nenhuma das alternativas anteriores

---

**Assista**



**VERMELHO**

Página Inicial | Editorial | Opinião | PCdoB | Marxismo + Brasil | Colunistas | Manifesto Vermelho | Juventude  
Revista Princípios | A classe Operária | Linha do Tempo | Anita Garibaldi | English | Fale Conosco | Outras Páginas (links)

Página inicial do portal Vermelho no dia 16 de novembro de 2008.

No site *Partido Vivo*, encontramos links intrinsecamente relacionados ao partido, sua identidade, suas diretrizes e a formação de sua militância, como “Estatuto do PCdoB”, “Documentos históricos”, “Notas e resoluções da Direção Nacional” e “O que é ser comunista”. Mas sua parte central também é formada por notícias, que se seguem uma abaixo da outra, sem separação por tema. São utilizadas retrancas, mas as matérias não se agregam sob editoriais. Todas vêm sob o nome *Partido Vivo*. Assim, esse veículo não faz distinção entre as matérias que estão na página principal, o que demonstra que todas elas podem ser reunidas sob um mesmo tema: o PCdoB.

Figura 06:



Página inicial do site *Partido Vivo* no dia 16 de novembro de 2008.

Como a parte central é o espaço mais privilegiado da página, essa comparação já é suficiente para aferirmos as características principais do portal e do site. O *Vermelho* busca, prioritariamente, conquistar o público de esquerda em geral, através da informação, enquanto o site seria voltado para os filiados ao partido, com o principal objetivo de orientação política. Porém, se observarmos outras características, podemos reforçar o argumento de que cada um desses veículos é estratégico para determinado tipo de público em especial.

Embora ambos tenham suas matérias marcadas por data e horário, o *Vermelho* apresenta dezenas de atualizações diárias; enquanto o site não é atualizado todos os dias, ou apenas acrescenta matérias que só podem ser visualizadas depois de acessado o link “Clique aqui e veja mais notícias sobre o *Partido Vivo*”, sem alterações na primeira página. Assim, a dinâmica do *Vermelho* se assemelha muito mais a um portal de notícias, como outros que existem na internet e não são vinculados a nenhum partido político. Dificilmente um veículo on line com baixa frequência de atualizações seria interessante para o público externo ao partido.

Estamos tratando, nesse momento, das características gerais desses veículos, o que significa que há exceções a esse esquema e que elas também são importantes. Apenas consideramos que, para tratar de diferentes veículos, categorizá-los em tipos ideais facilita a visualização dos contrastes e, por conseguinte, a análise do conjunto. Os detalhes e casos que fogem ao esquema serão analisados quando tratarmos de cada veículo especificamente.

Com relação ao jornal *A Classe Operária*, em sua sétima fase, que se iniciou em abril de 2008, ele perdeu o artigo e se intitula apenas *Classe Operária*. Continua sendo elaborado para ser impresso, embora também seja acessível através de uma versão em formato PDF no portal e no site. Trata-se de um jornal mensal de apenas quatro páginas A4, colorido, sempre com fotos, desenhos e charges. Os textos são curtos e costumam falar de “trabalhadores”, “povo” e “pobres”, com uma linguagem bastante didática, denunciando que esse não é um veículo voltado para os filiados ou militantes, como acontecia nos anos 1970. Distribuído gratuitamente pelos militantes do partido em fábricas, estaleiros e onde os trabalhadores de cada cidade tenham relevância em termos de quantidade e organização, o veículo se mostra, atualmente, um instrumento de conquista de novos apoiadores para o partido, apresentando análises dos acontecimentos políticos e buscando associá-los à realidade dos leitores.

Figura 07:



Capa do jornal *Classe Operária*, nº 04, julho de 2008.

Todos esses veículos – portal, site e *Classe* – são desenvolvidos no período democrático, ao contrário do jornal *A Classe Operária* na década de 1970. Considerando esse contexto e também outros aspectos que já citamos, elaboramos um quadro comparativo entre esses meios de comunicação do PCdoB, resumindo os argumentos expostos.

## QUADRO I

### Comparação entre diferentes veículos de comunicação do PCdoB

	A (1970)	Classe	Vermelho	Site	Classe (hoje)
<b>Contexto</b>	Ditadura		Democracia	Democracia	Democracia
<b>Periodicidade</b>	Impresso		On line	On line	Impresso / on line
<b>Temporalidade</b>	Mensal / bimensal	/	Atualizações diárias	Atualizações quase diárias	Mensal
<b>Função</b>	Formativa / reforço de linha política	/	Informativa	Formativa / reforço de linha política	Educativa e analítica / conquista de nova militância
<b>Público</b>	Filiados / militantes	/	Geral / público de esquerda	Filiados / militantes	Geral / trabalhadores

Através desse quadro, vemos que as principais funções do jornal *A Classe Operária* nos anos 1970 não se mantêm no *Classe* atual, mas continuam sendo importantes para o partido e foram assumidas pelo site *Partido Vivo*. Por outro lado, com a democracia instalada, o partido pôde criar outros veículos, que cumprem papéis que já eram considerados relevantes, mas que não podiam ser exercidos em sua plenitude devido à condição de ilegalidade do PCdoB: a inserção num público externo ao partido, formado por pessoas de esquerda e trabalhadores não-filiados<sup>56</sup>. Para os primeiros, com mais facilidade de acesso à internet, é elaborado, desde 2002, o portal *Vermelho*. Para os demais, um jornal de rápida leitura e visualmente atrativo: o atual *Classe Operária*.

<sup>56</sup> Uma tentativa de inserção em públicos externos ao partido se dava, nos anos 1970, através da influência que o PCdoB exercia em alguns veículos da chamada imprensa alternativa. Contudo, não ficava claro para o leitor o que era realização do partido nem havia meios de comunicação próprios do PCdoB que exercessem essa função (Cf. Capítulo 02).

### 3.1. *Vermelho*: a esquerda bem informada

Slogan do portal *Vermelho*, a frase “A esquerda bem informada” resume bem a proposta desse veículo. Como dissemos anteriormente, o portal apresenta traços de que não é voltado para um público interno ao partido, mas sim para o público “em geral”. O que não significa qualquer público: são pessoas que coadunam com uma visão de esquerda. Para atingir esse público, o *Vermelho* utiliza a informação jornalística e abrange temas que não estariam presentes caso o veículo se restringisse a questões partidárias.

Contudo, nem todo o conteúdo do *Vermelho* parece ser endereçado ao público externo ao partido. Algumas seções – e, como veremos na próxima parte, algumas notícias – mostram-se de interesse das pessoas do PCdoB. Estamos lidando com um espaço complexo, que articula diferentes lógicas comunicativas.

Desse modo, relacionamos dois tipos de público: interno (militantes, filiados e líderes partidários) e externo (simpatizantes, leitores, pessoas de outros partidos). A possibilidade de reunir públicos diversos num só veículo, facilitada pela internet, demonstra que o portal é instrumento de uma estratégia comunicativa múltipla: ao mesmo tempo em que serve para a educação e mobilização da militância, também se apresenta como contra-hegemônico em relação aos meios de comunicação comerciais ou como tentativa de construir hegemonia dentre os veículos de esquerda. Essa última função só pode ser desenvolvida quando o portal se volta para o público geral ou externo ao partido.

A forma como um veículo de comunicação se organiza constrói um mapa social, demonstra a maneira como essa mídia se imagina e atua (Barnhurst; Nerone, 2001). Se a forma corporifica as relações entre a mídia, a sociedade e a política, o portal *Vermelho* apresenta diferentes lógicas comunicativas, que dependem não apenas de cada seção, mas de cada espaço na página. Assim, a organização do portal também comunica sobre a função das seções e dos textos.

Sugerimos um mapa de leitura do portal, dividindo-o em três espaços principais: a parte central, a coluna da direita e a coluna da esquerda. Cada uma dessas partes apresenta papel e público prioritários. A central e a da direita podem ser entendidas como estando integradas numa lógica de jornalismo canônico<sup>57</sup>, na qual desempenham

---

<sup>57</sup> Cf. Capítulo 02.

papéis complementares: a primeira se caracteriza como um espaço fundamentalmente *informativo*, estruturado em torno de notícias; a segunda se configura como um espaço de caráter *opinativo*.

Ao organizar estes dois tipos de conteúdo em espaços distintos, o portal segue a lógica característica do jornalismo canônico, através da separação formal entre fato e opinião. Isso não significa necessariamente que o espaço do centro seja dominado por uma lógica do fato “puro”. Como veremos adiante, diversas matérias inseridas nesta parte apresentam um caráter fortemente opinativo. O ponto a se destacar é que, ao inserir essas matérias no espaço “factual”, o portal busca dar a elas uma base de autoridade mais ampla do que aquela que se constitui a partir da identificação ideológica por parte de filiados e militantes, o que fornece um claro exemplo de uso da linguagem jornalística como recurso de hegemonia pelo jornal.

Assim, a principal função desempenhada pelos textos da parte central do *Vermelho* é informativa. Ela é toda voltada para o público em geral ou externo, ao contrário d’*A Classe Operária* da década de 1970. O jornal era feito para os militantes do partido, reforçando valores e identidade desse grupo através da comunicação, que exercia um papel ritual (Cf. Capítulo 02). Elaborado para outro público, o portal *Vermelho* não tem como função principal aglutinar o grupo formado por militantes do PCdoB. Por isso, acreditamos que seu papel prioritário é desenvolver uma estratégia de conquista de hegemonia através da comunicação.

O centro do portal é o espaço mais privilegiado da página, o que ocupa maior espaço e tem mais visibilidade. Dedicá-lo a um conteúdo jornalístico de interesse geral e não específico de questões partidárias mostra que o circuito comunicativo formado visa ao fortalecimento do PCdoB na sociedade civil. Por outro lado, essa estratégia não exclui a identidade do partido em seus meios de comunicação, mesmo os voltados especialmente para o público externo. É função da coluna da esquerda do portal ancorá-lo na lógica partidária, com seções como “Quem somos”, “Manifesto Vermelho” (uma “proclamação de compromissos” do portal) e trechos de notícias sobre o PCdoB, com link para o site *Partido Vivo*.

Figura 08:

Conteúdo atualizado há:

- 24 horas
- 48 horas
- 7 dias
- 15 dias
- + de 15 dias

Brazucas

**CONTRIBUA COM O VERMELHO**

**DESTAQUES**

Cadastre-se e receba notícias do **Vermelho** por e-mail.

Nome  AC

Email

**PARTIDO VIVO**

**PCdoB**

[www.pcdo.org.br](http://www.pcdo.org.br)

- Três deputados do PCdoB concorrem ao prêmio Congresso em Foco
- Rádio Vermelho - Renato Rabelo comenta a crise econômica

Marxismo + Brasil

Biblioteca Marxista

Inst. Mauricio Grabois

Cadernos de Formação

Linha do Tempo

Manifesto Vermelho

Logotipo

Quem Somos

Editora Anita Garibaldi

Publicações

A Classe Operária

Revista Princípios

Outras páginas (links)

English Texts

Textos Español

**CLASSE** OPERÁRIA

A crise chegou. Qual vai ser seu tamanho?

**Princípios**

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Arquivos anteriores a 4 de Abril de 2006

Coluna da esquerda do portal *Vermelho* no dia 16 de novembro de 2008.

O espaço central é dedicado a notícias, divididas em cinco espaços. Em destaque na página está um grupo de quatro matérias, uma delas sempre com foto, na parte superior da página. Abaixo delas, temos notícias organizadas por tema: Brasil, América Latina, Economia, Mundo, Movimentos, Geral, Mídia e Cultura. Separando esses dois grupos principais, o *Vermelho* utiliza um *banner* que reúne notícias sobre o tema candente do momento. No período pesquisado<sup>58</sup>, tratava-se da “Crise do capitalismo”; antes desse, o assunto era “Eleições 2008” e, depois, passou a ser “Encontro internacional dos 65 PCs”.

Figura 09:

The screenshot shows the Vermelho Online website interface. At the top, there's a header with the site name and a date. Below that, a main news section features a large article with a photo of a man and a headline about the G20 decision. To the right of this article are three smaller columns with headlines. Below the main article is a central banner with the text 'A Crise do Capitalismo' and a graphic. Underneath the banner is a grid of 14 news items, each with a category icon and a 'Síntese' link. The categories include Brasil, América Latina, Economia, Mundo, Movimentos, Geral, Mídia, and Cultura. At the bottom of the grid is a search bar and a section for 'Especiais' with various featured topics like 'Eleições 2008' and 'Petróleo pré-sal'.

Parte central do portal *Vermelho* no dia 16 de novembro de 2008

<sup>58</sup> De 16 a 22 de novembro de 2008.

Há ainda dois espaços de menor destaque: o “*Vermelho on line*”, no topo da página, com chamadas para algumas das atualizações do dia; e os temas “Especiais”: Eleições 2008, Petróleo Pré-sal, Rádio Vermelho, Bloqueio de Cuba, Prosa @ Poesia. Em seguida, uma janela permite que se acessem “Mais especiais”. Tanto a categoria “Especiais” como a “Mais especiais” são formadas por notícias publicadas em uma das oito editorias (Brasil, América Latina...) e ali reunidas para permitir o acesso a tudo o que foi publicado no *Vermelho* sobre um tema mais específico e que o portal considera de especial relevância.

As seções da parte central e seu público estão listados na tabela abaixo:

#### QUADRO II

##### **Seções do espaço central do portal *Vermelho***

<b>Seções</b>	<b>Público</b>
Vermelho on line	Externo
Notícias em destaque	Externo
A Crise do Capitalismo	Externo
Notícias por tema: Brasil, Economia, América Latina, Mundo, Movimentos, Geral, Mídia e Cultura	Externo
Especiais	Externo

A escolha das editorias e dos assuntos que merecem destaque como “Especiais” mostra qual a visão de mundo do portal. Nenhuma organização temática é aleatória, mas aqui podemos observar que algumas editorias fogem ao que é convencional nos veículos comerciais, como América Latina, Mídia e Movimentos. Mesmo as tradicionais, como Economia, reúnem matérias incomuns a meios comerciais.

Um exemplo pode ser dado a partir dos três textos publicados nessa editoria no dia 16 de novembro de 2008. Os títulos eram os seguintes: “Luiz Gonzaga Belluzzo: a queda das moedas emergentes”; “G20 decide lançar pacote contra crise financeira global” e “Mantega comemora ‘perfeita sintonia’ do G20 em Washington”. O primeiro desses textos é um artigo de opinião, publicado originalmente na Folha de S. Paulo, no mesmo dia 16. A segunda matéria trata das resoluções tomadas pelo encontro do G20, citando-as em listas que não foram organizadas à maneira de um texto jornalístico:

Os líderes chegaram a um consenso sobre cinco temas-chave:

- As causas básicas que originaram a crise global
- Revisão das medidas que os países tomaram e que tomarão para resolver a crise imediata e fortalecer o crescimento.
- Princípios comuns para reformar os mercados financeiros.
- Plano de ação para aplicar esses princípios. Pediram aos ministros que desenvolvam recomendações específicas que serão consideradas pelos líderes em uma cúpula posterior.
- Compromisso com os princípios de livre mercado (Vermelho, 16 de novembro de 2008).

Já o terceiro texto é o que mais se assemelha ao tipo de texto informativo do jornalismo canônico. A matéria, sobre encontro do G20 acerca da crise financeira internacional, apresenta citações entre aspas do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do texto aprovado pelos chefes de Estado e de Governo que formam o G20. A fonte é a Agência Brasil. Apesar do formato jornalístico-informativo, a matéria tem uma abertura com forte teor opinativo:

Até mesmo os países ricos reconhecem: a maior crise financeira global desde 1929 começou nos países desenvolvidos e acabou se alastrando pelo mundo. Assim, soluções devem ser articuladas globalmente. Essa é a principal conclusão da primeira cúpula de chefes de Estado e de Governo do G20 financeiro, realizada neste sábado em Washington (Vermelho, 16 de novembro de 2008).

A partir desses três textos, podemos refletir sobre algumas características do conteúdo das matérias do portal *Vermelho*. Mesmo no espaço reservado para notícias, encontramos textos que fogem a esse formato, ou por serem jornalisticamente opinativos ou por não serem jornalísticos, ao menos no sentido que Chalaby (1998) atribui ao jornalismo, e que estamos chamando de jornalismo canônico. Entretanto, todos eles têm a legitimidade das notícias por causa do seu posicionamento na página.

Retomando a discussão sobre jornalismo e publicismo (Cf. capítulo 02), observamos que o portal *Vermelho*, apesar de ter como foco a informação, desempenha funções de publicista, assim consideradas por Chalaby. Para ele, os publicistas defendem os interesses políticos de uma classe social em nome de quem eles falam e analisam o processo político do ponto de vista particular da classe social que representam (Chalaby, 1998, p. 16).

Acreditamos que esses sejam papéis desempenhados pelo portal *Vermelho*, porém consideramos que isso é feito através do jornalismo. As funções do publicismo

podem ser também funções do jornalismo; porém, este último utiliza uma linguagem que ativa rituais de objetividade, indícios que conferem legitimidade aos textos. Quando não é utilizada a linguagem jornalística, o posicionamento do texto na página é que informa como o leitor deve encará-los: além do destaque às matérias mais importantes, um artigo ou um texto que fuja ao formato noticioso ganha status de notícia quando colocado na parte central do portal.

Apesar de representar certa visão política, nem sempre é a equipe do portal a responsável pelos textos publicados. Muitos deles, como é o caso do artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, que já mencionamos, foram publicados em veículos da imprensa comercial. Outros são de agências de notícias, de outros veículos considerados de esquerda, e alguns vêm com assinatura “Da Redação”. Contudo, a seleção do que deve ser publicado no portal e em que espaço cabe à redação, que assim cumpre o papel anunciado no *slogan* do *Vermelho*: informar a esquerda, sob um ponto de vista de esquerda. A segunda parte do portal que analisaremos é a coluna da direita. Nesse espaço, todas as seções são voltadas prioritariamente para o público externo. É a parte opinativa do portal.

Figura 10:

**EDITORIAL** +  
G-20 no lugar do G-8?

**HOJE**  
 1904: Barricada da Gamboa cai; fim da Revolta da Vacina (Rio)

**COLUNAS** +

- **Osvaldo Bertolino**  
Lula, Obama e o preconceito do professor Gaudêncio Torquato
- **Sérgio Barroso**  
Obama e o "novo" New Deal
- **Eduardo Bomfim**  
O desafio
- **Venício A. de Lima**  
Mídia, agenda pública e audiência qualificada
- **João Guilherme Vargas Netto**  
Entrevista exclusiva sobre a crise

**CHARGES** +  
 Oscar Niemeyer  
Pelo Fim do Bloqueio a Cuba

**FALA POVO** +

- Fusão PPS-PSDB  
Fernandes - GO
- Associações habitacionais  
Cidinha Cruz - SP
- O mesmo do artigo  
Wilson Dantas - MG
- Gabeira representa a direita?  
Jaqueline - RJ
- II seminário da negro pa''  
Jairo Silva - PA

**ENQUETE**  
**O que esperar do governo de Barack Obama?**

- Uma gestão de mudanças e progressos
- Uns poucos gestos democráticos e nada mais
- Um governo "mais do mesmo", na linha imperialista do sistema
- Não dá para esperar nada, diante da crise financeira
- Nenhuma das alternativas anteriores

ver resultados

**Especial Maio**

**Assista telesUR**

Coluna da direita do portal *Vermelho* no dia 16 de novembro de 2008

### QUADRO III

#### Seções da coluna da direita do portal *Vermelho*

Seções	Público
Editorial	Externo
Hoje	Externo
Colunas	Externo
Telesur	Externo
Charges	Externo
Especial Maio 68	Externo
Fala Povo	Externo

Um dos poucos recursos de interação do portal está nessa parte, o “Fala Povo”, que contém opiniões diversas dos internautas sobre assuntos pautados pelo *Vermelho*. Também chama a atenção, entre esses links, o de charges, que é uma seleção de materiais publicados em outros veículos, inclusive da imprensa comercial. É também na coluna da direita que se pode assistir ao canal Telesur<sup>59</sup>, projeto do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, possibilidade que pode atrair diferentes internautas de esquerda ao portal *Vermelho*.

Além do Telesur, o portal *Vermelho* também utiliza as ferramentas tecnológicas da internet para outra finalidade que não é possível nos meios impressos: a publicação de links para que se tenha acesso a matérias de rádio. A rádio do partido se chama *Rádio Vermelho* e tem a seguinte vinheta de abertura: “Seja bem-vindo, você está na *Rádio Vermelho*, a esquerda bem informada”. Durante a semana pesquisada, foram veiculadas quatro matérias da rádio: no dia 17 de novembro de 2008, sobre votação da proposta de reforma tributária no Congresso; no dia 19, foi publicada uma entrevista com o subsecretário da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Alexandre Reis, sobre o Dia da Consciência Negra; no dia 20, a matéria tratava do ato do presidente do Senado de devolver ao Executivo medida provisória que renova automaticamente a concessão do certificado a entidades filantrópicas; no dia 21,

---

<sup>59</sup> O portal também possui link para outros veículos, como o jornal Brasil de Fato e a revista Realidade. Os links são em formato de botão no topo da primeira página do portal, ao lado do galo e de uma animação com alguma frase do momento (como “A esquerda bem informada” ou “Nem toda a mídia é marrom”). No período analisado, setembro e outubro de 2008, a frase era “O Vermelho precisa de sua ajuda! Contribua”, parte da campanha de arrecadação desenvolvida pelo portal para subsidiá-lo.

o assunto foi a aprovação de projeto que estabelece cotas raciais e sociais para alunos que tenham cursado ensino médio em escola pública.

Essa última matéria apresentou um problema técnico e o final é incompreensível, mas antes disso já é possível verificar que a repórter entrevistou diversas fontes: o deputado Paulo Renato Sousa (PSDB-SP), o deputado Henrique Fontana (PT-RS) e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). As matérias veiculadas na *Rádio Vermelho* tratam de assuntos atuais da política nacional e da atividade parlamentar, não se restringindo, portanto, ao PCdoB. Elas são publicadas com um texto que resume de que trata a matéria e, em seguida, o internauta pode fazer o *download* para ouvi-la.

A seção “Colunas” apresenta colunas em destaque e também tem dois sublinks: um para acessar as últimas colunas, por data, e outro que leva à mesma página do link “Colunistas”. No período pesquisado, o portal publicou 15 colunas, todas com os seguintes dizeres, ao final: “Opiniões aqui expressas não refletem, necessariamente, a opinião do site”. Das 15 colunas, três foram escritas por membros do Comitê Central do PCdoB, segundo as descrições que o portal faz de cada colunista, sendo que um deles, Altamiro Borges, secretário de comunicação do partido, publicou dois textos. Além disso, uma das colunas foi feita por um integrante da Direção Nacional da União da Juventude Socialista (UJS), organização que funciona sob a direção política do partido.

Se, por um lado, valoriza os integrantes do partido ou de organizações ligadas a ele, por outro lado, o *Vermelho* publicou, durante a semana pesquisada, texto de Venício A. de Lima, pesquisador da Universidade de Brasília e organizador do livro “A mídia nas eleições de 2006”, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo. Essa é a editora do Partido dos Trabalhadores (PT), o que demonstra que o portal se preocupa em publicar idéias de intelectuais ligados a outros partidos, desde que considerados de esquerda. Assim, as opiniões dos artistas, jornalistas, engenheiros, médicos, historiadores, advogados e sindicalistas que escrevem colunas para o *Vermelho* parecem não divergir da opinião dos realizadores do portal, ao contrário do que pode nos fazer imaginar a ressalva feita ao final de cada texto.

Através do link “Colunistas”, pode-se acessar uma seção que apresenta, em quatro páginas, o perfil dos 80 colunistas do portal, junto com os textos mais recentes de cada um deles. Desse total, 23 são do PCdoB e três da UJS. Desse modo, esse é mais um link que dá espaço para o próprio PCdoB, ao mesmo tempo em que seu principal objetivo é chegar ao público externo ao partido.

Ainda nessa parte, encontramos alguns espaços comemorativos, como o “Hoje”, que relembra o aniversário de algum fato histórico, e o “Especial Maio 68”, comemorado em todo o mundo em 2008, quando completou 40 anos. Esses espaços, ao mesmo tempo em que comemoram – e que mostram o que o partido considera que deve ser celebrado –, têm um caráter educativo. Matérias assim eram comuns no jornal *A Classe Operária* na década de 1970, como vimos no capítulo anterior. No *Vermelho*, comemoração e educação continuam sendo funções estratégicas. Mas, enquanto antes eram exercidas através de textos longos e com destaque, agora se restringem a alguns espaços específicos dentro de um portal voltado basicamente para a informação.

A última parte em que dividimos a página inicial do portal é a coluna esquerda. Todos os links para o público interno coincidem com espaços do site *Partido Vivo*. A diferença é que o mapa do Brasil, no portal, permite que se leiam notícias referentes a cada Estado da federação, com cores que servem de legenda para informar o grau de atualização dessas notícias. No site, também há um mapa, mas que remete aos endereços e contatos dos comitês regionais, mostrando-se ainda mais específico para filiados e militantes do partido. Os links estão listados abaixo:

#### QUADRO IV

##### **Seções da coluna da esquerda do portal *Vermelho***

<b>Seções</b>	<b>Público</b>
Mapa do Brasil (atualizado por Estado)	Interno
Campanha “Contribua com o <i>Vermelho</i> ”	Externo
Cadastro para receber notícias do <i>Vermelho</i> por email	Externo
<i>Partido Vivo</i> (notícias relacionadas ao partido + link para o site do PCdoB)	Interno
Marxismo + Brasil: Biblioteca Marxista; Inst. Maurício Grabois; Cadernos de Formação; Linha do Tempo	Externo
Manifesto Vermelho	Externo
Logotipo	Interno

Quem somos	Externo
Editora Anita Garibaldi	Externo
Publicações: A Classe Operária; Revista Princípios; Outras páginas (links para páginas recomendadas)	Interno
English texts	Externo
Textos Español	Externo
A Classe Operária <sup>60</sup>	Interno
Revista Princípios	Interno
Arquivos anteriores a 04 de abril de 2006	Interno

Trataremos aqui da exceção nesse espaço do portal: os links voltados para o público externo. Excluindo o cadastro para receber notícias por email e os textos em inglês e espanhol, todos os demais são relacionados à identidade do veículo ou apresentam forte ligação com o público interno ao partido, embora este não seja seu foco. As seções que permitem a leitura de textos em outras línguas, algo de interesse de um público externo ao partido, tiveram sua última atualização em 2007. Assim, essas partes provavelmente não agregam um novo grupo de leitores ao portal.

A seção Marxismo + Brasil, embora considerada de interesse geral, já que traz importantes textos de Marx e de Lênin, tem também função formativa, preocupação explícita no modelo leninista de comunicação e que se mantém, de outra forma, na internet. Enquanto a biblioteca marxista é voltada a qualquer pessoa interessada no assunto, também constitui um espaço educativo para a militância, para a formação de quadros do partido. Assim, não por coincidência, o link remete ao site do *Partido Vivo*, e apresenta também coletâneas de documentos do partido comunista.

Aqui ainda se encontram os textos que dão identidade ao portal: o Manifesto Vermelho e o Quem Somos. O Manifesto, que se autodeclara uma “proclamação de compromissos”, data de 2002, quando foi lançado o portal. Através desse texto, o *Vermelho* afirma seu objetivo de se engajar na luta “por outra realidade, por um mundo

---

<sup>60</sup> Consideramos que *Classe Operária* na web é voltada para o público interno, porque serve principalmente para filiados ou comitês do partido fazerem consultas ou como arquivo. O veículo, quando impresso, é voltado para o público externo.

novo, um novo Brasil”. O Manifesto traz, assim, evidências de uma estratégia de conquista da hegemonia.

Toda noite tem aurora. E toda aurora tem seus galos, clarinando no escuro o dia por nascer. A ambição do portal Vermelho é ser um galo assim na internet. Contribuir para dissipar treva neoliberal. Trabalhar para que venha logo a alvorada dos trabalhadores e povos da Terra (Manifesto Vermelho, 2002).

Desse modo, o *Vermelho* se coloca numa posição de aglutinador de um processo de mudança na sociedade. O galo a que se refere o texto é o símbolo do portal, e se encontra acima de todas as seções. E a proposta do galo-portal é se inserir na internet, aproveitando os baixos custos desse meio, como um elemento transformador num ambiente que, segundo o Manifesto, é o “fiel espelho virtual” de uma realidade desigual (Manifesto Vermelho, 2002). Para mudar o *status quo*, o *Vermelho* pretende atuar especialmente para três segmentos: “a juventude; a intelectualidade; e, por fim mas não por último, a numerosa parcela do proletariado moderno que frequenta a internet no trabalho ou em casa” (Idem, *Ibidem*).

A seção “Quem Somos” informa que o portal é “uma página mantida e gerida pela Associação Vermelho, entidade sem fins lucrativos, em convênio com o Partido Comunista do Brasil – PCdoB”. Isso permite ao *Vermelho* captar recursos através de publicidade, o que não aconteceria se o portal se caracterizasse como um meio de comunicação partidária. Embora até hoje ainda não tenha sido fechado nenhum contrato publicitário, existe abertura para que isso aconteça. Por enquanto, o portal se sustenta através do partido e de apoiadores, a partir da campanha “Contribua com o Vermelho”, também presente nesse espaço.

O *Vermelho* se constitui uma tentativa de referência dentre os portais de esquerda no Brasil. A abrangência de variados assuntos, a possibilidade de se assistir ao Telesur, o fato de intitular-se *Vermelho* e de ser elaborado pela Associação Vermelho (sem citar o nome do PCdoB) e ainda a participação do *Vermelho* em eventos que reúnem diferentes entidades – a maioria, não-partidárias<sup>61</sup> – são traços que nos permitem aferir a investida do partido em se tornar referência entre os movimentos sociais e os setores de esquerda. Essa seria uma tentativa de conquista de hegemonia na sociedade civil, num processo amplo e permanente, não reduzido a um momento

---

<sup>61</sup> Em junho de 2008, o *Vermelho* participou do “Fórum de Mídia Livre”, no Rio de Janeiro.

histórico como seria a hegemonia do ponto de vista de Lênin, que a relaciona especialmente com a ditadura do proletariado. Importante sublinhar que, para Gramsci, a sociedade civil, assim como a hegemonia, faz parte da superestrutura, estando relacionada a processos ideológico-culturais, não meramente materiais (Bobbio, 1982, p. 32-33).

Desse modo, o portal também se insere na sociedade civil no sentido de oposição à estrutura, às relações econômicas. Jorge Almeida (2002) questiona se a mídia no Brasil atual pode ser considerada integrante da sociedade civil, como Gramsci a considerou na Itália dos anos 1920 e 1930. As mudanças dessas duas realidades levaram o autor a considerar que a imprensa é “um setor de ponta da própria economia e tem um papel estrutural na política e na sociabilidade contemporâneas” (Almeida, 2002, p. 30).

Contudo, o autor abre uma exceção às rádios e TVs comunitárias e à imprensa de organizações da sociedade civil. Acreditamos que esse é o caso do portal *Vermelho*. Situa-lo na sociedade civil, todavia, não o isenta de configurar-se um instrumento de busca de hegemonia, e o fato de haver certo distanciamento em relação ao partido é também estratégico para uma maior aproximação e legitimidade frente aos movimentos sociais organizados. Exemplo disso é o link na seção “Especiais” sobre o I Fórum de Mídia Livre, que aconteceu em junho de 2008 no Rio de Janeiro. O *Vermelho* foi um dos participantes do encontro; o PCdoB, não.

Assim, o partido busca hegemonia na sociedade civil à maneira gramsciana, relacionada a processos ideológico-culturais, ao mesmo tempo em que não rejeita sua tradição leninista. Isso poderia parecer uma incoerência, já que Lênin e Gramsci costumam ser considerados autores com concepções opostas. Enquanto Lênin estava preocupado com a tomada de poder, Gramsci acreditava que a revolução devia ser gradual. Contudo, segundo Luciano Gruppi (1978), as perspectivas deles não se opõem. O conceito de hegemonia em Gramsci, por exemplo, embora com diferenças e especificidades, pode ser relacionado com a teoria e a prática de Lênin.

Segundo Gruppi (1978), a Revolução Russa seria uma prova de que nem tudo pode ser reduzido às relações econômicas; do contrário, não haveria espaço para a iniciativa política. Deriva daí a importância dada a Lênin por Gramsci – e o que este considera a contribuição leninista quanto à questão da hegemonia. Na Rússia, a revolução democrático-burguesa se deu sob hegemonia da classe operária, o que significa que a construção da hegemonia pode acontecer no plano superestrutural antes

de se desenvolver plenamente no estrutural. É a prova do deslocamento possível da hegemonia do plano econômico, mostrada na prática por Lênin, pensador e político.

Importante lembrar que Lênin não utilizava o termo “hegemonia”, mas sim a noção, interpretada por Gramsci como ditadura do proletariado. Essa seria a “forma política na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia” (Gruppi, 1978, p. 05), hegemonia entendida como capacidade de direção que pode culminar, no caso da ditadura do proletariado, no domínio de uma classe sobre as demais. Assim, a hegemonia não seria acionada apenas depois de conquistado o domínio e para reforçá-lo, mas poderia ser um processo anterior a ele.

As concepções de Lênin e Gramsci estão de acordo no que diz respeito à crítica ao materialismo vulgar, uma interpretação do marxismo que coloca todo o processo histórico de conquista do socialismo como uma sucessão de fatos, deixando de lado a subjetividade, a superestrutura. Desse modo, ambos creditam à iniciativa política o poder de transformar a sociedade, desde que feita uma análise correta de situações concretas. Norberto Bobbio (1982) nos oferece ainda outros elementos que nos permitem relacionar Lênin e Gramsci: partido e hegemonia.

Partido e hegemonia ocupam um lugar central na concepção gramsciana da sociedade e da luta política: com efeito, eles são dois elementos da sociedade civil, seja enquanto essa se opõe como momento superestrutural à estrutura, seja enquanto se opõe como momento positivo da superestrutura ao seu momento negativo, o Estado-força. Partido e hegemonia – em unidade com o tema dos intelectuais, que, de resto, liga-se a ambos – são, como se sabe, dois temas fundamentais dos *Cadernos*: e são, ao mesmo tempo, os temas que melhor permitem uma comparação entre Gramsci e Lênin (Bobbio, 1982, p. 44).

Ou seja: ambos consideram que o intelectual e o partido têm importante papel para a conquista da hegemonia no âmbito da sociedade civil. Para Lênin, o partido comunista deve ser a vanguarda do proletariado; para Gramsci, o partido é o “moderno príncipe”<sup>62</sup>, que não pode mais ser um indivíduo, e sim um organismo “no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva” (Gramsci, 1991, p. 06). E esse moderno príncipe, o partido, deve ser “o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral” (Idem, Ibidem, p. 08-09). Ou seja, o partido estará à frente de um processo de conquista de hegemonia.

---

<sup>62</sup> Aqui o autor faz uma comparação com “O Príncipe”, de Maquiavel, espécie de manual político para um príncipe que esteja governando um Estado.

Com relação aos intelectuais, quando Lênin os cita, costuma ser com desconfiança em relação aos pequeno-burgueses, para que não se misturem indevidamente ao movimento proletário. Contudo, sua concepção da importância da teoria e da necessidade que ela venha de fora abre uma brecha para que pensemos tratar-se do papel de intelectuais levar teoria ao movimento. Essa idéia está subentendida no trecho abaixo, mesmo que Lênin não use o termo “intelectual”.

Para tanto [para que os operários alemães cumpram o dever da vanguarda da luta proletária], deverão redobrar os esforços, em todos os domínios da luta e da agitação. Os dirigentes, em particular, deverão instruir-se cada vez mais sobre todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência das frases tradicionais, pertencentes às concepções obsoletas do mundo, e jamais se esquecer que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, exige ser tratado, isto é, estudado, como uma ciência. A tarefa consistirá, a seguir, em difundir com zelo cada vez maior entre as classes operárias, as concepções sempre mais claras, assim adquiridas, e em consolidar de forma cada vez mais poderosa a organização do partido e dos sindicatos... (Lênin, 1979, p. 52).

Os dirigentes a que Lênin se refere são as peças-chave para que se leve teoria aos proletários e, como vimos no capítulo anterior, isso deveria acontecer também através da comunicação. Gramsci, ao tratar de partido político, dá fundamental importância ao papel dos dirigentes, sem os quais as organizações seriam como capitães sem exército. Para ele, embora a massa que adere a um partido seja parte essencial dele, é mais fácil agregá-la quando se têm líderes do que criar lideranças entre a massa (Gramsci, 1991, p. 26-27).

De acordo com Gramsci, “os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 1979, p. 14). São os intelectuais que buscam a construção do consenso na sociedade civil e, neste trabalho, consideraremos que essa função é exercida não apenas para o grupo dominante. Além disso, situamos a comunicação como uma atividade intelectual fundamental para a tentativa de conquista do consenso.

Se numa visão ampliada de sociedade civil, as classes sociais concorrem para se apropriar não só do Estado, mas também são importantes os aparatos ideológicos não-estatais, a mídia ganha destaque dentre esses aparatos. Consideramos, então, que o portal *Vermelho* é um aparato de busca de hegemonia entre os veículos de esquerda e de contra-hegemonia se pensarmos nos meios comerciais de comunicação de massa.

### 3.2. *Partido Vivo*: o site do PCdoB

O site *Partido Vivo* apresenta indícios de que é feito principalmente para os filiados e militantes, ou seja, seu público é interno ao partido. Observando sua organização espacial, percebemos que ela não mapeia o mundo social para seus leitores, como Barnhurst e Nerone afirmam que os jornais fazem a partir do modernismo (Barnhurst; Nerone, 2001, p. 22)<sup>63</sup>. Todo o site é dedicado a assuntos referentes ao PCdoB. Assim, mesmo que alguns espaços sejam exercam com mais vigor um ou outro papel – como de mobilização ou de suporte de memória, por exemplo –, podemos considerar que o site, como um todo, é o espaço de convivência dos militantes do partido. Não busca agregar novos militantes, despertar o interesse pela política naqueles que ainda não estão sensíveis a esse assunto. Nessa sentido, “prega para os convertidos”, nas palavras de Pippa Norris (2003).

A parte central é formada por notícias sob o nome *Partido Vivo*. Mesmo que as matérias ocupem espaço privilegiado na página, não acreditamos que a função do site seja prioritariamente informativa. O que defendemos é que, resguardadas mudanças referentes a período histórico, linguagem e tecnologia utilizada, o site seria o continuador do jornal *A Classe Operária*, desempenhando funções semelhantes à desse periódico na década de 1970.

Se retomarmos o quadro comparativo dos diferentes veículos do PCdoB (QUADRO I), veremos que site e *A Classe* desempenham o mesmo papel para o mesmo público: formação e reforço da linha política do partido para seus filiados e militantes. Obviamente, essas atribuições são desenvolvidas hoje, no contexto democrático e em que os comitês do partido dispõem de internet, de maneira diferente do que durante a ditadura militar, quando a clandestinidade havia sido imposta ao PCdoB e não se dispunha ainda da tecnologia internet. O próprio nome *Partido Vivo* nos sugere que se trata de um espaço de convivência, de encontro da militância para ter reforçados certos valores, mostrando que é forte a dimensão de comunicação como ritual no site.

Além disso, se o site não produz um mapa social de maneira tão vigorosa, o leitor fica mais livre para percorrê-lo, estabelecendo com ele uma relação mais participativa. O *Partido Vivo* é dividido prioritariamente em três espaços, diferenciados a partir da cor de fundo. A parte central, embora tenha um destaque natural na página, é

---

<sup>63</sup> Os autores se referem, em primeiro lugar, aos jornais impressos americanos.

pouco mais larga do que as partes laterais, que talvez assim não devam ser chamadas de “colunas”. A parte da esquerda, com seções na cor vermelha, dialoga com o centro, visto que trata de organização partidária, publicação de documentos e suporte de memória, tudo relacionado à perspectiva ritual da comunicação presente nas matérias do *Partido Vivo*. A parte da direita, com muitas figuras coloridas sobre um fundo cinza, também diz respeito a questões partidárias, mais com foco na mobilização e formação da militância.

Figura 11:



Página inicial do site *Partido Vivo* no dia 16 de novembro de 2008

Comparando-se o site *Partido Vivo* ao portal *Vermelho*, vislumbramos algumas diferenças que reforçam a idéia de que os dois veículos são elaborados para públicos

distintos – embora haja interseção entre eles<sup>64</sup>. As notícias do site *Partido Vivo* não apresentam uma divisão por editoriais nem existem matérias em destaque. Além disso, a atualização de sua primeira página não é diária, o que se mostra pouco interessante para o público em geral. Ao contrário, o *Vermelho* possui dezenas de atualizações todos os dias e organiza suas matérias de modo semelhante ao de veículos que se regem pelo jornalismo canônico.

A parte superior do site é mais uma mostra de que seu público é interno ao partido. Nesse espaço, há três *banners*. O primeiro deles é uma animação, espécie de logomarca do site, com a foice e o martelo ao lado do nome “PCdoB” e uma pessoa empunhando uma bandeira vermelha. Essa figura também está na seção “Logomarca do PCdoB”, que traz diversos elementos de identidade visual do partido. Na parte superior do site, a animação se encontra permanentemente. A imagem se refere ao símbolo do comunismo e à militância, mostrando que a proposta do site é falar para os militantes do partido e que o partido é a atualização da tradição comunista.

Os outros dois *banners* mudam de acordo com os acontecimentos ou mobilizações que o partido julgue importantes em determinado período. Na semana analisada, um deles tratava do 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, que aconteceu em São Paulo, de 21 a 23 de novembro. Algumas vezes, ele foi substituído por um que divulgava o Ato em Solidariedade à América Latina, no dia 22, atividade que fazia parte do Encontro. O outro *banner* tratava do Seminário Amazônia Sustentável, nos dias 28 e 29 de novembro, em Belém.

Desse modo, dividir os espaços do site em relação ao tipo de público, como fizemos com o portal, não colaboraria para uma discussão sobre as funções do site. Se defendemos que esse veículo assume o papel que, na década de 1970, era reservado ao jornal *A Classe Operária*, acreditamos que seja interessante, nesse momento, retomar as categorias que utilizamos no segundo capítulo para classificar as funções dos textos d’*A Classe*. As categorias eram: 1) *resolução*; 2) *disciplina partidária*; 3) *análise*; 4) *apelo à ação*; 5) *comemoração*. Essa tipificação diz respeito ao aspecto que mais se sobressaía, com a maioria dos textos abrangendo mais de uma função.

Ao invés de buscar essas funções nos textos, vamos verificar como elas aparecem na organização espacial do site. Para isso, ele foi dividido em três espaços:

---

<sup>64</sup> Algumas matérias do *Partido Vivo* são também veiculadas no *Vermelho*, dentre as notícias de destaque do portal.

centro, direita e esquerda<sup>65</sup>. A parte central, por ser formada por diferentes notícias, pode assumir funções variadas. Contudo, acreditamos que seu papel primordial não é informativo, e sim a construção de um universo comum para os militantes do partido, numa perspectiva ritual da comunicação.

No período analisado, quase todas as notícias se referem ao 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, sediado em São Paulo e organizado pelo PCdoB. Especialmente a partir do dia 19 de novembro, houve uma intensa publicação de textos sobre o assunto. Apesar da mobilização do partido em torno do Encontro, que envolveu seus meios de comunicação, dos sete dias analisados, apenas dois apresentaram atualização na página principal do site. Em todos os demais, era necessário acessar o link “Clique aqui e veja mais notícias do *Partido Vivo*”, no fim da seqüência de textos da parte central, para ter acesso ao material atualizado<sup>66</sup>.

Faziam parte desse material entrevistas com dirigentes de partidos comunistas estrangeiros, notícias sobre a participação de algum deles no encontro, publicações de trechos de discursos, resumos de publicações na imprensa sobre o encontro, íntegras de documentos e uma mensagem do presidente Lula.

Já chegaram ao Brasil os delegados de sete organizações que participarão do 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários: Partido do Trabalho da Bélgica, Partido Comunista do Canadá, Partido Comunista dos Povos da Espanha, Partido Comunista da Finlândia, Partido do Trabalho da Irlanda, Partido Comunista da Venezuela e Tribuna Democrática Progressista do Bahrein. As delegações desembarcaram ontem (18) em São Paulo, cidade que irá sediar o evento (Partido Vivo, 19 de novembro de 2008).

O trecho acima é o primeiro parágrafo da matéria intitulada “Sete partidos já estão em SP para 10º Encontro de PCs”. O parágrafo se assemelha aos lides da imprensa comercial e, exceto pelo conteúdo, não causaria surpresa se encontrado em qualquer jornal que se baseia no modelo canônico, visto que responde a quase todas as seis perguntas básicas do lide: o quê, quem, onde, quando, como e por que. A matéria prossegue contando que haverá reuniões bilaterais entre os líderes comunistas e representantes do PCdoB:

---

<sup>65</sup> Existem ainda o cabeçalho e o rodapé, mas não os consideramos de importância prioritária, visto que apenas reforçam alguns dos links já existentes em outros espaços ou apresentam o contato do partido e possibilidades de busca na página e de envio de material via e-mail.

<sup>66</sup> Cinco textos sobre o Encontro, publicados no site *Partido Vivo*, também foram veiculados no portal *Vermelho*.

Segundo Ronaldo Carmona [da Secretaria de Relações Internacionais do PCdoB], as reuniões bilaterais serão uma oportunidade para que “o PCdoB dê as boas-vindas aos convidados e os apresente a dois dos documentos que sairão do encontro: a Proclamação de São Paulo sobre a crise do capitalismo e a Declaração em solidariedade aos povos da América Latina e do Caribe”. Além disso, tais ocasiões servem também para que os dirigentes internacionais tomem conhecimento sobre assuntos relacionados à realidade política e social brasileira, bem como a atuação do PCdoB nas lutas sociais, políticas e de idéias (Partido Vivo, 19 de novembro de 2008).

Esse é o quarto parágrafo da matéria, também escrito com uma linguagem que aciona os rituais de objetividade do jornalismo, com citação de fontes, trechos entre aspas e ausência de adjetivação. Mesmo quando trata de matéria sobre algum posicionamento do PCdoB, essa opinião não é assumida pelo discurso do site, utilizando-se como recurso citar o partido. É o caso de outra matéria do dia 19 de novembro: “PCdoB: esquerda sozinha é insuficiente para vencer em São Paulo”, tipo de construção muito comum no jornalismo canônico e que foi bastante usada nas matérias produzidas a partir de intervenções dos líderes de partidos comunistas no 10º Encontro.

Durante esse encontro, o PCdoB utilizou um recurso só possível com a internet: publicou uma notícia com o link de um vídeo sobre o encontro, para ser feito download. Também entre as possibilidades da internet, na semana analisada, o *Partido Vivo* publicou um link para download da *Rádio Vermelho*, no dia 17 de novembro de 2008, apresentando entrevista com o presidente do partido, Renato Rabelo, sobre a crise econômica mundial. A entrevista se constituía à maneira do jornalismo canônico.

Mesmo quando reproduz documentos ou discursos na íntegra, o site *Partido Vivo* utiliza títulos e lides convencionais, como “Socialismo é saída para crise, diz Renato Rabelo”. Depois do primeiro parágrafo, que se segue abaixo, o site publica longa apresentação do dirigente, assinada por ele.

“Esta crise não pode ser resolvida de forma efetiva nos marcos do sistema capitalista. A verdade se impõe: o tempo vai confirmando que a saída de fundo é o socialismo”. A declaração foi dada nesta manhã pelo presidente do PCdoB, Renato Rabelo, durante abertura do 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários, que acontece até domingo (23) no Novotel, centro de São Paulo. O **Vermelho**<sup>67</sup> reproduz, a seguir, a íntegra da apresentação feita pelo dirigente

---

<sup>67</sup> Na maioria das vezes, o site refere ao seu conteúdo como pertencente ao *Vermelho*. Em apenas um texto, vimos que é feita a diferenciação entre *Partido Vivo* (site do PCdoB) e portal *Vermelho*.

brasileiro (Partido Vivo; Vermelho, 21 de novembro de 2008, com grifo no original).

Reproduzir textos na íntegra já foge ao modelo do jornalismo canônico, assemelhando-se ao que costumava acontecer n'*A Classe Operária* dos anos 1970 e que era comum a jornais da imprensa operária (Ferreira, 1988).

Importante observar que, ao contrário do que acontece no portal *Vermelho*, o *Partido Vivo* não tem como rotina publicar matéria que tenha como fonte outro veículo de comunicação. No período pesquisado, as assinaturas eram “Da Redação”, de jornalistas do portal (Priscila Lobregatte e André Cintra), de comitês estaduais do PCdoB e de Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB. Localizamos apenas duas exceções: a Convocatória do Foro de São Paulo<sup>68</sup>, publicada originalmente na página do PT, e um artigo do secretário de Relações Internacionais do PCdoB, José Reinaldo Carvalho, publicado na revista *Carta Capital*.

A convocação do Foro de São Paulo era um documento que seria distribuído no 10º Encontro dos Partidos Comunistas e Operários, incentivando os convidados a participarem do Fórum Social Mundial de Belém, que aconteceria em 2009. Vale lembrar que o Encontro foi organizado pelo PCdoB. Assim, mesmo quando utilizou textos publicados originalmente em outros veículos, o site *Partido Vivo* mantinha-se em temáticas ligadas diretamente ao PCdoB.

Observando os espaços da esquerda e a da direita, podemos, grosso modo, dividi-los como atuando, de forma prioritária, com as funções de *suporte de memória e organização partidária*, e de *apelo à ação*, respectivamente. Esse suporte de memória dialoga com o que nos textos d'*A Classe* chamamos de *comemoração*. Co-memorar é trazer à tona a memória de algo por um grupo de pessoas; atividade ritual de compartilhar memória. Se as narrativas comemorativas d'*A Classe* eram suportes de memória e detonadoras de rituais memoráveis, muitas das seções da parte esquerda do site *Partido Vivo* servem a esse mesmo papel; algumas como rituais comemorativos, outras como arquivo.

O espaço da esquerda apresenta as seguintes seções: *Vermelho*; Mapa do Brasil; PCdoB; Publicações; Especiais e Secretarias. O selo do portal *Vermelho*, com os dizeres “A esquerda bem informada” e o desenho do galo símbolo do portal, serve de link para

---

<sup>68</sup> Grupo de trabalho do Fórum Social Mundial.

o *Vermelho*, ao qual o site *Partido Vivo* é subordinado<sup>69</sup>. Além dessas seções, existem ainda duas que não dialogam com a proposta da coluna da esquerda de ser um arquivo do partido ou de compartilhar sua estrutura organizacional: English Texts e Textos Español, deslocados aqui assim como também estão no portal, visto que não correspondem nem a uma lógica informativa (são desatualizados) nem a uma partidária.

A organização partidária é uma função que aparece principalmente em duas seções dessa parte: o Mapa do Brasil e Secretarias. O Mapa traz os contatos de cada Comitê Estadual, quando se clica nos Estados da federação, com endereço, telefone e e-mail. A seção Secretarias é subdividida em Política, Organização, Comunicação, Formação, Relações Internacionais, Sindical, Finanças, Juventude, Movimentos Sociais e Relações Institucionais. Essas seções explicam como funciona cada secretaria e quais os responsáveis por elas, fornecem um e-mail para contato e, em alguns casos, disponibilizam textos, geralmente resoluções de congressos e encontros.

A preocupação com a organização partidária nos remete às reflexões de Panebianco (2005). A análise desse autor busca compatibilizar um foco nos objetivos dos partidos e na manutenção da ordem interna da organização partidária, o que ele divide entre dois tipos de modelo de partido político: o racional e o natural. Segundo ele, o racional defende que as atividades e a ordem interna de cada organização seguem os objetivos organizativos. A partir desses objetivos, que formam uma “causa” comum aos integrantes do partido, é que as ações do partido se desenvolveriam. Em objeção a esse modelo, encontra-se o “sistema natural”, segundo o qual, uma vez consolidados, os partidos trabalhariam mais para manter sua organização e, assim, garantir a sobrevivência organizativa, do que para atingir os fins declarados como objetivos organizativos a serem alcançados (Panebianco, 2005, p. 12, 13).

Não se pode negar a necessidade de sobrevivência e o esforço despendido para isso, especialmente quando tratamos de um partido como o PCdoB, que superou diversas crises e mantém-se hoje como a única organização partidária anterior ao regime militar. De acordo com Panebianco (2005), depois de consolidado um partido, o caminho natural seria o reforço de sua organização visando à sobrevivência. Assim, para o PCdoB, é fundamental reforçar para seus filiados qual a estrutura do partido, disponibilizando-a de forma didática em seu veículo de comunicação voltado para o

---

<sup>69</sup> Mesmo sendo possível o acesso direto ao site do partido através do endereço [www.pcdob.org.br](http://www.pcdob.org.br), quando o internauta é encaminhado para o site, o endereço que aparece é <http://www.vermelho.org.br/pcdob>. No portal *Vermelho* também existe um link para o site do PCdoB, mas ele não é o primeiro link da seção da esquerda, onde se encontra.

público interno. Por isso, é no site *Partido Vivo* que se expõem todas as estruturas partidárias.

As seções PCdoB, Publicações e Especiais são, essencialmente, suporte de memória. Algumas delas, além disso, referem-se à identidade do partido; identidade que se mantém ao longo do tempo através da memória e dos rituais realizados para materializá-la. PCdoB é a seção que mais apresenta subseções, treze no total:

#### QUADRO V

##### Subseções da seção PCdoB

<b>Subseção</b>	<b>Função</b>
Quem é e o que quer	Suporte de memória
Programa Socialista	Resolução
Estatuto do PCdoB	Resolução
História do Partido	Suporte de memória
Documentos históricos	Suporte de Memória
Executivo e Legislativo	Organização partidária
Comitê Central	Organização partidária
O que é ser comunista	Suporte de memória
Biblioteca Marxista	Disciplina partidária
Fundação Maurício Grabois	Disciplina partidária / Suporte de memória
Cadernos de Formação	Disciplina partidária
Organizações de base	Organização partidária
Filie-se ao PCdoB	Apelo à ação

Além do suporte de memória e da organização partidária, cuja necessidade acabamos de analisar, a seção PCdoB é formada também por subseções que têm por objetivo publicar documentos do partido. A publicação desses documentos coincide, muitas vezes, com a explicitação dos objetivos partidários, como acontece através do Estatuto do PCdoB.

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem

como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apóia a luta antiimperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial (Estatuto do PCdoB – Versão atualizada no 11º Congresso do PCdoB, em novembro de 2005).

Negando a tese de que, quando um partido se consolida, seus objetivos oficiais servem apenas de aparência, Panebianco (2005) lembra que, entre os filiados aos partidos, há sempre um “núcleo duro”, “a minoria restrita que tem participação real e contínua em todo partido, embora com intensidade variável, e que com a sua atividade faz funcionar a organização” (Panebianco, op. cit., p. 53). Dentre eles, haveria os “crentes”, cuja participação depende de incentivos coletivos de identidade, e os “carreiristas”, que dependem de incentivos materiais ou de status.

É a presença dos crentes que explica, sobretudo, por que os objetivos organizativos oficiais pesam sobre a vida da organização; por que geralmente ocorre articulação e não substituição dos fins. A comunidade dos crentes é, por definição, aquela mais ligada à tentativa de alcançar os objetivos oficiais, na qual serpenteia mais violentamente a revolta quando o partido, desenvolvendo atividades em contraste com os objetivos oficiais, coloca em crise a identidade coletiva (Idem, *Ibidem*, p. 53).

Desse modo, é necessário ao PCdoB publicar documentos que reafirmem seus objetivos, para que sejam compartilhados entre os militantes que acreditam neles e para reforçar a identidade coletiva que une esse grupo. Além dos objetivos gerais, presentes no Estatuto, são publicadas também notas e resoluções da direção nacional referentes a diversos assuntos, como aniversário da Guerrilha do Araguaia e campanha para o *Vermelho* ganhar o prêmio iBEST (presentes na seção “Especiais”, que veremos adiante). Assim, a publicação de documentos pode ter diferentes funções: suporte de memória, reforço da identidade coletiva, agitação e orientação política, por exemplo. Todas essas funções se reúnem sob uma única: tornar públicos documentos que, de outra forma, ficariam restritos. Publicar os documentos é fazer com que eles se efetivem; nesse caso, dizer é fazer (Austin, 1975).

A seção “Especiais”, formada pelas subseções listadas abaixo, além de documentos publicados, apresenta outra função, que aparece aqui como primordial: a de

suporte de memória, papel de quase todas essas subseções. O valor que o partido atribui à manutenção de determinada memória dos acontecimentos e personagens que marcaram a vida partidária pode ser verificado quando observamos que são considerados “Especiais”. Além disso, o PCdoB dispõe de uma fundação (antes, era um instituto) chamado de Fundação Maurício Grabois, que organiza o Centro de Documentação e Memória, visando a organizar e disponibilizar para o público o acervo do PCdoB.

#### QUADRO VI

##### Subseções da seção Especiais

<b>Subseção</b>	<b>Função</b>
Atividades do PCdoB	Suporte de memória
Notas e resoluções da Direção Nacional	Resolução
Censo Partidário	Resolução
Guerrilha do Araguaia	Suporte de memória
Arquivo das Eleições	Suporte de memória
PCdoB 85 anos	Suporte de memória
João Amazonas	Suporte de memória

Assim, no site *Partido Vivo*, atualizações de notícias e resoluções sobre o partido convivem com espaços que servem de suporte de memória. Essa possibilidade, possível a partir da internet, faz com que o site possa exercer diferentes estratégias, mas com lugares reservados dentro de sua organização espacial.

Por fim, vamos analisar a parte da direita do site, cuja função é basicamente de disciplina partidária e apelo à ação. Seguem abaixo as seções:

#### QUADRO VII

##### Subseções da parte da direita do site *Partido Vivo*

<b>Seção</b>	<b>Função</b>
Carteira Nacional Militante 2008	Apelo à ação
<i>Classe Operária</i>	Apelo à ação / educação
<i>Princípios</i>	Disciplina partidária

Escola Nacional do PCdoB	Disciplina partidária
Loja do B	Apelo à ação
Calendário de atividades do PCdoB para 2009	Apelo à ação
Ficha de filiação	Apelo à ação
Colunistas	Disciplina partidária
Páginas recomendadas	Disciplina partidária

Com essa parte, percebemos claramente algumas funções da imprensa comunista, de acordo com a concepção leninista. Essa concepção mantém-se ainda hoje como referência para o PCdoB, mas de maneira atualizada. Por exemplo, é possível comprar produtos referentes ao partido, como publicações, camisetas e *bottons* através da Loja do B. Além disso, o processo de filiação ao PCdoB pode ser iniciado pela internet (mas, para ser concluído, é preciso ir ao comitês assinar a ficha de filiação). As fichas de filiação são voltadas também para os comitês estaduais e municipais fazerem o download. Assim, o PCdoB utiliza a tecnologia permitida pela internet para cumprir funções que já eram preocupação da comunicação partidária há décadas, mas que agora podem ser realizadas de outro modo, atendendo às necessidades atuais.

### 3.3. Nova fase: *Classe Operária* na web

No dia 1º de abril de 2008, foi publicado o primeiro número do que o PCdoB chamou de sétima fase do jornal *A Classe Operária*, agora com o título grafado sem o artigo. O novo *Classe Operária*, disponibilizado no site *Partido Vivo* e no portal *Vermelho* em formato PDF, é formado por quatro páginas com muitas cores em suas fotografias, infográficos, ilustrações e charges. Predominam o vermelho e o amarelo, cores da logomarca do PCdoB. Quanto aos textos, são curtos, com linguagem simples, direta e didática. Os assuntos variam das eleições municipais e do aumento dos juros no Brasil à situação no Tibete, abrangendo um espectro de temas que podem ser considerados de interesse da esquerda.

Mas a linguagem didática denuncia que esse é um veículo diferente do *Vermelho*. Na verdade, o jornal *Classe Operária* fica disponível na web apenas como um acervo, com possibilidade de consulta por leitores que a distribuição da versão em papel não abrange e também pelos comitês do PCdoB. No entanto, o público para o qual

ele é efetivamente voltado é formado por trabalhadores que o recebem gratuitamente de militantes do partido.

[...] O PCdoB do Rio de Janeiro, por exemplo, como ele tem uma boa presença entre os metalúrgicos, inclusive militantes comunistas dirigem o sindicato dos metalúrgicos, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro é membro da direção nacional do PCdoB, é o Maurício [Ramos]. Como então tem um bom trabalho nas fábricas, nos estaleiros, todo mês a militância comunista vai e leva o jornal para tais e tais estaleiros, tais e tais fábricas. É uma forma de divulgar o partido, agitar algumas questões que o partido considera que são questões centrais, filiar gente. Então é hoje mais um instrumento de agitação e de aproximação com o partido (Altamiro Borges, 27 de outubro de 2008).

Segundo o secretário nacional de comunicação do partido, Altamiro Borges, essa mudança na linha do *Classe Operária* aconteceu devido ao que ele chama de uma crise dos jornais impressos com o advento e a propagação do uso da internet. Assim, o jornal que, até 2007, era voltado para os militantes do partido, deixou de exercer plenamente sua função, já que esses militantes tinham acesso pela internet ao conteúdo do jornal. Como não seria possível vencer essa defasagem – nem necessário, pois o site *Partido Vivo* já exercia o papel de comunicar sobre assuntos relacionados ao PCdoB para a militância –, o que aconteceu foi uma mudança do perfil do jornal para passar a atingir outro público.

O jornal é feito, é todo subsidiado pela direção nacional, com o dinheiro que se aplica, é uma decisão política de fazer a luta de idéias. A direção então se elabora aqui [em São Paulo], faz o jornal e manda para o Estado e o Estado distribui, a militância distribui, faz panfletagem. É a volta da panfletagem. Nós tínhamos perdido um pouco essa coisa da panfletagem, o que se panfleta ultimamente na política brasileira é só campanha eleitoral. O que é péssimo, porque você não panfleta idéias, você panfleta candidatos. Com o jornal, nós voltamos a ter isso. Hoje então, por exemplo, no Rio de Janeiro, você tem umas sete ou oito fábricas que todo mês recebem o jornal, é feita uma panfletagem. Que é um negócio excelente, porque é um contato direto com o trabalhador. Você está distribuindo. Você vai lá no mês que vem, no próximo mês, você vai encontrar a mesma pessoa, a pessoa vai falar: “Ó, não concordei com aquilo, ou concordei, achei muito interessante aquela idéia que vocês deram, achei péssimo”. Então você estabelecesse uma relação da militância com o trabalhador, permanente, todo mês (Altamiro Borges, 27 de outubro de 2008).

São distribuídos gratuitamente uma média de 700 mil exemplares por mês, uma distribuição focada em “planejamento de crescimento partidário” (Altamiro Borges, 27 de outubro de 2008). *Classe Operária* apresenta algumas seções fixas, como editorial, sempre na segunda página; charge; e “Pimba!”, uma coluna com notas factuais, uma delas acompanhada de fotografia, algumas vezes (Figura 12). Todas as matérias vêm sob alguma retranca, como “Brasil”, “Mundo”, “PCdoB” e outras pouco convencionais, como “Protesto”, “Escândalos”, “Imperialismo”, “Fraudes” e “CSS” (Contribuição Social para a Saúde). Mas as matérias não se reúnem em editoriais fixas, como acontece no portal *Vermelho*.

Figura 12:



*Classe Operária*, nº 01, abril de 2008, p. 02.

Selecionamos aqui alguns textos que tornam evidente o caráter educativo do jornal *Classe Operária*. No nº 01 da nova fase, por exemplo, uma matéria procura

desfazer a imagem negativa da China construída através dos meios de comunicação por ocasião das Olimpíadas 2008, sediada nesse país. A mídia criticava a ocupação chinesa em território tibetano, segundo o *Classe*. O título faz referência direta ao leitor: “Tibete: coisas que esconderam de você”. O texto se inicia com frases curtas e diretas, usando comparações que são feitas na linguagem coloquial:

Uma montanha de mentiras do tamanho do Himalaia enche os meios de comunicação a cinco meses das Olimpíadas de Pequim.

Objetivo: sujar a imagem da China. Na TV, parece que o dalai lama é um santo homem e os chineses malvados matam tibetanos para manter uma ocupação. Nada mais falso (*Classe Operária*, nº 01, abril de 2008, p. 02).

A matéria prossegue afirmando que, na verdade, dalai lama tem pretensões de restaurar seu império feudal-teocrático que a China pôs fim. E enumera todas as melhorias que a ocupação chinesa proporcionou ao Tibete. O texto tem seis parágrafos curtos, e um “olho”<sup>70</sup> bastante opinativo: “A campanha mentirosa, às vésperas das Olimpíadas de Pequim, quer sujar a imagem da China. Mostra o dalai lama como quase santo. Mas não conta o verdadeiro inferno que o Tibete era, para o povo, no tempo do dalai lama”. Fazem parte ainda dessa matéria um quadro comparativo com duas colunas: “Como era no tempo do dalai lama” / “Como é a China socialista hoje”. A primeira coluna, mostrando os aspectos negativos do Tibete pré-China, tem o título preto sobre fundo cinza e fotos em preto e branco. Já a coluna da direita, colorida e com título branco sobre fundo vermelho, traz o que a ocupação chinesa trouxe de positivo ao povo tibetano. Assim, além de mostrar de forma didática aos leitores o que mudou para melhor no Tibete em relação a transporte, mulheres e saúde, a matéria também demarca fortemente um posicionamento do partido em relação ao conflito China x Tibete, buscando ser um instrumento midiático contra-hegemônico.

---

<sup>70</sup> Frase destacada sob o título ou no conjunto da página.

Figura 13:

Como era no tempo do dalai lama	Como é na China socialista hoje
	
	
	

**Transporte**

Antes da revolução chinesa o Tibete não tinha um metro de rodovias, nem estradas para carroças. O cavalo era o transporte mais moderno. Havia nobres que viajavam carregados por escravos. E hoje? No ano passado foi inaugurada a primeira ferrovia: uma obra difícilíssima, pois atravessa mil quilômetros acima de 4 mil metros de altitude. Os trens têm que ser pressurizados, como um avião.

**Mulheres**

No tempo do dalai havia a crença de que a mulher é um ser inferior. A palavra mulher, kiemen, significava "nascimento inferior". Elas não podiam erguer os olhos acima da altura dos joelhos de um homem, nem entrar no palácio do dalai e em alguns mosteiros. Hoje, a Constituição socialista garante plena igualdade às mulheres, que conquistaram o direito de trabalhar fora e estudar.

**Saúde**

Antes, mais da metade das crianças morria antes de completar um ano de idade. Ainda em 1950, a mortalidade infantil era de 430 por mil; em 2000 tinha baixado para 35,3 por mil. A expectativa de vida dos tibetanos saltou de 34,5 anos para 67. Como foi possível? É que o PIB per capita dos tibetanos da República Autônoma do Tibete cresceu 30 vezes desde 1950...

*Classe Operária*, nº 01, abril de 2008, página 02.

Outro exemplo de matéria com forte teor didático data de julho de 2008: “Com a inflação, o povo come menos”. O texto utiliza dados do Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, para afirmar que o preço dos alimentos aumentou; contudo, não entrevista especialistas, e sim feirantes, açougueiros e donas-de-casa, transpondo assim para o plano cotidiano o que poderia ser uma matéria de economia difícil de ser entendida por leigos. Para facilitar ainda mais a leitura, o jornal publica um infográfico que tem como ilustração um prato de refeição.

Figura 14:

Consumo

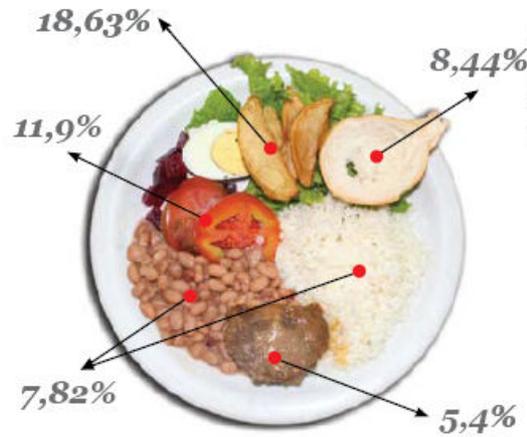
# Com a inflação, o povo come menos

Estou fazendo mais sopas de legumes e menos arroz e feijão, porque estão muito caros, diz dona de casa

**N**um açougue da zona norte de São Paulo, o atendente Luciano dos Santos explica como seus fregueses estão fazendo para driblar o alto preço da carne. “O povo pega a carne, dá uma mergulhadinha na panela e tira, só para dar um gostinho”. A brincadeira, no fundo, reflete a mudança de hábitos na mesa dos brasileiros causada pela inflação.

“Nos últimos três meses, tivemos cerca de 50% de aumento e uma parte disso temos que repassar”, diz Rosival Reis, gerente do açougue. Por isso, explica, “o pessoal está comprando menos ou substituindo pela carne de frango”. De acordo com o Índice Geral de Preços-10, da Fundação Getúlio Vargas, em junho a carne bovina teve um aumento de 5,14% para o consumidor.

O preço frango também não tem ajudado. “Antes, pagava R\$ 1,76 pelo quilo ao fornecedor e agora, tenho que desembolsar R\$ 2,90”, diz o



feirante Sérgio da Silva, há 23 anos na profissão. “Tive 40% de redução no meu lucro porque não posso passar o aumento todo ao freguês senão, ele não compra mais”, lamenta.

Mas não é só a carne a vilã da inflação no carrinho dos brasileiros. “Estou fazendo mais sopas de legumes e menos arroz e feijão porque estão muito caros”, diz a doméstica Francisca Moura

Priscila Lobregatte  
Dona Francisca relata aquilo que os institutos comprovam por pesquisa. De fato, a dupla arroz-feijão, a favorita dos brasileiros, está entre os produtos que mais subiram nos últimos meses: de maio para junho, de acordo com o IGP-10, o aumento foi de 7,82%.

Há 25 anos trabalhando em feira, Milton Felinto da Silva também reclama. “Vendia a bacia da cenoura por R\$ 0,50 e agora tive de dobrar o preço”. A caixa da hortaliça subiu, de acordo com Silva, de R\$ 10,00 para

**O preço dos alimentos subiu, em média, 14% este ano: prejuízo para o povo e para os pequenos comerciantes**

da Silva. Com salário de R\$ 700,00, conta que gastava R\$ 300,00 por mês em alimentação e hoje usa metade de sua renda. “Aproveito para fazer regime”, brinca.

Numa feira em São Paulo,

R\$ 20,00. Situação semelhante aconteceu, segundo ele, com o tomate, a berinjela e o pimentão. “Meu lucro caiu 30% porque se repasso o aumento, o povo diz que estou enfiando a faca”. ●

*Classe Operária, nº 04, julho de 2008, página 03.*

Essa matéria, como muitas outras, refere-se ao povo e aos pobres. Sua chamada de capa se intitula: “Quem sofre mais são os pobres”. A edição de maio traz um texto chamado “Quando os juros sobem, quem sofre é o povo”. Em dezembro de 2008, a chamada de capa é “Os ricos que paguem pela crise”, e seu título, “A luta dos trabalhadores contra a crise”. As expressões denunciam o caráter mais popular do jornal, em comparação com o portal *Vermelho* e o site *Partido Vivo*, e sua tentativa de tornar mais palpáveis discussões áridas como o aumento dos juros e a crise econômica mundial. Um exemplo é o texto “Moinho satânico”, com o subtítulo “A crise financeira, desta vez, nasceu nos EUA e de lá, como um câncer, se espalhou pelo mundo, ameaçando os trabalhadores” (Classe Operária, nº 07, outubro de 2008, p. 04).

A crise econômica que os assustados noticiários dos grandes jornais e canais de televisão mostram parece longe do fim, e pouca gente sabe dizer qual o tamanho que ela tem. Só para ter uma idéia: na semana entre 6 e 10 de outubro, as bolsas de valores do mundo perderam a quantia de 6,2 trilhões de dólares - o equivalente a seis vezes o PIB (isto é, tudo o que um país produz em um ano) do Brasil. As notícias de que a soma dos valores dos títulos que circulam no sistema financeiro mundial é de 550 trilhões de dólares (nove vezes o PIB mundial, que é de 60 trilhões de dólares segundo o Banco Mundial), mostram até onde a crise pode ir, e o estrago que pode causar (*Classe Operária*, nº 07, outubro de 2008, p. 04).

Aqui percebemos duas características do jornal *Classe Operária* em sua atual fase: o didatismo, com a explicação de expressões econômicas, e o contraponto à mídia convencional. Fica claro que um dos objetivos da publicação é veicular a visão de mundo do PCdoB acerca dos acontecimentos factuais que o partido considera relevantes em oposição ao que se pode encontrar nos meios de comunicação de massa. Para tanto, são usadas expressões corriqueiras e comparações que facilitam a compreensão do assunto, como no último parágrafo da matéria citada:

Os documentos destes empréstimos são os chamados títulos “podres” (os subprime). Com eles, os bancos deram um jeito de ganhar mais dinheiro dando estes títulos como garantia para outros negócios. Logo, como uma epidemia, todo o sistema financeiro mundial foi infectado. Quando as famílias começaram a deixar de pagar os empréstimos, os bancos também começaram a dar o calote uns nos outros. Neste momento, o castelo de cartas do sistema financeiro global começou a cair (*Classe Operária*, nº 07, outubro de 2008, p. 04).

Durante o período pesquisado<sup>71</sup>, apenas uma edição anterior a outubro não tinha algum texto sobre as eleições municipais, que aconteceram naquele mês. A disputa eleitoral foi capa da edição de agosto de 2008, conforme figura abaixo:

---

<sup>71</sup> Analisamos todas as edições da nova fase do *Classe Operária* no ano de 2008, o que compreende os meses de abril a dezembro. Uma exceção é a edição de setembro de 2008, que não foi pesquisada porque não estava disponível para download no site do partido, nem recebemos retorno do pedido da edição feito através do e-mail disponibilizado no *Partido Vivo*.

Figura 15:



Capa do jornal *Classe Operária*, nº 05, agosto de 2008, p. 01.

A matéria principal da edição trata do aumento no número de candidatos do PCdoB e da diminuição dos “partidos conservadores (como o PSDB e o DEM)” (*Classe Operária*, nº 5, agosto de 2008, p. 03). São usados dados e porcentagens do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas não há nenhuma citação em todo o texto. Em outubro de

2008, quando a capa do *Classe Operária* também foi sobre eleições, a chamada era “Derrotar a direita no segundo turno”. Excetuando uma página com matéria sobre a crise financeira, toda essa edição foi dedicada às eleições, tanto fazendo uma análise do que foi considerado, pela publicação, um resultado histórico para o PCdoB, quanto conclamando os leitores a “derrotar a direita no segundo turno”, como diz a chamada de capa.

Apesar de exercer alguns papéis que eram realizados pelo jornal *A Classe Operária* da década de 1970, o atual *Classe Operária* se apresenta de uma maneira radicalmente diferente. Uma função bastante presente no jornal *A Classe Operária* dos anos 1970 praticamente não é encontrada no veículo atual: a comemoração ou suporte de memória. Apenas no expediente, num pequeno boxe sempre na segunda página, podemos ler uma frase que antes era destaque e ficava na primeira página do jornal: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Também aqui é feita uma homenagem ao dirigente comunista João Amazonas, morto em 2002. Seu nome está no expediente como diretor (*in memoriam*) do jornal. Assim, a memória do partido aparece no atual *Classe Operária* apenas como um pequeno registro, não configurando um papel desempenhado pelo veículo.

O aspecto analítico e educativo das matérias, característica também d’*A Classe Operária* dos anos 1970, está presente no veículo e é o cerne da publicação. Contudo, o jornal atual, além de ser feito para outro público e de sua distribuição ser diferente, graficamente é mais organizado e utiliza diversos recursos visuais de que *A Classe* dos anos 1970 não dispunha. Seus textos, embora façam pouco uso de citações e sejam bastante opinativos, usam uma linguagem mais direta do que nos anos 1970. Também utilizam mais dados e números de institutos de pesquisa e do próprio PCdoB que, aliás, costuma ser a principal fonte quando são usadas citações. Na edição de outubro de 2008, a matéria “Flávio Dino dispara e pode ser o novo prefeito de São Luís”, o título e os primeiros parágrafos são exemplos de que, muitas vezes, os textos do *Classe Operária* atual usam recursos do jornalismo canônico.

Flávio Dino, o candidato do PCdoB à prefeitura de São Luís, capital do Maranhão, não pára de crescer nas pesquisas. Logo após ter garantido sua ida ao segundo turno, ele já aparece tecnicamente empatado com seu adversário, João Castelo (PSDB). Pesquisa recente da Escutec mostra o tucano com 47% das intenções de voto, frente 45% de Flávio Dino, o candidato do presidente Lula.

Em agosto, Flávio Dino tinha apenas 4% das intenções de votos. Após um intenso trabalho de campanha nas ruas, da divulgação de suas propostas e do apoio do presidente Lula, o candidato cresceu. Às vésperas do primeiro turno das eleições, em pesquisa do Ibope, Dino já aparecia com 24%, contra 46% de João Castelo. “Tivemos um grande crescimento. É a onda 65 tomando conta da cidade. Representamos uma nova proposta para São Luís e vamos revolucionar esta cidade”, disse Flávio Dino (*Classe Operária*, nº 07, outubro de 2008, p. 03).

Contudo, o “sutiã”<sup>72</sup> “Baixarias de Castelo não impedem crescimento do candidato do PCdoB” se afasta da “objetividade” jornalística e demarca claramente um posicionamento do jornal em relação ao tema. Além disso, a matéria tem o intertítulo “O que está em jogo”, que traça um perfil do adversário do candidato comunista da seguinte maneira:

Em São Luís, as eleições deste ano têm um significado a mais. Os resultados vão indicar qual será o futuro da cidade e do estado. João Castelo é um candidato conservador, que faz um tipo de política atrasada e tem o apoio do governador Jackson Lago. Castelo governou o Maranhão indicado pelos militares e ficou marcado pela violência com que tratou estudantes que lutavam pela meia passagem nos anos 80. Recentemente, desesperado com o desempenho de Flávio Dino nas pesquisas, resolveu investir na baixaria. Sua campanha passou a dizer mentiras sobre o candidato do PCdoB: que ele maltratava seus pais e que se eleito fecharia igrejas (Idem, *Ibidem*).

Percebemos que, mesmo utilizando algumas recursos do jornalismo canônico, as funções do *Classe Operária* se ajustam melhor ao conceito de publicismo (Chalaby, 1998), no sentido de que representa as idéias de um determinado grupo político. Além disso, como já havíamos observado, o *Classe* é bastante utilizado também como instrumento contra-hegemônico, buscando convencer os leitores de que a abordagem de certos assuntos veiculados pela grande mídia ou, no caso da matéria supracitada, por outros partidos, não é correta.

Consideramos que utilizar a linguagem do jornalismo canônico para exercer um papel de publicista é uma maneira de atualizar a concepção de Lênin acerca da função da imprensa. *Classe Operária* representa o que Lênin havia chamado de jornal popular, aquele que deve atingir as camadas médias do proletariado. Sua distribuição gratuita, feita por militantes do partido a trabalhadores já com algum grau de organização,

---

<sup>72</sup> Pequena linha de texto usada sobre ou logo abaixo do título para destacar informações da matéria.

corroboram para essa idéia de que o *Classe* é a atualidade do jornal popular leninista. Se estendermos essa comparação aos demais veículos do partido, podemos afirmar que o site *Partido Vivo* exerce a função de órgão central, voltado para o proletariado avançado (a vanguarda, que deve estar reunida no partido comunista) com função de formação e reforço de linha política. O portal *Vermelho*, no entanto, não se enquadraria em nenhum dos tipos de veículo pensados por Lênin, visto que se constitui uma estratégia que reúne diferentes lógicas comunicativas.

## Conclusão

Durante esse trabalho, pesquisamos um agente político praticamente ignorado pela pesquisa acadêmica, mas que apresenta certas peculiaridades que lhe conferem relevância. O PCdoB tem apresentado grande capacidade adaptativa ao longo de sua trajetória, que remete à formação do PCB em 1922. Ainda hoje, ocupando importantes cargos no governo federal a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o PCdoB persiste em referenciais ideológicos da esquerda marxista, no caso, o leninismo. Devido à mudança de conjuntura política, o PCdoB adaptou e atualizou o pensamento de Lênin em relação ao sistema de imprensa de partidos comunistas desenvolvido por ele.

Desse modo, relacionamos três veículos de comunicação atuais do PCdoB – o portal *Vermelho*, o site *Partido Vivo* e o jornal *Classe Operária* – com a perspectiva leninista de comunicação. Começamos pelo site *Partido Vivo*, que acreditamos ser o exemplo mais explícito de influência leninista dentre os veículos atuais do PCdoB. O site está todo inserido na lógica partidária, sendo o responsável por publicar documentos e resoluções de congressos e conferências do partido. É voltado para os militantes do PCdoB, assim como era o jornal *A Classe Operária*. Vimos inclusive, ao longo do terceiro capítulo, que o site exerce funções que eram cumpridas por *A Classe* dos anos 1970, embora de outra maneira.

Para Lênin, o órgão central de um partido comunista deveria ser voltado para os operários mais avançados, para a vanguarda do proletariado. Não acreditamos que o site seja voltado para operários, mas para militantes do partido. Contudo, vale lembrar que partidos comunistas, numa perspectiva leninista, consideram-se agregadores do proletariado avançado. Além disso, *A Classe Operária* dos anos 1970 também era voltada para militantes – e, nesse caso, de modo ainda mais restrito, devido à clandestinidade – e era considerado, pelo partido, órgão central do PCdoB. Visto que o site desempenha papéis semelhantes aos de *A Classe*, consideramos que ele equivaleria ao órgão central do partido.

O jornal *Classe Operária* em sua sétima fase também se mostra facilmente comparável a uma das estruturas pensadas por Lênin dentro do sistema de imprensa comunista. Podemos considerar que ele é voltado para as camadas médias do proletariado: trabalhadores que estão organizados em torno de questões sindicais, mas que não fazem parte do PCdoB. A distribuição do jornal é feita gratuitamente por militantes do partido, que procuram estabelecer uma relação com os trabalhadores que o

recebem. Assim, pode-se formar um vínculo que permita também a conquista desses trabalhadores para o projeto político do partido através de discussões com os militantes, complementando assim a função do jornal.

O veículo também se apresenta de forma bastante atraente para pessoas pouco acostumadas a longas leituras, com fotos, desenhos, charges, muitas cores e textos curtos e didáticos. Consideramos, assim, que o *Classe Operária* de hoje corresponde ao que seria o jornal popular da perspectiva leninista de comunicação.

O meio de comunicação mais difícil de corresponder a um dos que foram pensados por Lênin é o portal *Vermelho*. Contudo, não é o fato de não relacioná-lo diretamente a um tipo de veículo que o faz menos leninista. Antes de refletir mais sobre ele, gostaríamos de fazer duas considerações.

Em primeiro lugar, o que Lênin refletiu acerca do sistema de imprensa comunista dizia respeito a um momento histórico específico e não se pretendia um padrão a ser seguido sem adaptações. Em segundo lugar, os três tipos de veículos voltados para três tipos de público não são a única característica da perspectiva leninista de comunicação. Na verdade, essa seria a transposição mais próxima da prática para os papéis que ele considerava que a imprensa comunista deveria desempenhar: atuar como organizadora coletiva, propagandista e agitadora. Além disso, os veículos deveriam ter capilaridade suficiente para congregiar todos os setores progressistas do país.

Desse modo, acreditamos que o portal *Vermelho* pode ser considerado parte da estratégia leninista, embora não deva ser encaixado dentro de um modelo restrito. O portal permite boa capilaridade, assim como os outros veículos, já que pode ser acessado pela internet. Contudo, diferente dos demais meios de comunicação do partido, seus temas interessam a uma maior quantidade de pessoas, já que não se limitam – embora essa questão esteja sempre presente – a assuntos partidários. O *Vermelho* se propõe a ser um organizador coletivo, mas não do partido, e sim das correntes de esquerda com as quais o PCdoB esteja em concordância.

Assim, acreditamos que os atuais meios de comunicação do partido apresentam estratégias híbridas, misturando a perspectiva leninista de comunicação com o que chamamos de jornalismo canônico. O portal *Vermelho* talvez seja o exemplo mais claro disso, mas defendemos que esse também é o caso do site *Partido Vivo* e do jornal *Classe Operária*.

*Vermelho* afirma-se, em sua declaração de princípios, o Manifesto Vermelho, como um veículo voltado para a juventude, a intelectualidade e os operários que têm

acesso à internet. Assim, demarca claramente que não é um meio de comunicação interno do partido, o que busca afirmar também através de seu nome e da entidade responsável por sua elaboração: Associação Vermelho, não PCdoB.

Contudo, a presença do partido no portal é forte, seja através de seus colunistas ou da seleção de assuntos numa perspectiva considerada relevante pelo partido, seja através de notícias sobre o PCdoB. Elas estão presentes de forma permanente na coluna da esquerda do portal, aquela que afirmamos seguir uma lógica partidária, enquanto os outros espaços estariam de acordo com uma lógica jornalística no sentido canônico do termo. Além disso, notícias sobre o partido também aparecem, algumas vezes, entre as notícias em destaque do portal *Vermelho*.

O site *Partido Vivo*, por outro lado, foi elaborado para o público interno do partido, divulgando suas resoluções e fazendo com que a linha política chegue aos filiados e militantes do PCdoB. É preciso publicar, comunicar, para que as resoluções se efetivem e se transformem em ação. Mas mesmo a publicação de documentos não acontece mais da mesma maneira como se dava nos anos 1970, através do jornal *A Classe Operária*. O que mudou então?

A linguagem dos documentos não mudou, mas sim a maneira como eles são apresentados. O site *Partido Vivo* os publica com títulos que se assemelham a títulos jornalísticos, resumindo do que se trata o texto. Além disso, costuma atribuir a ação a um agente, ao invés de tomá-la para si. Por exemplo: “Minas sai dividida das eleições, analisa PCdoB-MG”. Outras vezes, como nesse mesmo exemplo, do dia 17 de novembro de 2008, é veiculada uma notícia sobre assunto, no formato jornalístico, e só depois se segue a íntegra do documento. Essa prática não acontecia n’*A Classe Operária* dos anos 1970, que resumia do que tratava o documento, mas não à maneira de um texto jornalístico, e depois o publicava na íntegra ou apenas o publicava na íntegra, sem nenhuma informação prévia.

Para terminarmos de analisar o hibridismo entre jornalismo canônico e perspectiva leninista, vamos tratar do *Classe Operária* em sua sétima fase. O jornal apresenta textos diretos e é organizado em algumas seções fixas, como editorial, charge uma coluna com notas curtas. Assemelha-se, portanto, à organização de jornais do modelo canônico. Contudo, seus textos têm uma linguagem didática e um conteúdo educativo que nos remetem ao papel que Lênin atribuía à imprensa comunista.

Algumas perguntas que nos fizemos na introdução deste trabalho foram sobre o significado da utilização de rituais de objetividade. Os textos atuais do PCdoB perdem

sua função política caso acionem esses recursos? Distanciam-se do “modelo” leninista? Acreditamos que esses rituais não isentam os meios de comunicação de seu papel político, através da perspectiva leninista, apenas são um modo de atualizá-la, de dar a ela “feições modernas”. Essa mudança também faz parte da própria diferença de concepção do partido acerca da sua militância: o PCdoB não acredita mais que seja necessário impor aos seus filiados disciplina tão rígida quanto era preciso no período de ditadura e clandestinidade.

Juntos, os atuais meios de comunicação do PCdoB constituem uma estratégia que abrange o desempenho de diferentes papéis, todos com função de defender os interesses políticos do partido e analisar o processo político do ponto de vista particular do PCdoB. Porém, acreditamos que isso não significa que os meios de comunicação do partido não fazem jornalismo, mas sim que utilizam seus recursos para uso político explícito.

Além de realizar análises sob a perspectiva do partido, defendemos que os meios de comunicação do PCdoB também buscam hegemonia na comunicação política de esquerda no Brasil. A estratégia de utilizar recursos do jornalismo canônico para desempenhar essa função faz com que o PCdoB tenha condições de disputar, na área da comunicação, com partidos de maior porte. Dessa maneira, o Partido Comunista do Brasil conseguiu alcançar importantes êxitos, como as duas premiações do iBEST como melhor página de política na internet, em 2004 e em 2007. Essa é uma mostra do empenho do partido em se adaptar a novas situações e em tornar seus veículos referência entre a comunicação política através da internet.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. *On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed From a Brazilian Perspective*.

ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Antonio Roxo da. *Preparados, leais e disciplinados*. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007. [Publicação digital – CD-ROM]

ALMEIDA, Jorge. *Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

BARNHURST, Kevin; NERONE, John. *The form of news*. New York: The Guilford Press, 2001.

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BUONICORE, Augusto. *João Amazonas: um comunista brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAREY, James W. *A Short History of Journalism for Journalists: A Proposal and Essay in The Harvard International Journal of Press/Politics*; dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. *Communication as culture: essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caça aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CHALABY, Jean K. *Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s*. European Journal of Communication, London [etc], 1998.

CHILCOTE, Ronaldo H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 99-129, 2007.

COTTLE, Simon. *Mediatized rituals: beyond manufacturing consent*. In: Media Culture Society 2006; 28; 411. [on line] Disponível na internet em:

<http://mcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/28/3/411>. Acessado no dia 23 de janeiro de 2008.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DÓRIA, Carlos Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 201-244, 1998.

DÓRIA, Palmério, et.al. *História Imediata: a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FALCÃO, Frederico José. *O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise*. [on line] Disponível na internet em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>. Acessado no dia 09 de agosto de 2008.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

GRABOIS, Maurício. *Agitação e Propaganda Para Milhões, Fator Decisivo Para a Vitória do Programa do Partido: Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB*. [on line] Disponível em <http://www.marxistsfr.org/portugues/grabois/1954/11/agitacao.htm>. Acessado no dia 12 de agosto de 2008.

GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GORENDER, Jacob. *O ciclo do PCB: 1922-1980*. In: História e perspectivas da esquerda. FORTES, Alexandre (org). São Paulo / Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo / Argos, 2005.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge, New York etc: Cambridge University Press, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Acerca de la prensa*. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

\_\_\_\_\_. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/doenca.asp>. Acessado em 06 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Um passo em frente, dois passos atrás*. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/passos.asp>. Acessado em 06 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1979. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/quefazer.asp>. Acessado no dia 28 de outubro de 2007.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo Editorial, 1999.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

NORRIS, Pippa. “Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites”. In: *Party Politics*, Londres (Reino Unido), v. 9, n. 1, p. 7-31, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos*: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Wladimir. *Araguaia*: o Partido e a Guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pedro Pomar, uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Parma, 1979.

REBELO, Apolinário. *A Classe Operária*: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

RIVIÈRE, Claude. *Liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163-182, 2007b.

\_\_\_\_\_. “Entre o fechamento e a abertura: a história do PCdoB da Guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)”. In: *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 28, v. 56, p. 507-528, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: as social history of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

SERRA, Sônia. *Jornalismo político dos comunistas no Brasil: diretrizes e experiências da “Imprensa Popular”*. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, 2007. [on line] Disponível na internet em [http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt\\_jmp-sonia.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_jmp-sonia.pdf). Acessado no dia 10 de dezembro de 2007.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STUDART, Hugo. *A lei da selva*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TUCHMAN, Gaye. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Néson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, p. 61-73, 1993.

WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista*. Lenine e a imprensa revolucionária. Lisboa: Antídoto, 1977.

ZELIZER, Barbie. *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

## **Documentos do Partido Comunista do Brasil**

EM DEFESA DO PARTIDO. Carta dos 100. [on line] Disponível na internet em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1961.asp>. Acessado no dia 23 de julho de 2007.

ESTATUTO DO PCDOB. Versão atualizada no 11º Congresso do PCdoB, em novembro de 2005. [on line] Disponível na internet em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/estatuto.asp>. Acessado no dia 21 de abril de 2009.

GUERRILHA DO ARAGUAIA. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. 4ª edição. Vários Autores.

MANIFESTO-PROGRAMA. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1962.asp>. Acessado no dia 23 de julho de 2007.

MANIFESTO VERMELHO, 2002. [on line] Disponível na internet em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=0&ex=manif>. Acessado no dia 06 de janeiro de 2009.

O BRASIL NUMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA, 1988. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988.asp>. Acessado no dia 21 de abril de 2009.

O GOLPE DE 1964 E SEUS ENSINAMENTOS. [on line] Disponível na internet em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1964.asp>. Acessado no dia 13 de julho de 2008.

O PARTIDO, instrumento fundamental da transformação revolucionária, 1997. [on line] Disponível na internet em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1997.asp>. Acessado no dia 21 de abril de 2009.

UM NOVO TEMPO PARA O PARTIDO: buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, 2003. [on line] Disponível na internet em [http://www.vermelho.org.br/pcdob/9\\_conferencia.asp](http://www.vermelho.org.br/pcdob/9_conferencia.asp). Acessado no dia 21 de abril de 2009.

## **Jornais e outros periódicos**

A CLASSE OPERÁRIA, nº 97, maio de 1975

\_\_\_\_\_, nº 100, setembro de 1975

\_\_\_\_\_, nº 102, novembro de 1975

\_\_\_\_\_, nº 105, abril 1976

\_\_\_\_\_, nº 108, julho 1976

\_\_\_\_\_, nº 109, 05 de setembro de 1976

\_\_\_\_\_, nº 114, março/abril de 1977

\_\_\_\_\_, nº 123, fevereiro de 1978

\_\_\_\_\_, nº 127, junho de 1978

\_\_\_\_\_, nº 132, dezembro de 1978

\_\_\_\_\_, nº 134, fev/mar 1979

\_\_\_\_\_, nº 137, junho de 1979

CLASSE OPERÁRIA, nº 01, abril de 2008

\_\_\_\_\_, nº 5, agosto de 2008

\_\_\_\_\_, nº 7, outubro de 2008

FORTES, Leandro. “Vozes da Mata”. In: *Carta Capital*, nº 494, ano XIV, p. 10-14, 07 de maio de 2008.

PARTIDO VIVO, 16 a 22 de novembro de 2008

VERMELHO, 16 a 22 de novembro de 2008

### **Referências das ilustrações**

A CLASSE OPERÁRIA, nº 105, abril de 1976.

\_\_\_\_\_, 05 de setembro de 1976.

\_\_\_\_\_, nº 137, junho de 1979.

ANTUNES, Ricardo. “Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)”. In: *Comunistas e Comunismo*. Cadernos AEL 2, Unicamp, p. 11-34, 1995.

CLASSE OPERÁRIA, nº 01, abril de 2008.

\_\_\_\_\_, nº 04, julho de 2008.

\_\_\_\_\_, nº 05, agosto de 2008.

PARTIDO VIVO, 16 de novembro de 2008.

VERMELHO, 16 de novembro de 2008.

## **Entrevistas**

Carlos Azevedo, 27 de outubro de 2008. Na residência dele, em São Paulo-SP.

Wladimir Pomar, 07 de outubro de 2008. No escritório dele, no Rio de Janeiro-RJ.

Altamiro Borges, 27 de outubro de 2008. Na sede do PCdoB, em São Paulo-SP.

Bernardo Joffily, 24 de novembro de 2008. No aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro-RJ.

## ANEXOS

## ANEXO 01

### Entrevista Carlos Azevedo

*Como foi que o senhor entrou no partido? Foi primeiro para a [Ação Popular] AP, não foi isso?*

É, foi para a AP. Foi em 67, 68, por aí. E daí houve aquele processo de aproximação da AP com o PCdoB, a direção da AP chegou à conclusão de que era melhor fortalecer a AP naquela circunstância de ditadura, repressão muito grande. Então ela acabou se unificando com o PCdoB. Uma parte da AP não foi, mas a parte maior foi, e eu fui também, eu integrei o PCdoB desde 71 ou de 72.

*O senhor entrou mesmo no momento de fusão?*

É, de unificação, como chamavam.

*Mas aí o senhor trabalhou no partido sempre na comunicação?*

É porque eu sou jornalista, eu já era jornalista antes.

*Eu vi no seu livro [Cicatriz de Reportagem].*

Você leu? Ele conta uma pouco da história, né?

*É, exatamente.*

Então eu era jornalista em 59, tinha trabalhado já em vários órgãos de comunicação importantes, e aí comecei a militar em 67, com a experiência de jornalista, mesmo na AP e depois no PCdoB, sempre trabalhei na área, né? Fazendo o que na linguagem de esquerda da época se chamava “agitação e propaganda”. Então eu fui organizador e editor-chefe do *Jornal da Libertação* e, depois, quando houve a unificação com o PCdoB, a gente continuou fazendo o *Libertação*, até porque a outra vertente que não tinha entrado para o PCdoB também tentou fazer o *Jornal da Libertação*. Então era uma decisão do partido continuar fazendo, para manter, não haver confusão sobre isso, e durante alguns anos ainda a gente fez o *Libertação*.

*Mas como órgão da AP ou como órgão do PCdoB?*

Como órgão do PCdoB. Mas não como órgão oficial, um jornal do PCdoB e para manter a ligação com aquelas pessoas, que o jornal já tinha sua área de influência. Ao mesmo tempo a gente começou a juntar a produção do *Classe Operária*.

*Quem produzia A Classe Operária? Eram jornalistas ou militantes do partido?*

Não, assim como o *Libertação*, eram escritos pelos dirigentes do birô político. Quando era só AP, *Libertação*, eram escritos assim: eu organizava o processo, fazia os principais artigos – isso o jornal *Libertação* no tempo da AP – aí algum artigo de um dirigente, artigo de outro dirigente e tal, a gente compunha com isso o jornal. Nenhum artigo era assinado, era contribuição de vários, nesse tempo da AP, os redatores do

*Libertação* éramos eu, Bernardo Joffily e a Jô Moraes, essa que foi candidata a prefeita agora de Belo Horizonte. E aí a gente elaborava esses artigos, tinha uma reunião com o dirigente de propaganda nacional, numa época era o Jorge Pereira, noutra época foi o Haroldo Lima, noutra época foi o Aldo Arantes, a gente fazia aquela reunião, discutia os artigos que tinham que ser feitos, distribuía as tarefas. Em geral, o dirigente fazia um artigo e passavam para um monte de gente fazer outros, e cada um de nós cuidava de outros e tal e fazia o jornal. Aí eu preparava tudo, naquele tempo era mimeógrafo, depois fazia as matrizes, aí mandava para alguém que imprimia, algum outro companheiro do partido que fazia a impressão, empacotava isso e era distribuído pelo país.

*Era distribuído como? Era vendido em banca?*

Não, não tinha a menor possibilidade para isso. Eram jornais clandestinos.

*Isso já depois do golpe, né?*

Isso de 68 em diante. O primeiro número do *Libertação* saiu em primeiro de maio de 68, distribuído na Praça da Sé [de São Paulo], naquela manifestação enorme que teve lá, a gente distribuiu o jornal lá. Ele era um jornal clandestino e era entregue a militantes, em pontos de encontro, aí entregava um pacote e o cara levava. O cara de Minas levava para Minas, o cara da Bahia levava para a Bahia. Isso era uma mão-de-obra infernal, pensando hoje, com a internet. A gente ficava levando 20 exemplares do *Libertação* no ônibus, de São Paulo para Recife [risos].

*E isso era escondido.*

Era escondido, se pegasse... Aí enfim. E quando a gente entrou para o PCdoB a gente levou essa experiência já de fazer o *Libertação* para reforçar o trabalho deles, porque eles estavam sofrendo muito... Nós também, da AP também, mas principalmente o PCdoB na época estava sofrendo uma repressão muito grande, já começava aquela repressão por causa da Guerrilha do Araguaia e tal, né? Aí inclusive a direção, o... como era que se chamava? O Lincoln Oest, que era coordenador do jornal *A Classe Operária*, ele foi assassinado pela DOI-CODI aqui, né? Isso em 73.

*Ele era o coordenador da Classe Operária?*

Ele era o coordenador-chefe da Classe, trabalhava aqui com... eu não tenho certeza, tá? Mas acho que com Amelinha Teles (que houve processo do coronel Ustra) e o marido dela, o Teles, eles faziam parte do aparelho que fazia o *Classe Operária* na época.

*Em que época?*

Em 73. Aí a ditadura assassinou o dirigente deles e eles foram todos presos. Com os filhos, as crianças e tal... Não sei se você tem acompanhado esse processo contra o coronel Ustra que tem aí dessa família Teles que conseguiram agora... Mas então, naquele momento, o PCdoB estava sofrendo aquilo, a gente estava chegando e, de certa maneira, substituiu ali aquele pessoal, tentando organizar a elaboração do *Classe Operária*. Quer dizer, eu, na verdade, não participei do processo de impressão, de produção e distribuição do *Classe Operária*. Eu passei, junto com meu dirigente na

época, que primeiro foi o Haroldo Lima e depois foi o Aldo Arantes, a colaborar com o *Classe Operária*, produzindo material para eles, para a redação do jornal. Porque o jornal, ele era feito pelos próprios dirigentes do birô político: Amazonas, Pedro Pomar e alguns outros dirigentes. E aí a gente fazia uma colaboração para eles.

*Como é que era essa colaboração?*

Eles definiam uma pauta na reunião deles e chegava para mim um pedido de desenvolver um determinado trabalho, uma pesquisa de informações, etc. Eles me pediam para fazer pesquisa sobre determinado assunto, vamos dizer, um assunto qualquer, a questão nacional do petróleo, da mineração, os dados a respeito disso para alguém fazer uma matéria. Então, era assim que funcionava.

*Mas quem escrevia eram os dirigentes?*

A maioria dos artigos, principalmente porque eram artigos muito de orientação tática para os militantes, sobre algumas das questões que estavam sendo discutidas, o processo de democratização, a questão da anistia, a questão da Constituinte, onde é que se deveria concentrar esforços do partido, etc. Eu não sei se você leu esse jornal da época.

*Eu li alguma coisa, mas eu vou pesquisar mais agora na Unicamp.*

Deixa eu te mostrar uma coisa então. [Sobe as escadas e volta com pasta com textos do jornal] Esse é o documento dos 50 anos de luta, não sei se você conhece, do 50º aniversário do PCdoB. Nessa época, alguns textos dele foram publicados na *Classe Operária*. Aqui também tem outro artigo, foi publicado em 66, esse aqui é o documento que lança a questão da Guerrilha do Araguaia para o partido. Isso aqui são alguns... Aqui é a *Classe Operária*, como a gente fazia na época, outubro de 76.

*Mas ela tem variação de formato nessa época, né?*

Como assim?

*Eu fui ver na Amorj, arquivo da UFRJ, e na Biblioteca Nacional também. E, na mesma época, tem alguns que são desse tamanho e outros que são metade dele.*

Mas é o mesmo jornal? O texto é o mesmo?

*Então, eu acho que sim.*

Deixa eu te explicar. Nesse período mais difícil, o jornal era mandado pela direção para a Albânia, era lido na Rádio Tirana, era gravado por militantes pelo país afora e era impresso em vários lugares. É por isso que você encontra exemplares de diferentes tipos. O cara em São Paulo imprimia aqui; aí na Bahia, outro pessoal, no Nordeste, outro pessoal, entendeu? Então era uma maneira, à medida que a Rádio Tirana divulgava, nós gravávamos, eu gravei mesmo muitas coisas, isso aqui são artigos da *Classe Operária* que eu gravava, então são matérias da *Classe Operária*. Tá aqui, ó [mostra a pasta com papéis e jornais]: “‘Evolução na luta contra a ditadura’, artigo, Classe Operária, 122, de fevereiro de 78”. Então o quê que eu fazia? Eu ouvia a rádio Tirana, gravava, tirava do gravador na máquina de escrever em muitas cópias, aí punha

no correio, mandava para outras pessoas e para algumas pessoas que imprimiam. Inclusive eu estava dizendo outro dia, conversando com o Walter Sorrentino (conhece o Walter Sorretino? Ele é secretário de organização do PCdoB hoje, pertence ao birô político). Ele disse: eu não sabia, recebia essas páginas, e a gente imprimia e distribuía, sem saber que era de você. Então essa é que era a forma de fazer, porque era clandestino, então por isso que você encontra formatos diferentes.

*E quem é que estava na Albânia nesse período?*

Eu não sei exatamente, vários companheiros que foram para a Albânia, né? Eu sei que o Bernardo Joffily esteve lá na Rádio Tirana. E aí sempre havia algum dirigente por lá, etc, o próprio João Amazonas esteve um período por lá. Aí eles aproveitavam, elaboravam os artigos, etc e tal e eu distribuía pelo país.

*O senhor já tinha me dito por e-mail que depois da Chacina da Lapa ficou sem contato com o dirigente, que foi preso, mas continuou trabalhando.*

Continuei ouvindo a Rádio Tirana, dali eu tirava as matérias do *Classe Operária* e distribuía.

*Já era o que o senhor estava fazendo antes?*

Eu já fazia antes e quando eu fiquei isolado eu continuei fazendo.

*Mas aí sem o contato dele, mandava para quem? Não tinha mais o contato do partido, né?*

Não tinha mais o contato do partido, mas eu tinha uma série de endereços pelo país afora e eu punha no Correio e mandava. Pessoas democratas, jornalistas, pessoas representativas de várias áreas, eu mandava.

*Mas não necessariamente pessoas do partido?*

Não, não necessariamente pessoas do partido. Na verdade, pessoas de várias tendências, que naquela altura havia um movimento assim... [um gato interrompe a entrevista por alguns momentos] Mas o quê que eu ia dizendo? Então, fazia esse movimento, esse trabalho de mandar. E também o seguinte: havia os jornais, que na época começaram a se desenvolver, da imprensa alternativa. Então mandava para os jornais também, tipo Opinião, Movimento, Pasquim...

*O contato do senhor com esses jornais da imprensa alternativa foi já por conta da atividade como jornalista ou era uma diretriz do partido mesmo entrar em contato com esses jornais?*

Não, evidente que a gente, o partido, tinha interesse em manter contato, informar os jornais, passar para eles as informações que tinha, receber as informações que havia dos jornais também, que podiam mandar para a gente, etc. Então, era uma, vamos dizer assim, era uma coisa natural, né? A palavra “diretiva” fica uma coisa muito impositiva, não era nesse sentido. É porque era uma análise que você faz. [...] A gente mandava para os jornais da grande imprensa também.

*Só que eles não publicavam?*

Mas, às vezes, algumas coisas saíam. A gente mandava para o New York Times, para o Le Monde... Então, na verdade, os partidos que estavam na clandestinidade foram construindo uma rede de comunicação clandestina que chegava de alguma maneira à sociedade através desses contatos por Correio, entregando esse material para os lugares. Quer dizer, então chegava no Estado de S. Paulo, como chegava na Folha, chegava no Jornal do Brasil, chegava na revista Veja, chegava na sucursal do New York Times no Brasil, chegava no correspondente do Le Monde.

*E o que era principalmente que vocês mandavam para esses jornais?*

O quê que era?

*Que assuntos eram? Por que era diferente do que era para os militantes, ou não?*

Para os militantes, normalmente era orientação, *A Classe Operária* e outros documentos. Mas para a imprensa ia também *A Classe Operária* e iam muitas denúncias. Na época, como havia muita repressão, havia muitas denúncias de torturas, assassinatos, perseguição. Então a gente começou a formar essa rede que acabava chegando no exterior também. Era importante porque a denúncia se fazia muito na Europa, na França, naqueles foros de defesa dos direitos humanos, etc, e isso repercutia muito. Repercutia aqui no país, entendeu? O governo ficava muito incomodado, porque lá a repercussão era negativa, etc. Então acabava repercutindo, voltando para a imprensa brasileira aqui. A imprensa brasileira não publicava aqui, mas, recebendo do exterior, às vezes fazia alguma referência, etc, numa luta contra a censura. Aí era um processo, vamos dizer assim, complexo, sofisticado, que acabou criando um clima de denúncia e impopularidade para a ditadura militar. Isso tudo era construído muito nessa rede clandestina.

Você recebia notícia: “Prisões aconteceram em tal lugar, etc e tal”. Você transmitia essa notícia para todo esse sistema. Também era uma forma de preservar a vida das pessoas presas. Porque quanto mais rápido você denunciasse, e aí também sempre denunciava para Anistia Internacional, existia o movimento da anistia, aí a partir de 74, 75, essas coisas se organizam melhor. Fazia denúncias para a igreja, tinha o cardeal [Dom Paulo Evaristo] Arns e o pessoal dele, enfim, isso tudo ia se organizando como uma grande rede de solidariedade e de denúncia contra a violação de direitos humanos. E havia um outro movimento que era um movimento para discutir o futuro do país. Então a gente mandava material para muito deputado, o pessoal do grupo autêntico do MDB e mesmo alguns caras da Arena, para irem discutindo a questão, já estavam discutindo a questão da anistia, a questão da Constituinte, os problemas do arrocho salarial, carestia. Isso era levado para dentro do Congresso também de uma maneira que acabava repercutindo. Um deputado pegava um material desse, acabava divulgando.

O processo de auto-reprodução desses materiais era muito grande. Se faziam alguns exemplares, mas isso ia se reproduzindo. Não digo que isso acontecesse com todos os materiais. *A Classe Operária*, como um jornal partidário, era uma coisa menor, ela não era tão reproduzida. Às vezes denúncias de violações de direitos humanos, de condições miseráveis de trabalho, de exploração, arrocho salarial, tudo isso era muito mais

distribuído. E de censura também. “Jornal em tal lugar foi censurado, jornal em Porto Alegre foi censurado”, a gente ia repassando. E qual foi o assunto censurado? Muitas vezes a gente tinha acesso ao assunto que foi censurado, então a gente repassava. Eu cheguei a fazer um boletim, algum tempo, não lembro quanto tempo, mais de um ano com certeza, e que se chamava “Brasil Notícias”, e esse boletim também se recebia pelo Correio com notícias censuradas. Eu recolhia, aí eu tinha contato com alguns jornalistas, por exemplo, do Estadão, que recolhiam as matérias que tinham sido censuradas, repassavam para a gente, e a gente colocava em circulação dessa maneira. Uma repressão, uma coisa que tinha acontecido e que os jornais não podiam publicar, eles passavam isso para a rede clandestina e a rede clandestina fazia circular.

*Mas isso era algo independente da atividade do partido ou fazia parte também?*

Tudo era vida partidária, tudo fazia parte do meu trabalho. Eu estava à disposição 24 horas por dia, até porque eu estava na clandestinidade, não estava podendo trabalhar. Antes do Massacre da Lapa, eu estava sendo muito procurado. Depois do Massacre da Lapa também. Porque não me prenderam, prenderam outras pessoas, mas me procuraram. Então isso era a forma como fazia: clandestino, de alguma maneira, a gente tinha contatos, com jornalistas, com outras pessoas, mesmo quem não era do partido. Porque inclusive, depois de 76, fiquei dois anos sem contato com o partido, o que não quer dizer que eu não tinha contato com ninguém. Eu tinha contato com outras pessoas do movimento democrático, e a gente ia fazendo. Eu também escrevia para aquele, em 75, eu também escrevia para o jornal Movimento. [A esposa dele chega em casa] Então...

*E notícias sobre a Guerrilha do Araguaia circulavam também nessa rede?*

Circulavam. Mas as notícias da Guerrilha do Araguaia circularam a partir de 73, né? A partir do primeiro ataque do Exército em 72, a gente tinha muito pouca informação. Havia aqueles comunicados das Forças... Forga...

*Forças Guerrilheira do Araguaia.*

Forças organizadas... Sei lá. Então a gente reproduzia esses comunicados. Dessa forma, esses comunicados ficaram muito conhecidos, foram divulgados de todas as formas, não pela imprensa, mas em boletim, em jornaizinhos clandestinos no Brasil e no exterior.

*E quem produzia os comunicados das Forga mesmo?*

Foram os próprios dirigentes que estavam lá no Araguaia. Eu acho que o Amazonas, quando teve o primeiro ataque, ele saiu do Araguaia e provavelmente terá sido ele que produziu algum material. E também os materiais produzidos pelo Grabois, que tinha ficado lá na região. E também pelo dirigente militar, como era o nome dele? Esqueci. Foi assassinado no Massacre da Lapa, que também ele fazia os comunicados. Mas foram poucos os comunicados.

*Ângelo Arroyo?*

O Arroyo, é. Exatamente. Então, na minha opinião, isso é a minha opinião, foram eles que elaboraram esse material, eles que mandaram, etc, e depois ficou um tempo muito

grande de silêncio porque... Aí a gente fazia material com base nas poucas coisas que saíram na imprensa. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria, da maneira mais surpreendente, em 72, sobre aquele ataque [Essa deve ter sido a única matéria publicada na grande imprensa sobre a Guerrilha do Araguaia no período em que ela aconteceu, e trazia detalhes da operação do Exército no sul do Pará]. E ali então a partir dali a gente ficou fazendo outro material.

*Mas aquela matéria vocês tinham mandado algum material para O Estado de S. Paulo?*

Não. Eu tenho impressão que aquele material eles obtiveram dentro das Forças Armadas, dentro do governo mesmo. Deve ter sido divergência dentro do governo ou necessidade que o governo tinha de alguma forma de justificar aquelas operações militares. Enfim, *O Estado* conseguiu, depois algumas pessoas foram conseguindo algumas informações e publicando material. Mas a gente não tinha material assim para fazer a divulgação com frequência da Guerrilha do Araguaia. Depois, como ela foi cercada, então se perdeu a fonte de dentro dela, o que se sabia era de fora. Se fez muita propaganda dela, mas não com informações que viessem de lá.

*Porque continuou sendo publicada muita coisa...*

Sim, mas eram matérias relativas aos movimentos que se percebiam, de tropas, etc, mas não... Eu não sei, eu pessoalmente não sou bem informado sobre isso. Eu acho que não saiu muito mais informação de dentro da guerrilha para a gente poder trabalhar esse material, fazer a comunicação dele, entendeu? Então saía muito uma exaltação dos guerrilheiros, quando o partido foi decidindo divulgar quem é que estava lá, justamente para tentar preservar a vida deles. E não conseguiu, né? Na verdade, eles foram todos mortos, 60 e poucos. Sessenta e três parece. E então? Quê mais?

*E já no fim dos anos 70, em 79, o senhor participou da Tribuna da Luta Operária?*

A ditadura já estava em recuo, aquele processo de democratização avançava. Eu trabalhei bastante ali colaborando com o jornal Movimento, ainda na clandestinidade, em 79, antes mesmo da anistia, da Lei da Anistia, havia aquele movimento de liberação, de alguma forma a ditadura já não estava mais reprimindo daquela maneira. Então eu saí da clandestinidade, o PCdoB fez contato comigo. Porque pela orientação do partido, a gente não devia procurar o partido quando acontecia uma queda grande como aquela, o militante não procura, para que não corra risco e também para que ele não leve eventualmente alguém da repressão a alguém [do partido]. Então eu fiquei aguardando as condições de segurança e acabaram me contatando, acho que no final de 78. Aí eu voltei, aí fizemos uma avaliação, a avaliação era de que eu devia voltar à vida legal e eu então comecei a voltar. E uma das coisas que a gente organizou, Bernardo Joffily já estava por aqui, a mulher dele, a Olívia também, etc, e nós nos reunimos com o Rogério Lustosa, na época, dirigente de comunicação do partido, do Comitê Central, que tinha recém-saído da prisão, nós começamos a organizar o jornal. Havia uma decisão da direção nacional para a gente organizar um jornal, aí nós fizemos o *Tribuna da Luta Operária*.

*E qual seria a diferença desse jornal para A Classe Operária? Por que teve a necessidade de criar outro jornal ao invés de reorganizar o que já existia?*

*A Classe Operária* continuava saindo, aí eu não estava mais participando dela, porque eu fiquei isolado, e eles continuaram fazendo por outro lado. E esses dois anos aí eu não participei da *Classe Operária*. Apenas eu distribuía o que captava pelo rádio, mas não voltei mais a trabalhar na *Classe Operária*, ela estava sendo feita por outras pessoas. E, na verdade, o que se queria era um jornal popular. Porque, como *A Classe Operária* era um jornal mais de orientação para os militantes, de artigos mais complexos, mais de orientação tática, etc, o que se queria era um jornal que fizesse uma mobilização nas áreas de influência do partido, no movimento sindical, movimento estudantil, dos trabalhadores em geral, e era um jornal que sairia em banca na medida do possível. Quer dizer, ele se assumia como legal.

*E chegou a sair?*

Chegou a sair. Era distribuído em banca e se montou uma corrente de vendedores formada por militantes do partido e amigos do partido. Esse jornal chegou a ter uma repercussão grande, chegou a ter, durante vários anos, parece que ele sobreviveu por nove anos, chegou a ter 30 mil exemplares por mês. E era um jornal mais simples, não sei se você conheceu a *Tribuna Operária*, era um jornal de notícias, do homem trabalhador, de denúncias, etc. Tinha o editorial, tinha uma sessão chamada “O Povo Fala”, que eram cartas das pessoas e dos correspondentes, etc. E ele se enraizou bem, parece que foi um jornal que acabou se desenvolvendo bem. Teve um início bem humilde, porque a gente não tinha dinheiro praticamente. Ele foi feito na pura raça mesmo. E eu saí do partido em seguida, né? Isso daí foi no final de 79, saiu o primeiro acho que foi em novembro de 79, comemorando a revolução soviética, etc. Em maio de 80, eu saí do partido. Estive durante seis meses, os primeiros seis meses. Mas eu soube que ele foi muito bem, porque depois eu fui fazer outras coisas, eu deixei a militância e fui trabalhar na imprensa, mas eu soube que o *Tribuna Operária* cresceu, foi um jornal importante para o partido. Com essa ligação de massa, né? Fazendo exatamente essa ligação. Eu acho que ele surgiu um pouco na esteira da imprensa alternativa anterior que também desenvolveu esse sistema de distribuição muito grande pelo país, etc.

*Mas aí ele já não era feito pelos dirigentes do partido?*

Não, era feito por uma equipe. Tinha um dirigente do partido, que era o Rogério Lustosa, que discutia essas questões na direção. Sobre a pauta, enfim, e ia para a reunião com a equipe. E aí, discutindo com a equipe, a gente formava uma pauta de matérias, distribuía tarefas e ia fazer o jornal.

*A equipe era de jornalistas, de militantes?*

Era de militantes jornalistas. No início ali, eu, Bernardo Joffily, a Olívia, mulher do Bernardo, o próprio Rogério também escrevia. Isso é o que era no início. Depois eles foram agregando. Tinha, por exemplo, numa região, um cara que escrevia, o cara de comunicação do partido. Por exemplo, em Minas Gerais, também se encarregava de coletar as informações, porque ele era um jornal muito construído em cima de informações. Quer dizer: “Na fábrica tal, em Minas Gerais, houve uma greve e houve isso, o pessoal está lutando por aumento, os metalúrgicos de tal lugar estão fazendo essa campanha, os petroleiros da Bahia querem tanto de reajuste”. Enfim, era um jornal que divulgava o movimento dos trabalhadores. Então as notícias saíam muito daí. Já vinha a notícia, a gente só arranjava uma redação para ela, botava no tamanho e paginava. E,

além disso, tinha o editorial, tinha fotografos. Era um jornal “ajeitadinho”. Muito pobre e muito simples. Não era escrito pelos dirigentes. Mas era discutido pela direção. O editorial a gente fazia em discussão com a direção. Era um período de transição muito grande, inclusive a direção nacional uma parte estava fora, o João Amazonas estava fora, aí o [Diógenes] Arruda também estava em Portugal, e eles foram chegando. E, na medida em que eles foram chegando, foram fortalecendo esse debate do que deve ser feito, etc, pessoas que tinham muita experiência já de outras épocas, como o Diógenes Arruda. O Diógenes Arruda, de certa maneira, acho que foi ele que chegou com o Amazonas de volta e que estimulou essa questão de fazer a *Tribuna da Luta Operária*.

*E na sua participação na imprensa alternativa? Tinha essa discussão também com os dirigentes?*

É... Aí é o seguinte: tinha uma particularidade que eu, sendo jornalista, tinha uma aptidão natural para poder fazer matérias para eles, etc. Por outro lado, a gente discutia, eu discutia com o meu dirigente antes do Massacre da Lapa, eu encontrava a cada 15 dias, ou uma vez por semana, não lembro exatamente, variava um pouco, o Aldo Arantes, que era o dirigente nacional de propaganda. E a gente discutia as grandes questões, anistia, Constituinte, e normalmente eu produzia algum material que eu oferecia, no caso, para o jornal *Movimento*, nessa época. E eles publicavam ou não conforme achassem que aquilo fazia sentido. Eu tinha contato com o pessoal do *Movimento* e então mandava matéria. E, eventualmente, eles me perguntavam sobre determinados assuntos e tal, pediam minha opinião e eu fazia alguma coisa. E eu lia o *Movimento* quando ele saía, fazia observações, mandava para eles, podia fazer dessa outra forma essa outra coisa, a gente fazia um intercâmbio.

Aí sempre há uma tendência a dizer que o PCdoB dirigia o jornal *Movimento* por trás dos panos e que eu era o elemento de direção. Isso não é verdade. A gente tinha uma relação política, tinha uma unidade quanto à necessidade de lutar contra a ditadura, nós apoiávamos o jornal *Movimento* e tínhamos pontos de vista semelhantes, quanto à anistia, à necessidade de Constituinte, à democratização, à liberdade em geral. Então, em cima dessa unidade de pontos de vista, havia muita coisa fazer juntos. Agora não havia nenhuma imposição, nenhuma linha de comando. Não era um jornal do PCdoB. Era um jornal de uma frente da sociedade democrática, num processo de luta pela democratização do país. Basta ver que ia de Fernando Henrique a Chico Pinto, os autênticos, Luís Carlos Mendonça de Barros, todo mundo que hoje tem lados opostos, na época, estava junto no processo de lutar pela democratização.

E o jornal *Movimento* era um lugar onde essas coisas se encontravam, essas tendências, essas forças que, organizadas, transformavam em matérias, em artigos, em debates, uma coisa que foi muito viva, muito importante. Então, no meu caso, eu fazia matérias para eles. Eu fiz uma matéria sobre, por exemplo, estava chegando a data da independência americana, ia fazer 200 anos da revolução americana: 1776-1976. Então eu fiz uma matéria para eles sobre a revolução americana, mostrando seu caráter libertário, de massas, de um povo que se levanta. E aí inclusive sugeri a eles publicarem a declaração americana, que é um documento bastante revolucionário, sobre os direitos dos povos se levantarem contra a tirania. E aí essa parte da matéria foi censurada. Então teve uma repercussão muito grande, o jornal *The New York Times* publicou. Censuraram a declaração americana, que é um documento histórico. Isso repercutiu na Europa, repercutiu no Brasil, o *Estadão* divulgou.

A gente procurava fazer esse trabalho, o meu trabalho era limitado ali, fazia assim meus artigos. O jornal *Movimento* fazia muito mais outras coisas, toda a questão da sucessão presidencial, a luta toda ali que o general Abreu rompeu e tinha inclusive participado da Guerrilha do Araguaia, era lá linha-dura, mas nessa altura ele estava em outra posição, o jornal *Movimento* deu grande repercussão, matérias importantes na época. Criaram aquela candidatura de um general de oposição. Aquela presença da esquerda do MDB, né? Então tudo isso era uma coisa que o jornal *Movimento* fez muito bem, deu uma grande contribuição para a democratização. Eu tinha um papel limitado ali, porque estava na clandestinidade. Eu fazia, na verdade, alguns artigos, que publicavam ou não.

*Quando você estava na clandestinidade vivia onde?*

Em Campinas. Porque eu morava em São Paulo, mas aí a avaliação que, em 72, a direção do partido fez, era de que eu estava sendo muito visado. Porque algumas pessoas que haviam sido presas haviam dito que eu era o encarregado de fazer o jornal *Libertação*. Isso foi lá em 71 ainda. E aí os militares ficaram muito interessados em me pegar, porque quem faz o jornal é preciso afastar, suprimir. Então eu passei a ser muito procurado, porque eles achavam que eu também tinha a gráfica, não só fazia o jornal, como imprimia. Na verdade, eu não fazia isso. Eu escrevia, e outra pessoa que imprimia, e eu não tinha o menor conhecimento de onde era. Então eles começaram a me procurar mais. Pelos presos que estavam lá dentro, o partido ficou sabendo disso e aí me sugeriram me afastar, sair daqui de São Paulo e ficar bem reservado. Eu fui para Campinas, morar num bairro lá com a família e fiquei lá sete anos ou oito.

*E trabalhava com quê lá?*

Aí eu não trabalhava. Uma parte da sobrevivência era difícil, eu recebia um salário do partido, um pequeno salário, a minha mulher trabalhava, meu filho mais velho trabalhava, minha família me ajudava um pouco e, somando, dava para sobreviver. Na ponta do lápis, cada despesa. Nós vivemos com bastante simplicidade, uma vida bem simples. E, de certa forma, fomos criando os filhos. O mais velho já pôde logo ajudar, estudava e trabalhava, e os outros menores, que a gente foi criando. Então foi isso. Às vezes, eu conseguia fazer algum trabalho para alguma revista, etc, algum jornalista encomendava e depois também mais tarde, depois da que da Lapa, como evidentemente o partido não estava mais me remunerando, pagando o meu salário, quando eu escrevia para o jornal *Movimento* eu recebia algum dinheiro, eles me pagavam. E assim fomos vivendo.

*Antes do golpe o senhor já tinha algum contato com o partido?*

Não. Antes do golpe de 64? Não. Eu tinha opção de esquerda e tal, o PCdoB inclusive na época ainda estava se organizando, era muito pouco visível. Quem tinha grande visibilidade era o PCB. Aí a gente tinha contato, o sindicato dos jornalistas com o partido, com o PCB, mas eu não tinha ligação com ele. Era, vamos dizer assim, uma pessoa próxima, de esquerda, como um jornalista de esquerda. Mas não tinha militância. Aí veio o golpe e eu só fui ter alguma militância a partir do segundo semestre de 67, por aí. Quando então me integrei à Ação Popular. Aí foi pela Ação Popular que eu entrei na militância.

*Então o senhor não sabe como era feito o jornal quando ele era legal ainda?*

*O Classe Operária?*

*Classe Operária.*

Não, não sei. Até porque ele era muito pouco visível nessa época, o que a gente conhecia muito mais era *A Voz Operária*, que era um jornal do PCB, que era muito distribuído, tinha presença em redações, às vezes chegava, ou então no sindicato. Mas o *Classe Operária* nessa época eu não conhecia. Ainda estava saindo, desde a fundação do partido. Ele foi fechado, se não me engano, pelo PCB, quando ele mudou de linha e passou a fazer *A Voz Operária*, quando ele deixou de se PC do Brasil e passou a ser PC Brasileiro para poder se adaptar à legislação e tentar recuperar a legalidade. Naquela virada que o PC da União Soviética deu com Kruschev, o PCB também mudou a posição, ele retirou esse nome PC do Brasil, deixou de publicar *A Classe Operária* e passou a fazer *A Voz Operária*. Então, em 62, quando esses dirigentes do PCB que estavam em discordância com essa linha romperam – Amazonas, Grabois, Pedro Pomar, esse pessoal – eles recuperaram o nome PCdoB e voltaram a publicar *A Classe Operária*. Quer dizer, como quem vem tomando as tradições originais do partido. Então foi isso que aconteceu.

Mas eu não estava na época ciente disso, não participei disso: 62, 63, 64, nada. A partir do golpe militar é que eu realmente começo a prestar mais atenção na questão. A gente considerou uma afronta muito grande à cidadania brasileira o golpe militar, então toda uma geração se mobilizou a partir desse rompimento da legalidade que foi o golpe de 64. Então muito do que se viu depois dessa juventude toda se atirando ao movimento de luta armada e outras maneiras de luta foi muito resultante da indignação... Por isso que foi um movimento muito de classe média, da pequena-burguesia estudantil, intelectual, um movimento de indignação contra o rompimento da legalidade. Esse foi um dos motivos que me moveram e, eu acho, isso é uma opinião pessoal, que envolveu essa juventude toda que foi pra militância, entendeu?

*Esses jornais que o senhor tem aqui? O senhor recebia como?*

Isso daqui a gente participava, a gente fazia, aí depois imprimia e a pessoa pra quem eu tinha mandado para imprimir me devolvia alguns exemplares. Ele me falava: quantos você quer? Eu quero 20, para mandar para não sei quem. Então cada vez ele mandava uma pilha e eu recebia algum.

*Mas isso antes de entrar para a clandestinidade então?*

Não, tudo é clandestino. Tudo é clandestino, 76. Isso daqui não existia antes da clandestinidade. Porque a clandestinidade começa a acontecer para mim em 68. Isso daqui é 76, ó [mostra um dos jornais].

*Mas aí o senhor ainda tinha contato com o partido?*

Aqui eu tinha, trabalhava no partido. Na verdade, o que vai acontecer é que em dezembro de 76, aqui ainda é setembro de 76, em dezembro, cai a Lapa, o Massacre da Lapa, e aí as coisas mudam bastante.

*Mas o senhor continua recebendo o jornal?*

Não, aí é pela rádio, como eu te contei. [Olha as datas dos jornais] Eu acho que aqui está bem interessante isso, vai até outubro, eu acho que nem de novembro eu não recebi, porque aí já tinha acontecido a queda na Lapa. Aí o resto é aqui, gravado da Rádio Tirana, aí tinha: artigo da *Classe Operária*, fevereiro de 78. Ela continua saindo. Aí eu gravava, copiava e mandava.

*E aí já nem via o resultado final então?*

Não, na clandestinidade a gente não vê o resultado final. Você não tem contato com quem recebe.

*Então nem chegava a saber como ele era reproduzido?*

Ele era reproduzido por inúmeras pessoas desconhecidas e aí era passado adiante dentro do movimento estudantil, movimento popular, na época era muito movimento de bairro, como as fábricas estavam muito vigiadas, muita repressão e tal, se usou muito aquele movimento contra a carestia. Em São Paulo, na zona sul, Santo Amaro, tinha um movimento muito forte. Na zona leste também. E também o movimento operário se desenvolvia, mas isso daí eu acho que do ponto de vista de influência do partido era menos. Isso aí a partir de 77 e tal começa a se desenvolver mais o pessoal do movimento operário do ABC, onde o partido não tinha muita influência. Ali o PCdoB não tinha muita influência. Ali tinha uma coisa católica e talvez uma influência de outra tendência de esquerda, aquela parte da Ação Popular que não entrou no PCdoB, aparece ali no ABC, e tem os operários. Enfim, aquele movimento que começa como movimento reivindicativo e acaba trombando com a repressão e começa a se politizar: greve de 78, que é a história que vai dar origem para o PT e outras tendências.

*O senhor colaborou com o jornal Opinião também?*

Com o *Opinião*, pouco. Na verdade, eu era amigo dos caras que estavam fazendo e a gente chegou a discutir alguma coisa antes, mas como eu estava já na clandestinidade nesse momento – em 72, que ele foi lançado – e tive pouca oportunidade de conversar, de debater, mandei algumas matérias para eles. Teve um livro, na época, de muita repercussão, sobre a história dos índios americanos, que tinham sido destruídos pela invasão para oeste. Chamava-se “Enterre meu coração na curva do rio”, e era um livro muito legal. Aí eu me animei, fiz uma crítica sobre o livro, e eles publicaram. Mas era mais mandava alguns bilhetes para eles, dizendo “olha...”, sugerindo matérias. Mas não cheguei a fazer matérias no *Opinião*. Minha colaboração mesmo maior foi com o *Movimento*.

*O senhor acha que tem mais alguma coisa que seria importante acrescentar?*

Não sei exatamente o que você precisa para a sua tese, entendeu? Na verdade, o meu ponto de vista é o seguinte: eu acho que é importante que se registre e que vá se criando uma memória sobre esse período, porque o Brasil tem uma experiência muito, vamos dizer assim, negativa com relação à memória do país, dos movimentos da sociedade, dos movimentos políticos de oposição. Como a história é sempre escrita pelos

vencedores, então vai ficando muito pouco registrada essa coisa das lutas que conduziram a novos processos.

Acho que foi muito importante para o processo de democratização todo esse movimento, essa rede toda de comunicação, de denúncia da tortura, das coisas da ditadura, pelos movimentos políticos que existiam, isso é importante do ponto de vista de ter contribuído para o resultado que foi a democratização, para que a ditadura aos poucos fosse sendo empurrada para trás. Não foi uma coisa que se venceu a ditadura militarmente, mas ela foi ficando inviabilizada politicamente. Uma derrota política importante, estratégica, e nesse movimento, nesse resultado todo, teve importância esse movimento de opinião pública que a gente ajudou a construir. Os partidos de esquerda, o PCdoB, esses jornais da imprensa alternativa, influenciando toda a imprensa, influenciando os partidos políticos, o MDB, etc. E a repercussão internacional disso também foi dificultando a vida da ditadura militar e tal.

Então essas coisas não podem ser esquecidas, até porque, em geral, são poucas as pessoas que ousam fazer isso quando acontece uma ditadura, uma repressão muito grande. E hoje fica a idéia de que era uma minoria e, na verdade, não teve grande importância. Ao contrário, o fato de serem poucas pessoas mostra a importância de ousar resistir. De ousar fazer. De sacrificar os próprios interesses pessoais e da própria família, como tantos fizeram, como eu fiz, em defesa de uma coisa maior, temos que de alguma maneira convencer o povo de que é possível enfrentar isso e mudar essa situação. Então é importante para mim isso, que se registre que isso aconteceu, que não se esqueça que isso aconteceu. A toda hora, a gente é assaltado por ameaças contra a democracia, por grupos políticos, as tendências econômicas poderosas estão sempre querendo avançar sobre as conquistas democráticas. E o outro lado está sempre precisando defender as conquistas e ampliar as conquistas.

A Constituição de 88 fez 20 anos na semana passada. Tentaram mudá-la várias vezes, já fizeram 56 emendas. Mas, no entanto, no geral, ela é um documento muito importante, ela é o resultado direto desse movimento, que nasceu ali, que veio com as “Diretas Já!” e quando chega no governo Sarney se faz uma Constituinte democrática. Então eu estou impressionado, estou fazendo um trabalho agora justamente sobre um balanço dessa situação. Quantos avanços político-sociais ocorreram no país a partir da Constituição de 88? Só para te dar um exemplo: a questão das pessoas com deficiência física nesse país. Antes de 88 não existia a menor legislação sobre isso. O deficiente físico que ficasse em casa. A Constituição estabeleceu uma série de direitos que vêm sendo aplicados mal ou bem, mas vêm sendo aplicados, então as pessoas com deficiência física apareceram na sociedade. Sabemos hoje que elas são 25 milhões no Brasil com algum tipo de deficiência. Enfim, numa população de 190 milhões, tem 25 milhões de pessoas assim. E essas pessoas passam a adquirir direitos e passam a ter oportunidade de reivindicar esses direitos.

*Por mais que não seja cumprido ainda, precisa estar na lei.*

É, então essa Constituição é uma Constituição extremamente interessante e positiva e progressista, e ela, para mim, é o fruto de todo esse movimento. Um fruto que permitiu que o país avançasse, que a gente discuta hoje questões que antes não se discutia. Hoje, embora não aconteça plenamente, existe uma lei para a reforma agrária, o Plano Nacional para a Reforma Agrária. Centenas de milhares de famílias têm recebido terra.

Você vê, por exemplo, moradia. Tem o Plano Nacional de Moradia Popular. Está previsto na Constituição, foi criada uma lei. Então hoje tem todo um crescimento de moradia popular. Claro, você tem quase 10 milhões de pessoas vivendo em favelas, mas tem um trabalho acontecendo nesse sentido. Você vai ver onde começou isso, e começa muito com essa Constituição. Então quer dizer que esse movimento todo, ele tem todo esse processo, ele começa ali. Então cada papel desse clandestino tem um miligrama, um grão de areia, que ajudou a fazer esse processo todo. Então por isso que eu digo, é preciso ter memória sobre essas coisas, que se registre isso, que as pessoas lutaram, que as pessoas combateram, e continuam combatendo.

## ANEXO 02

### Entrevista com Wladimir Pomar

*Primeiro eu queria saber: quando o senhor nasceu, seu pai estava na clandestinidade?*

Não, nessa época, ele não estava na clandestinidade não, ele estava preso mesmo. Meu pai estava preso quando eu nasci.

*Porque foi logo depois da Intentona Comunista?*

Foi logo depois.

*E quando foi que o senhor começou a entender o que o seu pai fazia?*

Desde cedo, porque logo depois ele fugiu, eu tinha uns quatro, cinco anos. Em 41, ele fugiu. Nós viemos para o Rio, naquela época, de navio, navio da costeira, durante a guerra, correndo perigo de ser torpedeado. Então tinha esse outro ingrediente na história. E com nomes trocados. Então isso já vai criando um ambiente meio que forçando a compreensão dos problemas.

*E quando foi que o senhor mesmo entrou no partido?*

Ah, eu entrei aqui no Rio em 1947. Mas naquela época tinha a União da Juventude Comunista. Então eu entrei no movimento estudantil, sem meu pai saber.

*Por que ele não podia saber?*

Porque eu era muito novo, era criança, tinha onze anos. [risos] Eu tentei, quando foi fundada a União da Juventude Comunista [UJC], que o Apolônio Carvalho foi o primeiro dirigente, eu fui lá tentar entrar, eu tinha dez para onze anos, e é lógico que não fui aceito. Aí depois, de 1947 para 1948, já na clandestinidade, na escola, eu conheci o pessoal que era da célula da Juventude Comunista e ingressei na célula.

*Já era uma célula do partido?*

Não, era uma célula da UJC, o que não era muito diferente naquela época. A distinção era muito tênue.

*Quais eram as atividades do senhor?*

Nessa época, o movimento estudantil. Fundamentalmente o movimento estudantil. Que estava relacionado com problema de transporte, meia-entrada para cinema... [risos] Nada muito diferente do que ocorre hoje. Isso é que mobilizava o pessoal na época.

*E, mais adiante, no partido mesmo?*

A minha trajetória foi meio complicada, porque, naquela época, eu não pude acabar o curso, eu estudava no Pedro II aqui e nós tivemos que ir para o Rio Grande do Sul. Porque até então meu pai, embora o partido estivesse na clandestinidade, ele ainda era

deputado, tinha sido eleito pela coligação com o PSB, na época do Adhemar de Barros. Então, em 1950, acabou a legislatura, impediram que ele fosse candidato novamente, então nós ingressamos na clandestinidade, ele teve que mudar para o Rio Grande do Sul e eu fui junto.

*Mas aí ele já sabia que o senhor estava ligado ao partido?*

Já sabia que eu tava metido. Aí no Rio Grande do Sul não, eu não podia me meter em nada, porque aí estava vivendo com ele numa situação de extremo cuidado, de clandestinidade, então não tinha atividade nenhuma. Aí depois eu voltei, voltei em 52, mas não para o Rio. Fui para São Paulo e aí fui trabalhar numa fábrica. Virar metalúrgico.

*Como atividade do PCdoB?*

Aí sim, já ligado ao partido, já no meio operário. Trabalhei como metalúrgico, trabalhei em fábricas têxteis. Então em 52, 53, 54, eu trabalhei em fábricas, tive atividades ligadas ao meio operário. Foi um aprendizado muito interessante.

*E com nome falso?*

Nome trocado, nome trocado.

*Antes do regime militar, como eram os jornais do partido? Eles eram vendidos, eram distribuídos em fábricas?*

Mesmo na clandestinidade, o partido estava na clandestinidade, mas os seus jornais continuaram legais. Lógico, não dizendo que era do partido. Mas a antiga *Tribuna Popular*, que era o órgão do partido, ele se transformou em *Imprensa Popular* e continuou funcionando, sendo vendido em bancas.

*Isso até quando?*

Até 1955, 1956. Eu cheguei mais tarde a trabalhar na *Imprensa Popular*. Trabalhei não só na gráfica, como revisor, ainda em 1956, e depois trabalhei no próprio jornal como jornalista. Fiz um pouco de reportagem, depois trabalhava fazendo uma coluna que o jornal tinha.

*As pessoas que trabalhavam nesses jornais eram jornalistas ou eram os próprios militantes?*

Naquela época, não tinha curso de jornalismo, então o pessoal se formava na prática. Até hoje, eu sou reconhecido como jornalista, mas eu sou um jornalista do velho tipo, que se formou na prática do jornalismo. Então *A Classe Operária* continuava sendo editada, também tinha uma redação. Alguns dos jornalistas que trabalhavam nesses jornais eram reconhecidos como grandes jornalistas, alguns depois viraram anticomunistas e tudo, mas isso acontece em qualquer processo. Mas eram reconhecidos como jornalistas de talento... De vez em quando, me dá um branco nos nomes. Eu acho que é problema de clandestinidade. Mas tem vários que até pouco tempo continuavam atuando como jornalistas.

*Mas o senhor falou que o jornal era vendido nas bancas até 1956.*

Até maio de 1956. O que ocorre em 1956 é um processo interno de cisão, acaba o *Imprensa Popular*, começa o *Novos Rumos*, começam outros jornais a atuar. *A Classe Operária* não consegue mais ser editada. Já é dentro de um processo de divisão interna, de problemática interna.

*Mas aí a Classe Operária passou a ser do PCdoB.*

Isso só ocorre em 1962, a cisão ocorre em 1962. Aí ela passa a ser um jornal clandestino editado pelo PCdoB.

*Continuavam as mesmas pessoas, era o mesmo grupo que trabalhava no jornal?*

Não, não.

*Era vendido nas bancas também?*

Não, aí circulava clandestinamente.

*Já antes do golpe, a partir de 1962?*

Não, entre 1962 e 1964, ela era vendida também, ela era distribuída e vendida na banca. Nesse período, a sede funcionava inclusive aqui na... onde tem o Banco do Brasil ali. Perto daquele Largo da Carioca. Até 1964. Em 1964, com o golpe, aí todos os jornais comunistas foram proibidos de circular, aí passaram para a circulação clandestina.

*Quando era vendido na banca, era também distribuído pelos comitês regionais?*

Também, também. Pela estrutura do partido também, mas até 1964 era um jornal público.

*E aí depois passou a ser distribuído só internamente?*

Só internamente.

*No livro do senhor sobre o seu pai, tem algumas partes que fala do jornal A Classe Operária e o senhor fala que alguns editoriais glorificando a guerrilha do Araguaia, quando estava num processo de discussão interna, não eram feitos pelo Comitê Central. Quem era que produzia o jornal nessa época então? Porque eu tinha a idéia de que era produzido pelos dirigentes do partido.*

Pois é, mas isso é um problema da compreensão de como funcionava a estrutura do partido, ainda mais numa situação de clandestinidade. Então, vamos dizer, na realidade, havia um descompasso entre a Comissão Executiva e o Comitê Central. E o descompasso piorava, porque quem tomava o conjunto das decisões era a Comissão Executiva, e não o Comitê Central.

*A Comissão Executiva tinha mais integrantes?*

Não, menos integrantes. Quem tinha mais integrantes era o Comitê Central. A rigor, do ponto de vista teórico, a Comissão Executiva deveria ser subordinada ao Comitê Central e aplicar as decisões do Comitê Central. Nesse período, ocorre o contrário. O Comitê Central se reunia apenas para chancelar um pouco o que era decidido na Comissão Executiva e quem mandava, quem tomava as decisões, quem fazia as grandes discussões e, às vezes, como tinha muita coisa que era segredo e de segurança, nem todas as informações eram passadas para o Comitê Central. Então essa era uma situação muito anômala também explicada pela situação de clandestinidade. Isso se agrava porque quando começa o processo de divergência e de avaliação do Araguaia e tudo o mais a coisa se complica. Os principais dirigentes que estavam na Comissão Executiva, a linha que eles aplicam é uma linha que não diz respeito ao conjunto do partido, mas a linha que foi aplicada no Araguaia. Então isso era um complicador.

*E isso por conta também de dificuldade de reunir o Comitê Central?*

Não só dificuldade não, por decisão mesmo. Porque os membros do partido estavam convencidos de que o Araguaia era correto, eles faziam aquilo porque estavam convencidos. Quem não estivesse de acordo era tratado como se fosse um divergente mesmo. Então esse processo se aguça, já um pouco antes do desencadeamento da luta no Araguaia e se aguça depois, então quando a guerrilha é derrotada.

*E quem era da CE?*

Da Comissão Executiva? Basicamente era o João Amazonas, o Maurício Grabois, o [Ângelo] Arroyo; até 72, o [Carlos] Danielli, o Lincoln Oest e o meu pai também, Pedro Pomar. Também participava, mas durante um período ele ficou meio afastado, foi meio colocado de lado.

*Por conta de divergências?*

Muito em função das divergências.

*E esse mesmo grupo também formava o CC?*

Também, mas aí, na verdade, as divergências já ocorrem desde 68. As divergências se aguçam em função da idéia de como deveria ser o processo de luta armada.

*Nos anos 1970, quem fazia os jornais? Era só A Classe Operária nesse período?*

Era só *A Classe Operária*. Aí é que tá, esse problema é o seguinte: tinha os jornais regionais, tinha, nesse período, mas aí já a partir de 72, 73, começa uma certa relação com a antiga Ação Popular, tinha o jornal da Ação Popular [o *Libertação*]; tinha, durante o período do Araguaia, era feito no exterior o... como era? Luta no Araguaia, uma coisa assim. Agora eu esqueci. Era um jornal sobre o Araguaia, de difusão.

*Só circulava no exterior?*

Aqui dentro também, circulava aqui dentro também.

*E quem fazia era o partido?*

Quem fazia era o Diógenes Arruda.

*Ele estava exilado, né?*

Estava exilado, exatamente. Nessa época, eu já não domino muito quem fazia o quê. Eu não estava informado, por questões de segurança. Então eu perco o controle. Já a partir de 68, 69, eu não tinha mais idéia de quem fazia o quê exatamente. É difícil te informar a esse respeito exatamente. Mas eu tinha idéia que algumas coisas quem fazia era o Amazonas, outras quem fazia era o... o Arroyo não, o Arroyo estava fora. Mas basicamente o Amazonas. Depois, mais adiante, o pessoal da AP é quem assume a produção de jornal. Mas aí eu não tenho o controle de quem é quem na execução das coisas, por questões de segurança.

*E qual era atividade do senhor nesse período?*

De 64 a 68, eu estive no chamado dispositivo militar que ia fazer a guerrilha. Então eu fui para Goiás. Aí virei camponês. Aí surge a divergência minha justamente de que a idéia toda era uma idéia militar e eu me opunha a isso, eu achava que devia ser um trabalho político. Tendo por base um trabalho político. Então, em função disso, em 68 eu saí do dispositivo militar.

*Isso era já na região do Araguaia?*

Já na ida para o Araguaia. Era toda aquela região do Norte, que hoje é Tocantins, norte de Goiás, sul do Pará e norte de Mato Grosso. Então eu saio em 68, e eu fui para o Ceará, para o interior do Ceará também fazer trabalho camponês. Então eu fiquei no Ceará de 69 até 73.

*Então quando a guerrilha estourou o senhor estava no interior do Ceará?*

Eu estava no interior do Ceará.

*Qual era a região?*

Na região de Crateús, perto do Piauí, na divisa do Piauí. Aquela região eu conheço bem. Região pobre. Era principalmente a região de serra, muito pobre. Um dos lugares mais pobres do Brasil que eu conheço foi ali.

*O senhor estava ali como militante do partido?*

Como militante do partido. Nós construímos um bom trabalho camponês lá, fundamos sindicatos, tinha toda uma comunidade ligada às organizações de base da Igreja. Construímos uma certa base partidária lá interessante naquele período. Em 1970, teve uma grande seca, nós tivemos uma grande participação na mobilização dos camponeses. Foi uma experiência muito interessante.

*Que era a atividade política que o senhor achava que...?*

Isso, que eu achava que devia ser realizada. Depois, aí de novo em função das divergências, me tiraram de lá e eu fui então enviado para o Pará.

*Em 1973?*

Em 1974. Aí já num contexto diferente. Porque, em 1974, já tinha havido a derrota, né? Já tinha havido o desastre. Aí os divergentes foram, de certo modo, chamados para “salvar a pátria”. Então isso é um pouco o que aconteceu. E começa um processo de discussão também do Araguaia. Muito complicado. Então eu fiquei no Pará de 74 até 76, quando eu fui preso.

*No Pará?*

Não, eu fui preso em São Paulo [na Chacina da Lapa, em dezembro de 1976], eles nunca souberam que eu estava no Pará. Aí já era uma tentativa de reconstruir o partido, para ver como mudava alguma coisa, para ver se tinha algum sobrevivente no Araguaia, ver se a gente descobria alguma coisa. Porque já era uma operação-salvamento.

*Quando a guerrilha estourou, o senhor ficou sabendo imediatamente ou continuou sendo um segredo?*

Não, ficamos sabendo logo. Porque aí o João Amazonas e a Elza Monnerat, eles são obrigados a voltar do meio do caminho porque a operação do Exército estava pesada, então eles voltam. Eles estavam no dispositivo, tinham vindo para uma reunião do Comitê Central. Quando eles estão voltando, eles são apanhados de surpresa e tem que retornar. Eles têm que explicar, então o Comitê Central se reúne e toma conhecimento que tinha começado a guerrilha.

*O senhor participava de todas essas reuniões do Comitê Central?*

Eu era do Comitê Central, apesar de tudo, eu era do Comitê Central. Eles tinham que me chamar, não tinha jeito. Eu era membro do Comitê Central.

*O senhor acompanhava as notícias pela Rádio Tirana, Rádio Pequim?*

Às vezes.

*Ou isso não era costume?*

Não, eu procurava me localizar mais na realidade. Uma ou outra vez, eu procurava. E eu ficava muito espantado com as notícias sobre o Araguaia, não batia com aquilo que eu sabia.

*Que o senhor sabia através de quê?*

Ah, pelas informações que a gente tinha, informações reais, né? Da situação que eu conhecia. Eu conhecia a região, eu sabia mais ou menos as dificuldades. Sabia das coisas que não iam dar certo. Não havia experiência nenhuma no mundo de uma luta guerrilheira que se desenvolveu sem base política. Isso daí não acontece, é ilusão pensar que um grupo de 60 guerrilheiros mal treinados, porque o pessoal tinha sido mal

treinado, poderia suportar uma avalanche igual à que ocorreu. O caso da primeira campanha foi um caso excepcional. Então o pessoal acreditou que tinha tido uma grande vitória, mas não era vitória. Botaram recrutas, enquanto se preparavam para fazer uma ofensiva mais concentrada, entende?

*Nesse momento, o senhor tinha noção de quem era que passava essas informações para o exterior?*

Não, primeiro, esse era um problema sério, porque tudo o que era dito no exterior, eu sabia que nós não tínhamos contato com a guerrilha. A guerrilha, na realidade, ficou sem contato com o Comitê Central. Não só porque foi atacada, mas porque também o responsável pelo contato com a guerrilha, que era o [Carlos] Danielli, ele tinha sido assassinado. Então houve um corte brutal, nós não sabíamos o que acontecia.

*Isso a partir de quando?*

Já desde o começo. Desde o começo houve um corte brutal, nós não tivemos idéia. A relação do partido com a guerrilha foi totalmente cortada. Não tinha nem como ele dar apoio, não tinha como ele mandar gente, não tinha coisa nenhuma. Então tudo o que saía no exterior era gerado na cabeça de algumas pessoas que contavam notícias como se fossem verdadeiras. Você pode até justificar, era uma forma de manter aceso o debate público que estava existindo uma guerrilha, etc e tal, mas não tinha nada a ver com a realidade. Era tudo literatura. Pura literatura.

*E era o que acontecia também no jornal A Classe Operária?*

Não, no jornal *A Classe Operária* era diferente. Era diferente. O que era produzido, principalmente a partir de 1974, começa a ter que se enquadrar um pouco no processo de discussão que estava em curso. O texto “Gloriosa jornada do Araguaia”, aquilo foi coisa do Amazonas, não correspondia... E aquilo deu depois uma bruta discussão porque não tinha nada a ver com a discussão que tinha que sido feita. Uma coisa era tentar salvar o espírito de luta, do pessoal que morreu, o heroísmo, então esse é um aspecto complicado no processo de avaliação. Você não pode negar a dedicação, o desprendimento dos que foram para lá. Agora, transformar isso numa vitória que não existiu é um complicador. Essa operação é difícil. Você ao mesmo tempo salvar a dignidade, a perseverança, o desprendimento dos que foram, um heroísmo brutal, enorme, mas foi derrota. Não dá para dizer que não foi derrota. Esse era um complicador até para nós que achávamos que aquilo lá tinha sido um erro. Como, na avaliação crítica, você salvar a dignidade dos que foram, dos que morreram. Esse é sempre um complicador na derrota.

*Então era o grupo do Amazonas que estava...*

O Amazonas era o principal dirigente do setor da direção do partido que, não só defendia que aquilo tinha sido um erro, uma derrota momentânea, não uma derrota estratégica, como defendia a continuidade no mesmo padrão.

*Em outro local, no mesmo local?*

Essa era uma discussão que não estava ainda sendo feita, mas era uma defesa, e ele estava tentando implementar isso.

*Mas o senhor sabe dizer se o jornal era feito por esse grupo?*

Não, isso daí eu não tinha mais conhecimento. Quem não viveu o período tem dificuldade às vezes de entender como é que a coisa funcionava. Era complicado, do ponto de vista de segurança, extremamente complicado. Eu me salvei, em certa medida, de muitas coisas, porque eu não dizia para ninguém nem onde eu estava nem o que eu estava fazendo. Não tinha condição de as pessoas saberem ao certo.

*Mas o senhor já tinha família nesse período, estava casado?*

Tinha.

*Eles se mudaram com o senhor?*

Eles estiveram um período em Goiás, depois ficaram em São Paulo e depois para o Pará eles foram comigo, com exceção do segundo, que ficou estudando em Minas. O Pedro Estevam mesmo fez universidade lá no Pará, mesmo depois que eu fui preso, ele continuou lá, chamando-se “Marcos Soares” [Pedro Estevam da Rocha Pomar].

*Mesmo nesse período de maior clandestinidade, o senhor acompanhava o jornal do partido? Ele continuava chegando pela estrutura do partido?*

Chegava.

*Não parou de circular?*

Não, não parou de circular. Eu descobri que o [João Baptista] Drummond tinha sido preso também, que estava preso lá no DOI-CODI, por um comentário. Eu me lembrei de quando o Drummond estava se preparando, ele colocou justamente o último jornal *A Classe Operária* que tinha saído, colocou alguns num negócio de biscoito, todo escondidinho como se fosse um pacote de biscoito e eu ouvi os policiais comentando isso, que ele estava com um pacote de biscoito com *A Classe Operária*. Então eu soube logo que o Drummond estava preso por causa desse comentário. E foi com isso também eu pude identificar que a pessoa que tinha morrido no DOI-CODI era o Drummond. Isso serviu de base inclusive para a condenação do Estado pela morte do Drummond. Então meu depoimento foi chave na decisão do juiz.

*E a família dele recebeu indenização?*

Recebeu indenização, foi um dos primeiros a ser julgado, isso antes inclusive dessa nova lei da anistia. O caso dele foi para a Justiça e eles foram condenados em grande parte em função do meu depoimento. Eu ouvi isso e aí identifiquei logo.

*O senhor acha que A Classe Operária tinha função de trazer informações ou já reforçar...?*

Ele era mais de reiteração de linha política e menos informativo. Ele era mais formativo, entende?

*E ele circulava mesmo no período em que aconteceu a guerrilha?*

Circulava, inclusive no período em que aconteceu a guerrilha e depois, até 1976 continuou circulando.

*Porque eu estava pesquisando e a maioria dos acervos não tem quase nada da primeira metade da década de 1970, tem mais de 1975 até 1979.*

Mas ele circulou.

*O debate interno sobre a guerrilha não chegou a sair no jornal, né?*

Não, não. Porque não tinha uma decisão. Mesmo em 1976, nessa última reunião de 1976, também não houve uma decisão, embora já houvesse uma tendência forte para fazer uma análise mais crítica do Araguaia. Havia um contingente maior já propenso a isso. Mas não houve nenhuma decisão a respeito. E já era um erro também a gente estar fazendo a reunião, porque tudo indicava que nós tínhamos virado o alvo principal a ser caçado. Tanto que a vida mostrou também isso.

*E aí foi logo em seguida que o senhor saiu do partido?*

Não, aí eu já saí do partido depois. É claro que o substrato foi a questão de divergência em torno da Guerrilha do Araguaia, mas a isso se juntou o fato de que foram feitas conferências na Albânia em que eles tomaram decisão sobre a nossa atitude na prisão sem ter nos ouvido. Entende? Então tiraram ilações sobre o que falávamos, não sei o quê, que não tinha base na realidade, eles se basearam aparentemente no que estava escrito no laudo da polícia e tudo o mais e não no que a gente na realidade tinha ocorrido. Aí a coisa se agravou, porque aí virou para mim questão de honra. E também porque o Amazonas reiterou que a linha do Araguaia estava certa e tudo o mais e aí passou a ser justamente os principais dirigentes que estavam contra a linha dele tinham sido presos. Então ficou uma situação muito complicada, interna. Então foi nesse bolo que não só eu, mas muita gente saiu. E já também um quadro político interno de mudança, da ditadura começando a fazer uma retirada, entende? Lá fora estavam com a impressão de que aqui dentro estava uma ascensão revolucionária, e a gente sabia que não era bem isso o que estava acontecendo.

*Lá fora, você quer dizer...*

Não, os exilados brasileiros tinham impressão, alguns, não todos, mas dentro do PCdoB havia uma ilusão de que aqui dentro estava uma efervescência revolucionária, e não era isso. Havia uma retirada organizada da ditadura e com o movimento operário independente se fortalecendo e criando uma situação nova. Não tinha condições, não era uma situação revolucionária de jeito nenhum. Quando eles chegaram é que se deram conta de que não era bem isso. Quando houve anistia, aí se deram conta.

*Só mais uma questão relacionada a jornal, o Comitê da Guanabara publicou um jornal, o jornal O Araguaia, ele era independente?*

Era desse jornal que eu estava falando, o jornal *O Araguaia*.

*Ah, esse que o senhor disse que circulava no exterior?*

No exterior. Exatamente.

*Ele não circulava aqui dentro?*

Circulava pouco, circulava em algumas áreas. E eu não sei se o jornal era feito pelo Comitê da Guanabara ou se era um grupo próprio, isso eu não tenho claro. Não poderia informar você a respeito disso.

*Mas era independente da estrutura do partido, dos dirigentes?*

Eu tenho a impressão que era. Eu tenho impressão, mas não tenho certeza.

*Acho que é isso então.*

Você procurou lá no arquivo da Unicamp?

*No AEL. Procurei.*

Procurou? Lá, acho que tem.

*Lá tem microfilmado de 1962 a 1964 e depois tem a partir de 1975. Aí de 1975 em diante tem quase todas as edições. Acho que vou ficar trabalhando mesmo com a segunda metade da década de 1970. Eu só não sei se tem alguma diferença muito grande.*

Tem diferenças, tem diferenças. Porque de 1972... Não, entre 72 e 74 não tem muita diferença. Tem diferença antes, se você tivesse de 1968 a 1972. Aí você vai sentir diferença.

*Em relação ao resto da década de 1970?*

Isso, isso.

*Mas no quê? No discurso mesmo?*

No discurso, na política geral. Porque em 1966, quando teve a conferência de 1966, o PCdoB adota uma política que ele propõe convocação de Constituinte, frente única contra a ditadura. Então ele adota uma série de proposições políticas que deviam ser a base de qualquer processo de preparação de disputa armada, qualquer coisa desse tipo. Isso até 1968, mais ou menos, você vai ver que a ênfase era mais política. Depois de 1968 a 1972, começa a modificar um pouco isso com a decisão de 1968 sobre a guerra popular, que é uma decisão eclética, ela mistura as coisas, as opiniões, e a partir daí então ela descamba mais para a linha militarista. A partir de 1974, passa a ser uma tentativa de glorificação do Araguaia. Demonstrar o indemonstrável, o que não dava para mostrar.

*Agora tem também aquele livro que o senhor organizou, o “Araguaia – O Partido e a Guerrilha” que tem textos da Classe Operária.*

Tem. Ali, na realidade, é mais uma reunião de textos para mostrar essas contradições.

*Então nesse período que está focado na guerra popular o jornal faz mais o quê? Tentar organizar?*

Não. É no sentido de reiterar que o único caminho provável era a luta armada. Isso, num certo sentido, poderia até ser justificado, mas ele acaba, vamos dizer, ao fazer isso sem fazer uma ligação real com a necessidade de ter base política, base social, ele cai no militarismo. Mesmo disfarçado, mas é militarismo.

## ANEXO 03

### Entrevista com Altamiro Borges

*Eu queria que você me falasse um pouco sobre as mudanças das fases d'A Classe Operária, no site tem indicando que ela está na sétima fase. Eu não sei o que marca essas fases, quais são essas modificações.*

Eu não sou um historiador, não pesquisei esse negócio. E eu estou também nessa frente de comunicação, completa agora três anos, não era a área em que eu atuava. *A Classe* surgiu em 1º de maio de 25, o partido tinha sido fundado em março de 22 e, em 25, surge *A Classe* como um jornal para a militância. O problema é que a história do Brasil é uma história toda truncada por golpes. Então logo em 35, com a derrota da insurreição de 35 no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, na prática, você já tem a instalação do Estado Nov. O Estado Novo oficialmente vem em 37. Mas, pros comunistas, pro movimento operário daquele período, você já tem um processo repressivo muito grande. Então *A Classe* nasceu, já foi para a ilegalidade, já foi para a clandestinidade. Eu não saberia te falar as fases, isso você encontra num livro que é um livro de história d'*A Classe Operária*...

*Do Apolinário Rebelo.*

Isso, do Apolinário Rebelo, você já tem, né? Então ali eu acho que você pega melhor.

*E A Classe Operária hoje, nessa fase atual? Qual o objetivo do partido em manter esse jornal, já que tem tantos outros meios de comunicação do partido atualmente?*

Tá, isso eu já posso falar porque eu acompanhei todo esse processo recente de debate. *A Classe* tava sendo um jornal mais para a militância do partido e mais restrito ainda. Era um jornal muito voltado para as direções do partido, o que se chama de quadros intermediários, direções municipais, direções distritais e tal. Com uma tiragem reduzida, cinco mil exemplares, mais voltada para esse público.

*Isso em que época mais ou menos?*

Agora, nesse período recente, década de 90 e nesse milênio. Isso começou a criar um problema pra gente. Porque esses quadros dirigentes, todos têm acesso à internet. São pessoas já com mais informação, mais formação e tal. Então isso acabou criando uma confusão, porque a turma, do ponto de vista de informação e mesmo de formação, se alimenta pelo *Vermelho* hoje.

*De informação e formação?*

Mesmo formação, mesmo formação. Porque o *Vermelho* tem tanto artigos muito conjunturais, muito focados no acontecimento, como ele tem artigos de maior profundidade, colunistas... Dentro do *Vermelho*, está hospedado o Partido, o *Partido Vivo*, então toda documentação do partido vai para o *Partido Vivo*. Todos os documentos do partido vão para o *Partido Vivo*, todas as resoluções de Congresso, resoluções do Comitê Central, vão para o *Partido Vivo*, resoluções de Comitê Estadual. Nós fixamos inclusive uma norma: a resolução só vira resolução se é publicada no

*Partido Vivo*, que é a forma de dar transparência. Então isso acabou criando uma confusão, um nó na cabeça. Quer dizer, a pessoa recebia *A Classe*, quinzenal, mas quando chegava o jornal, grande parte das informações ela já tinha lido. Porque ela é uma pessoa que acessa a internet.

*E ela recebia o jornal como? Pelo correio?*

Mandado pelo correio. Alguns Estados, alguns Comitês Estaduais, tinham algumas cotas para distribuir para a militância, mas a tiragem vinha num processo de queda...

*Não era vendido?*

Pouco vendido, pouco vendido. Alguns eram vendidos, para a militância e tinham assinaturas. Então você tinha o quê? Umas 700 assinaturas mais ou menos e uns mil, mil e poucos jornais que eram vendidos, e o restante que chegava, que os Comitês Estaduais pagavam para distribuir para as direções. Só que aí criou essa confusão. Porque o jornal se mostrava pouco atual... Quando a pessoa recebia o jornal, ela já tinha lido pela internet. Então isso foi um intenso debate que a gente fez aqui nos anos de 2007... 2006 começou, 2007 foi intenso o debate em que nós testamos duas outras formas de *Classe*, que foi uma *Classe* mais de agitação, uma *Classe* mais de panfletagem. Seguindo uma certa dinâmica, porque essa crise da *Classe* é uma crise da mídia impressa. A mídia impressa no mundo inteiro está em crise. Tiragens reduzindo... Você pega o jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a edição de domingo dele, nos anos 90, era de um milhão de exemplares. Hoje o jornal tem 300 mil exemplares, 360 mil exemplares. Você pega o *JB*, do Rio de Janeiro, nem se fala. Você pega o *Estadão*, o *Estadão* reduziu em um terço. Então há uma crise da mídia impressa com essas novas tecnologias de informação. *A Classe* sofreu esse processo. Ou seja, esse nó na cabeça que deu com a pessoa que adquiria *A Classe*, era o nó na cabeça que tava se dando com relação à mídia impressa, para as novas formas de informação; o grande público, pela televisão, e o público mais exigente, pela internet. E a mídia impressa entrando em crise. E *A Classe* sentiu essa crise. Nós então realizamos, em 2007, duas experiências para ver como é que a gente podia enfrentar essa crise. Uma experiência foi isso que a gente chamou de uma *Classe* mais de agitação. Seguindo já uma dinâmica mundial que é o quê? O jornal gratuito. Ou o jornal com um preço muito reduzido. Subsidiado. No caso desses jornais comerciais, são subsidiados pela publicidade. E, no nosso caso, esse jornal seria subsidiado pelo próprio partido. Que é um jornal bem agitação. Mas não é um jornal tipo Metro, uma experiência mundial; tipo Metrô News, aqui de São Paulo; tipo Destaque, aqui de São Paulo; ou tipo Extra, do Rio. Não é um jornal para distribuição aleatória. Nós focamos essa distribuição com planejamento de crescimento partidário. Então o PCdoB tem interesse em crescer entre os trabalhadores, principalmente entre o operariado. Então a distribuição do jornal está casada com esse esforço de construção partidária. Numa fábrica, num hospital, numa escola... Então essa é uma experiência que a gente iniciou em 2006. Começou em 2006, em 2007 a gente manteve e intensificou e batemos o martelo: é dessa forma que está funcionando hoje *A Classe*; *A Classe* é o quê então? Ao invés de um jornal para militante, que já acessa a internet, ele é um jornal para quem não tem tanto contato com a internet, ele é um jornal de agitação, que pega grandes temas e com matérias muito curtas, muitas fotos, títulos chamativos e tal, você procura despertar a pessoa para essas idéias do partido. Então ele hoje, por exemplo, ele deu uma reduzida na tiragem, em função de que concorria com

material de campanha eleitoral, mas ele atingiu 700 mil exemplares. Então 700 mil exemplares de um jornal mensal com distribuição dirigida.

*E como é que vocês fazem essa distribuição?*

Distribuição é militante. Então o PCdoB do Rio de Janeiro, por exemplo, como ele tem uma boa presença entre os metalúrgicos, inclusive militantes comunistas dirigem o sindicato dos metalúrgicos, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro é membro da direção nacional do PCdoB, é o Maurício [Ramos]. Como então tem um bom trabalho nas fábricas, nos estaleiros, todo mês a militância comunista vai e leva o jornal para tais e tais estaleiros, tais e tais fábricas. É uma forma de divulgar o partido, agitar algumas questões que o partido considera que são questões centrais, filiar gente. Então é hoje mais um instrumento de agitação e de aproximação com o partido.

*E essa militância tem acesso através dos comitês?*

O jornal é feito, é todo subsidiado pela direção nacional, com o dinheiro que se aplica, é uma decisão política de fazer a luta de idéias. A direção então se elabora aqui, faz o jornal e manda para o Estado e o Estado distribui, a militância distribui, faz panfletagem. É a volta da panfletagem. Nós tínhamos perdido um pouco essa coisa da panfletagem, o que se panfleta ultimamente na política brasileira é só campanha eleitoral. O que é péssimo, porque você não panfleta idéias, você panfleta candidatos. Com o jornal, nós voltamos a ter isso. Hoje então, por exemplo, no Rio de Janeiro, você tem umas sete ou oito fábricas que todo mês recebem o jornal, é feita uma panfletagem. Que é um negócio excelente, porque é um contato direto com o trabalhador. Você está distribuindo. Você vai lá no mês que vem, no próximo mês, você vai encontrar a mesma pessoa, a pessoa vai falar: ó, não concordei com aquilo, ou concordei, achei muito interessante aquela idéia que vocês deram, achei péssimo. Então você estabelecesse uma relação da militância com o trabalhador, permanente, todo mês.

*Ele chega em todos os Estados?*

Chega em todos os Estados. Para o Rio de Janeiro, 80 mil exemplares. Para São Paulo, 80 mil exemplares, para o Rio Grande do Sul, 60 mil exemplares. E aí vai. Lógico, tem Estados menores que você pega cinco mil, dois mil exemplares. Então o quê que nós fizemos? Nós acabamos com aquele jornal que era dirigido pra um público mais intelectualizado, esse público pega pela internet, e nós criamos um jornal pra atingir parcelas mais amplas. 600 mil, 700 mil exemplares por mês na forma de panfletagem. Então você vai ter um fenômeno interessante, por exemplo, você vai ter deputados do partido, vereadores do partido, dirigentes sindicais, dirigentes estudantis vão fazer a panfletagem do jornal, o jornal do partido.

*E ele é produzido onde? É todo aqui [São Paulo]?*

Todo aqui. Se produz aqui. Tem a equipe de redação, dois jornalistas, um diagramador, além do apoio de outras pessoas interessadas. Essa foi a experiência que vingou. Nós ainda tentamos uma outra experiência, que é um negócio que eu acho que é uma baita sacada, mas infelizmente nós não tivemos perna. Que é o que a gente chamou de *Classe Eletrônica*. Uma baita sacada, mas aí a gente ainda vai ter que comer um pouquinho de arroz e feijão. Que é o quê? Nós fizemos, aí eu não lembro quantos números foram...

Acho que foram dez números de um jornal que era feito em papel ofício, que nós fazíamos aqui e que mandávamos pros Estados via internet e o Estado reproduzia. Isso permitiu uma coisa muito interessante, que era o quê? Nós fazíamos um jornal de oito páginas. Só que as duas últimas eram da base do partido no local. Então, por exemplo, em Betim, Minas Gerais, nós temos uma base do partido muito interessante e dos metalúrgicos. Os metalúrgicos, o Comitê Municipal de Betim produzia um boletim. Então iam seis páginas daqui, por internet, e eles acrescentavam duas páginas da *Classe Operária Betim*, ou da *Classe Operária Rio de Janeiro*, ou da *Classe Operária Petrópolis*, teve essa experiência, foi muito interessante. E qual foi o problema dessa experiência? Que a gente vai precisar de um pouquinho de arroz e feijão. É que quando cai na impressora, então deixava de ser caro aqui, mas ficava caro na ponta. Porque a impressora, o cartucho, não era a impressora que era cara... [O gravador nos interrompe]

*Então você tava falando da Classe Eletrônica...*

Eu acho que ela foi uma grande sacada, uma saca inteligentíssima. Porque ela é isso: ela aproveita do recurso internet, ela sai dos gargalos da impressão, que custa muito caro, e da distribuição, que custa mais caro ainda, ela incentiva as pessoas do local a produzirem seu próprio boletim... É uma puta sacada. Qual é o problema? É que ela ainda, por conta da própria tecnologia, no patamar que está, o cartucho é muito caro. Então, é como disse um amigo: “Você são espertinhos, né? Vocês ficaram com a parte melhor, a elaboração, e deram para o Estado imprimir, só que imprimir é caro”. Então nós suspendemos. Suspendemos, mas não cancelamos.

*Isso aconteceu quando?*

Isso aconteceu em 2007. Foram duas fases, uma fase que nós fizemos com quatro Estados... Foi experiência mesmo. E uma fase que nós fizemos no município, mais do que no Comitê Estadual, nós fomos para o Comitê Municipal. Então foram, em 2007, foram, acho que 12 números que nós fizemos. Era muito interessante, riquíssimo, era belíssimo ver a turma elaborar.

*Hoje em dia os comitês não colaboram com a elaboração do jornal?*

Não, é um jornal de quatro páginas. A turma faz sugestão, a gente solicita alguns artigos, algumas coisinhas no Estado, mas é menos, porque é um jornal mensal, não tem a agilidade daquele eletrônico, um jornal de quatro páginas. Hoje onde a turma colabora mais, ajuda muito mais, é no *Vermelho*. Aí sim, você tem uma rede de correspondentes hoje no Brasil muito vasta. Então sobre *A Classe* é isso. Ou seja, então nós tínhamos um jornal de 12 páginas, mais voltado para militante, com um certo número de informação, bababá, que estava dando gargalo porque a turma já entrava pela internet. Nós suspendemos esse, fizemos a experiência da *Classe Eletrônica*, belíssima idéia, não se mostrou viável nesse momento, e nós optamos por essa *Classe* de agitação. Essa *Classe* de agitação está sendo o maior barato. Por exemplo, um cara que estuda muito comunicação, que é lá do Rio, belíssima figura chamada Vito Gianoti, do Núcleo Piratininga de Comunicação, ele fica embasbacado com esse negócio: “Pô, isso é uma grande sacada!”. Não sei se você o conhece... É um italianão, super alegre e expansivo, ele diz: “Isso é uma baita sacada!”. Porque você vai fazer uma disputa de idéia nas áreas que você considera chave fazer a disputa de idéia, de forma muito leve. É um jornal com muita foto, com infográfico, coisas que facilitam pessoas que hoje tem pouco

contato com leitura. É isso o que está valendo. Deu uma reduzida em função da campanha eleitoral, que nós distribuíamos jornal e distribuíamos panfleto de candidato, mas agora a gente retoma. O nosso objetivo é ver se até meados do ano que vem nós estamos com um milhão de exemplares / mês. E, todo mês, tudo bonitinho, no mesmo local, com as mesmas pessoas, fazendo a troca de idéia.

*E por que ele está na internet também?*

Porque, mesmo o cabloco que... Ele é distribuído no Brasil todo, mas ele não chega a pequeníssimos municípios, lugares onde não tem estrutura de partido, ele não chega. Aí o cara, pelo menos, entra pela internet, não tem problema nenhum. Não tem problema.

*E quem forma a equipe de comunicação do partido hoje? São jornalistas profissionais?*

Nós temos um grupo de jornalistas profissionais, todos os Estados têm as secretarias de comunicação, alguns municípios mais importantes, capitais, também tem secretarias de comunicação. Nesses Estados onde você tem um pouco mais de estrutura, partido que tem presença na sociedade, partido que tem parlamentares, partido que tem mais presença institucional, então ele tem mais recursos, então onde você tem mais recursos e melhor compreensão você tem até uma estruturazinha mínima de comunicação: um fotógrafo, um jornalista, um webdesign... Você tem essa turma. É uma rede grande hoje. É uma rede, sei lá... Não tenho isso contabilizado, mas nacionalmente atingiria umas cem, cento e poucas pessoas só voltadas para esse trabalho de comunicação. Entre secretários de comunicação, jornalistas, assessores de imprensa... Você tem muita gente que se predispõe a ajudar.

*E em 2002 é que foi lançado o portal, né?*

O portal é de 2002. Eu sou péssimo em data, mas acho que é isso.

*E quais os objetivos do partido com o portal e com o site?*

O portal é uma associação, Associação Vermelho, então é uma ONG, uma organização não-governamental, constituída por militantes do Partido Comunista do Brasil, mas que sempre tiveram, esse portal sempre teve a preocupação de não ser uma coisa para dentro do partido. Ser um instrumento de debate de idéias para fora, não ser um instrumento só do PCdoB, ser um instrumento de debate de idéias da esquerda brasileira. Então o portal é muito mais amplo do que o PCdoB, você vai ver no portal muita gente que não é do PCdoB escrevendo. Então tudo o que o Emir Sader produz, a gente tem uma conversa com ele, a gente reproduz. Que o Fiori, do Rio de Janeiro, produz, a gente reproduz. Intelectuais de esquerda, intelectuais progressistas, intelectuais com visão nacional, nacionalistas, então o portal, ele é muito mais amplo do que o PCdoB nesse sentido.

Dentro do portal tem *Partido Vivo*, aí é do PCdoB propriamente, aí são as resoluções, reuniões e tal. Agora o *Vermelho* é mais amplo. Uma característica que sempre teve o *Vermelho*, isso foi uma grande sacada, várias pessoas pensando, mas uma pessoa conseguiu sistematizar essa idéia, foi de fazer um portal muito dinâmico. Ele não é um portal também só para pessoas intelectualizadas, que têm saco para agüentar uma leitura muito longa. Ele é um portal muito vivo. Então o que for notícia, reproduz. Então não é um negócio... A Mônica gosta muito de estudar marxismo, então é um portal para a

Mônica. Ou a Mônica gosta de economia, é um portal de economia. É um portal muito diversificado e muito atualizado. Então, no portal, você vai ter a editoria de Brasil, você vai ter a editoria de Mundo, mas você vai ter uma editoria de América Latina, dada a proeminência que a América Latina adquiriu, você vai ter uma editoria de Mídia, você vai ter uma editoria de Geral, que junta cultura e junta esporte. Então é muito diversificado, então um barato quando você vai ver os acessos do *Vermelho*, você tem pessoas que entram por causa de cultura. Por causa de mídia. O cara não entra em economia. Não gosta de economia. Você tem pessoas que estão muito antenadas por essas mudanças que estão acontecendo na América Latina, que acessam muito a editoria de América Latina.

Então algumas das características dele: ele é mais amplo, não é só de militantes comunistas; segundo, ele é muito diversificado e ele é muito atual. Que foi um problema que se conseguiu superar em 2006 porque ele era diário. Em 2006, ele passa a ser on line. Então se você entrar o dia todo no Vermelho tem coisa nova. Eu acho que são essas as características do Vermelho. É hoje um portal muito apreciado. Sem nenhum ufanismo, sem nenhuma metidice, mas ele é muito apreciado pela militância comunista, porque ele dá muita informação, ajuda nesse debate de idéias na sociedade, mas ele é muito apreciado pela militância de esquerda no geral, petistas, PSOL... Toda a militância aprecia, mesmo discordando, pode discordar, mas sabe o seguinte: se eu quiser informação, eu vou ali que eu tenho. E ele hoje é uma fonte de informação, vamos dizer assim, da própria mídia. Eu, por exemplo, me relaciono muito com editores da chamada “grande mídia”, você tem vários que dizem abertamente: “A orientação para a equipe é que, de manhã, quando chega, ou à tarde, quando chega, abre o *Vermelho*. Para saber o que vocês estão pensando”.

*E por que é importante para o partido se colocar dessa maneira, com um portal, como você está falando, voltado para a militância de diferentes partidos?*

Para contribuir na luta de idéias, para contribuir na luta de idéias. Ele é amplo sem ser evidentemente ecletismo. Você não vai trazer aqui para dentro um Olavo de Carvalho para defender o fascismo. Não vai publicar nada do Olavo de Carvalho a não ser cacete nele. Que o Olavo escreve no “Mídia sem Máscaras”, ele é dele, ele faça, não tem problema nenhum. Ele é amplo sem cair no ecletismo.

*Mas o partido participa da elaboração dele de alguma forma, dá sugestões de pauta?*

Muito, muito. Dá sugestões de pauta, escreve. Muito. Hoje você tem isso, além dessas cem pessoas que eu falei, cem, 120 pessoas, que são as pessoas que participam dos encontros que nós fazemos anuais de comunicação, são pessoas mais voltadas para a área de comunicação, você tem muita gente que escreve. Muita gente que escreve. O cara que está lá em Palmas, que está lá em Juazeiro, que está lá em Macapá e que escreve, que manda. Dependendo de como ele manda, se é um negócio que tem um pouco de elaboração jornalística, vira matéria, dependendo de como ele manda, se é um negócio mais pessoal e tal, vira “Fala Povo”, vira carta. A seção de cartas é uma média de 60 a 70 cartas por dia. E a gente vai dando vazão a isso. Então ele é amplo, sem ser eclético. Evidente, se vier um cara de direita falar, nós não vamos deixar.

*E o objetivo desse site específico, do Partido?*

Do que você chama de *Partido Vivo*? Aí é que são as coisas mais oficiais de partido. Então, por exemplo, tem reuniões de todas as direções estaduais, ou reunião da direção nacional, ou reunião das direções municipais, os encontros temáticos, em que você então tem... Comitê Estadual do Ceará se reuniu para discutir a eleição. Tirou uma resolução. Vai para o *Partido Vivo*, não vai para o *Vermelho*.

*Mas ele é feito por jornalistas também?*

No Partido, sempre tem um jornalista, sempre tem um secretário de comunicação que é jornalista e escreve. Ou senão o militante do PCdoB numa cidadezinha com pequena estrutura. Ele manda: participamos da eleição do sindicato tal, estamos aqui envolvidos com a greve tal, eu sou dirigente do partido aqui, sou militante comunista e a nossa associação de moradores está promovendo uma caravana por saneamento. Aí ele manda. Aí publica.

*Mas ele não é feito aqui?*

Não, é feito em outros locais. Tem uma equipe aqui que faz.

*Que é a mesma do Vermelho?*

Não, tem pessoas específicas para o *Partido Vivo*, que é o [José Carlos] Ruy, o Ruy que é o mesmo responsável pela *Classe*, a Priscila [Lobregatte], como jornalista, ela é editora do *Partido Vivo*. Então você tem uma equipe do *Partido Vivo* aqui, central. Agora o *Partido Vivo*, ele se alimenta muito da contribuição dos Estados e dos municípios. [pausa]

Quando você fala, qual é o objetivo de se produzir um portal como o *Vermelho*, é partir do princípio, da premissa, de que hoje nós temos, hoje a luta de idéias é muito intensa na sociedade. A mídia adquiriu outro papel. Não estamos mais na fase romântica do jornal impresso. Hoje a mídia é poder. É um poder altamente concentrado. Você tem o quê? Nove famílias hoje no Brasil que dominam 83% dos veículos de comunicação no Brasil. É um poder inclusive deturpado, a legislação no Brasil é pior do que a legislação nos Estados Unidos, por exemplo. Nos Estados Unidos e na Europa, se proíbe o que se chama de propriedade cruzada na mídia, que é uma mesma empresa ter tevê, rádio, jornal, revista, internet. No Brasil, isso é permitido. São nove famílias que controlam 83% das informações que circulam no Brasil, 83% do entretenimento que circula no Brasil, 83% da cultura que circula no Brasil.

Então isso virou poder. Essas famílias, elas têm visão de classe muito precisa, elas defendem, até setembro agora elas estavam todinhas defendendo a desregulamentação dos mercados, as privatizações. Agora com a crise nos Estados Unidos algumas estão fazendo uma autocritica bem sincera. Já estão propondo que o Estado também tenha alguma participação na economia. Até porque tem vários envolvidos com o capital financeiro e tal. Tem opções políticas muito precisas, não há neutralidade nenhuma, e tem uma capacidade de manipular informação e forjar comportamentos muito grande. Então hoje o debate de idéias adquiriu uma outra dimensão na sociedade. Se você não participa desse debate de idéias, se você fica falando só para os seus, você está morto. Você vai falar para aquele grupinho. Aquele grupinho vai ficar muito ilustrado, muito informado, muito consciente, mas não vai servir para nada.

Então você tem que fazer o debate de idéias na sociedade. O Vermelho cumpre esse papel. Então você tem hoje por volta de 20 mil acessos / dia. São 20 mil pessoas que estão vendo uma outra forma de análise da informação ou que não estão se baseando apenas na *Globo*, no *Estadão*, na *Folha*, no *Globo*, no *JB*... Porque esses grupos são muito poderosos e têm interesses. Esses grupos não têm neutralidade nenhuma. Esses grupos são os grupos que pediram o golpe militar de 64. Hoje eles tentam se travestir, se fingir de democratas. Quando você vê o jornal *Folha* de S. Paulo fazendo discurso pela democracia, era bom eles fazerem uma autocrítica pública. Por quê que eles deram as peruas que transportam jornais para as bancas para transportar preso político para a tortura? O Frias deu. As peruas da *Folha* de S. Paulo eram usadas pelo DOI-CODI. Então esses grupos de comunicação, antes mesmo de chegar a esse processo de monopolização que tem hoje, eles bancaram o golpe de 64, Marinho fez apelos pelo golpe; esses grupos apoiaram a ditadura militar, com uma ou outra honrosa exceção; esses grupos, quando você teve a retomada da luta pela democracia no Brasil, a retomada do movimento operário no Brasil, as greves no ABC, esses grupos midiáticos espinafaram essas lutas; esses grupos midiáticos, na campanha das diretas, a *Globo* escondeu que teve manifestação no Brasil inteiro por diretas, ela teve a pachorra de noticiar o ato de São Paulo, com 250 mil pessoas pelas Diretas Já, pelo fim do colégio eleitoral, pelo fim da ditadura, teve a pachorra de noticiar como se fosse uma festa de aniversário da cidade de São Paulo.

Esses grupos econômicos interferiram na Constituinte em 88, tudo o que era bandeira progressista, bandeira de defesa da indústria nacional, da soberania, eles foram contra; tudo o que era direito trabalhista, eles foram contra. Esses grupos evitaram que uma alternativa mais popular, vencesse em 89, fabricaram um candidato, fabricaram o Collor. Esses grupos foram os que divulgaram todas essas idéias que agora estão sendo questionadas com a crise nos Estados Unidos sobre liberalização financeira, deixa tudo na mão do capital, deixa tudo na mão dos banqueiros. Esses grupos foram os que defenderam isso. Foram os que diziam que servidor público é marajá. Eram os que diziam que estatais eram elefantes, paquidermes, lentos. Eram os que diziam que tinha que importar tudo, que tinha que abrir as fronteiras. E eles têm muita capacidade de fazer a cabeça das pessoas. Muita gente do povo foi na onda de que tinha que abrir fronteira. O babaca ficava todo animado, ele falava: “Opa! Tem que abrir a fronteira porque eu vou consumir uma roupa dos Estados Unidos”. Ele só não raciocinava que, se ele comprar tudo de fora, não produz aqui; se não produz aqui, não tem emprego aqui; se não tem emprego aqui, então o babaca não vai comprar nada porque não vai ter dinheiro para comprar. Mas a capacidade de manipulação da mídia é muito violenta. Muito violenta. Capacidade que esteve presente na sucessão presidencial em 2006, capacidade que esteve presente agora, em 2008. Lá no Rio teve uma experiência maluca, vai valer a pena fazer um trabalho, e aí eu não estou nem entrando no mérito se o candidato era bom ou era ruim, eu tenho minha opinião, mas vai valer a pena fazer um trabalho de como a mídia criou a figura Gabeira. É interessantíssimo, esse é um belo trabalho. E o cara pode até ter votado e feito campanha, mas como se criou, como os laboratórios da *Globo* orquestraram a candidatura Gabeira, o Gabeira virou comentarista esportivo na *Globo*. Maluco, né? Maluco um negócio desse. Não estou nem entrando no mérito da candidatura dele, das opiniões dele, nada disso, mas tem uma grande capacidade de manipulação. Você tem que disputar as idéias, não adianta a gente ficar só xingando: “Vocês estão manipulando! Isso é parcial! Isso é guiar o povo!”. Não adianta só xingar, tem que criar alternativas. O *Vermelho* é um esforço de criar um instrumento, uma ferramentazinha contra-hegemônica. É isso. Uma bela experiência.

## ANEXO 04

### Entrevista com Bernardo Joffily

*Quando foi que você entrou no partido?*

Eu entrei no PCdoB em maio de 73, tinha 22 anos.

*Mas era de uma outra organização antes?*

Antes eu era da Ação Popular, a AP, que eu entrei em julho de 67, com 16 anos.

*Mas quando você entrou no partido, quais eram suas funções, já tinha alguma coisa a ver com comunicação?*

Eu trabalhava no jornal clandestino da AP, que se chamava *Libertação*, que continuou saindo... Aliás, junto com o Carlos Azevedo, ele foi o meu primeiro chefe e ele continuou saindo porque a maioria da AP se incorporou ao PCdoB naquela época, então o jornal *Libertação* continuou saindo pelo PCdoB depois. E, em 74, eu fui pra Rádio Tirana.

*E na Rádio Tirana você fazia o quê?*

Então, a Albânia, socialista na época, tinha uma programação em línguas estrangeiras, em 16 línguas estrangeiras, e para o Brasil tinha uma programação de uma hora. Normalmente éramos quatro brasileiros, dois casais de jornalistas, jornalistas nem sempre com diploma, mas com função jornalística.

*Quem eram?*

Teve várias gerações, começou antes de mim, acho que em 68, parece, foi a primeira transmissão em Português, e foi até 1990. Então foram várias, deve ter tido umas duas dúzias de casais aí do PCdoB que foram lá. Eu e a minha mulher, Olívia Rangel, trabalhamos lá de 74 até 79.

*E nesse trabalho você fazia o quê? Você recebia material do PCdoB do Brasil, como é que chegava lá?*

Então, uma parte falava da Albânia, uma parte eram notícias internacionais, um noticiário variado e tal, e uma parte eram notícias e comentários sobre o Brasil, que eram escritos por nós lá na Rádio Tirana, e nós traduzíamos também, nós locutávamos, o conteúdo do jornal A Classe Operária. Praticamente... Praticamente não, integralmente todo o conteúdo e era talvez o principal modo de os brasileiros receberem o jornal, porque a circulação de um jornal de papel nas condições da ditadura era muito difícil.

*Mas como vocês recebiam esse jornal lá?*

Olha, eu nem saberia dizer exatamente, porque isso era meio misterioso, porque era, vamos dizer assim, se eu voltasse para o Brasil, e a polícia me pegasse e me pendurasse

no pau de arara, eu não podia contar como é que era. O fato é que chegava, datilografado, numas folhinhas bem fininhas, papel-bíblia e tal...

*Pelo correio?*

Aí é que tá, aí essa parte eu não sei dizer. Eu sei que nós recebíamos o jornal lá na rádio. Agora, eu acredito que deveria ser assim: mandavam para um endereço de um país democrático, tipo Itália, tipo França, assim, e eles retransmitiam para a rádio. Era um sistema muito demorado, às vezes, levava duas, três semanas para a gente receber, às vezes mais.

*Mas na rádio você produzia material também, além desse que era lido lá?*

A gente também traduzia, o que era, sei lá, uma reportagem, uma matéria sobre a Albânia, sobre uma cooperativa agrícola, uma fazenda estatal, num sei quê e tudo, a gente traduzia, no início, do espanhol, e mais tarde, do albanês.

*Mas produzia também, fazia material, reportagem?*

Nós escrevíamos, reportagem não seria bem o termo, todos esses dois casais que ficavam na Albânia, todas as noites nós escutávamos, tínhamos um rádio de ondas curtas, ficávamos escutando rádios tipo BBC, quando conseguíamos pegar, alguma rádio brasileira, e a gente ficava garimpando, pescando informação sobre o Brasil dessa maneira, era uma das nossas fontes, a gente também recebia os jornais, assinaturas dos jornais alternativos naquele tempo, que chegavam bem atrasados pelo correio, e com base nisso a gente escrevia esses materiais.

*E tinha contato com algum dirigente do partido?*

Os que visitavam a Albânia, eu fiquei conhecendo o Amazonas, eu fiquei conhecendo lá em Tirana. Quando a gente estava indo para lá, ainda na Argentina, eu fiquei conhecendo o Diógenes de Arruda Câmara, que foi outro personagem histórico, inclusive tinha acabado de sair da prisão, indo para o Chile, aí teve o golpe no Chile, foi para a Argentina. O Renato Rabelo, que eu já conhecia, mas encontrei com ele na Albânia.

*Mas a atividade que vocês faziam não estava vinculada à pessoa responsável pela comunicação do partido?*

Hum... Não, não. Estava mais ligada aos dirigentes que estavam na Europa, que passavam pela Europa naquele tempo. Depois da Chacina da Lapa de 76, você deve conhecer a história, uma parte dos dirigentes passou a viver no exílio, principalmente na França, como o Amazonas, por exemplo.

*E o portal? Por que ele é feito pela Associação Vermelho?*

Ah, sim. Isso eu estava te explicando, você perguntou se era para conseguir publicidade. Sim, um dos objetivos é que, apesar de a gente praticamente não ter tido anúncio até hoje no *Vermelho*, é que isso permite que a gente tenha anúncio sem ferir nenhuma lei. Agora outra questão é o seguinte. A Jô Moraes, que é líder do PCdoB na Câmara hoje

em dia, é deputada federal, quando estava nascendo o *Vermelho*, estava no ovo ainda, vamos dizer assim, ela perguntou: por que *Vermelho*? Por que não fazer PCdoB? Ou portal do PCdoB? Ou site do PCdoB? Por que ficar se escondendo? Eu disse: Jô, por que o Lênin, quando fez o Iskra, ele não fez o Jornal do Partido Operário Social-Democrata da Rússia? É porque um órgão de imprensa, ele tem que ter uma cara, tem que ter uma fisionomia própria, aí terminou vencendo essa idéia. Quer dizer, todo mundo sabe das ligações do *Vermelho* com o PCdoB, isso é público e notório. Agora eu acho que é razoável que ele tenha também um nome, que ele tenha uma logomarca, que não é a foice e o martelo do PCdoB, que ele tenha uma cara própria, porque ele é um órgão de imprensa. Então por isso a Associação Vermelho.

*Mas então qual é o principal objetivo do Vermelho?*

Bem, a idéia é de ser um site, um portal, e que, vamos dizer assim, tire partido dessas virtudes da internet, né? Virtudes democráticas da internet, vamos chamar assim, para levar a idéia do socialismo, da democracia, do antiimperialismo, do comunismo, do PCdoB e tal. O *Vermelho* hospeda o site do PCdoB, que é [pcdob.org.br](http://pcdob.org.br), então ao mesmo tempo tem uma relação de parceria, de proximidade, mas também uma relação de que no *Vermelho* nós procuramos fazer jornalismo. Jornalismo engajado, jornalismo de partido, se você quiser, mas, de qualquer maneira, diferente do site institucional do partido.

*E qual a diferença principal? Eles foram criados juntos?*

Não. O site do PCdoB existe desde 1995, foi um dos primeiros sites partidários, senão o primeiro do Brasil. Mas era muito modesto, era aquela página que não mudava muito, sem renovação, etc. O *Vermelho* é de março de 2002. Então o Vermelho terminou, vamos dizer assim, agitando também o site do PCdoB. Ele passou a ser bem mais dinâmico e tal, mais interativo e tudo. Tem diferenças, por exemplo, que são diferenças com os sites de outros partidos, de esquerda ou de direita, qualquer outro. Os sites partidários costumam ser muito assim: eles só olham o partido. Por exemplo, eleição dos Estados Unidos, Barack Obama. Tudo bem, você não vota nos Estados Unidos, nem eu, mas é uma coisa importante, então jornalisticamente a gente acha que o *Vermelho* tinha que cobrir a eleição nos Estados Unidos. Você procura no site do PCdoB, ou no site do PT, ou no site do PSB, ou do DEM, ou de qual você quiser, praticamente você não vai achar Barack Obama, no *Vermelho* você vai achar Barack Obama.

*E no site do PCdoB?*

Também, mas... O site do PCdoB está voltado para o PCdoB, o *Vermelho* está voltado para o planeta Terra, vamos dizer assim [risos]. Aquele caso de Santo André, horróroso, daquele seqüestro da Eloá, nós achamos que tínhamos o que falar e falamos, num site de partido você não vai achar isso.

*E a Associação Vermelho é formada por quem? São pessoas ligadas ao partido?*

São, em geral, pessoas da equipe do *Vermelho*, que, em geral, são do PCdoB. Nós não fazemos nenhuma discriminação, mas as pessoas que não são do PCdoB terminam se engajando, se entusiasmando, se filiam também, hoje em dia não é tão difícil ser do PCdoB, é só assinar uma ficha, não é que nem no tempo em que eu entrei.

*Só mais uma coisa. Em relação ao acesso, você tinha falado [numa palestra antes da entrevista] que é 23 vezes menor que o do Uol, como é que você fez essa conta, como é que vocês têm controle desse acesso?*

Tem várias maneiras de medir a visitação na internet. Vamos pegar duas, por exemplo: visitas e page views, ou páginas visitadas. Se você entra no site, é uma visita. Se você, dentro desse site, você entra no *Vermelho*, você vê uma notícia, depois vê outra e depois vê outra, você fez três page views dentro de uma mesma visita.

*Qual é a média do Vermelho?*

Visitas, umas 500 ou 600 mil por mês. Page views, umas três milhões a cinco milhões, o mês passado foi o recorde, cinco milhões de page views no mês. Mais ou menos por aí. O site, se você compara com sites partidários ou alternativos, ele é um site bem visitado. Se você compara com esses portais, tipo Uol, Terra, aí sim tem um degrau, desse tamanho que você viu.

*Você falou [na palestra] que uma vez que está na internet, não tem mais diferença se está no site do PCdoB ou do Uol, mas você não acha que faz diferença está lá escrito que é do PCdoB ou que é Vermelho?*

Muito boa pergunta. Mas eu diria que hoje no Brasil, esse anticomunismo, esse negócio diminuiu bastante, eu chego a ficar impressionado. A gente elegeu o prefeito de Aracaju, que é o Edvaldo Nogueira, que é do PCdoB, com foice, martelo, vermelho e tudo o que tem direito. Eu não diria que isso seria... Se nós tivermos um bom conteúdo, um conteúdo substancioso, interessante, atraente, acho que não é a foice e o martelo que vão nos impedir de crescer.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)